

José Luís Fiori

# HISTÓRIA, ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

para uma geopolítica do capitalismo



José Luís Fiori

# HISTÓRIA, ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

para uma geopolítica do capitalismo

**BOITÊMP**  
EDITORIAL



Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2014  
Copyright © José Luís Fiori, 2014

*Direção editorial* Ivana Jinkings

*Edição* Isabella Marcatti

*Coordenação de produção* Livia Campos

*Assistência editorial* Thaisa Burani

*Preparação* Luciana Lima

*Revisão* Daniela Uemura

*Diagramação* Antonio Kehl

*Capa* Antonio Kehl

sobre "The Chess Players", 1876, Thomas Eakins,  
óleo sobre tela. Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque

*Equipe da Boitempo Editorial* Ana Yumi Kajiki, Artur Renzo, Bibiana Leme,  
Elaine Ramos, Fernanda Fantinel,  
Francisco dos Santos, Kim Doria,  
Marlene Baptista, Maurício dos Santos,  
Nanda Coelho e Renato Soares

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F552h

Fiori, José Luís

História, estratégia e desenvolvimento : para uma geopolítica do  
capitalismo / José Luís Fiori. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2014.

ISBN 978-85-7559-404-9

1. Geopolítica. 2. Geografia econômica. 3. Desenvolvimento  
econômico. 4. Capitalismo. I. Título.

14-17191

CDD: 327

CDU: 327

É vedada a reprodução de qualquer  
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

1ª edição: novembro de 2014

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel. | fax: (11) 3875-7250 | 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/imprensaboitempo

Em memória de  
Geraldine Malengreau Fiori



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	13
PREFÁCIO – CONJETURAS E HISTÓRIA .....	15
HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO.....	51
1.1. A teoria clássica do desenvolvimento .....	53
1.2. No princípio era Portugal.....	56
1.3. Castela e seu “império mercantilista” .....	59
1.4. França: soberania e “capitalismo de Estado” .....	62
1.5. A revolução econômica holandesa .....	65
1.6. O desenvolvimento inglês .....	68
1.7. O capitalismo americano.....	71
1.8. O capitalismo feliz .....	74
1.9. Nacionalismo e desenvolvimento econômico (I).....	77
1.10. Nacionalismo e desenvolvimento econômico (II) .....	80
1.11. Os milagres econômicos da Guerra Fria.....	83
1.12. O desenvolvimentismo asiático .....	86
1.13. Sobre o desenvolvimento chinês (I) .....	89
1.14. Sobre o desenvolvimento chinês (II).....	92
1.15. Sobre o desenvolvimento chinês (III) .....	95
1.16. Sobre o desenvolvimento chinês (IV) .....	98
1.17. O protótipo argentino.....	101
1.18. O desenvolvimentismo brasileiro.....	104
1.19. Poder, geopolítica e desenvolvimento .....	107
CONJUNTURA E CRISE .....	111
2.1. Poder global .....	113
2.2. O poder e a finança internacional.....	116

2.3. Crises e hecatombes .....	120
2.4. Reflexões de outubro .....	123
2.5. Os economistas e a crise .....	126
2.6. Muito longe do equilíbrio .....	129
2.7. A senhora Thatcher e o lorde Keynes: fatos e mitos .....	132
2.8. As ondas do poder e os ciclos da moeda .....	135
2.9. A política de desarmamento de Obama .....	138
2.10. A geopolítica anglo-americana.....	141
2.11. Hegemonia e império.....	144
2.12. Recorrências e incertezas .....	147
2.13. Entre Berlim e o Vaticano .....	150
2.14. Os sinos estão dobrando.....	153
2.15. O círculo quadrado da moeda europeia.....	156
2.16. O fantasma das rebeliões .....	159
2.17. História de um naufrágio (I) .....	162
2.18. História de um naufrágio (II) .....	166
2.19. A ópera, a guerra e a ressurreição russa .....	170
2.20. Guerra e paz.....	173
2.21. A Líbia, a Otan e o “Grande Oriente Médio” .....	176
2.22. A guerra do Afeganistão: um enigma.....	179
2.23. O xadrez chinês.....	182
2.24. A punição da África.....	185
2.25. Estados Unidos e Cuba .....	188
2.26. Monroe e Garrincha.....	191
2.27. Escopeta não é chocalho.....	194
2.28. Liturgia e estratégia .....	197
2.29. Caleidoscópio mundial.....	200
GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA.....	203
3.1. Geopolítica e classes sociais .....	205
3.2. Geopolítica e ética internacional.....	208
3.3. O perigo das utopias .....	211
3.4. Um continente sem teoria .....	214
3.5. Desenvolvimentismo de esquerda.....	217



3.6. Desenvolvimentismo e dependência.....	220
3.7. A miséria do novo desenvolvimentismo.....	223
3.8. A política externa conservadora.....	226
3.9. Uma política externa progressista.....	229
3.10. Uma revolução intelectual.....	232
3.11. América do Sul à beira do futuro.....	235
3.12. Brasil: geopolítica e desenvolvimento.....	238
3.13. Brasil e as potências emergentes.....	241
3.14. Um acordo e seis verdades.....	244
3.15. Brasil e seu mar interior.....	247
3.16. Brasil e a África Negra.....	250
3.17. Brasil, Estados Unidos e o hemisfério ocidental (I).....	253
3.18. Brasil, Estados Unidos e o hemisfério ocidental (II).....	256
3.19. O cisma do Pacífico.....	259
3.20. A miragem mexicana.....	262
3.21. Colômbia, Peru e Chile.....	265
3.22. A retórica da comparação.....	268
3.23. Brasil, Argentina e o Cone Sul.....	271
POSFÁCIO – PARA CALCULAR O FUTURO.....	275
SOBRE O AUTOR.....	279

*Do nosso ponto de vista, entretanto, não há como explicar ou deduzir a necessidade da acumulação do lucro e da riqueza a partir do “mercado mundial” ou do “jogo das trocas”. Mesmo que os homens tivessem uma propensão natural para trocar – como pensava Adam Smith –, isso não implicaria necessariamente que eles também tivessem uma propensão natural para acumular lucro, riqueza e capital. Porque não existe nenhum “fator intrínseco” à troca e ao mercado que explique a decisão de acumular e a universalização dos próprios mercados. Pelo contrário, o comércio sempre existiu em todos os tempos, mas, durante a maior parte da história, sua tendência natural foi manter-se no nível das necessidades imediatas ou da “circulação simples” e só se expandir de forma muito lenta e secular. Mesmo depois da “remonetização” da economia europeia (a partir do século XII), o comércio permaneceu, por longos períodos, restrito a territórios pequenos e isolados. Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas”, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela força da “acumulação do poder”.*

José Luís Fiori, *O poder global e a nova geopolítica das nações*.

São Paulo, Boitempo, 2007, p. 15-6.



## APRESENTAÇÃO

*História, estratégia e desenvolvimento*<sup>1</sup> inclui, além do prefácio e do posfácio, 71 artigos publicados nos últimos cinco anos<sup>2</sup>. São textos jornalísticos, mas repercutem minha pesquisa acadêmica, de mais longo prazo, sobre a história do desenvolvimento capitalista, sobre a conjuntura internacional e sobre as alternativas geopolíticas do desenvolvimento brasileiro. O prefácio do livro apresenta o ponto de vista teórico da pesquisa e o fio condutor que explica a escolha e a ordem de apresentação dos artigos. Para facilitar a leitura, eles foram agrupados em três blocos temáticos: o primeiro, sobre a história e a geopolítica do desenvolvimento capitalista; o segundo, sobre a conjuntura internacional e a crise contemporânea; e o terceiro, sobre a situação geopolítica e as escolhas estratégicas do Brasil na primeira metade do século XXI. Algumas inconsistências entre os artigos se explicam pelo próprio avanço autocrítico da pesquisa.

Ao concluir este livro, meu agradecimento e homenagem a Maria Conceição Tavares e Carlos Lessa, que me introduziram no “debate do desenvolvimento”, no início da década de 1980.

*José Luís Fiori*

---

<sup>1</sup> Meu agradecimento a Maria Claudia Vater, que leu e discutiu minuciosamente cada um dos textos deste livro.

<sup>2</sup> A maioria dos artigos incluídos neste livro foi publicada no jornal *Valor Econômico* e replicada pelos sites brasileiros *Carta Maior* e *Outras Palavras*. Vários deles apareceram também nos sites *La Onda* (Uruguai) e *SinPermiso* (Espanha).

## Prefácio

### CONJETURAS E HISTÓRIA

Nosso estudo do desenvolvimento latino-americano – e, em particular, do desenvolvimentismo brasileiro – começou na década de 1980<sup>1</sup> e manteve uma longa interlocução crítica com a literatura estruturalista, marxista e keynesiana<sup>2</sup>, as teorias da dependência<sup>3</sup> e a teoria do sistema-mundial moderno<sup>4</sup>, antes de se

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o desenvolvimento latino-americano iniciado na década de 1980, sob a ótica aqui abordada, consultar as seguintes fontes: José Luís Fiori, *Por uma economia política do tempo conjuntural* (Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1984), texto para discussão n. 44; idem, *Conjuntura e ciclo na dinâmica de um estado periférico* (Tese de Doutorado em Ciência Política, São Paulo, USP, 1984); idem, *Instabilidade e crise do estado na industrialização brasileira* (Tese de Professor Titular, Rio de Janeiro, UFRJ, 1988); idem, “Crise do estado brasileiro”, *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 33, 1989; Carlos Lessa e José Luís Fiori, “E houve uma política econômica nacional-populista?”, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 12, n. 1, 1991, p. 176-97; José Luís Fiori, “O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 40, 1994; idem, “Sonhos prussianos e crises brasileiras”, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 11, n. 1, 1990, p. 41-61; idem, “De volta à questão da riqueza de algumas nações”, em idem (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Petrópolis, Vozes, 1999); idem, “A propósito de uma ‘construção interrompida’”, *Economia e Sociedade* (Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 2000); idem, “O cosmopolitismo de cócoras”, *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados/USP, 2000; idem, “Pour un diagnostic de la ‘modernisation brésilienne’”, *Revue du Tiers Monde*, Paris, Presses Universitaires de France, v. 42, n. 167, 2001, p. 493-513.

<sup>2</sup> Ver desdobramentos do conceito em Anthony Brewer, *Marxist Theories of Imperialism: a Critical Survey* (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1980); Paul A. Baran, *The Political Economy of Growth* (Harmondsworth, Penguin, 1973); Ricardo Bielschowsky, *Cinquenta anos de pensamento da Cepal* (Rio de Janeiro, Record/Cofecon/Cepal, 2000); Luiz G. de Melo Belluzzo e Renata Coutinho, *Desenvolvimento capitalista no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1982), v. 1 e 2; Jorge Larraín, *Theories of Development* (Londres, Polity, 1989).

<sup>3</sup> A ideia de dependência aqui referenciada está presente nas seguintes obras: André Gunder Frank, “The Development of Underdevelopment”, *Monthly Review*, v. 18, n. 4, 1966, p. 17-31; Teotônio dos Santos, “El nuevo caracter de la dependencia”, *Cuadernos del Centro de Estudios Socio-Económicos* (Santiago, Universidad de Chile, 1968); Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (Rio de Janeiro, Zahar, 1970); Ruy Mauro Marini, *Dialética de la Dependencia* (Cidade do México, Era, 1973).

<sup>4</sup> Ver mais informações sobre essa teoria em Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System* (Nova York, Academic Press, 1974); idem, *The Capitalist World-Economy* (Cambridge, Cambridge



deslocar para o campo da economia política internacional<sup>5</sup> e se propor um novo programa de pesquisa, inspirado por uma tese e por uma pergunta do historiador Fernand Braudel. A tese: na Europa, “a maturidade política precedeu a maturidade econômica”<sup>6</sup>, e a formação dos estados territoriais precedeu a formação das economias nacionais<sup>7</sup>. A pergunta: “quando, como e por que razões” esses estados territoriais europeus adquiriram sua “força política e sua coerência econômica interna”<sup>8</sup>. Esses dois fatores de inspiração foram os que mais contribuíram para a expansão vitoriosa do sistema de poder europeu e sua conquista do mundo, e também para a formação do próprio capitalismo.

Para responder à pergunta de Braudel, partimos de uma teoria do poder e da acumulação do poder e de suas relações com o capital e a acumulação de capital para reconstruir as relações originárias entre as lutas pelo poder e as guerras europeias, e o processo de formação das economias nacionais, dentro dos vários tabuleiros geopolíticos que se configuraram na Europa a partir do “longo século XIII” (1150-1350)<sup>9</sup>. Vimos, então, como as guerras de conquista se transformaram num mecanismo regular de cobrança de tributos e de estímulo ao aumento da produção e da troca entre os súditos, ou pagadores de tributos. Vimos também como nasceram as “moedas soberanas”<sup>10</sup> e as primeiras formas de acumulação financeira, por meio da senhoriagem do câmbio entre as moedas europeias e pelo manejo monopólico das dívidas dos príncipes guerreiros. Em seguida, acompanhamos o processo de centralização do poder e do capital que levou à formação dos primeiros Estados

---

University Press, 1979); Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of our Times* (Londres, Verso, 1994); Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System* (Minneapolis, University of Minnesota Press, 1999).

<sup>5</sup> Mais desdobramentos dessa ideia podem ser encontrados em Robert Gilpin, *The Political Economy of International Relations* (Princeton, Princeton University Press, 1987); Benjamin Jerry Cohen, *International Political Economy: an Intellectual History* (Princeton, Princeton University Press, 2008).

<sup>6</sup> Tese presente em Fernand Braudel, *O tempo do mundo* (São Paulo, Martins Fontes, 1996), p. 255.

<sup>7</sup> Idem, *A dinâmica do capitalismo* (Rio de Janeiro, Rocco, 1985), p. 82.

<sup>8</sup> Idem, *O tempo do mundo*, cit., p. 255.

<sup>9</sup> Expressão introduzida por Peter Spufford, a partir da ideia de Fernand Braudel sobre a existência de um “longo século XVI” em Peter Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989).

<sup>10</sup> Norbert Elias, *O processo civilizador* (1939) (Rio de Janeiro, Zahar, 1993).

territoriais e das primeiras economias nacionais, que se transformaram no embrião do “sistema interestatal capitalista”<sup>11</sup>, o qual se expandiu de forma contínua nos séculos seguintes, até sua plena globalização no final do século XX. Depois disso, voltamo-nos para o estudo do desenvolvimento das “grandes potências”<sup>12</sup> que lideraram esse sistema ao longo da história, para descobrir a importância do expansionismo e do belicismo desses países, por meio da explicação do sucesso econômico que obtiveram. Por fim, debruçamo-nos sobre a situação específica da América Latina, para estudar a forma como se reproduziram no continente tendências gerais do sistema interestatal e da economia capitalista.

Este prefácio contém três tópicos que resumem o fio condutor dessa pesquisa e dos vários artigos deste livro, que foram escritos à medida do avanço da própria pesquisa. O primeiro tópico sintetiza nossa visão teórica e histórica de longo prazo do sistema interestatal capitalista; o segundo resume nossas conclusões com respeito ao desenvolvimento das grandes potências; e, por fim, o terceiro sugere algumas pistas para uma releitura do desenvolvimento econômico do Cone Sul do continente sul-americano, em particular da Argentina e do Brasil.

## I

Os principais conceitos e hipóteses deste estudo foram discutidos em vários trabalhos anteriores<sup>13</sup>, mas podem ser resumidos na forma estilizada de sete teses teóricas e históricas: as teses 1 e 2 resumem nossa visão do poder e da acumulação do poder e de sua relação com as guerras de conquista e com os tributos; as teses

<sup>11</sup> Meu conceito de “sistema interestatal capitalista” é diferente daquele de “sistema mundial moderno”, de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, porque sublinha a importância permanente e insuperável dos Estados nacionais, com seus capitais e suas moedas específicas, para o desenvolvimento do capitalismo, que é desigual e hierárquico, mas que não é nem nunca será global, pois alimenta-se da própria existência das fronteiras e das moedas e capitais que se expandem com seus Estados nacionais.

<sup>12</sup> Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências* (Rio de Janeiro, Campus, 1989); Geoffrey Parker, *Success is Never Final: Empire, War and Faith in Early Modern Europe* (Nova York, Basic Books, 2002).

<sup>13</sup> Mais detalhes em José Luís Fiori, “Formação, expansão e limites do poder global”, em José Luís Fiori (org.), *O poder americano* (Petrópolis, Vozes, 2004); idem, *O poder global e a nova geopolítica das nações* (São Paulo, Boitempo, 2007); idem, “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, em José Luís Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano (orgs.), *O mito do colapso do poder americano* (Rio de Janeiro, Record, 2008); idem, “Um universo em expansão”, *Jornal de Resenha da USP*, n. 5, 2009.

3 e 4 sintetizam nossa leitura histórica do sistema interestatal capitalista; as teses 5 e 6 apresentam o ponto de partida do nosso estudo das grandes potências; e, finalmente, a tese 7 resume nossa leitura da conjuntura contemporânea, e das transformações mais recentes do sistema internacional:

Tese 1 – Em termos estritamente lógicos, o poder é uma relação que se constitui e se define, tautologicamente, pela disputa e pela luta contínua pelo próprio poder. Em qualquer nível de abstração e em qualquer tempo ou lugar, independentemente do conteúdo concreto de cada relação de poder em particular. Portanto, por definição e por dedução, o poder é:

- assimétrico: se todos tivessem o mesmo poder, não haveria disputa nem haveria “relação de poder”<sup>14</sup>;
- limitado: se o poder fosse absoluto, não haveria disputa, portanto o poder não existiria, pura e simplesmente;
- relativo: o poder envolve uma hierarquia e um cabo de guerra permanente entre algum vértice que tenha mais poder e outro que terá necessariamente menos poder. Se um desses vértices aumentar seus graus de liberdade, algum outro perderá poder, inevitavelmente, com relação ao que se expandiu;
- “heterostático”<sup>15</sup>: qualquer uma dessas variações de poder provoca sempre uma reação mais ou menos imediata das partes desfavorecidas, visando a recompor e a manter a mesma correlação de forças anterior à situação prévia à mudança inicial<sup>16</sup>;

<sup>14</sup> Maquiavel captou essa dimensão essencial do poder, de forma simples e direta, no momento em que se consolidavam as repúblicas italianas e nasciam os primeiros Estados nacionais: “em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas, e isso nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo”, em Nicolau Maquiavel, *O príncipe* (São Paulo, Abril, 1983), p. 38. Ver ainda outra passagem: “O objetivo do povo é mais honesto do que o dos poderosos; estes querem oprimir, e aquele não ser oprimido”, em *ibidem*, p. 40.

<sup>15</sup> Utilizo essa expressão por analogia com o campo biológico em que foi utilizada pela primeira vez – por Klopff, em 1982 –, para referir-se aos “organismos que procuram estímulos constantemente pela fuga temporária do equilíbrio”.

<sup>16</sup> Essa tese foi exposta pela primeira vez por Tucídides em sua obra clássica sobre a Guerra do Peloponeso: “Na minha opinião, as razões pelas quais os atenienses e os peloponésios romperam sua trégua de trinta anos, concluída por eles após a captura de Eubeia, é que os atenienses estavam se tornando muito poderosos, e isso inquietava os lacedemônios, compelindo-os a recorrer à guerra”. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Livro I (Brasília, Editora da UnB, 1987), p. 15.

- triangular: toda relação de poder envolve pelo menos dois vértices internos e um limite externo que pode ser representado na forma de um ponto ou de um vértice externo, onde se dá a intersecção entre P1 e P2, por exemplo. Nesse sentido, pode-se dizer que o limite de toda e qualquer unidade de poder Pn, sempre estabelecido por outra unidade de poder Pn-1, terá as mesmas características de Pn, e, portanto, também terá seu limite traçado por mais uma unidade de poder Pn-2, e assim infinitamente, com relação a Pn-3, Pn-4 etc.;

- fluxo: poder é ação e movimento, e só existe enquanto exercido de forma contínua. Não há como conceber um poder estático nem como conceber logicamente a possibilidade de um poder desativado ou neutro<sup>17</sup>. Por isso, costuma-se dizer que não existe vácuo de poder nesse jogo sem fim;

- sistêmico: não é possível pensar uma unidade de poder sem supor logicamente a existência do conjunto de outras unidades de poder que se multiplicam na forma de triângulos que supõem outros triângulos, e assim sucessivamente. E, como não é possível imaginar algum poder fora desse sistema de poderes, também se pode inferir que não existe nada anterior ou posterior ao próprio sistema, ou seja, ao próprio poder;

- expansivo: se as relações de poder fossem binárias e fechadas sobre si mesmas, se transformariam num jogo de soma zero e tenderiam a desaparecer de forma autofágica. Isso só não acontece porque o poder é triangular e sistêmico, e todas as suas unidades podem se expandir para fora de si mesmas, pela conquista do poder ou de alguma parcela do poder das demais unidades do sistema. Cada unidade de poder (P1, P2, P3 etc.) exerce uma pressão competitiva sobre si mesma, e todas essas unidades exercem a mesma pressão umas em relação às outras. Como consequência, o sistema, como um todo, também se expande de forma contínua. Mais do que isso, precisa se expandir infinitamente – caso contrário se fecharia sobre si mesmo e entraria em estado de entropia, ou em rota de extinção;

- indissolúvel: uma relação de poder só desaparece quando é conquistada integralmente ou é submetida à outra unidade de poder. Assim, por mais que recuemos no “tempo lógico”, sempre nos depararemos com novas unidades de poder que

<sup>17</sup> Nesse ponto, Thomas Hobbes reitera uma velha tese do próprio Maquiavel, ao dizer que “os que se contentarem em se manter tranquilamente dentro de modestos limites e não aumentarem seu poder por meio de invasões serão incapazes de subsistir por muito tempo, por se limitarem apenas a uma atitude de defesa”. Thomas Hobbes, *Leviatã* (São Paulo, Abril, 1983, Coleção Os Pensadores), p. 75.

foram conquistadas em algum momento, e assim retroativamente até o infinito. Portanto, pode-se deduzir que o poder é a origem de si mesmo, e a conquista é apenas a forma pela qual o poder se constitui, reproduz e expande<sup>18</sup>;

- dialético: se é verdade que o poder se define pelo seu fluxo, seu exercício e sua expansão, então também pode-se concluir que o poder se define por sua negação e superação – portanto, o poder é idêntico à sua própria acumulação, ou seja:  $P = + P$ ;

- ético: trata-se de uma força e de uma energia que se expandem e que estão obrigadas a se expandirem, movidas por um valor – a valorização do próprio poder. Toda e qualquer outra ética particular nasce desse impulso, como resultado ou como instrumento relacional dentro da luta entre os vértices que disputam e impulsionam a acumulação endógena do poder.

Tese 2 – Na história humana, a sedentarização do poder e das relações de poder entre os homens criou territórios e fronteiras mais estáveis que os das tribos ou povos nômades. Nesses casos de sedentarização, a pressão competitiva intrínseca ao poder adquiriu maior organicidade e intensidade, uma vez que já não estavam mais disponíveis as rotas de fuga do nomadismo. No novo contexto, multiplicaram-se as rebeliões “internas”, e a pressão externa da parte dos povos nômades e dos demais poderes territoriais deu início a uma sucessão interminável de guerras de defesa das fronteiras e de conquista de novos territórios. Essas lutas criaram a necessidade de recursos, regras e organizações (ainda que precárias) destinadas a garantir a dominação interna e as fronteiras externas desses novos agrupamentos humanos. E, o que é mais importante, criaram a necessidade de um fluxo regular de recursos obtidos por meio da pilhagem ou da tributação dos próprios súditos, ou das novas populações conquistadas e submetidas. Os tributos nasceram junto com a sedentarização do poder e se constituíram numa espécie de ato de poder inaugural, visto que, sem a arrecadação dos tributos, os poderes territoriais não teriam como se sustentar, reproduzir e expandir. A necessidade de se instituírem tributos e a obrigação de pagá-los exerceram um impacto decisivo no aumento da produção e da produtividade desses territórios (em alguns mais do que em outros) e no desenvolvimento de algumas inovações tecnológicas fundamentais para o aumento da produção de

<sup>18</sup> Mais uma vez, foi Maquiavel quem expôs de forma mais simples e direta a ideia desconfortável de que “o desejo de conquista é coisa verdadeiramente natural e ordinária, e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados, e não censurados”, em *ibidem*, p. 14.

alimentos e para o exercício da guerra. No entanto, o crescimento dos territórios conquistados e da necessidade de atender aos compromissos de guerra contribuiu decisivamente para o aparecimento das primeiras “moedas públicas”, cunhadas pelos cobradores de impostos, senhores da guerra ou imperadores e depois utilizadas no “jogo das trocas” entre os produtores diretos, ou entre os mercadores. Surgem também várias formas de dívidas e de empréstimos, e a usura – apesar de malvista em quase todos os lugares – ocupa um lugar muito importante no funcionamento mercantil dessas sociedades. Dessa forma, as guerras acabaram se transformando numa espécie de “primeiro motor”, e num instrumento de poder decisivo para a multiplicação das terras e dos homens capazes de criar os novos recursos que viriam a financiar as novas guerras, feitas com o objetivo de gerar mais recursos, e assim sucessivamente, engendrando um mecanismo regular de articulação das guerras com os tributos, com o aumento da produção, com a expansão dos mercados e das trocas e com a evolução de formas primitivas de moeda e de crédito. Nesse sistema de poderes territoriais competitivos, “quem não subia caía”<sup>19</sup>, e todos tentavam imitar as estruturas de policiamento interno e defesa externa, de produção e de troca, que fossem mais eficientes que as de seus competidores, sob pena de desaparecer como unidade competitiva dentro do sistema. Nesse processo, quando as necessidades criadas pelas guerras excediam a capacidade de tributação dos poderes territoriais envolvidos, só havia como solução empreender novas guerras de conquista, e assim sucessivamente, até o momento em que esse poder expansivo alcançasse um limite intransponível – físico, social ou financeiro – ou fosse suplantado e derrotado por outro poder conquistador em ascensão, momento em que começava – invariavelmente – o seu declínio como poder imperial, mesmo que esse declínio pudesse durar um longo período. Esse mesmo processo repetiu-se em muitos tempos e lugares nos quais haviam surgido “poderes territoriais” capazes de fixar e estabilizar suas relações de dominação, iniciando movimentos de conquista e expansão de suas fronteiras, até se transformarem em grandes impérios<sup>20</sup>. Foi assim, por exemplo, no caso dos

<sup>19</sup> Norbert Elias referia-se a outro momento da história, mas sua observação pode ser aplicada a qualquer sistema de poderes competitivos, ao dizer que “a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai. E a vitória significa, em primeiro lugar, seja esta ou não a intenção, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência”, em Norbert Elias, *O processo civilizador*, cit., p. 134.

<sup>20</sup> Também nesse caso Norbert Elias está falando de outro tempo histórico, mas sua observação alcança todos os sistemas de poderes territoriais muito antes da Idade Média europeia: “Numa

Impérios Hitita, Assírio e Persa, na Mesopotâmia, como também em Roma, no Egito e em todo o mundo sinocêntrico, da mesma forma que nos Impérios Asteca e Inca, na América, e nos reinos de Zaria, Bagirmi ou Nupe, na África<sup>21</sup>.

Tese 3 – Na Europa, e somente na Europa, a competição entre os “poderes territoriais”, somada às suas próprias lutas internas, produziu um efeito inteiramente novo e original, entre 1150 e 1650 d. C., aproximadamente. Essa mudança ou salto “qualitativo” não obedeceu a nenhum tipo de lei ou causação universal, nem seguiu nenhuma direção necessária, e tudo indica que tenha sido obra do acaso ou, talvez, do que alguns chamam hoje de “bifurcação histórica”. Mesmo assim, é possível identificar algumas características específicas dos poderes territoriais europeus e do impacto que suas lutas e guerras tiveram sobre a atividade econômica de seus territórios<sup>22</sup>. Depois do fim do Império Romano, e em particular após o fim do império de Carlos Magno, o poder territorial europeu se fragmentou durante dois a três séculos, e a atividade econômica se atrofiou, na maior parte da Europa, ficando reduzida a algumas comunidades locais de produção e de troca, quase sempre em espécies, com exceção das repúblicas italianas<sup>23</sup> e de algumas poucas cidades europeias que se mantiveram mais ativas e conectadas economicamente graças às suas relações militares e às suas conexões mercantis com os grandes impérios que cercavam e dominavam o Mediterrâneo. Esse processo de desintegração interna começou a ser revertido, a partir do século XII, por meio de um movimento lento, mas contínuo, de recentralização do poder político e de reativação da atividade econômica, induzido por uma sucessão de pequenas guerras localizadas que foram se multiplicando e se ampliando progressivamente e que se somaram às grandes

---

sociedade em que atuavam essas pressões competitivas, quem não ganhava ‘mais’ automaticamente ficava com ‘menos’. Neste particular, observamos mais uma vez a pressão que se fazia sentir de cima a baixo nessa sociedade: lançava os governantes territoriais uns contra os outros e, dessa maneira, punha em movimento o mecanismo do monopólio”, em *ibidem*, p. 93.

<sup>21</sup> Stephen P. Reyna, *Wars Without End: The Political Economy of a Precolonial African State* (Londres, University Press of New England, 1990).

<sup>22</sup> Ver Peter Spufford, *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe* (Nova York, Thames & Hudson, 2002); Ronald Findlay e Kevin O'Rourke, *Power and Plenty, Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium* (Princeton, Princeton University Press, 2007).

<sup>23</sup> Ver mais a respeito em Mauricio Metri, *Poder, riqueza e moeda na Europa medieval: a preeminência naval, mercantil e monetária da sereníssima República de Veneza nos séculos XIII e XV* (Rio de Janeiro, FGV, 2014).

guerras ou cruzadas de conquista ou reconquista dos territórios ocupados pelos bárbaros, pelos hereges e pelos povos islâmicos<sup>24</sup>. Nesse sentido, é preciso destacar a importância decisiva que teve, para a história europeia, o “cerco” e a “ameaça”<sup>25</sup> ao seu território por parte do poder islâmico, que impôs sua presença vitoriosa em torno do mar Mediterrâneo e na Península Ibérica durante cerca de mil anos, entre os séculos VIII e XVIII, quando começa o declínio do Império Otomano<sup>26</sup>. Além disso, ao contrário de outros sistemas de poder similares, no caso da Europa as guerras internas e externas fortaleceram alguns dos seus poderes territoriais mais do que outros, embora esse processo de hierarquização e centralização do poder não tenha levado à criação de um único império territorial capaz de se impor sobre todo o território europeu<sup>27</sup>. Desse modo, as guerras europeias se transformaram numa atividade contínua e infinitamente elástica, ao lado das rebeliões camponesas e das guerras religiosas, que criaram em conjunto enorme pressão competitiva e imensa energia explosiva dentro da Europa. Essa conflitualidade contínua criou a necessidade crescente de se obterem recursos materiais e humanos e aprofundou

<sup>24</sup> Ver mais desdobramentos sobre esses temas em William H. McNeill, *The Pursuit of Power* (Chicago, The University of Chicago Press, 1982); Jan Glete, *War and the State in Early Modern Europe* (Londres, Routledge, 2002); Jeremy Black, *The Rise of the European Powers, 1679-1793* (Londres, Edward Arnold, 1990); Charles Tilly, *Coerção, capital e Estados europeus – 1990-1992* (São Paulo, Edusp, 1992).

<sup>25</sup> Braudel traçou essa verdadeira trincheira que separava as duas civilizações: “A cristandade mediterrânea dispôs, portanto, contra o islã de uma série de ‘cortinas’, de ‘frentes’ fortificadas, longas linhas defensivas por detrás das quais, consciente da sua superioridade técnica, se sente melhor abrigada. Estas linhas estendem-se da Hungria até as fronteiras mediterrâneas, numa série de zonas fortificadas que separam as duas civilizações”. Fernand Braudel, *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo de Felipe II* (Lisboa, Dom Quixote, 1995), v. 2, p. 209.

<sup>26</sup> Foi Braudel também quem melhor descreveu a natureza crônica e elástica desta guerra entre as civilizações islâmica e cristã durante o “longo século XVI”: “Ao longo dos anos, um período de guerras ‘internas’ sucede um período de guerras ‘exteriores’, numa ordem bastante nítida. Não se trata de uma orquestra perfeita, nem de bailados marcados no seu pormenor. E, todavia, a sucessão é clara: sugere perspectivas no meio de uma história confusa e que de repente se esclarece, sem que tenha havido artifício ou ilusão [...] segundo as épocas, os centros de gravidade e as linhas de ação do turco deslocam-se em correlação com as modalidades de uma guerra ‘mundial’. Tudo depende de uma história bélica que vai do estreito de Gibraltar ou dos canais da Holanda até a Síria ou o Turquestão. E esta história tem apenas um ritmo: suas mudanças são eletricamente as mesmas. Em dado ponto, cristãos e muçulmanos confrontam-se no Jihād e na Cruzada, depois viram as costas uns aos outros para se concentrarem nos seus conflitos internos”, em *ibidem*, p. 206 e 208.

<sup>27</sup> Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*, cit., cap. 3.



os laços desses poderes em conflito com seus sistemas de tributação e produção de excedente, até o momento em que sua repetição permanente produziu um salto qualitativo, com o nascimento dos primeiros Estados e das primeiras economias nacionais europeias<sup>28</sup>, além do próprio sistema interestatal, onde se forjaram as bases do capital e do capitalismo europeu<sup>29</sup>. Quando as necessidades criadas pelas guerras excederam a capacidade de tributação dos poderes envolvidos, os soberanos endividaram-se com seus próprios mercadores, e essas dívidas selaram uma relação cada vez mais necessária e estrutural entre os senhores da guerra e os senhores do dinheiro que tinham obtido o poder monopólico de senhoriagem das moedas e dos títulos da dívida dos mesmos soberanos a quem haviam emprestado seu dinheiro. Foi nesses mercados de moedas e de títulos que se criaram as oportunidades para a formação e a acumulação privada de algumas formas primitivas de riqueza financeira, nascidas à sombra dos poderes e dos Estados vitoriosos. Os traços distintivos desse novo sistema interestatal foram construídos lentamente – entre 1150 e 1650 –, mas nesse percurso a energia acumulada pelas guerras e rebeliões sucessivas provocou duas grandes explosões expansivas dentro desse sistema de poderes europeus: a primeira, durante o “longo século XIII”, entre 1150 e 1350-1400; e a segunda, durante o “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. Por esse caminho, e por sucessivas guerras e explosões expansivas, o velho mecanismo de relógio que marcava o ritmo das relações de todos os grandes poderes territoriais com suas próprias atividades econômicas se transformou numa nova máquina poderosa de produção e de acumulação de poder e de riqueza: os Estados-economias nacionais. Cada um deles, com seus territórios e seus tributos, com seus camponeses e cidadãos, com seus exércitos e suas burocracias, com suas moedas e seus títulos da dívida pública, com seus sistemas de bancos e de crédito e com seu sentimento coletivo de identidade nacional<sup>30</sup>. Foi dentro desse sistema de Estados-economias nacionais

<sup>28</sup> Fernand Braudel, *O tempo do mundo*, cit., cap. 4.

<sup>29</sup> Utilizamos aqui a palavra “capital” para referência ao dinheiro que se multiplica segundo a fórmula D-D’, por meio dos empréstimos a juros feitos aos soberanos ou de outras formas de uso do poder – neste caso, portanto, sem a intermediação imediata da mercadoria. E utilizamos a palavra “capitalismo” para referência ao momento da história europeia medieval em que a busca do lucro se transforma num objetivo permanente ou numa compulsão quase mecânica, muito anterior, portanto, à formação do regime de produção capitalista.

<sup>30</sup> Stephen P. Reyna e R. E. Downs (orgs.), *Deadly Developments: Capitalism, States and War* (Amsterdã, Taylor & Francis, 2005).

que se forjou o regime de acumulação capitalista que se transformaria no grande diferencial do poder europeu com relação ao resto do mundo. A alta frequência de guerras acabou de soldar em definitivo o circuito acumulativo e automático que associava os processos de acumulação do poder e do capital, ampliando-se, assim, o espaço e o potencial da acumulação financeira do dinheiro pelo dinheiro, por meio da criação dos sistemas nacionais de crédito e de bancos associados às moedas e aos títulos da dívida pública dos seus próprios Estados nacionais. O movimento de internacionalização desses Estados e dos seus mercados e capitais seguiu a trilha aberta pela expansão e consolidação dos seus grandes impérios marítimos e coloniais. Foram sempre esses Estados expansivos e ganhadores – o núcleo das grandes potências – que lideraram o processo de acumulação de capital, a escala mundial. Por isso, pode-se dizer que o impulso imperialista foi sempre uma força, uma dimensão essencial e permanente do sistema interestatal europeu. Em suma, o sistema interestatal capitalista, criado pelos europeus, não foi apenas o produto da expansão dos mercados ou do capital; foi uma criação do poder expansivo de alguns Estados europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante os cinco séculos em que lutaram, entre si, pela conquista e monopolização de posições de poder e de acumulação de riqueza.

Tese 4 – Sem o impulso do poder, a economia de mercado tende a se descentralizar e fragmentar, e, no limite, a se demonetizar, como aconteceu na Europa entre os séculos IX e XIII e em vários outros impérios e civilizações nos quais as guerras e as conquistas dos poderes territoriais alargaram os horizontes e as distâncias do seu comércio – e também as fronteiras das suas economias-mundo. Algo semelhante aconteceu na Europa após o século XVII, com os novos Estados e as economias nacionais que forjaram o capitalismo. Com a acumulação progressiva do capital, o capitalismo adquiriu complexidade e autonomia crescentes, mas, apesar disso, teve mantida sua dependência – em última instância – com relação ao poder, mesmo após concluída a “acumulação originária” sobre a qual fala Marx<sup>31</sup>. Uma depen-

<sup>31</sup> “Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se,

dência que se explicita a cada nova crise da qual a economia capitalista é resgatada ou à qual é relançada pelo poder dos Estados. Como no caso da economia de mercado – e também no caso da economia capitalista –, a intervenção ativa do poder impede que as crises econômicas levem à estagnação definitiva ou ao colapso final do sistema, previsto por vários economistas clássicos. Em analogia com o mundo da física, pode-se dizer que o poder atua dentro do capitalismo como se fosse uma energia escura que anula o efeito da gravidade entrópica das crises, relançando e acelerando a acumulação capitalista a cada nova grande dificuldade enfrentada pelo sistema. Como vimos, foi somente na Europa que as lutas pelo poder geraram essa articulação virtuosa entre o mundo do poder e o mundo da economia, criando um mecanismo conjunto – cada vez mais automático – de acumulação de poder e de riqueza, no qual a expansão do poder induz ao aumento da produção e das trocas que, por sua vez, estimulam e financiam a própria acumulação do poder. Uma associação que não se repetiu, naquele momento, em outros impérios e civilizações, e que acabou se transformando no motor e no segredo do milagre europeu responsável pela internacionalização vitoriosa do seu sistema capitalista. Quando se estabelece essa relação vitoriosa, o poder e o capital adquirem uma capacidade inusitada de captar, dissolver e transformar todas as coisas – simultaneamente – em mercadorias e em instrumentos de poder, começando pela ciência moderna que nasce junto com o sistema interestatal europeu e que, desde o início, opera simultaneamente como produtora de armas e de mercadorias. No caminho de expansão desse poder europeu, a revolução financeira do século XVII e a Revolução Industrial do século XIX aumentaram as distâncias e as assimetrias da Europa com relação aos demais impérios e civilizações que se mantiveram prisioneiros do jogo das trocas e da economia de mercado, como foi o caso destacadamente do mundo islâmico e do mundo sinocêntrico. De todo modo, é importante sublinhar que a internacionalização do capitalismo europeu se deu pela progressiva ampliação – competitiva e bélica – dos territórios econômicos supranacionais, dos seus primeiros Estados nacionais. Por isso, cada novo passo da internacionalização capitalista significou o aumento do poder político e econômico dos Estados que lograram expandir seu território econômico nacional antes que os demais. Foi a

---

em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade”, em Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (São Paulo, Boitempo, 2013), p. 821.

expansão desses Estados-economias nacionais que deu origem aos grandes impérios europeus de onde nasceriam, mais tarde, as duas centenas de Estados nacionais soberanos que compõem atualmente o sistema interestatal capitalista.

Essa transição da condição de colônia, ou de parte de um território econômico supranacional europeu, para o pleno exercício da condição de Estados nacionais independentes não foi homogênea nem linear; dependeu das características específicas de cada colonização e, sobretudo, do desenvolvimento anterior à chegada ou à submissão aos europeus. Apesar dessas diferenças, muitos desses novos Estados e economias nacionais se mantiveram dentro do território econômico supranacional de suas antigas metrópoles – mesmo após a independência –, quase sempre na condição de fornecedores de produtos primários ou de matérias-primas indispensáveis para as economias metropolitanas. Essa posição inicial, entretanto, nunca foi imutável nem determinou obrigatoriamente a trajetória do desenvolvimento econômico posterior dos novos Estados. Por isso, não é possível enquadrar a complexidade político-econômica desse novo sistema ampliado de Estados e economias nacionais dentro de esquemas e conceitos bipolares e simplificados, como “centro-periferia”, “desenvolvido-subdesenvolvido”, ou por conceitos extremamente imprecisos, como “semiperiferia” ou “dependência”, que significam muitas coisas ao mesmo tempo e não conseguem identificar e distinguir as especificidades desses países, uns com relação aos outros e com relação às suas antigas metrópoles. O sistema interestatal capitalista pode ter múltiplos centros econômicos e infinitas periferias e dependências, mas nenhuma delas determina necessariamente a trajetória seguida por cada um dos Estados e das economias nacionais que foram se agregando ao núcleo original do sistema. “Dentro do sistema mundial formado por ‘Estados-economias nacionais’, as economias líderes são transnacionais e imperiais por definição, e sua expansão gera uma espécie de rastro que se alarga a partir de sua própria economia nacional”<sup>32</sup>. No entanto, existem vários tipos possíveis de lideranças econômicas globais ou regionais que podem produzir esse mesmo efeito rastro dentro de suas áreas de liderança, dando origem a vários centros e periferias com dinamismos e trajetórias diferentes.

Conforme abordado anteriormente, a energia que move esse sistema vem da luta e da competição entre seus Estados e suas economias nacionais, pela conquista

<sup>32</sup> José Luís Fiori, *O poder global e a geopolítica das nações*, cit., p. 33-4.

de posições monopolíticas escassas e desiguais, por definição. Como no caso do poder, também no caso do desenvolvimento econômico ninguém ganharia se todos ganhassem, e os que já ganharam lutam para manter e ampliar suas vantagens, estreitando o caminho dos demais e reproduzindo as condições de desigualdade. Assim, nenhum Estado ou economia nacional conseguirá jamais alcançar uma posição de liderança dentro de algum desses subsistemas econômicos sem dispor de uma economia dinâmica e de um projeto político e econômico capaz de articular interesses de Estado com aqueles dos grandes capitais privados. Além disso, nenhum capital privado individual jamais logrará se internacionalizar sem o apoio do seu Estado de origem. Ou seja, em todos os níveis e espaços do sistema, são reproduzidas as mesmas regras e tendências do seu núcleo europeu originário, ainda que seja de forma atenuada pelo tempo e pelas condições materiais, geopolíticas e estratégicas de cada Estado. Em todo caso, porém, não há como uma economia nacional se expandir simplesmente por meio do jogo das trocas, nem há como uma economia capitalista se desenvolver de forma ampliada e acelerada sem que ela esteja associada a um Estado com projeto de acumulação do poder e de transformação ou modificação da ordem internacional estabelecida.

Tese 5 – Até o fim do século XVIII, o sistema interestatal capitalista se restringia à Europa e aos seus impérios marítimos ou coloniais. Ele só se expande e muda sua composição no século XIX, depois da independência dos Estados americanos, e volta a alargar suas fronteiras depois da Segunda Guerra Mundial, com a incorporação dos novos Estados independentes da África e da Ásia, globalizando-se definitivamente, no início do século XXI, com a incorporação do antigo mundo soviético e de todo o mundo sinocêntrico. O problema da ordenação desse sistema, por meio da criação de um poder global, foi ficando cada vez mais complexo conforme se expandia e aumentava o número de Estados soberanos. Algumas teorias internacionais sustentam que essa ordenação global do sistema é responsabilidade das grandes potências, ou, ainda, de uma única potência “hegemônica”<sup>33</sup>. Alguns autores inclusive

<sup>33</sup> Charles Poor Kindleberger, *The World in Depression, 1929-1939* (Berkeley, University of California Press, 1973); idem, *World Economic Primacy, 1500 to 1990* (Oxford, Oxford University Press, 1996); Robert Gilpin, *War and Change in World Politics* (Cambridge, Cambridge University Press, 1981).

falam da existência histórica de “ciclos hegemônicos”<sup>34</sup> que teriam sido liderados sucessivamente por Holanda, Inglaterra e Estados Unidos – no entanto, não há evidências históricas de que a Holanda tenha tido ou exercido supremacia militar dentro da Europa, muito menos que tenha tido ou exercido liderança hegemônica mundial. Na verdade, a Holanda só se manteve como potência verdadeiramente autônoma por poucas décadas, entre sua independência, em 1648, e sua fusão político-econômica com a Inglaterra em 1689. Até mesmo a Inglaterra só conquistou sua condição definitiva de grande potência durante o século XVIII, após conquistar Escócia e Irlanda, e após sucessivas guerras vitoriosas dentro e fora do continente europeu. No mesmo século XVIII, a Dinastia Romanov – de Pedro, o Grande e de Catarina, a Grande – transformou a Rússia num império e num poder territorial mais amplo que o da Inglaterra, enquanto a Dinastia Qing (1668-1911) duplicava o território da China, transformando-a num poder regional dentro da Ásia muito superior ao poder da Inglaterra dentro da própria Europa. Ou seja, só se poderia falar de liderança mundial hegemônica da Inglaterra na segunda metade do século XIX e durante curto período: após a vitória sobre a China, na Primeira Guerra do Ópio, e o Tratado de Nanquim, de 1842; após a vitória sobre o Grande Motim e a criação do Vice-Reino da Índia, em 1858; e após o enquadramento do Japão, dentro de sua estratégia geopolítica asiática, entre a Restauração Meiji, de 1866, e o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919. Não por coincidência, esse foi praticamente o mesmo período em que a libra chegou a ser a moeda de referência do sistema monetário e financeiro internacional, entre 1870 e 1920. Por fim, só depois da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos conquistaram sua posição de liderança e exerceram sua supremacia econômica e militar dentro do mundo capitalista, mas não exerceram essa mesma hegemonia dentro do mundo soviético ou em relação à China comunista. Somente após o fim da Guerra Fria os Estados Unidos alcançaram uma supremacia unipolar sobre o mundo que, entretanto, durou apenas uma década. Nesse sentido, o que se pode afirmar com certeza a respeito do tema da hegemonia e da governança mundial é que até hoje os europeus e seus descendentes norte-americanos exerceram um verdadeiro poder estrutural sobre o sistema interestatal capitalista, por terem criado e ainda controlarem o software do sistema. Além disso, deve-se reconhecer que as duas grandes

<sup>34</sup> Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century* (Londres, Verso, 1994).

potências anglo-saxônicas, junto com os demais povos de língua inglesa, exercem, há cerca de trezentos anos, supremacia militar e hegemonia monetário-financeira sobre a maior parte do sistema político e econômico mundial. Isso, no entanto, não impediu nem impede que existam ao mesmo tempo vários outros polos ou centros de poder e de liderança da acumulação capitalista dentro do sistema. Assim, mesmo nos momentos da história em que houve um país que exerceu forte liderança dentro do grupo das grandes potências, essa hegemonia não estabilizou o sistema mundial nem interrompeu a competição entre os seus Estados – e, o que é mais importante, tampouco interrompeu a competição entre as grandes potências ou suspendeu o expansionismo da potência hegemônica.

Para entender essa aparente contradição, é preciso voltar uma vez mais às origens do sistema e ao momento em que sua competição interna promove a hierarquização inicial dos seus Estados. No topo dessa hierarquia situaram-se – desde o início – os Estados mais poderosos, que constituíram uma espécie de núcleo central ou vanguarda do sistema. A relação entre essas grandes potências foi sempre e a um só tempo de complementariedade e competição, e foi dentro desse núcleo que se originaram todas as grandes guerras europeias e mundiais desde 1648<sup>35</sup>. Foram essas potências ganhadoras que lideraram o movimento expansivo de todo o sistema, inovando permanentemente e lutando entre si pelo controle de situações monopólicas, sem poder parar de inovar e de se expandir para se manter à frente dos demais, preservando sua condição de liderança. Se os líderes desse sistema parassem de inovar e de se expandir, esse universo entraria em processo de entropia, porque o próprio universo se estabiliza e ordena por meio de sua permanente expansão. No entanto, essas grandes potências se protegem coletivamente, impedindo o surgimento de novos Estados e economias líderes, pela monopolização das armas, da moeda e das finanças, da informação e da inovação tecnológica<sup>36</sup>. Por isso, o aparecimento de uma potência emergente é sempre um fator de desestabilização e mudança do sistema mundial, porque sua ascensão ameaça o monopólio das potências estabelecidas. Na verdade, porém, os grandes desestabilizadores do

<sup>35</sup> “O continente europeu como um todo começava a se tornar um sistema interdependente de países, com um equilíbrio dinâmico próprio, no qual toda mudança de poder envolvia direta ou indiretamente todas as unidades, todos os países”, em Norbert Elias, *O processo civilizador*, cit., p. 129.

<sup>36</sup> Susan Strange, *States and Markets* (Londres, Pinter, 1994).

sistema são os próprios Estados líderes ou hegemônicos, pois eles não podem parar de se expandir para manterem sua hegemonia – e, para se manterem à frente dos demais, eles precisam desafiar continuamente as regras e instituições estabelecidas por eles mesmos que possam estar bloqueando sua imperiosa necessidade de inovar e de se expandir mais do que todos os demais. Por isso, pode-se afirmar que as grandes potências hegemônicas ordenam, de fato, o sistema internacional, mas o fazem desordenando-o continuamente. E pode-se concluir categoricamente que não há nem haverá jamais como estabelecer e sustentar uma estabilidade hegemônica duradoura, ou uma paz perpétua, dentro do sistema interestatal capitalista inventado pelos europeus.

Tese 6 – O sistema interestatal acumula sua energia de forma contínua, na medida em que aumenta sua pressão competitiva interna. Em alguns momentos da sua história, no entanto, esse sistema sofreu grandes explosões expansivas que projetaram suas potências mais competitivas para fora de si mesmas, e, ao mesmo tempo, ampliaram as fronteiras globais do próprio sistema. A primeira vez que isso ocorreu, como já vimos, foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350, e a segunda vez foi no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. Houve, porém, uma terceira grande explosão expansiva que ocorreu no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914<sup>37</sup>. Nesse caso, o aumento da pressão competitiva foi provocado: pela luta contínua entre França e Inglaterra dentro e fora da Europa; pelo surgimento e pela incorporação dos novos Estados americanos; e pela pressão causada por três novas potências emergentes – Estados Unidos, Alemanha e Japão – que cresceram muito rapidamente e revolucionaram a economia capitalista e o “núcleo central” das grandes potências. Por fim, neste início de século XXI está em pleno curso uma quarta grande explosão expansiva do sistema mundial, que começou na década de 1970. Nesse caso, o aumento da pressão dentro do sistema foi provocado pela estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos que se radicalizou após os anos 1970; também foi provocado pelo próprio alargamento das fronteiras do sistema e pela multiplicação dos seus Estados nacionais, depois do fim da Segunda Guerra Mundial; e, finalmente, pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos Estados asiáticos, em particular da China. Ao contrário do que

<sup>37</sup> Eric Hobsbawm, *A Era dos Impérios* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989).



pensam muitos autores, a quarta explosão expansiva não aponta para o fim do sistema capitalista nem do sistema interestatal<sup>38</sup>, apesar de ser impossível prever os seus horizontes futuros<sup>39</sup>. A única certeza é que o sistema deverá encontrar novos espaços e territórios de expansão, assim como deverá derrubar novas fronteiras, movido pela mesma energia fundamental empregada em suas competições e em suas guerras internas. A longo prazo, o processo de centralização global do poder e de internacionalização da economia capitalista não elimina suas unidades competitivas básicas, ou seja, seus Estados e suas economias nacionais. Pelo contrário, a cada nova explosão expansiva, multiplicam-se os Estados e se fortalece ainda mais o seu poder nacional, porque o sistema interestatal capitalista está em permanente processo de internacionalização – mas, ao mesmo tempo, também está em permanente processo de fortalecimento dos seus poderes territoriais e de suas economias nacionais. Esses processos simultâneos são movidos pela mesma força contraditória de sua luta comum pelo poder global.

Tese 7 – Nossa análise da conjuntura internacional na segunda década do século XXI reconhece que o sistema mundial está passando por uma grande transformação estrutural, mas não considera provável que o capitalismo ou mesmo os Estados Unidos estejam vivendo uma crise terminal. O declínio relativo do poder americano deve mudar a configuração geopolítica e econômica mundial, mas os Estados Unidos devem seguir ocupando o lugar de pivô do sistema interestatal nas próximas décadas.

<sup>38</sup> Immanuel Wallerstein, *After Liberalism* (Nova York, The New Press, 1995); idem, *The End of the World as We Know It* (Londres, University of Minnesota Press, 1999).

<sup>39</sup> “Assim mesmo, nas próximas décadas, o ‘núcleo duro’ da geopolítica mundial deverá incluir, ao lado dos Estados Unidos e da China, a Rússia, graças às suas reservas energéticas, ao seu arsenal atômico e ao tamanho do seu ‘ressentimento nacional’ ou territorial, como ensinou Hans Morgenthau. Um núcleo composto, portanto, por três Estados continentais, que detêm um quarto da superfície da Terra e mais de um terço da população mundial. Nessa nova geopolítica das nações, a União Europeia terá papel secundário como aliada dos Estados Unidos enquanto não dispuser de um poder estatal unificado, com capacidade de iniciativa estratégica autônoma. Índia, Irã, Brasil e África do Sul deverão aumentar seu poder regional, em escalas diferentes, mas não serão poderes globais ainda por muito tempo. Haverá uma nova ‘corrida imperialista’, que aumentará o número dos conflitos localizados entre os principais Estados e economias do sistema. Mas é muito difícil de prever os caminhos do futuro depois dessa nova ‘era imperialista’”, em José Luís Fiori, “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, cit.

Do nosso ponto de vista, os Estados Unidos estão experimentando e construindo uma nova estratégia internacional, mais arbitral e menos intervencionista, em todos os grandes tabuleiros geopolíticos do sistema mundial. O objetivo é exercer poder imperial pela promoção ativa das divisões e dos equilíbrios de poder regionais, segundo o modelo clássico da administração imperial da Grã-Bretanha durante o século XIX. Mas isso não impedirá a existência e a multiplicação dos conflitos e das guerras localizadas, porque as demais potências regionais e/ou emergentes deverão seguir trabalhando para construir blocos e coalizões capazes de resistir, equilibrar e algum dia superar o poder local dos Estados Unidos. Mas não há dúvida de que esse será o jogo que estará sendo jogado nas próximas décadas: de um lado, os Estados Unidos se distanciando e intervindo apenas em última instância; do outro, as demais potências regionais tentando escapar do cerco estado-unidense, por meio de coalizões de poder que neutralizem o divisionismo estimulado pelos Estados Unidos. Esse é, em particular, o caso da China, que já está fazendo um movimento explícito e militarizado de afirmação do seu poder e de disputa da supremacia no mar do sul do Pacífico e em todo o Leste Asiático, além de estar tomando posições cada vez mais evidentes e expansivas na luta pelo controle imperialista da África. No entanto, o mesmo deve ser dito com relação à Rússia, na Europa Central e em toda a Eurásia; com relação à Alemanha, na Europa Ocidental e também na Europa central; com relação à Índia, no sul da Ásia; com relação ao Irã, no Oriente Médio; com relação ao Brasil, na América do Sul; e, em menor escala, com relação à África do Sul e à Indonésia, em zonas imediatas de influência. De toda maneira, a própria expansão do poder americano segue fortalecendo a maior parte dessas potências que deverão competir com os Estados Unidos nas próximas décadas pelas hegemonias regionais do mundo.

Nessa nova configuração geopolítica, a União Europeia terá um papel secundário na aliança com os Estados Unidos enquanto não dispuser de um poder unificado, com capacidade de iniciativa estratégica autônoma. O aumento da fragilidade estrutural do projeto europeu começou com o fim da Guerra Fria e com a unificação da Alemanha, junto com o crescimento descontrolado da União Europeia e da Otan, que passaram da condição de projetos defensivos à condição de instrumentos de conquista territorial e de expansão da influência militar e econômica do Ocidente no Leste Europeu e também na Ásia Central e no norte da África. O alargamento em todas as direções da União Europeia e da Otan aumentou as desigualdades sociais e nacionais e reduziu o grau de homogeneidade, identidade e solidariedade

que existia no início do processo de integração, quando este era tutelado pelos Estados Unidos e havia um inimigo comum, a União Soviética. O processo de unificação monetária e de criação do euro atropelou os fatos, e se passou a construir uma moeda e um sistema monetário regional sem contar com uma autoridade fiscal e um tesouro unificado, capazes de sustentar o valor da moeda, em todas as circunstâncias e de forma igualitária, dentro e fora da Europa. Por isso, do ponto de vista geopolítico e econômico, a União Europeia enfrenta hoje as consequências e os limites de um projeto coletivo e utópico que se transformou num instrumento de afirmação da supremacia alemã, dentro da Europa. E não é possível ainda saber até quando os demais países da comunidade aceitarão a hegemonia germânica, que já foi rejeitada duas vezes nestes dois últimos séculos.

Do ponto de vista econômico e financeiro, as novas regras e instituições criadas a partir da crise dos anos 1970 permitem aos Estados Unidos definir de forma exclusiva o valor da moeda internacional, que é o dólar, lastreado pelos títulos da dívida pública do próprio poder emissor da moeda. Os Estados Unidos possuem um sistema financeiro nacional desregulado e são a cabeça de uma máquina de crescimento global que funciona em conjunto com a economia nacional chinesa. Dentro desse sistema, extremamente complexo, toda crise financeira interna da economia americana pode afetar a economia mundial pela corrente sanguínea do dólar flexível e das finanças globalizadas. Todos os seus ciclos internos de valorização de ativos – em particular, imóveis, câmbio e bolsa de valores – se descolam com facilidade dos circuitos produtivos e mercantis para os circuitos financeiros globais, apoiados pelo peso da dívida pública e da política de juros do governo estado-unidense. Por essa razão, o fenômeno das bolhas especulativas americanas é, de fato, uma ameaça permanente para a economia mundial. Não se trata, porém, apenas de capital fictício; trata-se de um ciclo específico de valorização do capital que somente ocorre dentro de um sistema monetário e financeiro desregulado e atrelado diretamente ao endividamento público do governo dos Estados Unidos. A crise econômica e financeira atual poderá ser mais ou menos extensa e profunda, mas não será a crise terminal do poder norte-americano, muito menos do capitalismo. Por enquanto, não é provável uma fuga do dólar, porque o euro, o yuan e o iene não têm fôlego financeiro internacional. Do ponto de vista estrutural, a internacionalização da economia estado-unidense, associada ao crescimento acelerado da China, produziu uma mudança estrutural no funcionamento da economia mundial com o surgimento

de um novo centro nacional de acumulação de capital – a China e seu entorno asiático –, com um poder de gravitação igual ao dos Estados Unidos. Uma espécie de bipolaridade diferente da bipolaridade geopolítica do século XX, pois naquele tempo não havia nenhuma complementariedade econômica entre os Estados Unidos e a União Soviética, embora fossem as duas maiores economias do mundo.

Com relação às chamadas potências emergentes, é importante sublinhar algumas diferenças fundamentais que distinguem China, Índia, Brasil e África do Sul como candidatos à condição de potências internacionais neste início do século XXI. De partida, China, Rússia e Índia são potências atômicas, e a China e a Rússia são membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Muito antes disso, no entanto, a China foi uma potência milenar, e somente no período entre 1840 e 1950 de sua longa história deixou de exercer supremacia e hegemonia em todo o Leste Asiático. A Rússia foi a segunda maior potência econômica e militar do mundo durante a segunda metade do século XX, e tudo indica que voltará a disputar sua antiga posição no século XXI. A Índia é uma potência militar com claras pretensões hegemônicas no sul da Ásia. Três países, portanto, que têm história e situação de poder militar absolutamente assimétricas com relação ao Brasil e à África do Sul. Apesar disso, Brasil, África do Sul e Índia – e mesmo a China – ainda ocupam a mesma posição de países ascendentes que sempre reivindicam mudanças nas regras de gestão do sistema mundial e na sua distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza. Mesmo assim, o que se deve prever para as próximas décadas é um distanciamento progressivo da China com relação a esse grupo de países, visto que a China já será a maior economia mundial – e já é o segundo maior orçamento militar do mundo. Com relação à Índia, os pontos de convergência serão cada vez mais tópicos, uma vez que Brasil e África do Sul não contam por enquanto com as ferramentas de poder e com os desafios externos indispensáveis ao exercício da *realpolitik*. Ainda assim, o Brasil é o país que tem melhores condições de expandir sua presença e projetar de forma pacífica sua liderança e seu poder dentro da região em que está inserido. Na primeira década do século XXI, o Brasil aumentou sua projeção internacional e assumiu uma posição ativa de afirmação de sua liderança e de seu poder na América do Sul e no seu entorno estratégico, incluindo a África Negra e o Atlântico Sul. Em breve, o Brasil será a quinta maior potência econômica do mundo, e não há mais escolha: o crescimento e a atuação internacional já colocaram o país dentro do grupo dos Estados e das economias nacionais que fazem parte do caleidoscópio central

do sistema interestatal capitalista, em que todos competem com todos e todas as alianças são possíveis, dependendo apenas da capacidade de cada um de definir e sustentar os próprios objetivos estratégicos de expansão internacional.

## II

A partir dessa visão teórica e histórica das tendências de longo prazo do sistema internacional e da leitura da sua conjuntura contemporânea, nossa pesquisa se debruçou sobre o estudo comparado do desenvolvimento econômico de dezenove países que ocuparam ou ainda ocupam posições de liderança política e econômica dentro das respectivas regiões ou do sistema interestatal capitalista como um todo, como é (ou foi) o caso de: Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Rússia, Alemanha, Estados Unidos, Japão e China; Coreia, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Suécia, Dinamarca, Noruega, Argentina e Brasil<sup>40</sup>. Essa pesquisa histórica

<sup>40</sup> Portugal: ver António H. R. de Oliveira Marques, *History of Portugal*, v. 1 (Nova York, Columbia University Press, 1972); Charles R. Boxer, *O império marítimo português* (São Paulo, Companhia das Letras, 2002); Malyn Newitt, *A History of Portuguese Overseas Expansion: 1400-1668* (Nova York, Taylor & Francis, 2005).

Espanha: ver Federico Chabod, *Carlos V y su imperio* (México, Fondo de Cultura Económica, 2003); *The New Modern Cambridge History: the Decline of Spain and Thirty Years War 1609-1648/9*, v. 5 (Cambridge, Cambridge University Press, 1970); Jaime Vicent Vives (org.), *Historia de España y América*, v. 5 (Vicens Bolsillo, Barcelona, 1974); Jan Glete, *War and the State in Early Modern Europe: Spain, the Dutch Republic and Sweden as Fiscal-Military States – 1500-1660* (Londres, Routledge, 2002).

França: ver Louis Halphen, *Charlemagne et L'Empire Caroligien* (Paris, Albin Michel, 1968); Robert Bartlett, *The Making of Europe Conquest: Colonization and Cultural Change – 1500-1350* (Nova Jersey, Princeton University Press, 1993); Stephen P. Reyna e R. E. Downs (orgs.), *Deadly Developments: Capitalism, States and War*, cit.; Ronald Findlay e Kevin O'Rourke, *Power and Plenty, Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium*, cit., cap. 5; Jeremy Black, *The Rise of the European Powers: 1679-1793* (Londres, Edward Arnold, 1990); Norbert Elias, *O processo civilizador*, v. 2 (Rio de Janeiro, Zahar, 1976), cap. 2.

Holanda: ver Jonathan I. Israel, *The Dutch Republic, Its Rise, Greatness, and Fall: 1477-1805* (Oxford, Clarendon Press, 1995); George Edmundson, *Anglo-Dutch Rivalry During the First Half of the Seventeenth Century* (Oxford, Clarendon Press, 1911); J. P. Cooper (org.), *The New Cambridge Modern History v. IV: the Decline of Spain and the Thirty Years War – 1609-1648/59* (Cambridge, Cambridge University Press, 1970); Federico Chabod, *Carlos V y su imperio*, cit.

Inglaterra: ver Nicolas Canny (org.), *The Oxford History of the British Empire*, v. 1: *The Origins of Empire* (Oxford, Oxford University Press, 1998); John S. Bromley, *The New Cambridge History*, v. 6: *The Rise of Great Britain and Russia – 1688-1725* (Cambridge, Cambridge University Press,

nos permitiu formular algumas generalizações que podem servir de hipóteses para estudos futuros sobre as condições geopolíticas do desenvolvimento econômico das grandes potências capitalistas e de alguns países ricos que não foram potências militares, mas ocupam posições estratégicas importantes na luta entre as grandes potências.

1. Nenhum caso de desenvolvimento econômico nacional bem-sucedido consegue ser entendido e explicado isoladamente ou a partir de fatores exclusivamente endógenos. Em todos os países estudados, o desenvolvimento econômico obedeceu a estratégias e seguiu caminhos que foram desenhados em resposta a grandes desafios sistêmicos, de natureza geopolítica. Independentemente de quais fossem as coalizões de interesse, de classe ou de governo, em todos esses países em algum momento formou-se um bloco de poder que respondeu da mesma forma a esses desafios externos, por meio de estratégias ofensivas e de políticas de fortalecimento

---

1971); Peter George M. Dickson, *The Financial Revolution in England: a Study in the Development of Public Credit – 1688-1756* (Londres, Gregg Revivals, 1993); Peter J. Cain e Anthony G. Hopkins, *British Imperialism: 1688-2000* (Londres, Longman, 2002); Niall Ferguson, *Empire: How Britain Made the Modern World* (Londres, Penguin, 2004).

Rússia: ver Alexander Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective* (Cambridge-MA, Harvard University Press, 1962); George B. Carson Jr., "The State and Economic Development: Russia, 1890-1939", em Hugh G. J. Aitken (org.), *The State and Economic Growth* (Nova York, Social Science Research Council, 1959); John S. Bromley, *The New Cambridge History*, v. 6, cit.; Dominic Lieven, *Empire: the Russian Empire and its Rivals* (New Raven, Yale University Press, 2000); Moshe Lewin, *O século soviético* (Rio de Janeiro, Record, 2007).

Alemanha: ver Antonio Ramos-Oliveira, *Historia social y política de Alemania* (Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1964), 2 v.; Thorstein Veblen, *Imperial Germany and the Industrial Revolution* (Nova York, Economic Classics, 1964); Louis Leo Snyder, *Roots of German Nationalism* (Londres, Indiana University Press, 1978); Alexander Gerschenkron, *Bread and Democracy in Germany* (Nova York, Howard Fertig, 1966).

Estados Unidos: ver George C. Herring, *From Colony to Superpower: U. S. Foreign Relations Since 1776* (Nova York, Oxford University Press, 2008); Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Formação do Império Americano* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005); Richard Bense, *Yankee Leviathan: the Origins of Central State Authority in America – 1859-1877* (Cambridge, Cambridge University Press, 1990); José Luís Fiori, "O poder global do Estados Unidos: formação expansão e limites", em José Luís Fiori (org.), *O poder americano*, cit.; Chalmers Johnson, *The Sorrows of Empire* (Nova York, Metropolitan Books, 2004).

Japão: ver Kyoko Sheridan, *Governing the Japanese Economy* (Cambridge, Polity, 1993); Chalmers Johnson, *MITI and the Japanese Miracle: the Growth of Industrial Policy – 1925-1975* (Stanford, Stanford University Press, 1982); idem, *Japan, Who Governs? The Rise of the Developmental State* (Nova York, Norton, 1995); Robert Wade, *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization* (Princeton, Princeton University Press, 1990).

econômico sustentadas por longos períodos. No entanto, não se consegue identificar nenhuma coalizão específica de classes cujos interesses apontem sempre e necessariamente na direção de um projeto expansivo ou desenvolvimentista. Pelo contrário, o que se percebe é que distintas coalizões de interesse podem dar respostas e sustentar estratégias semelhantes – expansionistas e desenvolvimentistas – frente a configurações e desafios geopolíticos análogos.

2. Todos esses países vitoriosos se formaram e se desenvolveram dentro de tabuleiros geopolíticos altamente competitivos, por isso compartilharam, ao longo da história, de um sentimento constante de cerco e de ameaça externa, de invasão ou de fragmentação de seus territórios por parte de outros países que foram ou também se transformaram em grandes potências. Isso explica a centralidade da preocupação que manifestam com relação à própria defesa, e também sua permanente preparação para a guerra – uma guerra futura, virtual. Mais do que isso, todos os países que se transformaram em grandes potências capitalistas passaram por longos períodos de guerra ou por guerras extremamente destrutivas. No caso

---

China: ver Denis C. Twitchett e John K. Fairbank, *Cambridge History of China* (Cambridge, Cambridge University Press, 2008), v. 8, 9 e 10; Denis Lambert, *Géopolitique de la Chine: du bronze antique au plutonium* (Paris, Elipses, 2009); Martin Jacques, *When China Rules the World* (Nova York, Penguin, 2009).

Coreia: ver Alice H. Amsden, *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization* (Nova York, Oxford University Press, 1989); World Bank, *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy* (Nova York, Oxford University Press, 1993); Jun-en Woo, *Race to the Swift: State and Finance in Korean Industrialization* (Nova York, Columbia University Press, 1991).

Austrália, Canadá e Nova Zelândia: ver Hugh G. J. Aitken, "Defensive Expansionism: the State and Economic Growth in Canada", em Hugh G. J. Aitken (org.), *The State and Economic Growth*, cit.; Gary Richard Hawke, "Acquisitiveness and Equality in New Zealand's Economic Development", *The Economic History Review*, v. 32, n. 3, 1979, p. 376-90; Alan George L. Shaw, *The Economic Development of Australia* (Londres, Longman, 1973); Carl E. Solberg, "Argentina y Canada: una perspectiva comparada sobre su desarrollo economico, 1919-1939", *Desarrollo Económico*, v. 21, n. 82, 1981.

Suécia, Dinamarca e Noruega: ver M. Roberts, "Sweden and the Baltic 1611-1654", em J. P. Cooper (org.), *The New Cambridge Modern History*, v. 6, cit.; Ragnhild M. Hatton, "Charles XII and the Great Northern War", em John S. Bromley, *The New Cambridge History*, v. 6, cit.; Jan Glere, *War and the State in Early Modern Europe: Spain, the Dutch Republic and Sweden as Fiscal-Military States – 1500-1660* (Londres, Routledge, 2002); S. Kuhnle, "Il modello scandinavo dell'era dell'integrazione europea: spinte al cambiamento interne ed esterne", em M. Ferrera, *Stato sociale e mercato* (Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, 1993); A. Martin, "La dinámica del cambio en una economía keynesiana: el caso sueco y sus implicaciones", em C. Crouch (org.), *Estado y economía en el capitalismo contemporáneo* (Madri, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, 1979); Göran Therborn, "Swedish Social Democracy and the Transition from Industrial to Postindustrial Politics", em Frances Fox Piven (org.), *Labor Parties in Postindustrial Societies* (Londres, Polity, 1991).

dos países envolvidos nesses tabuleiros de alta competitividade e belicosidade, qualquer alteração no poder ou na riqueza de algum dos outros participantes sempre provocou reações em cadeia, do ponto de vista militar e econômico. Essa ameaça futura de guerra ocupou lugar central no desenho dos objetivos estratégicos de suas políticas de desenvolvimento e de industrialização e, ainda mais, na luta constante pela liderança do processo de inovação tecnológica e pelo controle das tecnologias de ponta. No mundo dos “grandes ganhadores”, quando existe incompatibilidade temporária entre a conquista de situações monopólicas e a obtenção de lucros extraordinários, ou quando estão em disputa recursos estratégicos, a prioridade sempre foi a conquista e a defesa das posições monopólicas<sup>41</sup>.

3. Mesmo no caso dos pequenos países desenvolvidos, que enriqueceram sem se transformar em grandes potências, é possível identificar a influência e a importância direta ou indireta de sua posição geopolítica sobre seu desenvolvimento econômico. Em geral, são países cuja posição territorial os colocava em algum ponto decisivo

---

Argentina: ver Mario Rapoport, *História econômica, política y social de la Argentina: 1880-2003* (Buenos Aires, Emecé, 2012); Tulio Halperin Donghi, *Una nación para el desierto argentino* (Buenos Aires, Prometeo, 2009); idem, *Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino: 1791-1850* (Buenos Aires, Prometeo, 2005); Roberto Cortés Conde, “The Export Economy of Argentina: 1880-1920”, em Roberto Cortés Conde e Shane J. Huntz (orgs.), *The Latin American Economies* (Londres, Holmes & Meier, 1985); Arturo O’Connell, “Argentina into Depression: Problems of an Open Economy”, em Rosemary Thorp (org.), *An Economic History of Twentieth-Century Latin America* (Oxford, Palgrave, 2000), v. 2; Leslie Bethell (org.), *História da América Latina*, v. 4: 1870 a 1930 (São Paulo, Edusp, 1986); Andrés E. F. Haines, *O peronismo: um fenômeno argentino – uma interpretação da política econômica argentina: 1946-1955* (Porto Alegre, UFRGS, 2007), tese de doutoramento.

Brasil: ver Luiz Alberto Moniz Bandeira, *A expansão do Brasil e a formação dos estados na bacia do Prata* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012); idem, *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul, da Tríplice Aliança ao Mercosul* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010); Marco A. Pamplona e Maria Elisa Mäder (orgs.), *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007); Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1971); Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1959) (São Paulo, Companhia das Letras, 2006); Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro* (1958) (Porto Alegre/São Paulo, Globo/USP, 1975); Maria da Conceição Tavares, *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira* (Campinas, Unicamp, 1998); idem, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (Campinas, Unicamp, 1998); Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, *Desenvolvimento capitalista no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1982), v. 1 e 2; João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio* (São Paulo, Brasiliense, 1984).

<sup>41</sup> Ver Edward L. Morse, James Richard, “The Battle for Energy Dominance”, *Foreign Affairs*, Nova York, mar.-abr. 2002; Ernani Teixeira Torres Filho, “O poder do petróleo na geopolítica americana”, em José Luís Fiori (org.), *O poder americano*, cit.; Igor Fuse, *Energia e relações internacionais* (São Paulo, Saraiva, 2013).



da competição ou do enfrentamento das grandes potências, transformando-os em protetorados militares ou econômicos de alguma das potências envolvidas no conflito. Esses países podem estar próximos ou distantes da potência protetora, mas sempre estarão próximos do território de seus concorrentes ou adversários e aceitam subordinação à política de defesa de sua potência protetora em troca do acesso privilegiado a seus mercados e fluxos de crédito, financiamento e investimento direto.

4. Todos os países que se transformaram em grandes potências capitalistas enfrentaram, no momento de sua arrancada, rebeliões sociais ou guerras civis que estiveram associadas ou foram provocadas, invariavelmente, pela invasão ou ameaça de invasão externa. Essas rebeliões cumpriram papel decisivo na formação e na consolidação da unidade territorial, nacional, religiosa ou civilizatória desses países, como se essas rebeliões ajudassem a superar divisões sociais internas e contribuíssem para forjar a energia expansiva responsável pelo impulso desenvolvimentista interno e pela consequente projeção do poder internacional deles. Independentemente das forças que tenham saído vitoriosas desses conflitos internos, todas elas souberam utilizar o conflito como fator de mobilização nacional e de legitimação de seus projetos expansivos. Em todos os casos de sucesso econômico também se identifica a existência de um núcleo estratégico unido e coeso dentro do próprio Estado, que foi o grande responsável pela definição e sustentação dos objetivos estratégicos que se mantêm constantes durante longo tempo, apesar das eventuais mudanças de governo ou de regime político. Esses núcleos, ou centros de poder, demonstram sempre – em todos os casos estudados – grande flexibilidade e grande capacidade de adaptação e mudança, sem alterar seus objetivos, frente a eventuais alterações na configuração do sistema de poder em que estão inseridos.

5. Todas as grandes potências foram expansivas e imperialistas desde o momento da consolidação de seus centros de poder internos e utilizaram suas economias nacionais como instrumento de poder a serviço de suas estratégias imperialistas, definindo as grandes metas de suas economias nacionais e de sua própria política econômica a partir desses objetivos estratégicos situados no campo do poder. Por isso, a luta dessas grandes potências parece quase inseparável da luta pela expansão contínua do seu território econômico supranacional e pelo controle monopólico de novos mercados, de bens, créditos ou investimentos. Nessa luta, todas as grandes potências e grandes capitais privados desrespeitaram sistematicamente as regras e instituições competitivas de mercado. Nesse ponto, pode-se dizer que existe

uma “lei de ferro”: a liderança do capitalismo sempre esteve nas mãos dos capitais privados e das economias nacionais que, apoiadas no poder internacional de seus Estados, conseguiram operar com sucesso na contramão das leis do mercado. Assim, também se pode dizer que todas as potências vencedoras foram mercantilistas e não seguiram os preceitos liberais durante o período de arrancada até o momento em que já podiam ombrear com seus principais concorrentes da perspectiva de sua luta pelo poder e pela riqueza. Além disso, do ponto de vista estritamente macroeconômico, também pode-se dizer que as grandes potências desrespeitaram sistematicamente os preceitos da ortodoxia econômica em nome de sua luta pela conquista de mais poder, e mesmo assim conseguem manter sua credibilidade fiscal e financeira, acumulando ainda mais poder.

6. As grandes potências vencedoras sempre impuseram as próprias moedas como moedas de referência, tornando-as uma espécie de delimitação de seus territórios econômicos supranacionais. Conforme as barreiras tarifárias tradicionais foram sendo abolidas, a moeda se transformou na grande fronteira que separa e hierarquiza os territórios econômicos das grandes potências. Na luta entre os Estados e as economias nacionais, houve países que conseguiram impor a própria moeda dentro de territórios regionais, mas apenas dois países lograram impor, até hoje, sua moeda em escala internacional: Inglaterra e Estados Unidos. Muitos países que se propuseram a alcançar ou superar as potências anglo-saxônicas tiveram pleno sucesso tecnológico e industrial, mas nenhum conseguiu desafiar ou substituir a moeda e a centralidade do sistema financeiro das duas líderes do sistema interestatal capitalista nos últimos duzentos anos. Quando existiu essa possibilidade de contestação, foi também quando se viu bloqueado o caminho de ascensão da potência emergente. Mesmo no caso da sucessão monetária anglo-saxônica, a passagem da libra para o dólar foi precedida de uma longa luta estado-unidense de conquista de território e imposição progressiva de sua moeda, começando pelo Caribe e pela América Central. Foi somente após a vitória dos Estados Unidos nas duas grandes guerras do século XX e após todos os Estados europeus, incluindo a Inglaterra, se endividarem com o governo norte-americano que o país logrou impor sua moeda como referência internacional. Desse modo, no caso do dólar, como já havia acontecido com a libra, a escolha da moeda internacional não foi dos mercados, mas um subproduto da guerra e da vitória da superpotência, que soube impor antes sua superioridade política e militar.

7. As grandes potências sempre tiveram o poder de emitir dívida pública muito superior ao dos demais Estados do sistema. Por isso os títulos da dívida pública das grandes potências sempre tiveram maior credibilidade que os títulos dos Estados situados nos degraus inferiores da hierarquia do poder e da riqueza internacional. Marx<sup>42</sup> percebeu a importância decisiva da dívida pública para a acumulação privada do capital, e vários historiadores<sup>43</sup> têm chamado a atenção para a importância do endividamento dos Estados no seu processo de “empoderamento”<sup>44</sup>. A dívida pública da Inglaterra, por exemplo, passou de 17 milhões de libras, em 1690, para 700 milhões de libras, em 1800, justamente no período em que o país se transformou numa grande potência imperial e global. E o mesmo aconteceu com os Estados Unidos<sup>45</sup> e sua capacidade de endividamento, que também aumentou com a expansão de seu poder global, dentro e fora da América<sup>46</sup>. E, ainda agora, no século XXI,

<sup>42</sup> “Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que desempenham o papel de intermediários entre o governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia”, em Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit., p. 824-5.

<sup>43</sup> “Qualquer teoria sobre o significado econômico da dívida pública está obrigada a esclarecer por que tanto no século XVIII quanto no século XIX a Grã-Bretanha foi capaz de superar concorrentes superiores econômica e demograficamente, por que conseguiu evitar crises políticas internas associadas a uma dívida muito alta e, sobretudo, por que emergiu como a ‘primeira nação industrial’, apesar de sustentar uma dívida pública de tamanho e duração ímpar”, em Niall Ferguson, *A lógica do dinheiro, riqueza e poder no mundo moderno: 1700-2000* (Rio de Janeiro, Record, 2007), p. 138.

<sup>44</sup> Peter George Muir Dickson, *The Financial Revolution in England* (Londres, Gregg Revivals, 1993); idem, “War Finance, 1689-1714”, em John S. Bromley, *The New Cambridge History*, v. 6, cit.

<sup>45</sup> “Assim, apesar das críticas ao déficit americano, este tornou-se, na prática, o único elemento de estabilização do mercado monetário e de crédito internacional. O preço desta ‘estabilidade’ tem sido a submissão dos demais países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas econômicas ao desiderato do ‘equilíbrio global do sistema’”, em Maria da Conceição Tavares, “A retomada da hegemonia americana”, em Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização* (Petrópolis, Vozes, 1997).

<sup>46</sup> “Durante as três primeiras décadas do século XX, houve um grande fluxo de capital de bancos privados norte-americanos para países como Canadá, Austrália e a maioria das nações da Europa Ocidental, Japão e alguns países mais ricos da América Latina. Mas os países que não eram atraentes para os bancos de investimento dos EUA tornaram-se os lugares da ‘Diplomacia do

são os títulos da dívida pública dos Estados Unidos que seguem lastreando seu crédito internacional e sustentando o atual sistema monetário internacional.

Para concluir essas generalizações históricas, pode-se propor uma tipologia ideal extremamente simples e hipotética com relação aos caminhos do desenvolvimento econômico dos países, levando-se em conta sua posição geopolítica e hierárquica e sua estratégia de acumulação de poder internacional, considerando que um mesmo país pode ocupar distintas posições dentro dessa tipologia em distintos momentos de sua história e que todos os países podem se propor a mudar sua posição relativa dentro dessa hierarquia, mesmo quando não se proponham a ser economias plenamente industrializadas, Estados líderes, ou mesmo potências regionais ou globais:

i) Num primeiro grupo, situam-se os países que lideram a expansão do sistema interestatal e do capitalismo, em distintos níveis e momentos da história. São Estados nacionais que têm uma visão estratégica e instrumental de suas economias nacionais e lutam permanentemente para expandir seus territórios econômicos supranacionais. Esses Estados e economias líderes mantêm entre si uma relação de competição e disputa de poder permanente, e jamais abrem mão do controle dos processos de inovação tecnológica e militar. Como resultado de sua posição, dispõem de melhores condições de endividamento e maior grau de liberdade na escolha e na realização de suas políticas econômicas, podendo alterá-las com mais facilidade em função das circunstâncias e na medida em que possam repassar para terceiros os custos de seus ajustes internos sem sofrer nenhum tipo de penalidade – visto que, afinal, são eles mesmos que controlam a moeda e o crédito internacional.

ii) Num segundo grupo, situam-se os países que são derrotados e submetidos, ou que adotam livremente estratégias de integração ou subordinação direta, com relação à economia e às políticas econômicas das “potências líderes”<sup>47</sup>, transformando-se em protetorados econômicos ou militares dessas potências. São países que obtêm acesso privilegiado aos mercados e aos capitais de suas potências protetoras em troca da sua submissão à política externa e à política monetário-financeira delas. Esse foi

---

Dólar’, responsável pela criação de zonas de influência diretas da moeda e da dívida pública norte-americana. Nesse percurso, a expansão militar foi a força propulsora da expansão financeira, isto é, bancária e monetária”, em Mirelli Malaguti Ferrari, *A dívida pública como um dos fundamentos do poder americano* (Rio de Janeiro, UFRJ, 2013), tese de doutoramento, p. 135-6.

<sup>47</sup> Carlos A. Medeiros, Franklin Serrano, “Padrões monetários internacionais e crescimento”, em José Luís Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Petrópolis, Vozes, 1999).

o caso, por exemplo, dos domínios ingleses, mas também dos países derrotados na Segunda Guerra Mundial que depois foram transformados em protetorados militares dos Estados Unidos, contando com as mesmas facilidades – ao menos por um tempo – de acesso ao crédito e aos mercados de capitais dos antigos domínios britânicos que também viraram protetorados estratégicos dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial.

iii) Num terceiro grupo, situam-se os países que questionam a hierarquia internacional de poder e adotam estratégias econômicas direcionadas à mudança do *status quo*, procurando superar a lacuna tecnológica, industrial e financeira que os separa das potências líderes do sistema. Em geral, adotam políticas econômicas mercantilistas protecionistas com relação à própria indústria e ao mercado interno, visando acelerar seu crescimento econômico. No entanto, o fundamental é que seus objetivos de longo prazo não são definidos a partir da economia, nem são submetidos aos ditames da política econômica, uma vez que são projetos nacionais que podem ser bloqueados e podem não conseguir superar as barreiras à entrada impostas pelas grandes potências, como foi o caso da Alemanha e da União Soviética<sup>48</sup> na Europa, do Japão na Ásia e da Argentina e do Brasil na América do Sul. Também podem ter sucesso e dar origem a uma nova potência regional ou global, como foi o caso dos Estados Unidos na primeira metade do século XX e parece estar sendo o caso da China neste início de século XXI. Ainda assim, os países que foram bloqueados ou destruídos tendem a voltar à disputa, mantendo os mesmos objetivos, mas mudando suas estratégias, com vistas a enfrentar ou contornar o bloqueio das grandes potências que controlam as barreiras à entrada ao núcleo central do sistema. Esse é o caso, por exemplo, da Alemanha e da Rússia nestes primeiros anos do século XXI.

iv) Por fim, num quarto grupo, incluem-se todos os demais países situados no “andar de baixo”, isto é, na periferia do sistema. São Estados que não têm condições ou não se propõem a desafiar a ordem estabelecida e aceitam sua posição política subalterna dentro do sistema internacional de poder, mantendo-se como eventuais fornecedores de bens específicos – primários ou industriais – das economias que lideram o desenvolvimento capitalista mundial ou regional. São países com baixa

<sup>48</sup> José Luís Fiori, “O poder e o dinheiro: uma hipótese e várias lições”, em José Luís Fiori, Marta Skinner de Lourenço e José Carvalho de Noronha, *Globalização: o fato e o mito* (Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 1998).

capacidade de endividamento, fortes restrições externas e inteira submissão às políticas econômicas definidas pelas potências dominantes<sup>49</sup>, mesmo sem gozar das condições favoráveis oferecidas aos protetorados.

Por fim, uma pergunta inevitável: o caminho dos “ganhadores” está aberto para todos os países? Sim, está aberto, mas poucos serão os vencedores, porque a energia que move esse sistema, conforme vimos, vem da luta contínua entre Estados, economias nacionais e capitais privados, pela conquista de posições monopólicas que são desiguais por definição. Ainda assim, todos os Estados podem se propor a modificar sua posição relativa dentro do sistema, ainda que não queiram necessariamente ser uma potência regional ou internacional.

### III

Por último, quando se relê a história da centralização do poder e criação dos Estados nacionais da América do Sul – desse mesmo ponto de vista teórico – descobre-se uma surpreendente similitude com a Europa, que em geral não é destacada pelas interpretações tradicionais do desenvolvimento sul-americano<sup>50</sup>, em especial na região geopolítica do Cone Sul e na região geoeconômica da bacia do Prata, que possui um dos territórios de mais alta produtividade do continente e inclui parte expressiva de Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e também do sul e do sudeste brasileiros, onde se encontram os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, integrados pelos rio Paraná e seus principais afluentes: Parnaíba, Rio Grande, Tietê e Paranapanema. Dentro desse território relativamente contínuo e homogêneo, as guerras de independência e as guerras civis que se sucederam e se prolongaram durante toda a primeira metade do século XIX até o fim da Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870<sup>51</sup>, produziram efeitos análogos àqueles produzidos pela Europa – uma história

<sup>49</sup> José Luís Fiori, “Estados, moedas e desenvolvimento”, em idem (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, cit.

<sup>50</sup> Nós mesmos já defendemos uma interpretação diferente, em artigos anteriores, nos quais sugerimos a hipótese de que teria sido apenas no século XX que a competição entre seus Estados teria produzido efeitos semelhantes ao resto do sistema interestatal capitalista. Ver, por exemplo, José Luís Fiori, “Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana” (Brasília, Ipea/Cepal, 2010).

<sup>51</sup> Luiz Alberto Moniz Bandeira, *A expansão do Brasil e a formação dos estados na bacia do Prata*, cit.

que se repetiu dentro do Cone Sul, do outro lado da cordilheira dos Andes, onde o Chile também possuía terras de alta produtividade e conquistou seu território atual, por meio de sucessivas guerras vitoriosas contra o Peru e a Bolívia, ao norte, e contra populações e territórios indígenas, ao sul, transformando-se num dos Estados nacionais que mais cedo se centralizou e militarizou em toda a América do Sul. Após esse período de guerras e de definição de fronteiras e hierarquias, Paraguai, Bolívia e Uruguai foram periferizados por Argentina, Brasil e Chile, mas a competição geopolítica e militar entre esses três países se prolongou até o século XX. E foi nesse século de rivalidade, competição e disputas regionais dentro desse tabuleiro geopolítico que a Argentina liderou o primeiro grande milagre econômico da América do Sul, entre 1870 e 1940; logo em seguida, o Brasil liderou o segundo grande milagre econômico do continente, entre 1937 e 1980, completando 110 anos de alto crescimento econômico contínuo dentro da mesma região geoeconômica, algo absolutamente inusitado na economia mundial. Esse desenvolvimento contínuo, no entanto, não foi obra do acaso nem obedeceu a nenhum tipo de determinismo, conforme se pode ver pelo estudo da história da Argentina e do Brasil:

i) O arranco do milagre econômico argentino se deu logo após a Guerra do Paraguai e a unificação do Estado argentino na década de 1860, que obedeceu a uma estratégia geopolítica muito clara, ao ser traçada pela mesma elite civil, militar e intelectual que governou a Argentina e comandou sua expansão territorial e econômica com o propósito explícito de superar o Brasil na disputa pela hegemonia do Cone Sul<sup>52</sup>. Foi essa competição estratégica que orientou as “Guerras do Deserto” e a conquista do Pampa e da Patagônia pelos argentinos nas décadas de 1870 e 1880 – conquista esta que abriu as portas para a velocíssima expansão da rede ferroviária do país, o que permitiu a ocupação demográfica e o fortalecimento econômico dos novos territórios, ocupados por imigrantes trazidos da Europa. A partir daí, o Estado argentino se unificou definitivamente, suas Forças Armadas assumiram a liderança militar da América do Sul e a Argentina impôs sua hegemonia dentro de

<sup>52</sup> Os presidentes Bartolomeu Mitre, Domingo Sarmiento e Julio Roca foram lideranças políticas, intelectuais e militares centrais na formulação desse projeto expansionista e hegemônico da Argentina. O lema do general Roca no comando geral da “conquista do deserto” era “extinguir, submeter ou dispersar”, consigna vitoriosa que o conduziu à presidência do país duas vezes, entre 1880 e 1886 e, mais tarde, entre 1898 e 1904.

todo o território do antigo vice-reinado do Prata, o que permitiu que sua economia crescesse de forma contínua durante meio século a uma taxa média anual de 6%. No início do século XX, a Argentina havia se transformado no país mais rico do continente sul-americano e na sexta ou sétima economia do mundo. Entre 1870 e 1940 a Argentina foi a principal aliada da Inglaterra, ocupando lugar central dentro da estratégia geopolítica desse país na América do Sul, sem chegar, entretanto, a ser um protetorado militar inglês. Além disso, o expansionismo argentino do século XIX foi financiado por sua economia exportadora e sua capacidade de endividamento junto à banca inglesa, embora a Argentina nunca tenha sido um domínio inglês, tampouco um país subdesenvolvido, e certamente não estaria condenado à condição de periferia primário-exportadora se tivesse conseguido reajustar seu projeto estratégico e econômico sob as condições geopolíticas criadas pelo fim da Segunda Guerra Mundial, pelo declínio da Inglaterra e pela nova supremacia mundial dos Estados Unidos. Nesse momento, o governo de Juan Domingos Perón propôs uma estratégia conservadora de realinhamento internacional e desenvolvimento econômico nacionalista e popular, mas esse projeto foi bloqueado pelos Estados Unidos, pelo Brasil e por parte significativa da elite e da sociedade argentina. O grande projeto estratégico da segunda metade do século XIX havia se esgotado, as elites dirigentes haviam perdido sua coesão e a sociedade argentina não conseguiu mais se unir em torno de uma estratégia nacional que tivesse a mesma força e unidade alcançada no século anterior.

ii) Como se fosse uma sequência ou consequência quase direta dessa desaceleração argentina, o Brasil construiu seu próprio milagre econômico entre 1937 e 1980. E, por trás do sucesso econômico que obteve nesse período, pode-se também identificar – no Brasil, como já havia acontecido na Argentina – a existência de um projeto e de uma estratégia que foram formulados nas primeiras décadas do século XX pela elite civil, militar e intelectual conservadora. Para os formuladores desse projeto, o Brasil foi superado pela Argentina após o fim da Guerra do Paraguai, vendo-se, assim, cercado pelos países de língua hispânica, então fortalecidos por sua aliança econômica e militar com a Inglaterra<sup>53</sup>. Essas ideias e propostas foram elaboradas

<sup>53</sup> Esse diagnóstico foi formulado por uma geração de diplomatas e intelectuais e por um grupo de jovens militares que se formaram na Alemanha a partir de 1906 e trouxeram para o Brasil as ideias da escola geopolítica alemã, da segunda metade do século XIX, exemplificadas pelas figuras de Hermes da Fonseca, José Maria Paranhos, Góes Monteiro e Getúlio Vargas, ao lado de



e amadurecidas durante as duas primeiras décadas do século XX, mas apenas foram colocadas em prática de forma sistemática e consistente a partir da década de 1930. Depois disso, durante meio século – entre 1937 e 1980 –, o poder do Estado brasileiro foi recentralizado e reaparelhado burocraticamente, suas Forças Armadas foram reorganizadas e reequipadas e o Brasil acabou ultrapassando a Argentina do ponto de vista econômico e militar, transformando-se na principal economia do continente sul-americano. Nesses cinquenta anos, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 7%, e sua indústria, a uma taxa média de 9% ao ano. Ao final da década de 1970, o Brasil se singularizava na América do Sul pela centralidade econômica de seu Estado desenvolvimentista, pela extensão de sua indústria e pelo dinamismo de seu setor exportador. Esse projeto conservador de desenvolvimento e de supremacia regional foi apoiado pelos Estados Unidos entre os anos 1950 e 1970, quando o Brasil foi transformado no pivô da política externa estado-unidense para a América do Sul, ainda que o Brasil nunca tenha chegado a ser propriamente um protetorado militar dos Estados Unidos. Entre o fim da Segunda Guerra e a década de 1970, os Estados Unidos apoiaram o desenvolvimentismo sul-americano, independentemente de serem governos democráticos ou ditatoriais; no entanto, se opuseram terminantemente e bloquearam qualquer tentativa de transformar o desenvolvimentismo na base material de um projeto estratégico que tivesse uma política internacional autônoma, sobretudo se envolvesse uma ação conjunta do Cone Sul ou algum tipo de produção ou utilização autônoma da energia nuclear. Foi o que aconteceu na Argentina, com o governo Peron, em 1955, e no Brasil, com os governos de Getúlio Vargas, em 1954, e de João Goulart, em 1964. Na década de 1970, a crise econômica e as mudanças geopolíticas internacionais obrigaram o Brasil a redefinir sua estratégia de inserção internacional e sua política de desenvolvimento econômico. Foi nesse momento que o governo do general Geisel

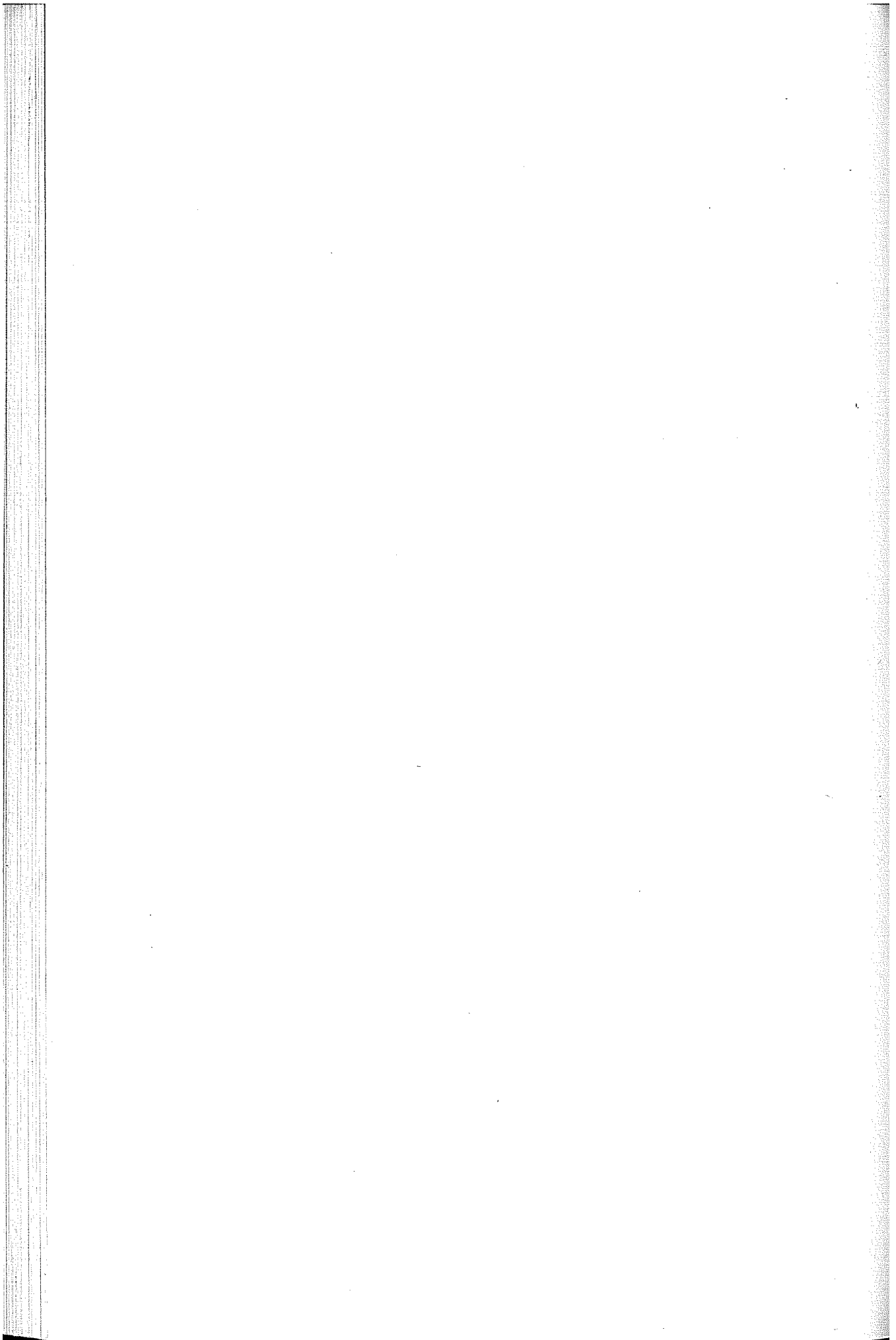
---

intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Viana, entre tantos outros. Foram eles que construíram, em conjunto, a teoria do “cerco argentino” e a proposta do *catch up* e da superação do poder econômico e militar do país vizinho e de seus aliados de língua castelhana. Esse arcabouço de ideias e objetivos foi sendo afinado ao longo do tempo e começou a ser colocado em prática de forma mais consistente pela Revolução de 30 e, em particular, pelo Estado Novo, liderado por essa mesma elite militar e civil que, posteriormente, comandou o projeto desenvolvimentista brasileiro até 1985. A esse propósito, ver Ricardo Zortéa Vieira, *Lembraí-vos da guerra: ameaça geopolítica, organização do Estado e desenvolvimento econômico no pensamento militar brasileiro – 1913-1964* (Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional, Rio de Janeiro, UFRJ, 2013).

se propôs a transformar o Brasil numa potência intermediária, com uma política internacional e nuclear mais autônoma, apoiada em um projeto econômico de capitalismo de Estado. Esse projeto, porém, também foi vetado e bloqueado pela política externa norte-americana e acabou sendo atropelado pela política econômica internacional dos Estados Unidos, nas décadas de 1970 e 1980, com o apoio de uma parte significativa da elite civil que havia apoiado inicialmente o regime militar.

Podemos dizer que o extraordinário desenvolvimento econômico da Argentina e do Brasil nos séculos XIX e XX seguiu o mesmo padrão dos demais países com altos índices de crescimento econômico analisados neste prefácio. Nos dois casos, o desenvolvimento foi orientado por estratégias análogas e opostas de competição sistêmica pela hegemonia do Cone Sul. Essas estratégias foram formuladas internamente, dentro de cada um dos dois países, embora tivessem sido apoiadas, estimuladas e instrumentalizadas pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, respectivamente, como forma de equilibrar as forças e neutralizar o poder expansivo dos países que compõem o Cone Sul, em particular Brasil, Argentina e Chile, e sua influência sobre todo o continente sul-americano.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 2014



# HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO



## 1.1

### A TEORIA CLÁSSICA DO DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

*Entre 1650 e 1950, a Inglaterra participou de 110 guerras aproximadamente, dentro e fora da Europa, ou seja, em média, uma a cada três anos. E entre 1783 e 1991, os Estados Unidos participaram de cerca de 80 guerras, dentro e fora da América, ou seja, em média, também, uma a cada três anos.*

José Luís Fiori, “A guerra”, *Valor Econômico*, São Paulo, 9 set. 2009.

O economista inglês William Petty (1623-1687) escreveu dois pequenos textos que revolucionaram o pensamento econômico do século XVII, e que estão na origem da economia política clássica: o “Tratado sobre impostos e contribuições”, publicado em 1662, e a “Aritmética política”, publicado em 1690, depois de sua morte. Nesses dois escritos, Petty desenvolve uma teoria econômica que dá importância central ao papel do Estado e das guerras no funcionamento das sociedades. Sua teoria parte da definição dos principais “encargos públicos”, e depois propõe uma estratégia econômica de multiplicação dos recursos necessários para o cumprimento dessas funções. Para Petty, a primeira obrigação do Estado é a “defesa por terra e mar da sua paz interna e externa, como também a vindicação honrosa das ofensas de outros Estados”<sup>2</sup>, e a forma de obter os recursos indispensáveis é por meio dos tributos. Mas, segundo Petty, o aumento da tributação depende do aumento da produtividade e do “excedente econômico” nacional. No momento em que Petty publicou sua obra, a Inglaterra era uma potência de segunda ordem e se sentia ameaçada pela França e pela Holanda. Petty estava voltando de um breve exílio em Paris e Amsterdã – onde foi secretário particular de Thomas Hobbes – e tinha

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título “A defesa, o ataque e a economia política”, *Valor Econômico*, São Paulo, 7 out. 2009.

<sup>2</sup> William Petty, *Tratado dos impostos e contribuições* (1662) (São Paulo, Abril Cultural, 1983), p. 15.

uma grande preocupação que se transformou no ponto de partida de toda a sua teoria: a necessidade de defender o território inglês, aumentando sua produtividade e seu produto nacional. Por isso, sua economia política introduz, pela primeira vez, o conceito de “excedente econômico” como principal instrumento do poder do Estado, e rompe definitivamente com a tradição do pensamento mercantilista.

William Petty foi um grande economista político, mas pode-se dizer que foi também um profeta: após sua morte, em 1687, a Inglaterra deu seus primeiros passos pelo caminho que a transformou na principal potência do sistema mundial, até meados do século XX. Apesar do seu tamanho e de sua inferioridade inicial, a pequena ilha começou a expandir seu poder, seu território e sua riqueza de forma contínua durante os três séculos seguintes, em que construiu o Império Britânico e consolidou a supremacia mundial do capitalismo inglês. No entanto, apesar dessa antecipação profética, William Petty não previu duas coisas fundamentais: 1) a transformação da Inglaterra numa potência agressiva; e 2) a transformação dessa agressão e do “ataque” num mecanismo de acumulação de riqueza.

A preocupação política e a teoria de Petty visavam aumentar o poder defensivo da Inglaterra e, do ponto de vista estritamente militar, o objetivo da “defesa” será sempre a conservação de determinado território. É impossível, no entanto, acreditar que todas as 110 guerras que a Inglaterra declarou, entre 1650 e 1950, tenham sido “defensivas”, uma vez que a maioria delas foi travada fora do território europeu. Ou seja, depois da morte de Petty, a Inglaterra acabou se transformando numa potência agressiva e conquistadora, e o mesmo se pode dizer da sua colônia norte-americana, que seguiu os passos da Metrópole até se transformar na maior potência do sistema mundial, na segunda metade do século XX. O território norte-americano nunca foi atacado, mas, apesar disso, as “treze colônias” expandiram seu território de forma contínua, desde o momento da sua independência. Nos dois casos, portanto, a proposta defensiva de Petty foi substituída por uma estratégia agressiva de acumulação de poder, mas, além disso, Petty não previu que o “ataque” pudesse se transformar numa forma de acumular a riqueza de maneira mais rápida do que pelo aumento da produtividade. A expansão da Inglaterra começou muito antes da sua Revolução Industrial, e foi financiada pelo aumento dos tributos e da sua dívida pública, que cresceu de forma exponencial durante o século XVIII, passando de 17 milhões de libras esterlinas, em 1690, para 700 milhões de libras, em 1800. Nesta trajetória ascendente, a expansão inglesa acabou se autofinanciando,

graças ao aumento da sua tributação nacional e extraterritorial, e do surpreendente aumento da credibilidade da sua dívida pública, que cresceu apesar das guerras e do desequilíbrio fiscal de curto prazo da mesma forma como aconteceu nos Estados Unidos, onde a capacidade de tributação e de endividamento do Estado também cresceu de mãos dadas e de forma permanente. Nos dois casos, portanto, foi o ataque, e não a defesa, que permitiu aumentar permanentemente o endividamento público dos dois Estados, junto com a acumulação rápida e exponencial da riqueza privada, fora dos circuitos produtivos e mercantis. A teoria de Petty não previu essa “mágica anglo-saxônica”, apesar de o seu segredo já ter sido revelado por Thomas Hobbes – o grande amigo e mentor intelectual de William Petty – em seu *Leviatã*: “Os que se contentarem em se manter tranquilamente dentro de modestos limites e não aumentarem seu poder por meio de invasões serão incapazes de subsistir durante muito tempo, por se limitarem apenas a uma atitude de defesa<sup>3</sup>.”

Agora, bem: essa “mágica” estará ao alcance de todos os Estados e economias capitalistas? Sim e não, a um só tempo, porque, neste jogo, se todos ganhassem ninguém ganharia, e os que já ganharam estreitam o caminho dos demais, reproduzindo dinamicamente as condições da desigualdade. Além disso, é possível conceber formas de acumulação de poder e riqueza que não passem pelos ataques territoriais. No entanto, com certeza esse não foi o caminho seguido pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, as duas grandes potências ganhadoras que conseguiram transformar sua dívida pública num instrumento de poder e, ao mesmo tempo, num mecanismo de acumulação de riqueza nacional.

Outubro de 2009

<sup>3</sup> Thomas Hobbes, *Leviatã* (1651) (São Paulo, Abril Cultural, 1983, Coleção Os Pensadores), p. 72.



## 1.2

### NO PRINCÍPIO ERA PORTUGAL

O sistema mundial em que vivemos – interestatal e capitalista – surgiu na Europa, e só na Europa, entre 1150 e 1450, a partir de um longo conflito sistêmico entre feudos e centros imperiais de poder que conseguiram transformar suas economias naturais em economias capitalistas mais poderosas do que a dos seus rivais. Nesse período, a Península Ibérica cumpriu um papel decisivo na formação do próprio sistema e no início de sua expansão para fora da Europa. Os reinos de Castela, León e Aragão foram o núcleo político do Império de Habsburgo e dominaram a Europa durante o século XVI, sob a batuta de Carlos V e Felipe II. Antes dos espanhóis, no entanto, o reino de Portugal já havia se estruturado como Estado nacional, e foi ele também que liderou o primeiro século da expansão mundial da Europa depois da conquista de Ceuta, em 1415.

Portugal nasceu de um pequeno feudo, situado entre os rios Minho e Douro, que se rebelou contra León e Castela em 1143 e depois travou uma guerra expansiva de mais de dois séculos em duas frentes: contra os muçulmanos, ao sul, e contra os espanhóis, ao leste. Foi nesse período de guerra quase contínua com os mouros e os castelhanos que se formou o Estado português, depois da reconquista de Lisboa, em 1147, da expulsão definitiva dos árabes do Algarve, em 1249, e da assinatura do Tratado de Paz, de 1432, que terminou por referendar a separação e o reconhecimento mútuo entre Portugal e Castela, algumas décadas após a Revolução de Avis, em 1385. Foi, porém, apenas no século seguinte à expulsão mulçumana de 1249 que Portugal criou as estruturas legais, tributárias e administrativas do seu Estado moderno – esse mesmo Estado que seguiu se expandindo durante mais um século e meio, depois da paz com os castelhanos, até construir o primeiro grande império marítimo da história moderna. O impulso inicial dessa expansão “para fora” não parece ter tido objetivo nem sucesso mercantil imediato, e só promoveu a ocupação e a colonização dos territórios conquistados depois de 1450, na ilha

da Madeira. Além disso, o empreendimento português contou com ajuda externa, mas se financiou, sobretudo, às custas da capacidade tributária do novo Estado e da riqueza de suas Ordens Militares religiosas – em particular, os Templários, sucedidos pela Ordem de Cristo, depois da sua extinção em 1312 – que forjaram em conjunto uma verdadeira máquina de guerra, conquista e tributação.

Por volta de 1147, a economia portuguesa era local, e seu comércio era feito em espécie. Após 1249, no entanto, houve aumento constante da circulação nacional de mercadorias, a partir da reforma monetária e do tabelamento de preços promovido por d. Afonso III, na década de 1250. Em 1293, d. Diniz criou a primeira Bolsa mercantil do país, com um sistema de seguros para os navios portugueses e suas cargas, e durante toda a segunda metade do século XIII foram criadas mais de quarenta feiras comerciais, responsáveis pela articulação inicial do mercado nacional português. Até o século XVI, o Estado português foi o maior proprietário de terras do país, e atuou como uma espécie de banco de financiamento das atividades econômicas públicas e privadas. Foi só em 1500 que o governo português conseguiu criar seu próprio sistema de títulos da dívida pública consolidada, e foi apenas depois de 1540 que essa espécie primitiva de capitalismo de Estado foi cedendo lugar ao desenvolvimento de um capitalismo privado de grandes companhias mercantis. Entretanto, esse processo foi interrompido em 1580 pela incorporação de Portugal ao Império Espanhol de Felipe II, e, depois, pela submissão diplomática, financeira e comercial definitiva de Portugal à Holanda e à Inglaterra, a partir de 1640.

Esta história pioneira de Portugal deixou algumas lições sobre a formação do sistema interestatal e do próprio capitalismo:

- i) o primeiro Estado nacional europeu já nasceu dentro de um sistema de poderes competitivos;
- ii) suas fronteiras territoriais, sua unidade política e sua identidade nacional foram construídas por duas guerras que duraram mais de duzentos anos;
- iii) essas guerras nacionais se prolongaram imediatamente, num movimento de expansão “para fora”, na direção da África, da Ásia e da América, que durou ainda mais um século e meio;
- iv) essas guerras e conquistas não tiveram, de início, um objetivo prioritariamente mercantil, mas assim mesmo, a longo prazo, tiveram um papel decisivo na criação e expansão de uma economia de mercado e de um capitalismo nacional incipiente;

v) nesse período, essa economia nacional de forte cunho estatal não chegou a se privatizar nem a criar um sistema nacional de bancos e crédito capaz de mobilizar o capital financeiro português, o segredo do sucesso posterior da Holanda e da Inglaterra;

vi) por fim, pode-se dizer que Portugal teve um papel decisivo no *big bang* do sistema interestatal capitalista, que está vivendo uma nova explosão expansiva neste início de século XXI.

Março de 2012

### 1.3

## CASTELA E SEU “IMPÉRIO MERCANTILISTA”

É comum entre os historiadores econômicos falar do Império Espanhol como se tivesse sido apenas um anacronismo medieval ou feudal, no meio de uma Europa moderna, formada por Estados nacionais e por economias capitalistas. No fim do século XVI, no entanto, a Espanha de Felipe II chegou a ser o primeiro poder global da história da humanidade, e, na verdade, teve um papel absolutamente decisivo no nascimento do sistema interestatal europeu. No auge, as fronteiras do Império Espanhol incluíam, dentro da Europa, os territórios atuais da Espanha e de Portugal, além dos territórios dos Países Baixos, do sul da Alemanha, da Áustria, da Boêmia, da Hungria, do Franco-Condado e de uma grande parte da Itália. Fora da Europa, seu poder territorial alcançava quase toda a zona costeira das Américas, desde o Alasca até a Patagônia, e desde o estado atual da Geórgia, nos Estados Unidos, e da América Central e do Caribe, até a Argentina e também o Brasil, no período entre 1580 e 1640. Um verdadeiro império global com cerca de 27 milhões de quilômetros quadrados, defendidos por um exército de cerca de 300 mil homens, em campanha permanente<sup>1</sup>, dentro e fora da Europa.

Esse império global foi construído a partir do poder territorial de Castela e León, e de suas guerras de conquista com seus vizinhos portugueses, e com seus invasores mouros, dentro do antigo território romano da Hispânia. No entanto, diferentemente de Portugal, mesmo depois da união de Castela e Aragão e da conquista do Reino de Granada, em 1492, os espanhóis seguiram em estado de guerra permanente na Itália, na Alemanha, nos Países Baixos, nos Bálcãs, na América e ao longo de todo o Mediterrâneo contra franceses, holandeses, alemães, índios americanos e contra o Império Otomano de Suleiman II. O objetivo último do expansionismo espanhol era obter uma monarquia universal europeia, que não foi

---

<sup>1</sup> Paul E. Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências* (Rio de Janeiro, Campus, 1989), p. 62.

alcançada, mas suas conquistas e as próprias resistências encontradas pelo caminho foram decisivas para forjar a identidade e a organização da própria Europa moderna, com seus Estados e economias nacionais:

i) em primeiro lugar, porque foi a guerra secular dos habsburgos contra os otomanos que definiu – em última instância – a fronteira continental externa e a identidade civilizatória da Europa;

ii) em segundo lugar, porque foram as guerras espanholas que integraram, em última instância, o território econômico e o tabuleiro geopolítico europeu, culminando com a Guerra dos Trinta Anos, que pode ser considerada a primeira grande guerra mundial europeia;

iii) em terceiro lugar, porque foi a guerra entre o Império Espanhol e a França que se transformou no eixo de referência dos demais Estados europeus durante os séculos XVI e XVII, ocupando um papel decisivo na formação do próprio Estado nacional francês, além de ter contribuído para o nascimento da Holanda e para a transformação da Inglaterra numa fortaleza mercantilista – e, a partir daí, na primeira grande economia nacional capitalista;

iv) em quarto lugar, porque as conquistas espanholas dentro e fora da Europa cumpriram um papel decisivo na integração e no funcionamento dos mercados constitutivos da economia mundial europeia e no nascimento e fortalecimento defensivo das economias nacionais e de suas políticas protecionistas ou mercantilistas;

v) em quinto lugar, porque as guerras do império dentro do Sacro Império germânico-cristão, e contra os partidários do movimento da Reforma, contribuíram decisivamente para a construção da identidade protestante e dissidente da Europa do Leste;

vi) e em sexto e último lugar, porque as conquistas espanholas fora do continente europeu criaram o espaço político e cultural onde nasceriam – nos séculos XVIII e XIX – os primeiros Estados nacionais soberanos fora da Europa.

Além disso, é importante sublinhar que o projeto de expansão do Império Espanhol mercantilista foi concebido e dirigido pela elite militar e aristocrática castelhana, e foi financiado pelos tributos de Castela e dos Países Baixos, e pela enorme capacidade de endividamento do império, cuja credibilidade era garantida por suas sucessivas vitórias militares e pela prata de suas colônias americanas. Nesse

período, a prata e a dívida pública do Império Espanhol funcionaram como moeda de referência e âncora de sustentação de um sistema internacional de pagamentos ainda imperfeito, mas que já operava de forma capitalista e relativamente integrada na Europa, na América e na Ásia. Em síntese, o centro político e fiscal do império foi sempre ocupado por uma espécie de Estado nacional formado por Castela, León e Aragão, mas esse Estado não se transformou numa grande potência após o declínio do seu império devido ao sucesso do seu modelo econômico fiscalista-mercantilista e à extensão e à heterogeneidade dos territórios que adquiriu por via exclusivamente dinástica. Talvez por isso mesmo a Espanha não tenha logrado construir nessa época um sistema tributário que estivesse integrado com sua dívida pública e com seus bancos, como aconteceu com a Holanda e com a Inglaterra, e, em menor escala, com a França, os três Estados nacionais que se transformariam nas potências dominantes do sistema interestatal capitalista após a derrota espanhola na Guerra dos Trinta Anos.

Setembro de 2012

## 1.4

### FRANÇA: SOBERANIA E “CAPITALISMO DE ESTADO”

*At this time financial capacity, not economic capacity, was, in the last resort, the limiting factor which decided the length, and modified the intensity, of war.*

Peter G. M. Dickson, “War Finance: 1689-1714”, em John S. Bromley (org.), *The New Cambridge History* (Cambridge, Cambridge University Press), v. 4, p. 284.

Desde o início do sistema interestatal europeu, a França ocupou um lugar central entre as grandes potências responsáveis pela produção da ética internacional e pela administração supranacional da guerra e da paz entre as nações. Sua origem remonta ao Império Romano e às invasões dos povos francos do século V, e à divisão do império de Carlos Magno, no século IX. O historiador escocês Robert Bartlett considera, inclusive, que os francos lideraram a primeira grande explosão expansiva dentro do território desintegrado do antigo Império Romano que teria sido a responsável pelo que se chama de “europeização da Europa”, ocorrida entre os anos 950 e 1350<sup>1</sup>. No entanto, não há dúvida de que foi na Guerra dos Cem Anos (1337-1453) contra a Inglaterra que a França forjou sua unidade e sua identidade nacional, criando as condições para que o rei Luís XI (1461-1483) acelerasse o processo de centralização do poder que culminou com a formação do Estado nacional francês. Depois disso, nos séculos XVI e XVII, o reino da França bloqueou o projeto do Império de Habsburgo de construção de uma única monarquia europeia, polarizando o tabuleiro geopolítico europeu com a Espanha durante quase dois séculos. Após a vitória francesa na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), entretanto, a França de Luís XIV, Mazarino e Colbert se transfor-

---

<sup>1</sup> Robert Bartlett, *The Making of Europe Conquest: Colonization and Cultural Change – 950-1350* (Nova Jersey, Princeton University Press, 1993).

mou no centro de referência de toda a Europa continental, começando logo em seguida uma nova e longa disputa hegemônica com a Inglaterra que durou até a derrota final de Bonaparte, em 1814. Depois da derrota francesa em Waterloo e da Conferência de Viena, os países da Santa Aliança, juntamente com a Inglaterra, montaram um verdadeiro muro de contenção da França, que foi eficaz dentro da Europa, mas não diminuiu o ímpeto francês na África e na Ásia, onde se tornou a segunda maior potência colonial da Europa. Já no século XX, a França teve um papel central nas suas duas grandes guerras mundiais, e, logo depois, liderou o processo de criação da União Europeia, mantendo no século XXI uma espécie de posição de “xerife ocidental” na África Negra e no mundo árabe.

Nessa longa trajetória, a França exerceu várias vezes sua supremacia dentro da Europa, mas foi no período entre a Guerra dos Trinta Anos e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que a França alcançou sua maior glória e exerceu uma hegemonia cultural, política e militar incontestada dentro do continente europeu, sendo a grande responsável pela vitória universal do princípio da soberania e da *raison d'État* consagrado pela Paz de Vestfália. Nesse mesmo período, a França criou um Estado nacional forte e centralizado que se transformou no tipo ideal do Estado nacional moderno, dando, assim, contribuição decisiva para o desenvolvimento do mercantilismo e da teoria mercantilista, com sua defesa da intervenção estatal na economia sempre que fosse com o objetivo de fortalecer o poder da nação francesa. A trajetória política de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) é emblemática, porque ele começou sua carreira como comissariado de guerra muito antes de se tornar o ministro da Fazenda de Luís XIV, para depois assumir o Ministério da Marinha da França. As ideias de Colbert se transformaram num verdadeiro consenso nacional francês após sua morte: para ele, a luta pelo desenvolvimento econômico e pela industrialização era, sobretudo, uma luta para expandir o poder do Estado francês, e foi esse projeto estratégico que semeou as raízes do futuro capitalismo de Estado francês. Não há dúvidas, no entanto, de que a França perdeu pontos decisivos na disputa econômica com a Holanda e com a Inglaterra, após o fracasso do projeto de John Law (1671-1719)<sup>2</sup>, que propôs criar na França um banco que detivesse o monopólio de todas as atividades financeiras e fazendárias do país, como no

<sup>2</sup> O economista escocês John Law é considerado o “pai” das finanças modernas e foi grande defensor da introdução do papel-moeda e dos títulos lastreados em terras e impostos, e não pelo saldo da balança comercial.



caso dos bancos de Amsterdã e da Inglaterra, criados em 1609 e 1694, respectivamente. O fracasso de Law fragilizou financeiramente a França, impedindo que ela realizasse sua própria “revolução financeira”<sup>3</sup>, como haviam feito Holanda e Inglaterra, e essa fragilidade teve importância decisiva para a baixa capacidade de endividamento do Estado francês e para suas derrotas militares do século XVIII e XIX. Em particular, para sua derrota para a Inglaterra na Guerra dos Sete Anos, na qual a França perdeu a supremacia naval dos oceanos e o controle colonial da Índia, do Canadá e da Louisiana. A partir daí, o país se transformou numa potência continental e esteve sempre sitiada ou bloqueada por sucessivas coalisões de poder, quase sempre lideradas ou incentivadas pela Inglaterra. Isso não impediu que a França mantivesse sua condição de grande potência, nem impediu o sucesso do seu desenvolvimento econômico e industrial, mas a impediu de se tornar uma potência global, como a Inglaterra.

Março de 2012

---

<sup>3</sup> Peter G. M. Dickson, *The Financial Revolution in England* (Vermont, Gregg Revivals, 1993).

## 1.5

### A REVOLUÇÃO ECONÔMICA HOLANDESA<sup>1</sup>

Nos séculos XVI e XVII, a Holanda foi berço do capitalismo comercial e da ciência moderna, e foi a pátria de Grotius, Spinoza, Vermeer, Rembrandt, Huygens e Swammerdam, entre tantos outros gênios que viveram em Amsterdã, Utreque ou Leiden, como Descartes ou Hobbes. Naquele período, a Holanda foi considerada terra por excelência do inconformismo e da liberdade do pensamento, e foi também o lugar onde se deu o primeiro milagre econômico nacional da história do capitalismo. Assim mesmo, costuma se dedicar pouca atenção à história real, violenta e descontínua que está por trás da visão estilizada e idílica da ascensão holandesa, e de sua revolução capitalista.

No século XVI, os Países Baixos eram uma pequena província do Império de Habsburgo de Carlos V e Felipe II, retalhada por rios e canais, e ocupada por uma rede compacta de cidades. Naquele período, suas cidades costeiras funcionaram como um dos entrepostos mercantis do Império Espanhol, com um comércio de baixo valor agregado e pouco impacto sobre toda a economia da província. A partir de 1540, entretanto, o pequeno território holandês foi transformado no epicentro geopolítico e militar da guerra entre o Império Espanhol e a França, que começou no final do século XV, em território italiano<sup>2</sup>, e se prolongou durante quase todo o século XVI. A partir desse momento, aumentou enormemente a pressão tributária e a opressão política e religiosa dos espanhóis sobre sua província, provocando uma reação cada vez mais violenta, que se transformou em insurreição nacional a partir de 1572. Seguiram-se oitenta anos de resistência e luta até o reconhecimento espanhol

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título “O milagre econômico holandês”, *Valor Econômico*, São Paulo, 23 maio 2012.

<sup>2</sup> Referência à guerra entre os valois e os habsburgos que se estendeu de 1494 a 1559 e que se desenvolveu de forma predominante em território italiano, começando pela ocupação de Nápoles por Carlos VIII, então rei da França.

da independência holandesa na Paz de Vestfália, em 1648. Nesses oitenta anos, as províncias unidas viveram cercadas e em estado permanente de guerra, dentro do seu próprio território. Em 1585, a situação havia se deteriorado de tal forma que Amsterdã chegou a oferecer a soberania holandesa aos reis da França e da Inglaterra, e viveu dois anos como protetorado da rainha Elizabeth I. No entanto, em 1590 esse cenário mudou de forma súbita e radical: Amsterdã centralizou o poder e impôs sua hegemonia dentro da federação, e, em seguida, fez um enorme esforço fiscal e organizou em poucos anos um dos maiores e mais eficientes exércitos da Europa, iniciando uma ofensiva militar impressionante e vitoriosa que conquistou 43 cidades e 55 fortalezas espanholas, em menos de dez anos. Na sequência, criou um anel protetor de cidades fortificadas e militarizadas, e manteve sua ofensiva até o estabelecimento de uma trégua de doze anos com a Espanha, entre 1609 e 1621.

O que chama a atenção é que foi exatamente nesse período da ofensiva vitoriosa da revolução que se deu o chamado milagre econômico holandês, com o aumento exponencial dos seus gastos e investimentos, do seu comércio de alto valor, da sua indústria e da sua inovação tecnológica, da sua finança e da sua integração econômica nacional<sup>3</sup>. Foram quinze anos de expansão acelerada, e só ao final desse período se pode falar de comércio de longa distância e de império colonial, que começam com a criação da Companhia das Índias Orientais, em 1602. Além disso, foi nesse mesmo período que a Holanda completou sua revolução financeira, com a criação de um mecanismo de financiamento de suas guerras por meio de um motor revolucionário de multiplicação nacional da riqueza financeira, alimentado pelos seus títulos da dívida pública de longo prazo, negociados na bolsa de valores e transformados na base do sistema de crédito holandês.

A história segue e é longa, mas podem-se tirar algumas lições dessa revolução holandesa:

i) só depois de 1590 a Holanda deixou de ser apenas um dos entrepostos mercantis do Império Espanhol para se transformar numa economia capitalista dos grandes lucros extraordinários e do comércio de alto valor agregado;

<sup>3</sup> Jonathan I. Israel, *The Dutch Republic, Its Rise, Greatness, and Fall: 1477-1805* (Oxford, Clarendon Press, 1995), p. 307.

ii) a fronteira da economia nacional holandesa foi criada pelo próprio cerco dos exércitos espanhóis. E, dentro desse território sitiado, foi a luta revolucionária e a centralização do poder que deram o primeiro impulso ao milagre capitalista da Holanda;

iii) os economistas heterodoxos costumam dizer que o investimento cria sua própria poupança, mas no caso do modelo holandês se poderia dizer que foi a revolução que criou seu próprio investimento, público e privado;

iv) assim mesmo, é interessante observar que também houve revolução ou guerra nacional no início da expansão de todas as demais grandes potências, como foi o caso de Portugal e da Espanha, mas também da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão, da Rússia ou mesmo da França – e agora também da China;

v) e, por fim, a grande lição de toda esta história é que, depois da Holanda, todos os grandes milagres econômicos do capitalismo que se sustentaram no tempo fizeram parte constitutiva do processo de ascensão das suas grandes potências.

Maio de 2012

## 1.6

### O DESENVOLVIMENTO INGLÊS<sup>1</sup>

O milagre econômico inglês, que deu origem ao capitalismo moderno, começou no século XVII, muito antes da chamada Revolução Industrial. De forma aproximada, pode-se dizer que seu início ocorreu entre a República de Cromwell (1649-1659) e o reinado de Guilherme III, o “rei holandês”, que governou a Inglaterra entre 1689 e 1702. Cromwell aumentou o poder naval da Inglaterra, fez guerra e venceu a Holanda (1652-1654) e a Espanha (1654-1660), as duas grandes potências marítimas do século XVII, e conquistou a ilha da Jamaica, em 1655, criando a primeira colônia do futuro Império Britânico. Além disso, Cromwell editou, em 1651, o I Ato da Navegação, que fechou os portos ingleses aos navios estrangeiros e se transformou no primeiro ato mercantilista agressivo da Inglaterra, fechando as fronteiras de sua economia nacional. Três décadas depois, Guilherme III enfrentou e venceu a França na Guerra dos Nove Anos (1688-1697), iniciou a Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1712) e conquistou e submeteu a Irlanda e a Escócia. Ao mesmo tempo, no campo econômico, promoveu uma fusão revolucionária das instituições financeiras holandesas – que eram mais avançadas – com as finanças inglesas, criando o Banco da Inglaterra e um novo sistema de financiamento da dívida pública inglesa atrelado à bolsa de valores e ao sistema de crédito da banca privada. Uma revolução financeira que deu à Inglaterra poder de fogo econômico e militar – em qualquer lugar do mundo – muito superior ao das demais potências europeias.

Foi exatamente nesse período que nasceu a economia política clássica, como projeto de fortalecimento do Estado inglês e como estratégia de transformação de sua economia nacional num instrumento de defesa e projeção internacional da Inglaterra. Naquele momento, a Inglaterra ainda era uma ilha pouco povoada e secundária dentro da hierarquia de poder dos Estados europeus, onde se destacavam

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título “Muito antes de Keynes”, *Valor Econômico*, São Paulo, 25 dez. 2012.

Espanha, França, Suécia e a própria Holanda. Ela parte de uma situação inferior, mas muito rapidamente se transforma numa potência agressiva e expansiva depois da referida incorporação ou submissão da Irlanda e da Escócia. Após a constituição da Grã-Bretanha, a Inglaterra seguiu sua trajetória expansiva, sem interrompê-la até meados do século XX. Nesses dois séculos e meio, participou de 110 guerras, dentro e fora da Europa, financiadas pela expansão do seu próprio excedente econômico e pela multiplicação de sua capacidade de endividamento fiscal por meio da revolução financeira de 1690, que imitou e aprofundou o modelo original holandês. E chama a atenção que a dívida pública inglesa tenha crescido de 17 milhões de libras, em 1690, para 700 milhões, em 1800, sem que o Banco da Inglaterra ou a própria Inglaterra tivessem perdido – em nenhum momento – a sua credibilidade junto aos credores privados e públicos, nacionais e internacionais. Pelo contrário, durante todo esse período a Inglaterra conseguiu obter crédito a taxas de juros muito inferiores às dos demais países, e com condições de pagamento muito melhores do que as oferecidas à sua principal concorrente naquele momento, a França.

Resumindo e apressando a história, já é possível identificar alguns traços fundamentais e específicos do desenvolvimentismo inglês:

i) o desenvolvimento inglês foi ligado umbilicalmente à expansão do poder internacional da Inglaterra, e essa expansão foi muito importante para o aumento da produtividade e do excedente da economia inglesa;

ii) nesse contexto, pode-se entender por que as guerras e a preparação para a guerra ocuparam um lugar tão importante no desenho estratégico do desenvolvimentismo do Estado e dos capitais ingleses;

iii) o expansionismo inglês nunca foi liderado pela indústria ou pela burguesia industrial, e sim pelas suas elites ligadas à terra, às armas e às finanças<sup>2</sup>;

iv) a estratégia de desenvolvimento da Inglaterra seguiu sendo basicamente a mesma, antes e depois da crítica ao mercantilismo, da economia política clássica, e também antes e depois da Revolução Industrial;

v) o próprio protecionismo de Cromwell se manteve até o século XIX, e só foi abandonado depois que a Inglaterra já era a maior potência militar e econômica mundial;

---

<sup>2</sup> Ver mais a respeito em Peter J. Cain e Anthony G. Hopkins, *British Imperialism: 1688-2000* (Londres, Longman, 2001).

vi) a finança, a dívida pública e a imposição progressiva da libra como moeda do território econômico supranacional da Inglaterra foram os principais instrumentos de poder responsáveis pelo sucesso internacional do capitalismo inglês;

vii) e, por fim, o desenvolvimentismo inglês não teria sido o mesmo sem a complementaridade dos Estados Unidos, que foi sempre sua principal fronteira de expansão financeira, e depois se transformou no herdeiro direto deste mesmo modelo inglês de desenvolvimento e expansionismo contínuo. Só como ponto de comparação, entre 1783 e 2012 os Estados Unidos já fizeram ou participaram de mais ou menos 85 guerras – em média, uma a cada três anos, como no caso da Inglaterra.

Agora, bem: o que é importante destacar é que por trás da ficção ideológica liberal, o modelo de desenvolvimento econômico da Inglaterra foi sempre expansivo e agressivo, e foi construído à sombra do movimento de projeção do poder do Estado inglês, dentro e fora da própria Inglaterra, segundo a estratégia proposta pela economia política clássica de William Petty.

Maio de 2012

## 1.7

### O CAPITALISMO AMERICANO

*Years before the Declaration of Independence, Benjamin Franklin, George Washington and Thomas Jefferson, as well as a considerable ratio of New England's most prominent Congregationalist ministers already talked of America reaching the Mississippi or even the Pacific to become the next century great empire.*

Kevin Phillips, *The Cousins' Wars* (Nova York, Basic Books, 1999), p. 116.

A publicação, em 1894, do livro do economista inglês John A. Hobson (1858-1940), *A evolução do capitalismo moderno*<sup>1</sup>, transformou-se numa referência obrigatória para a interpretação do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. Depois de Hobson, vários historiadores e economistas retomaram sua tese sobre a originalidade radical do capitalismo americano, *vis-à-vis* o desenvolvimento europeu, em particular depois da Guerra de Secessão (1861-1865), com o surgimento das grandes corporações e do capital financeiro que teriam revolucionado a organização microeconômica e mudado a face do capitalismo mundial. Do nosso ponto de vista, entretanto, essas transformações ajudam a entender o milagre econômico dos Estados Unidos do início do século XX, mas não explicam as próprias transformações.

Estados Unidos foi o primeiro Estado nacional que nasceu fora da Europa, mas não nasceu fora do sistema geopolítico e econômico europeu. Muitos consideram, inclusive, que a Guerra da Independência estado-unidense foi um capítulo da disputa entre a Inglaterra e a França pela supremacia mundial, escrito entre as duas grandes guerras – dos Sete Anos e Bonapartista – que definiram a hierarquia

---

<sup>1</sup> John Atkinson Hobson, *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada* (1894) (São Paulo, Nova Cultural, 1985).



de poder internacional e a supremacia inglesa, dentro e fora da Europa, a partir de 1815. Durante esse período de guerras, os Estados Unidos sempre se sentiram cercados e ameaçados – simultânea ou sucessivamente – por Inglaterra, França e Espanha, e tiveram que negociar seu reconhecimento e suas fronteiras com o núcleo duro das grandes potências europeias. Assim mesmo, os Estados Unidos acabaram se transformando no único Estado nacional situado fora da Europa que nasceu de um império e de uma economia em plena expansão vitoriosa. Mais do que isso: nasceu e se formou durante a chamada Revolução Industrial inglesa, que transformou os Estados Unidos na primeira periferia primário-exportadora da economia industrial inglesa. Situação econômica privilegiada que se consolidou e se expandiu durante todo o século XIX, antes e depois da Guerra de Secessão, enquanto a Inglaterra abria espaços de expansão comercial para sua ex-colônia e assumia a responsabilidade – em alguns momentos – por cerca de 60% do investimento direto dentro de todo o território norte-americano, que passou a fazer parte de uma espécie de zona de coprosperidade anglo-saxônica, ou mesmo num caso *avant la lettre* de desenvolvimento a convite da Inglaterra.

Entretanto, desde sua independência os Estados Unidos foram governados por uma elite coesa e com um *intense commitment* imperial, e mantiveram um ritmo de expansão política e territorial contínua por meio da guerra, da diplomacia e do comércio. Antes da Guerra Civil, foram 37 guerras indígenas e mais as guerras do Texas e do México, em 1837 e 1846, responsáveis pela duplicação do território estado-unidense. Mais à frente, vieram a Guerra Civil e a Guerra Hispano-Americana, e uma sucessão de intervenções militares no Caribe, num movimento de expansão que se acelerou no século XX, alcançando Europa, Ásia, Oriente Médio e África. Nos seus 250 anos de história independente, os Estados Unidos iniciaram, em média, uma guerra a cada três anos, exatamente como a Inglaterra, e contaram com a vantagem de serem membros por nascimento da pequena comunidade dos estados produtores da “ética internacional” que arbitram as “guerras justas” e o “livre comércio”.

A história segue e é extensa, mas já se pode dizer que ela fornece fortes indícios de que:

i) o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos não foi uma exceção; pelo contrário, foi uma parte essencial da expansão e das contradições do sistema interestatal e do capitalismo europeu;

ii) o sucesso do capitalismo americano não foi puramente endógeno, nem apenas uma obra das grandes corporações e do capital financeiro que nasceram à sombra da Guerra Civil;

iii) o “apoio externo” foi decisivo para o sucesso da economia americana, que foi sempre a principal fronteira de expansão do capital financeiro inglês;

iv) a guerra contínua teve um papel estratégico no desenho da política industrial e agrícola, e no desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Unidos;

v) e, por fim, a expansão política, territorial e bélica dos Estados Unidos foi à frente do processo de internacionalização das grandes corporações, do capital financeiro e da moeda norte-americana.

Uma história, portanto, de desenvolvimento econômico como a das demais potências do sistema mundial, mas muito diferente da interpretação economicista de Hobson e seus discípulos.

Agosto de 2012

## 1.8

### O CAPITALISMO FELIZ

A história do desenvolvimento capitalista dos séculos XIX e XX registra a existência de alguns países com altos níveis de desenvolvimento, riqueza e qualidade de vida, e com baixa propensão nacional expansiva ou imperialista. Como é o caso das ex-colônias britânicas, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e dos países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Todos apresentam taxas de crescimento alta, constante e convergente, desde 1870, só inferior à da Argentina, até a Primeira Guerra Mundial. Hoje são economias industrializadas, especializadas e sofisticadas; nos últimos anos, a Noruega tem mantido sua posição como terceira maior renda *per capita* e o maior índice IDH (0,943) do mundo; a Austrália, a quinta renda *per capita* e o segundo melhor IDH do mundo (0,929); e quase todos têm renda média *per capita* entre 50 mil e 60 mil dólares anuais. A Noruega é considerada hoje o país mais rico do mundo em reservas *per capita*, e foi considerada pela ONU em 2009 “o melhor país do mundo para se viver”. A Dinamarca já foi classificada – entre 2006 e 2008 – como “o lugar mais feliz do mundo”, e o segundo país mais pacífico da terra, depois da Nova Zelândia e ao lado da Noruega.

Canadá, Austrália e Nova Zelândia foram colônias de povoamento da Inglaterra, durante o século XIX, e posteriormente se transformaram em domínios da coroa britânica, até depois da Segunda Guerra Mundial. No entanto, até hoje são nações ou reinos independentes que fazem parte da Commonwealth e mantêm o monarca inglês como seu chefe de Estado. Como colônias e domínios funcionaram sempre como periferia da economia inglesa, mesmo depois de iniciado seu processo de industrialização, mantendo-se, em média, a participação do capital inglês em até dois terços da formação bruta de capital desses três países. E todos eles estabeleceram relações análogas com a economia norte-americana após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse século e meio de história, o Canadá – como caso exemplar – esteve ao lado da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos na Primeira e na Segunda Guerras

Mundiais, além de participar da Guerra dos Bôeres e da Guerra da Coreia, e de ser um dos membros fundadores da Otan em 1949. Participou das Guerras do Golfo, do Iraque, do Afeganistão e da Líbia, e participa diretamente do sistema de defesa aeroespacial estado-unidense. E o mesmo aconteceu, em quase todos os casos, com a Austrália e com a Nova Zelândia.

Entretanto, os países nórdicos foram expansivos, e a Suécia em particular foi um grande império dominante dentro da Europa até o século XVIII. No entanto, depois de sua derrota para a Rússia em 1720, e depois da sua submissão dentro da hierarquia de poder europeia, os estados nórdicos se transformaram em pequenos países, com baixa densidade demográfica e alta dotação de recursos naturais, funcionando como pedaços especializados e cada vez mais sofisticados do sistema produtivo europeu. A Suécia ficou famosa pelo sucesso de sua política econômica anticíclica ou keynesiana, após a crise de 1929, mas de fato logrou superar os efeitos da crise graças à sua condição de sócia econômica e fornecedora de aço e equipamentos para a máquina de guerra nazista, que também ocupou a Dinamarca e exerceu grande influência sobre a região durante toda a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, Dinamarca e Noruega se tornaram membros da Otan, e a Dinamarca segue sendo uma passagem estratégica para o controle do mar Báltico. Por sua vez, a Suécia participou das Guerras do Kosovo e do Afeganistão, e foi fornecedora de armamentos para as forças anglo-saxônicas na Guerra do Iraque. Por último, a Finlândia, que fez parte da Suécia, até 1808, e da Rússia, até 1917, acabou ocupando um lugar fundamental dentro da Guerra Fria, até 1991, e ainda ocupa posição estratégica até hoje, no controle da baía da Finlândia e da própria Rússia.

Por tudo isso, apesar de esses países terem origens e trajetórias diferentes, é possível identificar algumas coisas que eles têm em comum:

- i) são pequenos e têm excelente dotação de recursos, alimentares, minerais ou energéticos;
- ii) Canadá e Austrália têm baixíssima densidade populacional, e os outros países equivalem a menos da metade da cidade do Rio de Janeiro;
- iii) ocupam posições decisivas no tabuleiro geopolítico mundial;
- iv) e todos se especializaram em serviços ou setores industriais de alta tecnologia, e, em alguns casos, dentro da indústria militar.

Alguns diriam que se trata de um caso típico de “desenvolvimento a convite”, mas isso quer dizer tudo e nada ao mesmo tempo. O fundamental é que o sucesso econômico desses países não se explica por si mesmo, porque desde o século XIX os domínios operaram como fronteiras de expansão do território econômico inglês, e como bases militares e navais do Império Britânico. E os países nórdicos, depois que foram submetidos, se transformaram em satélites especializados do sistema de produção, e do poder expansivo europeu. Hoje, finalmente, todos esses sete países operam como pequenas dobradiças felizes da estrutura militar e do poder global dos Estados Unidos.

Agosto de 2012

## 1.9

### NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (I)

*A dificuldade da “economia política clássica” foi reconhecer o significado econômico das nações, não apenas na prática, mas também na teoria.*

Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*  
(São Paulo, Paz e Terra, 1990), p. 37.

Desde a Revolução Francesa, a palavra “nacionalismo” teve várias definições e conotações políticas e emocionais, variando segundo o tempo e o lugar, e aparecendo ora como uma ideologia ou sentimento, ora como um movimento social ou estratégia política. Na sua origem histórica, sobretudo na França e nos Estados Unidos, foi um movimento revolucionário, democrático e cidadão, depois passou a ter conotação predominantemente cultural e etnolinguística, sobretudo na Europa central, para se transformar, finalmente, num projeto político de construção e/ou fortalecimento dos Estados nacionais que nasceram – dentro e fora do continente europeu – a partir das independências americanas. No entanto, foi só na segunda metade do século XIX que o nacionalismo adquiriu face e formulação explicitamente econômicas e se transformou num instrumento de luta dos países “atrasados” contra a supremacia inglesa.

É bem verdade que depois do século XVI o desenvolvimento econômico capitalista se deu sempre com base em Estados territoriais que praticaram políticas mercantilistas de defesa de suas economias nacionais, e, nesse sentido, pode-se dizer que sempre existiu algum tipo de nacionalismo econômico primitivo desde a origem do sistema estatal europeu. Mas foi só na Alemanha, no século XIX, que se formulou uma teoria e uma estratégia nacionalista consistentes de desenvolvimento econômico, a partir de objetivos geopolíticos explícitos. Em sua obra mais importante, publicada em 1841, o economista alemão Friedrich List criticava a economia política clássica por condenar as nações menos desenvolvidas a “rolar eternamente

a pedra de Sísifo” do atraso, exatamente porque havia “excluído completamente a política da ciência econômica, ignorado a existência da nacionalidade, e desconhecido completamente os efeitos da guerra sobre o comércio entre as nações”<sup>1</sup>. Após a morte de List e da primeira unificação alemã, em 1871, essas ideias contribuíram decisivamente para o desenho de uma estratégia consciente de desenvolvimento e industrialização, combinada com uma visão ufanista da cultura germânica e com um projeto geopolítico de unificação e expansão do poder alemão, em direta competição com o poder comercial e naval da Grã-Bretanha.

Desde então, o sucesso econômico da Alemanha se transformou no paradigma de referência do nacionalismo econômico em todo mundo, e teve importância particular na história da Rússia e do Japão, países que têm várias semelhanças geopolíticas com a Alemanha. Entre o fim da Guerra dos Trinta Anos, em 1648, e a unificação de 1871, o território atual da Alemanha foi dividido e balcanizado, de forma ativa e conivente, pelas grandes potências europeias, e só conseguiu se unificar depois de três guerras sucessivas e vitoriosas da Prússia contra a Dinamarca, a Áustria e a França, na década de 1860. No entanto, mesmo depois da unificação, a Alemanha sempre se sentiu um país cercado e pressionado, carregando um enorme atraso político e econômico e um profundo ressentimento com relação às grandes potências responsáveis pela criação do sistema interestatal e do capitalismo europeu, e pela liderança da conquista europeia do “resto do mundo”. É nesse contexto de atraso, cerco e ressentimento nacional que se deve situar a permanente preocupação defensivo-expansionista da Alemanha, dentro de um espaço vital supranacional a ser conquistado e preservado. É nesse contexto também que se deve situar o *intense commitment* de suas elites civis, militares e intelectuais, que teve papel decisivo no desempenho econômico do nacionalismo alemão. Em maior ou menor medida, podem-se reencontrar muitas dessas características na história da Rússia/União Soviética e do Japão, e nos seus grandes ciclos de intenso crescimento econômico desde o século XIX, e mesmo entre 1950 e 1991, apesar de nesse período o Japão e a Alemanha terem sido transformados em protetorados militares a serviço da estratégia militar global dos Estados Unidos. Agora de novo, neste início de século XXI, Alemanha, Rússia e Japão estão seguindo estratégias econômicas nacionalistas,

<sup>1</sup> Friedrich G. List, *Sistema nacional de economia política* (1841) (São Paulo, Nova Cultural, 1986), p. 128; grifos meus.

orientadas por seus grandes objetivos estratégicos nacionais permanentes, de defesa e luta por suas hegemonias regionais. Para pensar o futuro ou tirar lições, entretanto, seria importante primeiro entender por que seus grandes sucessos econômicos e tecnológicos do passado acabaram sendo interrompidos por retumbantes fracassos políticos e/ou geopolíticos.

Junho de 2012



## 1.10

### NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (II)

*Marchamos com um atraso de cinquenta ou cem anos em relação aos países mais adiantados. Temos de superar essa distância em dez anos. Ou o fazemos, ou eles nos esmagam.*

Joseph Stalin, *Nuevas tareas para la organización de la economía* (Pequim, Ediciones en Lenguas Estrangeiras, 1977), p. 532.

Como no caso da Alemanha, a Rússia e o Japão são países que sempre tiveram forte sentimento nacional de cerco, vulnerabilidade e atraso com relação às grandes potências ocidentais que lideraram a formação do sistema interestatal capitalista. Não cabe dúvida que esse sentimento de insegurança coletiva teve papel decisivo na formulação do projeto e na trajetória nacionalista e militarizada do seu desenvolvimento econômico.

A história da Rússia moderna começa no século XVI, após dois séculos de invasão e dominação mongol, e transforma-se num movimento contínuo de reconquista e expansão defensiva do grão-ducado de Moscou. Primeiro na direção da Ásia e, depois da Grande Guerra do Norte (1700-1720), também na direção do Báltico e da Europa Central, já sob a liderança de Pedro, o Grande, que foi responsável pelo início do processo de europeização da Rússia. Desde então, o relógio político russo se sintonizou com a Europa e suas guerras, e seu desenvolvimento econômico esteve a serviço de uma estratégia militar da expansão defensiva de fronteiras cada vez mais extensas e vulneráveis – uma história de vitórias e derrotas que começa com a guerra contra os otomanos (1768-1792) e continua com as Guerras Napoleônicas (1799-1815), a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a guerra contra a Turquia (1868-1888), além do “grande jogo” com a Grã-Bretanha pelo domínio da Ásia Central, na segunda metade do século XIX. Uma trajetória que se segue no século XX, com a guerra contra o Japão (1904), a Revolução Soviética (1917), a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a Guerra Fria e a Guerra do Afeganistão (1979-1989), logo antes

da dissolução da União Soviética e da retomada nacionalista posterior da Rússia no início do século XXI, antes e depois da Guerra da Geórgia (2008).

A história moderna do Japão, por sua vez, começa com a Restauração Meiji e o fim do Xogunato Tokugawa, que durou três séculos (1603-1868) e foi uma resposta defensiva e militarizada do Japão ao primeiro assédio e cerco das potências europeias no século XVI. Depois disso, a própria Restauração Meiji (1868) também foi uma resposta defensiva ao imperialismo europeu e americano do século XIX, na forma de um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico acelerado e posto a serviço de uma estratégia de constituição de um espaço vital que os japoneses chamaram de *tairiku*, e os alemães, de *Lebensraum*. Desde então, o desenvolvimento e a industrialização japonesa obedeceram a objetivos estratégicos e geopolíticos, submetendo-se em última instância à política externa do Japão e à sua guerra com a Rússia (1904), à sua invasão da Manchúria (1931), sua guerra com a China (1937-1945) e sua participação nas guerras mundiais, seguido da transformação do Japão em protetorado militar dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, antes da retomada do nacionalismo japonês, neste início de século XXI, já agora sob a égide de uma nova competição com a China.

Resumindo, desde o século XIX, pelo menos, Alemanha, Rússia e Japão compartilharam um mesmo sentimento de cerco e vulnerabilidade, e responderam a essa situação de ameaça externa com uma estratégia nacionalista de mobilização de recursos e de desenvolvimento econômico. Sua estratégia econômica nunca envolveu grandes discussões macroeconômicas nem foi definida por economistas, e, apesar disso, esses países obtiveram grandes sucessos industriais e tecnológicos. O que nenhum deles conseguiu, entretanto, foi alcançar uma posição de centralidade monetária e financeira internacional que lhes desse um poder estrutural de mando sobre os grandes fluxos da economia internacional, tampouco lograram universalizar suas ideias e seus valores, ao contrário do que se passou com as potências pioneiras que lograram impor sua ideologia e sua moeda como suportes de um sistema ético e monetário internacional que funciona como um poder estrutural global, e ao mesmo tempo como uma barreira à entrada – quase intransponível – para os demais países. Por isso mesmo, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos nunca foram nacionalistas, e Alemanha, Rússia e Japão jamais deixaram de sê-lo, sob qualquer regime ou circunstância. Assim, o imperialismo dos primeiros sempre teve uma fisionomia mais liberal e “pelo mercado”, apesar de seu continuado

militarismo, e o expansionismo dos segundos sempre teve uma face mais militar e agressiva, mesmo quando se propusessem apenas a conquista de novos mercados. Em boa medida, essa hierarquia e essa barreira acabam contribuindo ou induzindo, de alguma forma, ao imperialismo militarista dos demais países que se propõem a repetir a trajetória de poder da coalizão ganhadora entre Holanda, Inglaterra e Estados Unidos.

Julho de 2012

## 1.11

### OS MILAGRES ECONÔMICOS DA GUERRA FRIA

Salvo engano, foi o jornal *The Times* que falou pela primeira vez, em 1950, de “milagres econômicos”, referindo-se a países com prolongados períodos de altas taxas de crescimento econômico sustentado. Depois, essa expressão foi utilizada para caracterizar o crescimento de Alemanha, Itália, Japão, Coreia e Brasil entre as décadas de 1950 e 1980, período áureo da Guerra Fria. Entre 1950 e 1973, o produto nacional da República Federal Alemã cresceu a uma taxa média anual de 5,05%; no mesmo período, a Itália cresceu 5,68%; o Japão, 9,29%; e a Coreia do Sul, 9,85%. No Brasil, as taxas foram mais altas e descontínuas, com uma média de 8% entre 1955 e 1960, 11% entre 1967 e 1973, e 6,4% entre 1974 e 1980, mas com queda significativa no período 1961-1967. Assim, depois de 1980, a taxa de crescimento de todos esses países caiu de forma desigual, mas permanente.

A despeito de suas diferenças históricas e políticas, Alemanha, Japão, Itália e Coreia foram derrotados e destruídos – na Segunda Guerra Mundial ou na Guerra da Coreia – e depois foram ocupados e transformados em “protetorados militares” dos Estados Unidos. Logo depois da guerra, a ideia americana era desmontar as antigas estruturas econômicas desses países, mas, após o começo da Guerra Fria e o fim da Guerra da Coreia, esse projeto inicial foi substituído por uma política diametralmente oposta de estímulo ao crescimento econômico, com forte apoio e intervenção dos governos locais e dos próprios agentes econômicos e instituições privadas do pré-guerra. Por isso, pode-se dizer com toda a certeza que a lógica da Guerra Fria pesou decisivamente na origem dos milagres econômicos e na transformação posterior daqueles países em peças centrais da engrenagem econômica do poder global dos Estados Unidos, pelo menos até a década de 1970.

No caso do Brasil, que foi aliado dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o caminho foi diferente, mas também se pode falar de um “convite” que foi aceito – depois do acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos de 1952 – e

que transformou o Brasil no pivô central da estratégia desenvolvimentista norte-americana para a América do Sul. A nova política americana foi experimentada com sucesso durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas foi modificada depois da Revolução Cubana e da aliança dos Estados Unidos como o novo regime autoritário instalado pelo Golpe de 1964.

Depois de quase três décadas de milagre econômico, entretanto, esse processo foi interrompido pela crise estado-unidense da década de 1970, e pela nova mudança da política internacional dos Estados Unidos. Tudo começou com a reaproximação da China, no início da década de 1970, que levou à derrota/saída dos Estados Unidos do Vietnã, e ao redesenho do equilíbrio do poder no sudeste asiático. Foi nesse mesmo contexto que os Estados Unidos decidiram abandonar Bretton Woods, liberando sua moeda e iniciando a desregulação do seu mercado financeiro com a lenta reorganização do sistema monetário internacional, baseado no dólar, mas já sem nenhuma referência metálica. A nova estratégia permitiu o cerco e a desconstrução final da União Soviética e o fim da Guerra Fria, mas, ao mesmo tempo, desativou ou esvaziou o papel econômico que fora ocupado pela Alemanha e pelo Japão, e, secundariamente, pelo Brasil durante as primeiras décadas da Guerra Fria. O crescimento econômico médio anual da Alemanha caiu para 2,10%, entre 1973 e 1990; o do Japão baixou para 2,97%; o da Itália para 1,76; o da Coreia para 6,77; enquanto o Brasil entrava num longo período de estagnação, no mesmo período em que a China era alçada à categoria de mais novo milagre econômico do sistema capitalista mundial, enquanto a Alemanha e o Japão seguiam na sua condição de gigantes industriais e tecnológicos, mas com “pés de barro”, ainda na condição de protetorados militares dos Estados Unidos e sem dispor de recursos naturais essenciais, além de serem igualmente dependentes do ponto de vista alimentar e energético.

Assim, no início da segunda década do século XXI, pode ser que o Japão e a Alemanha venham a ser resgatados uma vez mais, como caminho de saída da crise para os Estados Unidos e como instrumentos da nova doutrina Obama, que se propõe a fazer – desta vez – o cerco econômico e militar da China. O Japão e a Coreia estão sendo pressionados a participar do Acordo de Parceria Econômica Estratégica Trans-Pacífico (TPP), que é hoje a pedra angular da política comercial de Obama, e que se propõe a reunir os dois lados do Pacífico numa grande zona de livre comércio, ao mesmo tempo que a Alemanha vem sendo estimulada a liderar

um grande pacto comercial transatlântico entre a União Europeia e os Estados Unidos, e há quem proponha que o Brasil se junte à “aliança do Pacífico”. Neste novo xadrez, entretanto, o Brasil é muito menos desenvolvido que a Alemanha e o Japão, mas dispõe de recursos naturais e é autossuficiente do ponto de vista alimentar e energético. Por isso, talvez só o Brasil tenha hoje condições reais de escolher um caminho que lhe dê maior grau de autonomia estratégica, e maior capacidade de projetar seus interesses e sua influência numa escala global.

Dezembro de 2012

## 1.12

### O DESENVOLVIMENTISMO ASIÁTICO

*The issue is not one of state intervention in the economy. All states intervene in their economies for various reasons [...] State's first priority will define its essence.*

Chalmers Johnson, *MITI and the Japanese Miracle: the Growth of Industrial Policy – 1925-1975* (Stanford, Stanford University Press, 1982), p. 17.

Salvo engano, foi Chalmers Johnson quem falou pela primeira vez do desenvolvimentismo asiático no seu célebre livro sobre o milagre econômico japonês, publicado em 1982. Depois dele, transformou-se num lugar comum dizer que o Estado desenvolvimentista foi ator central do crescimento econômico acelerado de Coreia, Taiwan e Singapura, entre os anos 1960 e 1980; da China, a partir dos anos 1990; e do Vietnã, no início do século XXI. O próprio Johnson, que era economista, serviu na Guerra da Coreia, foi consultor da CIA para a Ásia e lecionou nos Centros de Estudos do Japão e da China, da Universidade da Califórnia – voltou muitas vezes ao tema e acabou se transformando num dos grandes especialistas norte-americanos em economia política asiática. Além disso, foi um dos principais responsáveis pela difusão e pelo aprofundamento acadêmico da pesquisa e do debate que ganhou ressonância internacional com a publicação do Banco Mundial do *The East Asian Miracle*<sup>1</sup>, em 1993.

No seu tempo, o livro de Johnson surpreendeu o mundo acadêmico: segundo o autor, o modelo econômico japonês do pós-guerra não era original e vinha dos anos 1920, e sua característica fundamental não era econômica; tinha a ver com

<sup>1</sup> Banco Mundial, *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy* (Oxford, Oxford University Press, 1993). Disponível em: <[www-wds.worldbank.org/external/default/WDSCContentServer/WDSP/IB/1993/09/01/000009265\\_3970716142516/Rendered/PDF/multi\\_page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSCContentServer/WDSP/IB/1993/09/01/000009265_3970716142516/Rendered/PDF/multi_page.pdf)>; acesso em: 21 out. 2014.

a intensidade com que a sociedade e o governo japonês se dedicavam ao estabelecimento e ao cumprimento dos seus objetivos estratégicos. Para Johnson, essa "intensidade" se devia ao fato de que o modelo tinha sido concebido como um instrumento de guerra e de reconstrução, depois da guerra, e como instrumento de defesa da soberania japonesa, frente aos desafios do mundo e do contexto geopolítico asiático na segunda metade do século XX. Esse contexto explicaria o nascimento e a força da ideologia nacionalista e das instituições japonesas responsáveis pela mobilização da sociedade e pela submissão do desenvolvimento econômico aos seus objetivos de longo prazo. Em 1989, a economista estado-unidense Alice Amsden publicou outra obra clássica, *Asia's Next Giant*<sup>2</sup>, sobre o milagre econômico coreano, em que ela identificava características parecidas com o desenvolvimento japonês: o modelo coreano também vinha de antes da Segunda Guerra Mundial, e havia sido forjado na luta anticolonialista contra o próprio Japão. E, depois de Johnson e Amsden, muitos outros pesquisadores e especialistas encontraram as mesmas características no desenvolvimento acelerado de Taiwan e Singapura, e de forma ainda mais gritante no desenvolvimento da China e do Vietnã. O próprio Johnson identificou no nacionalismo camponês e revolucionário chinês do início do século XX a grande fonte originária da energia desenvolvimentista da China contemporânea.

Apressando o argumento, é possível extrair pelos menos quatro conclusões dessa vasta literatura sobre o crescimento asiático:

i) a maioria dos Estados nacionais asiáticos se constituiu na segunda metade do século XX, depois do fim do colonialismo europeu. No entanto, quase todos os novos Estados mantiveram suas fronteiras tradicionais e civilizatórias e sua relação milenar, dando origem, desde o início, a um sistema interestatal regional altamente competitivo;

ii) em clave europeia, a estratégia econômica desses países asiáticos esteve sempre mais próxima do mercantilismo de William Petty do que da economia política de Smith ou de Marx, e muito mais próxima do nacionalismo econômico do alemão Friedrich List do que do liberalismo heterodoxo do inglês John Keynes; sua primeira

<sup>2</sup> Alice H. Amsden, *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization* (Oxford, Oxford University Press, 1992).



prioridade foi sempre a construção do Estado e a defesa da unidade territorial de sua sociedade e de sua civilização;

iii) não há nenhuma instituição ou política que explique isoladamente o sucesso do crescimento asiático, e que possa ser transplantada para países que tenham se constituído ou estejam fora de sistemas de poder altamente competitivos. A simples condição de *latecomer* ou de capitalismo tardio não explica nada, nem é capaz de gerar um projeto e uma estratégia de alto crescimento;

iv) e, por fim, os asiáticos nunca se referiram a si mesmos como desenvolvimentistas, e sua estratégia econômica não tem nada a ver com o chamado desenvolvimentismo latino-americano. Sua política industrial, comercial e macroeconômica sempre esteve a serviço de sua grande estratégia social e nacional, e da sua luta pela conquista ou reconquista de uma posição internacional autônoma e preeminente. Os asiáticos têm plena consciência de que a política econômica entregue a si mesma é cega e incapaz de gerar seus próprios objetivos, e, muito menos ainda, de definir os objetivos de uma sociedade e de uma nação.

Dezembro de 2012

## 1.13

### SOBRE O DESENVOLVIMENTO CHINÊS (I)

*Sou leigo no campo da economia. Fiz alguns comentários a respeito do assunto, mas todos de um ponto de vista político. Por exemplo, propus uma política de abertura econômica chinesa para o mundo exterior, mas, quanto aos detalhes ou especificidades de sua implementação, sei muito pouco de fato.*

Deng Xiaoping citado em Henry Kissinger, *Sobre a China*  
(Rio de Janeiro, 2011), p. 331.

A história não se repete nem pode ser transformada em receita; ela pode, no entanto, ensinar os que desejam aprender, como se fosse um velho e bom professor. Haja vista o caso do extraordinário desenvolvimento econômico chinês das últimas décadas. A explicação dos economistas costuma sublinhar a importância demiúrgica das reformas liberalizantes ou a eficácia das políticas econômicas heterodoxas, apesar de Deng Xiaoping – considerado pai do milagre econômico chinês – sempre ter insistido na natureza política e estratégica do seu projeto reformista, muito mais do que econômica, como se ele estivesse apontando para a lua enquanto os economistas insistissem em olhar apenas para o seu dedo, devido à sua grande dificuldade de compreender racionalidades que não se submetem à “lógica utilitária”. Sendo assim, qual foi então esse ponto de partida político do milagre econômico chinês a que se refere insistentemente Deng Xiaoping?

Não é fácil reconstruir e sintetizar um processo tão complexo, mas parece não haver dúvida de que o grande salto capitalista da China começou no final da década de 1950, com a ruptura entre o comunismo chinês e o soviético – uma ruptura ideológica que se transformou numa disputa de fronteira durante toda a década de 1960, culminando com o conflito militar do rio Ussuri, em 1969. A partir daí, a União Soviética aumentou geometricamente sua força militar junto à fronteira chinesa, e a China respondeu ao cerco russo com seu primeiro teste nuclear, em

1964, e com o lançamento do seu primeiro foguete balístico, em 1966. O sentimento de ameaça e insegurança crescente levou Mao Tsé-tung a convocar de volta, em 1969, um grupo de quatro marechais do Exército de Libertação Popular que haviam sido expurgados pela Revolução Cultural – Chen Yi, Nie Rongzhen, Xu Xiangqian e Ye Jianying – com a tarefa de apresentar um mapa das opções estratégicas da China, frente aos desafios criados pela ruptura do bloco comunista. O diagnóstico da alta comissão militar foi terminante, e suas propostas mudaram a história da política externa chinesa. A União Soviética era definida como a principal ameaça à segurança chinesa e deveria ser contida por meio de uma política militar de defesa ativa e de uma estratégia política-diplomática ofensiva, de reaproximação com os Estados Unidos. No ano seguinte, no dia 8 de dezembro de 1971, chegou à Casa Branca, em Washington, a mensagem do primeiro-ministro Chou En-Lai que deu início a uma das transformações geopolíticas mais importantes do século XX. Em nome da nova estratégia, na reunião presidencial de 1972, entre os presidentes Mao e Nixon, Mao Tsé-tung colocou entre parênteses as divergências dos dois sobre a questão de Taiwan e propôs ao presidente Nixon uma “linha horizontal” de contenção da União Soviética, que passava pelo Oriente Médio e chegava até o Japão. Na sequência, e como forma de fortalecer a capacidade defensiva da China, o primeiro-ministro Chou En-Lai propôs, em 1975, o programa das “quatro modernizações” que foram colocadas em prática por Deng Xiaoping a partir de 1978. Seguindo essa mesma estratégia, o governo de Deng Xiaoping promoveu em 1979 uma invasão preventiva do Vietnã, para impedir a expansão da influência militar soviética na Indochina, com o conhecimento do Japão e com o apoio logístico do governo Carter. A nova estratégia militar e econômica encerrou definitivamente a Revolução Cultural (1965-1974) e fortaleceu o Estado central chinês, que recuperou sua condição milenar de guardião moral da unidade e do “interesse universal” do território continental e da civilização chinesa. Uma sociedade multitudinária que vê a si mesma como uma civilização superior, homogênea e com pelo menos 2.300 anos de existência, a despeito do “século de humilhação” imposto à China pela “barbárie europeia”, entre 1842 e 1945.

Após o fim da União Soviética, a China se reaproximou da Rússia e redefiniu seu mapa estratégico, mas manteve sua fidelidade ao ponto de vista político de Deng Xiaoping: o desenvolvimento da China deve estar sempre a serviço da sua política de defesa. Nesse sentido, se nossa hipótese estiver correta, e mesmo que a história

não se repita, o mais provável é que a nova doutrina Obama de contenção da China reforce e expanda a economia de guerra do país, acelerando e aprofundando sua conquista do Oeste e sua integração com a Rússia e com a Ásia Central. Por fim, essa história deixa uma lição surpreendente: para os chineses, o desenvolvimento capitalista é apenas um instrumento a mais de defesa de sua civilização milenar contra os sucessivos cercos e invasões dos “povos bárbaros”.

Fevereiro de 2013

## 1.14

### SOBRE O DESENVOLVIMENTO CHINÊS (II)

*Para mim, uma vez que fui designado pelo povo para o atual cargo, preciso colocar sempre o povo no lugar mais importante do coração, ter sempre em mente as enormes expectativas que o povo me confia e lembrar que as responsabilidades são mais pesadas que a montanha Tai.*

Presidente Xi Jinping, *Valor Econômico*, São Paulo, 20 mar. 2013.

O desenvolvimento chinês possui características que confundem inteiramente a ciência política ocidental, e colocam de cabeça para baixo a teoria do Estado desenvolvimentista formulada pelos anglo-saxões na década de 1980. Até a segunda metade do século XIX, a China se desenvolveu fora do mundo eurocêntrico, e só se transformou num Estado nacional depois de 1912 – e numa economia capitalista no final do século XX. Na verdade, a China tem muito pouco a ver com os pequenos Estados nacionais originários da Europa, e é de fato um Estado-civilização que não possui sociedade civil nem conhece o princípio da soberania popular. Apesar disso – contra todas as expectativas ocidentais – o Estado chinês tem se demonstrado altamente flexível e inovador, uma contradição aparente que remete às suas origens e à história de longo prazo de sua civilização.

A China é, em si mesma, um continente, e seu Estado, isoladamente, é responsável por cerca de um quinto da população mundial. O processo de centralização do poder territorial ocorreu na China há pelo menos 2.300 anos, e, apesar de várias fragmentações posteriores, o povo chinês sempre conseguiu refazer sua unidade e preservar sua homogeneidade linguística e cultural, transformando-se no país com a história contínua mais antiga da humanidade. O que mantém o povo chinês unido não é sua identificação com a “nação Han”, inventada no final do século XIX; é sua identificação com uma civilização e uma história cujas raízes remontam até o ano 5.000 a. C. A China nunca teve nenhum tipo de religião oficial, nem jamais dividiu o seu poder imperial e burocrático com nenhuma instituição religiosa, nobreza ou

classe econômica, como no caso das sociedades civis europeias. O Império Chinês foi gerido ao longo dos séculos por um mandarinato meritocrático e homogêneo que se consolidou durante a dinastia Ming (1368-1644), e que sempre se pautou pela filosofia moral de Confúcio (551-479 a. C.), com sua concepção da virtude e do compromisso ético dos governantes com o interesse universal do povo e da civilização chinesa. Desse ponto de vista, o Partido Comunista Chinês apenas prolongou e radicalizou uma tradição milenar, ao criar uma espécie de “dinastia mandarim”, que segue governando a China segundo os mesmos preceitos morais confucianos do período imperial. Entretanto, não existe na tradição chinesa a ideia de soberania popular, e o princípio da soberania nacional é associado diretamente à soberania do Estado. Mais do que isso: a filosofia confuciana nunca valorizou a participação do povo no governo, e sempre teve uma visão elitista do Estado e dos seus governantes. Ao mesmo tempo, porém, a tradição chinesa sempre admitiu o direito “divino” da sublevação popular contra as autoridades que não cumprissem suas obrigações morais, com foi o caso da rebelião que derrubou a dinastia Qing (1644-1912) e proclamou a República da China, em 1912.

Aos olhos do Ocidente, esse modelo chinês é autoritário e inflexível e está condenado à esclerose e à paralisia decisória, como ocorreu com o Estado e o governo soviético. No entanto, contra todas as expectativas, o Estado chinês tem demonstrado extraordinária capacidade de se autocorriger e de se reinventar, sem apresentar até hoje nenhuma tendência ou necessidade de se transformar numa democracia eletiva e multipartidária. Nesse sentido, a história da China traz uma grande novidade e coloca algumas questões decisivas para a reflexão ocidental:

i) ainda que seja difícil de entender e aceitar, o Estado chinês não está a serviço do desenvolvimento capitalista; pelo contrário, é o desenvolvimento capitalista e o próprio Estado chinês que estão a serviço de uma civilização milenar que já se considera o pináculo da história humana;

ii) a história milenar da China e do mundo sinocêntrico questionam a inevitabilidade da democracia eleitoral e multipartidária, que seria apenas um fenômeno datado e circunscrito, do ponto de vista temporal e territorial. Assim, poderia-se valorizá-la ou adotá-la, mas ela não seria inevitável, nem um valor universal;

iii) neste momento, a China não parece estar se propondo a um modelo alternativo, mas com certeza o seu sucesso demonstra que existem alternativas

ao modelo ocidental, que seria apenas uma invenção europeia transformada em necessidade histórica;

iv) e, por fim, o ingresso do Estado-civilização chinês no sistema interestatal capitalista deixa uma pergunta sem resposta: a China se adaptará ao sistema de Vestfália, ou será Vestfália que terá que se adaptar ao sistema hierárquico-tributário do mundo sinocêntrico?

Fevereiro de 2013

## 1.15

### SOBRE O DESENVOLVIMENTO CHINÊS (III)

Engana-se quem pensa que a China nunca foi um Estado expansionista. O poder é sempre expansivo, mesmo quando parece adormecido. Foi assim, em qualquer tempo ou lugar, durante toda a história da humanidade, independentemente da existência de economias de mercado, e muito antes da existência do capitalismo. O mesmo aconteceu na história da China, começando pelo próprio processo originário de unificação do Império Chinês após longos séculos de guerras e conquistas, durante o período dos “reinos combatentes”, entre os anos de 481 a. C. e 221 a. C. Resumindo a história, o primeiro Império Chinês nasceu da expansão vitoriosa de dois reinos situados no nordeste da China atual: o Estado Qin, que foi o grande vencedor da guerra e promoveu a unificação, e o Estado Han, que o sucedeu em 206 a. C. e foi responsável pela construção de um império que durou quatrocentos anos, período dourado da história chinesa. O Império Han depois estendeu sua influência à Coreia, à Mongólia, ao Vietnã e à Ásia Central, chegou ao mar Cáspio e inaugurou a famosa rota da seda. Foi nesse período que o Império Chinês concebeu o seu sistema hierárquico-tributário de relacionamento com povos vizinhos que aceitassem manter sua autonomia em troca do reconhecimento da superioridade da civilização chinesa – um modelo de relacionamento que se transformou numa rotina milenar dentro do mundo sinocêntrico até meados do século XIX.

No século XIV, depois de um longo período de fragmentação territorial e guerras intestinas, a China viveu um novo processo de centralização do poder sob a dinastia Ming (1368-1644), que reorganizou o Estado chinês e liderou uma segunda era de ouro nas artes, na economia, na filosofia, mas também nas conquistas territoriais e navais. De novo, a centralização do poder interno se prolongou no expansionismo externo por meio da diplomacia, da guerra e do brilho exemplar da civilização confuciana. Durante a dinastia Ming, a China reconquistou a Mongólia, a Coreia e o Vietnã, e impôs seu domínio a Japão, Java, Brunei, Srivijaya, Sião e Camboja. Em



1424, o império suspendeu as expedições marítimas do almirante Cheng Ho, mas foi apenas uma opção pelas conquistas terrestres por meio das infinitas fronteiras móveis do império, por onde se multiplicou seu território e sua população, sem que ele tivesse que se afastar de suas linhas de suprimento estratégico, como ocorreu com os impérios marítimos europeus. No tempo em que a acumulação do poder se media em território, população, excedente econômico e capacidade de tributação, a China conquistou em três séculos mais do que o dobro do que foi conquistado pela Europa e seus impérios marítimos; isso se repetiu mais tarde com a dinastia Qing, que governou a China entre 1644 e 1912, em particular durante o reinado do imperador Chien-lung (1735-1799), quando a China duplicou seu território, conquistando Tibete, Taiwan e todo o oeste do atual território chinês até o Turquestão. No caso dessas regiões, a conquista chinesa foi particularmente violenta e as terras conquistadas foram transformadas em colônias numa posição inferior dentro do sistema de “círculos concêntricos”, como era concebido pelos chineses o seu “império do meio”, construído a partir do seu pináculo civilizatório, situado em Pequim.

Depois das duas guerras do ópio, em 1839-1842 e 1856-1860, a China foi submetida a um século de humilhações por parte das potências europeias do sistema de Vestfália, mas, na segunda metade do século XX, a China voltou a centralizar seu poder interno, expulsou as potências coloniais, adotou o capitalismo como instrumento de acumulação de poder e entrou num novo período de crescimento econômico e expansão externa do seu poder e de sua influência civilizatória. Agora, está reconstruindo seu antigo sistema hierárquico tributário dentro e fora do antigo mundo sinocêntrico, o que leva muitos analistas a preverem um grande embate civilizatório com o sistema de Vestfália. Do nosso ponto de vista, entretanto, esse choque não ocorrerá por quatro motivos fundamentais:

i) o sistema de Vestfália, formado por Estados iguais e soberanos, foi uma invenção europeia do século XVII que só funcionou efetivamente na Europa e até meados do século XX;

ii) quando esse sistema se expandiu para fora da Europa, não foi igualitário nem respeitou o princípio de soberania dos povos conquistados e submetidos à condição de colônias, protetorados, domínios ou periferias dependentes;

iii) o que estamos assistindo no início do século XXI dentro do mundo eurocêntrico é a um realinhamento de vários sistemas hierárquico-tributários, como

no caso da nova relação da Alemanha com os demais países da União Europeia, ou dos Estados Unidos com os países da Aliança do Pacífico;

iv) não é improvável que o mundo eurocêntrico abandone aos poucos suas fantasias vestfalianas e aceite cada vez mais o modelo hierárquico chinês, enquanto o sistema mundial adota a forma de dois grandes “impérios do meio”, com algumas réplicas inferiores.

Março de 2013

## 1.16

### SOBRE O DESENVOLVIMENTO CHINÊS (IV)

*As happened with other great powers, China seems to be following a technological road where the search for modern defense systems constitutes a primum mobile for national scientific endeavors and modern technologies.*

Nicholas M. Trebat, Carlos Aguiar de Medeiros, "Military Modernization in Chinese Technical Progress and Industrial Innovation", *Review of Political Economy*, v. 26, n. 2, 2014, p. 25.

É visível a olho nu que a liderança da inovação tecnológica se concentra nos países com maior poder dentro do sistema internacional, e que os países que ocupam posições inferiores acessam as tecnologias de "ponta" por meio da cópia, da importação ou de pequenas adaptações incrementais, mediante pagamento de direitos de propriedade intelectual. Por isso, invariavelmente os países que se propõe a mudar sua posição dentro da hierarquia internacional também mudam, em algum momento, seu sistema de pesquisa e inovação, como vem acontecendo com a China, segundo estudo recente dos professores Trebat e Medeiros<sup>1</sup>, que demonstra que os chineses estão deixando para trás a "cópia tecnológica" e estão se aproximando rapidamente do modelo norte-americano, no qual o sistema de defesa do país ocupa um lugar central no seu sistema de inovação.

Nos Estados Unidos, a mudança se acelerou durante a Segunda Guerra Mundial, com a criação do *National Defense Research Council* (NDRC), que foi responsável pelo projeto Manhattan e pela criação da primeira bomba atômica, e pela reorganização da pesquisa científica dentro das universidades e das empresas privadas reunidas dentro de um mesmo "complexo-militar-industrial-acadêmico"

<sup>1</sup> Nicholas M. Trebat e Carlos Aguiar de Medeiros, "Military Modernization in Chinese Technical Progress and Industrial Innovation", *Review of Political Economy*, v. 26, n. 2, 2014.

de pesquisa e inovação, orientado pela competição militar com a União Soviética. Donde se possa dizer, hoje, que a Guerra Fria foi responsável – em última instância – pelos principais avanços tecnológicos norte-americanos da segunda metade do século XX, no campo aeroespacial e da energia nuclear, da computação, das fibras óticas e dos transistores, assim como da química, da genética e da biotecnologia. Em todos esses setores, a estratégia de defesa americana funcionou como primeiro motor na criação das tecnologias duais que revolucionaram a economia mundial. Hoje, a Agência de Projetos Avançados de Pesquisa em Defesa (Darpa) – que responde ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos – conta com orçamento de mais de 3 bilhões de dólares e financia investigações em todo e qualquer setor considerado estratégico para a segurança estado-unidense, independentemente do seu objeto específico, bastando se propor a inovações radicais na fronteira do conhecimento humano.

No caso chinês, a inflexão começou nos anos 1990, após a Guerra do Golfo, quando a China reconheceu a necessidade de modernizar seu sistema de defesa e mudou o rumo da sua pesquisa científica e tecnológica, adotando progressivamente o modelo dos Estados Unidos de integração da academia com o setor público e privado, na produção de tecnologias duais capazes de dinamizar, ao mesmo tempo, a economia civil chinesa. O passo inicial foi dado, ainda na década de 1980, com a criação da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional, mas o verdadeiro salto aconteceu depois de 1990, quando foi criado o Programa 863 de financiamento à pesquisa de ponta, e depois de 2001, quando foi lançado o Projeto de Segurança Estatal 998, com o objetivo explícito de desenvolver a capacidade chinesa de contenção das forças norte-americanas no mar do sul da China. Entre 1991 e 2001, o gasto militar chinês cresceu 5% ao ano, e, entre 2001 e 2010, 13%. Hoje a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo, mas o que importa, nesse caso, é que os gastos com a defesa já alcançam cerca de 30% de todo o gasto governamental com pesquisa e inovação, e foram os grandes responsáveis pelo avanço dos chineses nos últimos anos em microeletrônica, computação, telecomunicação, energia nuclear, biotecnologia, química e no campo aeroespacial. Mais recentemente, o Plano de Desenvolvimento Nacional Científico e Tecnológico de Médio e Longo Prazo, para o período entre 2006 e 2020, aumentou a tônica no desenvolvimento das tecnologias duais e na importância da conquista da autonomia militar da China. E, apesar

de os chineses seguirem utilizando tecnologias importadas, a verdade é que eles obtiveram avanços notáveis nessas últimas duas décadas. Nesse sentido, o novo caminho tecnológico da China parece reforçar uma verdade antiga e obliterada sistematicamente pela ciência econômica: que o ritmo e a liderança da pesquisa e a inovação de ponta nos países que lideram a hierarquia internacional não são determinados pelas forças de mercado. Nesses casos, e cada vez mais, as grandes inovações vieram de sua estratégia de defesa e de sua permanente preparação para a guerra. Goste-se ou não, foi sempre assim, e ainda mais no caso dos Estados nacionais que criaram e lideraram ou lutaram pela liderança do sistema interestatal capitalista ao longo dos séculos.

Abril de 2013

## 1.17

### O PROTÓTIPO ARGENTINO

Foi em 1949 que Raul Prebisch (1901-1986) publicou sua famosa crítica da teoria das vantagens comparativas e formulou sua teoria do desenvolvimento econômico periférico, baseado na experiência histórica da Argentina. As ideias de Prebisch ocuparam um lugar central no debate do desenvolvimento na segunda metade do século XX, mas a Argentina acabou se transformando no protótipo do modelo primário-exportador incapaz de se industrializar e que teria ficado à deriva após a crise de 1930. Sua história econômica, entretanto, não parece confirmar esse pessimismo, porque apesar de suas grandes crises e depressões cíclicas, a longo prazo, o desenvolvimento argentino foi bem-sucedido do ponto de vista dos indicadores clássicos utilizados pelos economistas, mesmo depois dos anos 1930.

Como nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão, a Argentina também viveu uma extraordinária transformação econômica e social entre 1870 e 1920. Foi sua idade de ouro, porque, em quarenta anos, seu território mais que triplicou; sua população multiplicou por cinco; sua rede ferroviária passou de 500 para 31.100 quilômetros; e seu PIB cresceu a uma taxa média anual de cerca de 6% (talvez a maior do mundo, no período), enquanto sua renda *per capita* crescia a uma taxa média de 3,8%. Como resultado, no início do século XX a Argentina estava entre os sete países mais ricos do mundo, e sua renda *per capita* era quatro vezes maior que a dos brasileiros, e o dobro da dos norte-americanos. Nesse período, seu crescimento econômico foi liderado pela exportação de bens primários, mas se deu também na indústria e contou com os investimentos na construção da rede ferroviária que integrou o seu mercado nacional, antes do fim do século XIX. Cerca de 65% da sua população trabalhava na indústria, no comércio ou no setor de serviços, e um terço dos argentinos vivia em Buenos Aires, uma cidade com alto nível educacional e cultural. Ou seja, na altura da Primeira Guerra Mundial, a Argentina era o país mais rico do continente latino-americano e tinha todas as

condições para se transformar na sua potência hegemônica, e, talvez, numa potência econômica mundial. No entanto, não foi isso o que aconteceu, sobretudo depois de 1930, apesar de sua economia ter seguido crescendo e se industrializando, e de sua sociedade ter seguido enriquecendo e melhorando sua qualidade de vida. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, a economia argentina cresceu a uma taxa média de 3,78%, entre 1950 e 1973; e de 2,06%, entre 1973 e 1998<sup>1</sup>.

Depois de 1930, entretanto, seu crescimento se deu de forma cada vez mais instável, por meio de ciclos cada vez mais curtos e intensos. Raul Prebisch atribuiu essa inflexão às mudanças internacionais e à forma em que operava o novo centro cíclico da economia mundial, os Estados Unidos, somado à fragilidade industrial endógena das economias primário-exportadoras. Mais tarde, os ortodoxos e neoliberais atribuíram a culpa dessa mudança de rumo argentina às políticas econômicas populistas do governo Juan Domingo Perón, apesar de Perón só ter governado entre 1945 e 1955, e entre 1973 e 1974.

Existe, entretanto, outra maneira de olhar para a história da Argentina entre a revolução de 25 de Maio de 1810 e a destituição do presidente Hipólito Yrigoyen, em 6 de setembro de 1930, início do que os argentinos chamam de sua “década infame”. Após a Guerra da Independência (1810 e 1816), a Argentina viveu meio século de guerra civil quase permanente até a assinatura da constituição de 1853, que criou o Estado nacional da Argentina, mesmo contra a resistência de Buenos Aires, que só se submeteu definitivamente em 1862. Depois disso, a Argentina participou da Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, e logo em seguida o Estado argentino iniciou suas guerras de “conquista do deserto”, que duraram toda a década de 1870. A conquista militar do oeste argentino permitiu a expansão/ocupação econômica contínua de novos territórios até o fim da década de 1920. Por isso, pode-se dizer que o Estado liberal argentino nasceu de uma guerra civil que durou meio século e se consolidou por meio de uma estratégia expansiva de ocupação de novos territórios que durou mais meio século e foi financiada pelo sucesso do seu modelo primário-exportador. E foi exatamente no fim dessa expansão que estalou a crise política responsável pela desorganização periódica do Estado e pela polarização definitiva da sociedade argentina. Durante a “década infame”, seus vários governos praticaram políticas econômicas keynesianas e chegaram mesmo a iniciar

<sup>1</sup> Angus Maddison, *The World Economy: a Millennial Perspective* (Paris, OECD, 2001), p. 197.

um ambicioso programa de industrialização, idealizado pelo próprio Raul Prebisch. O que lhes faltou, entretanto, foi uma nova estratégia expansiva e de longo prazo, e um grupo capaz de transformar a economia argentina num instrumento de sua própria acumulação de poder internacional. Fica a pergunta: isso teria sido possível num país situado fora do espaço eurasiático e do Atlântico norte? Pelo menos os dependentistas e os neoliberais consideram que não.

Setembro de 2012



O DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO<sup>1</sup>

A hegemonia do pensamento desenvolvimentista na América Latina deita raízes na década de 1930, consolida-se nos anos 1950, passa por uma autocrítica nos anos 1960 e perde seu vigor intelectual na década de 1980. Nesse percurso, é possível identificar três grandes matrizes teóricas que organizaram o debate em torno do papel do Estado no desenvolvimento econômico e contribuíram para a construção e legitimação da ideologia nacional-desenvolvimentista: 1) a teoria weberiana da modernização, contemporânea da teoria das etapas do desenvolvimento econômico, de Walt W. Rostow. Sua proposta de modernização supunha e apontava, ao mesmo tempo, de forma circular, para uma idealização dos Estados e dos sistemas políticos europeu e norte-americano; 2) a teoria estruturalista do centro-periferia e do intercâmbio desigual, formulada pela Cepal. Sua defesa intransigente da industrialização lembra o nacionalismo econômico de Friedrich List e Alexander Hamilton, mas não dá a mesma importância que esses autores aos conceitos de nação, poder e guerra; e, finalmente, 3) a teoria marxista da revolução democrático-burguesa, que via no desenvolvimento e na industrialização o caminho necessário de amadurecimento do modo de produção capitalista e da própria revolução socialista. Sua interpretação e sua estratégia traduziam de forma quase sempre mecânica experiências de outros países, sem maior consideração pela heterogeneidade interna da América Latina.

Essas três teorias consideravam que o desenvolvimento econômico era um objetivo indiscutível e consensual, capaz de constituir e unificar a nação; propunham-se a construir economias nacionais autônomas e sociedades modernas e democráticas; consideravam que a industrialização era o caminho necessário para a autonomia e a modernidade, ou mesmo para a construção socialista; e, finalmente, propunham

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título "Para reler o velho desenvolvimentismo", *Valor Econômico*, São Paulo, dez. 2011.

que o Estado cumprisse o papel estratégico de *condottiere* dessa grande transformação. Com o passar do tempo, entretanto, duas coisas chamam a atenção nessa história desenvolvimentista. A primeira é que, apesar dessa ampla convergência estratégica, as políticas desenvolvimentistas só foram aplicadas de forma muito pontual, irregular e descoordenada, e em todo este período só se pode falar da existência de dois Estados desenvolvimentistas na América Latina: o mexicano, com muitas reservas, e o brasileiro, que foi o mais bem-sucedido, do ponto de vista do crescimento econômico. E a segunda coisa que chama muito a atenção é que exatamente no Brasil, a matriz teórica e estratégica que teve mais importância, não foi nenhuma dessas três – pelo contrário, foi a teoria da segurança nacional, formulada pelos militares brasileiros, que teve papel central na construção e no controle ou tutela do Estado desenvolvimentista entre 1937 e 1985. O desenvolvimentismo militar deu seus primeiros passos no Brasil com a Revolução de 1930 e com o Estado Novo, mas só nos anos 1950, sobretudo depois da criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, se transformou numa ideologia e numa estratégia específica e diferenciada dentro do universo desenvolvimentista, sendo a única que associava explicitamente a necessidade do desenvolvimento e da industrialização com o objetivo prioritário da “defesa nacional”.

Como contribuição ao debate contemporâneo, vale uma rápida anatomia desse projeto militar, que teve grande sucesso econômico, mas que foi muito frágil do ponto de vista político e social:

i) os militares brasileiros propunham um projeto de expansão do poder nacional e uma visão competitiva do sistema mundial, mas definiam sua estratégia de defesa a partir de um inimigo externo estritamente ideológico e longínquo, que nunca ameaçou nem desafiou efetivamente o país e que foi importado da geopolítica anglo-saxônica da Guerra Fria;

ii) a natureza exclusivamente ideológica desse inimigo externo permitiu aos militares transportá-lo para dentro do país, transformando todas as reivindicações e mobilizações sociais internas em manifestações que ameaçavam sua paranoia anticomunista. Daí veio o caráter conservador, autoritário e antipopular desse projeto desenvolvimentista;

iii) por sua vez, a desmobilização ativa da grande maioria da sociedade explica a composição heterogênea, oligárquica e quase sempre liberal da coalizão de interesses

que sustentou política e socialmente o sucesso econômico do desenvolvimentismo militar brasileiro. Uma coalizão que se manteve unida enquanto duraram as altas taxas de crescimento e se desfez rapidamente na hora da grande crise econômica internacional do início dos anos 1980;

iv) e, por último, o projeto desenvolvimentista dos militares brasileiros utilizou a política macroeconômica como uma espécie de variável de ajuste. Ela nunca foi consistentemente ortodoxa nem heterodoxa; foi apenas a resultante possível, a cada momento, do grande paradoxo deste projeto: a necessidade de crescer e de fugir para frente, para manter unida uma coalizão de forças predominantemente antiestatais e, no limite, antidesenvolvimentistas.

Dezembro de 2011

## 1.19

### PODER, GEOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

*Em última instância, os processos de desenvolvimento econômico também são lutas de dominação.*

Max Weber, *Escritos Políticos I* (Cidade do México, Folios Ediciones, 1982), p. 18.

O capitalismo nasceu associado a um sistema de poder específico: o sistema interestatal europeu. E, desde o início, foi um dos principais instrumentos de poder dos Estados que se impuseram dentro e fora da Europa, transformando-se nas primeiras grandes potências do sistema. Durante os cinco séculos seguintes, o desenvolvimento dessas grandes potências exerceu um efeito gravitacional e expansivo sobre todo o sistema interestatal capitalista, que foi ampliando suas fronteiras de maneira contínua, como se fosse um universo em expansão. Dentro desse universo, foram sendo criados e incorporados sucessivamente novos Estados e economias nacionais que competem e se hierarquizam dinamicamente, podendo ser classificados em três grandes grupos:

i) Num primeiro grupo, situam-se os Estados e as economias nacionais que adotam estratégias de integração direta, com relação às potências líderes. Fala-se em “desenvolvimento a convite” ou “associado” para se referir a esses países com acesso privilegiado aos mercados e aos capitais das grandes potências, obtidos em troca da submissão à sua política externa e à sua estratégia militar global, como foi o caso de Canadá, Austrália e Nova Zelândia, antes e depois de sua independência, e também de Alemanha, Japão e Coreia, depois da Segunda Guerra Mundial, na condição de protetorados militares dos Estados Unidos.

ii) Num segundo grupo, situam-se os países que questionam a hierarquia internacional e adotam estratégias de mudança do *status quo* e de crescimento acelerado,

com o objetivo de mudar sua participação na distribuição internacional do poder e da riqueza. São projetos nacionais que podem ser bloqueados e podem não conseguir superar as barreiras à entrada do núcleo central, impostas pelas grandes potências, mas que também podem ter sucesso e dar origem a uma nova potência regional ou global, como foi o caso dos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, e da China, neste início de século XXI.

iii) Por fim, num terceiro grupo, incluem-se todos os demais países do “andar de baixo” ou a “periferia” política e econômica do sistema. São Estados e economias que podem ter fortes ciclos de crescimento e ter indústrias, mas que não têm condições ou não se propõem a desafiar a ordem estabelecida, e aceitam sua posição política subalterna dentro do sistema internacional de poder, mantendo-se como fornecedores de *commodities* e bens industriais específicos, com é o caso de Chile, Colômbia e Peru, entre muitos outros.

Na outra ponta do sistema, o pequeno grupo das grandes potências “ganhadoras” também é hierarquizado e reproduz internamente – num outro patamar de poder – a mesma dinâmica competitiva de todo esse universo. Mesmo assim, é possível identificar duas grandes regularidades na sua trajetória “vitoriosa”:

i) Todos enfrentaram, em algum momento, invasões externas, guerras civis ou rebeliões sociais, e esses acontecimentos contribuíram de uma forma ou outra para o fortalecimento de suas identidades nacionais e para a mobilização de suas sociedades em torno de grandes projetos de defesa e/ou de projeção internacional. Por estarem situados dentro de tabuleiros geopolíticos altamente competitivos, esses países também compartilharam um sentimento constante de cerco e de ameaça externa, o que explica a centralidade dos seus sistemas de defesa na definição de suas políticas de desenvolvimento e industrialização, e sua permanente preocupação com a conquista e o controle monopólico das tecnologias sensíveis, que foram decisivas para o sucesso de toda a sua economia nacional.

ii) Todos os seus Estados e grandes capitais privados desrespeitaram sistematicamente as regras e instituições competitivas de mercado que devem ser obedecidas obrigatoriamente pelos que estão situados nos degraus inferiores do sistema. Nesse ponto, pode-se formular uma lei quase universal: quem liderou a expansão vitoriosa do capitalismo foram sempre os Estados e os capitais que souberam navegar

com sucesso na contramão das leis do mercado, ou seja, os grandes predadores que conseguem manter e renovar permanentemente seu controle monopólico das inovações e dos lucros extraordinários.

Esse caminho de “ganhadores” está aberto para todos os países? Não, porque a energia que move esse sistema vem exatamente dessa luta contínua entre Estados, economias nacionais e capitais privados, pela conquista de posições e de monopólios que são desiguais, por definição. Mesmo assim, alguns Estados podem modificar sua posição relativa dentro desse sistema, dependendo do seu território, dos seus recursos e da sua coesão social – e também da existência de uma elite política capaz de assumir as grandes pressões sociais e o aumento dos desafios e provocações externas, como sinal de amadurecimento de um país que já está preparado para sustentar uma estratégia de longo prazo, de questionamento do *status quo* internacional, e de desenvolvimento com mobilidade social generalizada.

Junho de 2013



# CONJUNTURA E CRISE





## 2.1

### PODER GLOBAL

*A esperança e a previsão, embora inseparáveis, não são a mesma coisa, e toda previsão sobre o mundo real tem que repousar em algum tipo de inferência sobre o futuro, a partir daquilo que aconteceu no passado, ou seja, a partir da história.*

Eric Hobsbawm, *Sobre história* (São Paulo, Companhia das Letras, 2013), p. 67.

Na década de 1970, discutiu-se muito sobre a “crise da hegemonia americana”. Foi no tempo da derrota dos Estados Unidos no Vietnã, da crise do padrão dólar, da subida do preço do petróleo e do fim do crescimento econômico acelerado do pós-guerra. Foi também no tempo da Revolução Sandinista da Nicarágua, da revolução islâmica do Irã e da invasão soviética ao Afeganistão, consideradas, na época, grandes derrotas da política externa norte-americana. Hoje, quase quarenta anos depois, volta-se a falar com insistência do declínio do poder mundial dos Estados Unidos. O historiador inglês Eric Hobsbawm afirmou numa entrevista recente que o “projeto americano está falindo”, e que a “superioridade dos Estados Unidos é um fenômeno temporário”<sup>1</sup>. Quase na mesma linha do economista italiano Giovanni Arrighi, que defende a tese de que a “hegemonia americana” está vivendo uma “crise terminal” após o “fracasso do projeto neoconservador no Iraque” e depois que “os Estados Unidos deixaram de ser um Estado hegemônico que criava ordem para se tornarem uma força do caos e da desordem”<sup>2</sup>. No caso do sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, a previsão é ainda mais radical: o que está em crise e deve acabar até a metade do século XXI não é

<sup>1</sup> Entrevista veiculada na *Folha de S.Paulo*, 30 set. 2007.

<sup>2</sup> Entrevista veiculada na *Folha de S.Paulo*, 2 set. 2007.

apenas a hegemonia estado-unidense; é o próprio sistema mundial moderno que se formou a partir da Europa, depois do século XVI<sup>3</sup>. No entanto, nenhum desses autores consegue definir com precisão o que seja uma “crise terminal” do poder e da superioridade dos Estados Unidos, ou do próprio “sistema mundial moderno” de que fala Wallerstein. Por que se trataria de uma crise terminal, e não apenas de uma crise cíclica ou passageira? Além disso, mesmo que fosse terminal, qual seria sua duração e seu desfecho? E o que é mais importante: o que passaria no mundo durante esse período de transição e de espera do “juízo final”?

Na verdade, o ponto fraco de todas essas previsões não está na sua análise da conjuntura internacional; está na teoria em que se apoiam suas projeções de longo prazo: a hipótese de que o sistema mundial moderno requer a existência de potências hegemônicas sucessivas, para manter sua ordem política e o bom funcionamento da sua economia internacional. Dentro dessa teoria das sucessões hegemônicas, o líder ou *hegemon* aparece na história como uma espécie de resposta funcional ao problema da ingovernabilidade de um sistema que é anárquico, porque formado por Estados nacionais soberanos. Por isso, em geral, essa teoria destaca as contribuições positivas do *hegemon* para o bom funcionamento e para a governança global do sistema, sem dar maior atenção à dinâmica contraditória das relações existentes entre o *hegemon* e os demais Estados que participam do sistema mundial. Também por isso, essa teoria funcional e evolucionista da hegemonia não consegue dar conta do movimento contínuo de competição, luta e expansão dos Estados e economias nacionais que já conquistaram a condição de grandes potências e fazem parte do núcleo central de todo o sistema, mas seguem competindo entre si, mesmo nos períodos que aparentam alta tranquilidade hegemônica. Daí sua dificuldade para compreender situações de conflito e de ruptura, e a pressa com que essas análises e previsões anunciam crises terminais a cada nova turbulência econômica, guerra ou derrota do *hegemon*, sem considerar a possibilidade de que essas crises e guerras possam fazer parte do processo de reprodução e expansão do poder e da riqueza do próprio *hegemon*, que não foi eleito para ser representante, nem para cuidar dos interesses gerais da humanidade.

A crítica dessa teoria da hegemonia mundial e das previsões baseadas na hipótese dos ciclos hegemônicos está na origem do conceito e da pesquisa sobre o “poder

<sup>3</sup> Entrevista veiculada no jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 ago. 2007.

global”<sup>4</sup>: um modo de olhar e analisar o sistema político mundial e suas relações com a internacionalização capitalista, que privilegia o conflito e as contradições do sistema mais do que suas relações funcionais. Da perspectiva do poder global, o sistema mundial é uma máquina de acumulação de poder e riqueza, e seu motor é a competição e a guerra entre seus Estados e economias nacionais. Dentro desse sistema mundial não existem países satisfeitos; todos estão sempre se propondo a aumentar seu poder e sua riqueza, e, nesse sentido, todos são expansivos – em particular as grandes potências que já ocupam o topo da hierarquia do poder e da riqueza mundiais. Por isso, esse sistema pode ser comparado com um universo em expansão contínua, onde todas as potências que lutam pelo poder global estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Como consequência, pode-se afirmar com toda certeza que dentro desse universo, ou seja, dentro do sistema mundial moderno, nunca houve nem haverá paz perpétua, nem hegemonia estável. Pelo contrário: do nosso ponto de vista, o que ordena e estabiliza as relações hierárquicas internas do sistema mundial, paradoxalmente, é a existência de eixos de conflito crônicos, junto com a permanente possibilidade de uma nova guerra entre as grandes potências. Assim, do ponto de vista do poder global, desordem, crise e guerra não são, por si mesmos, um anúncio do fim; são uma parte necessária do movimento de expansão do sistema mundial. Sob esse mesmo ponto de vista, falar de uma crise terminal, com data marcada, de um poder hegemônico ou do próprio sistema mundial moderno é um absurdo teórico e histórico. Até porque, no tempo de espera da “hora final”, o mais provável é que o sistema siga enfrentando e superando crises econômicas como em toda a história da internacionalização capitalista e em situações de guerra, como em toda a história geopolítica das nações, inaugurada pela Paz de Vestfália, em 1648. Portanto, com relação a esse tempo de espera, todas as previsões “terminais” são absolutamente inúteis.

Outubro de 2007

<sup>4</sup> José Luís Fiori, *O poder global e a nova geopolítica das nações* (São Paulo, Boitempo, 2007).

## 2.2

### O PODER E A FINANÇA INTERNACIONAL

A decisão norte-americana de romper com o acordo de Bretton Woods e de desregular seus mercados financeiros, tomada na década de 1970 junto com a Inglaterra, provocou um efeito em cadeia nos demais mercados do mundo capitalista, desencadeando um intenso processo de liberalização e globalização financeira, e também uma enorme concentração da riqueza líquida mundial nas mãos dos bancos e instituições afins. Esse processo de financeirização da riqueza capitalista se repetiu em todos os níveis e em todos os mercados nacionais, promovendo forte convergência dos interesses da finança em todo o mundo. No entanto, essa convergência não homogeneizou o poder dos bancos e dos mercados nem mudou a natureza hierárquica e competitiva do sistema monetário e financeiro internacional. Os bancos centrais e as grandes instituições financeiras privadas que lideraram esse processo e que detêm poder real de coerção sobre a política econômica dos Estados nacionais têm nome e sobrenome anglo-saxão, e têm sua riqueza nominada – em última instância – na moeda emitida pelos seus dois Estados nacionais, ou seja, a libra e o dólar. O crescimento acelerado e aparentemente anônimo desses bancos e mercados financeiros obscurece muitas vezes o fato de que:

- i) não existe poder financeiro que não esteja referido a alguma moeda nacional e que não esteja submetido em última instância ao poder do Estado emissor dessa moeda;
- ii) não existem moedas, bancos ou mercados globais; o que existe são moedas e bancos nacionais com poder de circulação e arbitragem supranacional;
- iii) essas moedas de referência regional ou internacional nunca foram apenas uma escolha do mercado e sempre envolveram prolongadas luta e competição entre os Estados e suas moedas nacionais pela conquista e dominação de territórios econômicos supranacionais cada vez mais amplos;

iv) é parte do poder dos bancos, agências e instituições financeiras associadas às moedas vencedoras impor aos Estados menos poderosos e suas moedas as regras e condutas compatíveis com o aumento do seu próprio poder, transferindo os custos de seus ajustes internos para sua periferia monetário-financeira.

Por razões diferentes, vários autores liberais e marxistas costumam sublinhar a grande autonomia contemporânea do capital financeiro e sua capacidade de submeter os Estados nacionais e suas políticas econômicas. Como se existisse um “capital financeiro em geral” e uma relação idêntica e homogênea entre esse capital e os Estados nacionais “em geral”, quando, na verdade, trata-se de uma relação diferenciada e hierarquizada, como sempre foi ao longo de toda a história do sistema da finança e da economia capitalista – uma história que começou por volta do século XIV, com o poder dos “príncipes” de impor aos seus súditos o valor dos tributos a serem pagos e o valor da moeda com que deveriam pagá-los, e que também serviam como referência para todas as demais moedas e títulos utilizados nos mercados que começaram a se expandir nessa época à sombra das conquistas territoriais dos príncipes que cunhavam as moedas. Essa relação inicial entre tributos, moedas e trocas aumentou de intensidade com a expansão das guerras e a necessidade dos príncipes de recorrerem ao endividamento junto aos seus comerciantes-banqueiros num mercado cada vez mais extenso de títulos e moedas no qual nasce o primeiro embrião do capital financeiro na “senhoriagem” das moedas e dos títulos dos poderes ganhadores.

Essa história deu um passo gigantesco e um salto qualitativo nos séculos XVII e XVIII com a consolidação do poder dos primeiros Estados nacionais europeus e com a revolução financeira provocada pela administração e pela negociação das suas dívidas de guerra, que estão na origem do capital financeiro moderno e do próprio capitalismo europeu. Essa revolução começou na Holanda no século XVII e se completou na Inglaterra, no século XVIII. Os dois países centralizaram seus sistemas de tributação e criaram bancos públicos responsáveis pela administração conjunta da dívida soberana, na forma de bônus do Estado, e da dívida privada, na forma de letras de câmbio, que se transformam na base de um sistema de crédito cada vez mais elástico, criativo e diversificado, mas sempre referido, em última instância, à moeda de conta nacional. Não há dúvida de que a fusão entre essas novas finanças holandesa

e inglesa, a partir de 1689, teve papel decisivo no fortalecimento e na vitória colonial da Inglaterra, e também na projeção internacional da moeda inglesa, a libra, que foi hegemônica em todo o mundo até sua “quase fusão” com o dólar norte-americano durante o século XX, numa espécie de sucessão hereditária que partiu da Holanda e da Inglaterra e se prolongou nos Estados Unidos, mantendo a supremacia monetário-financeira anglo-saxônica inquestionável durante os quatro séculos de história do capitalismo moderno.

Resumindo: dentro do sistema interestatal capitalista só existiram até hoje, de fato, duas moedas de referência global: a libra e o dólar – uma vez que o florim, moeda holandesa, jamais teve a dimensão de uma moeda de circulação internacional – e as duas tiveram e seguem tendo papel decisivo na construção e na reprodução do poder global e associado das duas grandes potências anglo-saxônicas. No entanto, nenhuma das duas – nem a libra, nem o dólar – se transformou em moeda de referência da noite para o dia; pelo contrário, a libra só se generalizou como moeda de referência dentro e fora da Europa a partir de 1870, quase dois séculos depois do início da escalada do poder da Inglaterra dentro e fora da Europa. O dólar só se transformou em moeda de referência internacional depois da Segunda Guerra Mundial, mais de um século após o início da escalada internacional do poder americano.

Durante o período em que essas duas moedas internacionais tiveram uma base fictícia de referência metálica, a libra e o dólar tiveram, de fato, uma restrição financeira intransponível, imposta pela necessidade de equilíbrio do balanço de pagamentos do país emissor da moeda de referência. Após o fim do sistema de Bretton Woods em 1973, entretanto, essa restrição desapareceu com o novo sistema monetário internacional de dólar flexível, que não tem nenhum tipo de padrão metálico de referência. Por isso, costuma-se dizer que ocorreu uma revolução financeira na década de 1980, mas essa revolução provocou um retorno às origens da relação entre poder, moeda e crédito. Os Estados Unidos voltaram a definir, de forma soberana e isolada – com base apenas no seu poder – o valor da sua moeda e dos seus títulos da dívida pública, que se transformaram em referência de circulação e liquidez internacional quase automática, e a mais recente financeirização do capitalismo cumpriu papel decisivo na gigantesca acumulação de poder do estado norte-americano das duas últimas décadas do século XX. Concluindo: enquanto se mantiver a centralidade internacional da moeda norte-

-americana e dos mercados financeiros dos Estados Unidos e da Inglaterra, as finanças dos dois países seguirão operando como instrumentos fundamentais de reprodução e expansão do poder global e da hegemonia econômica das duas potências anglo-saxônicas.

Agosto de 2014



## 2.3

### CRISES E HECATOMBES

No início da década de 1970, o economista norte-americano Charles Kindleberger formulou uma teoria que exerceu grande influência acadêmica e política dentro e fora dos Estados Unidos. Segundo Kindleberger, “a economia mundial liberal precisa de um país estabilizador e só um país estabilizador”<sup>1</sup>. Um país que forneça aos demais alguns “bens públicos” indispensáveis ao bom funcionamento da economia internacional, como a moeda, o livre-comércio e a coordenação das políticas econômicas nacionais. O mundo estava vivendo a crise final do sistema de Bretton Woods, e estava assistindo à derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Charles Kindleberger estava preocupado com a possibilidade de uma nova grande crise e depressão que fosse provocada, como nos anos 1930, pela falta de uma liderança mundial. Durante as décadas seguintes, essa “teoria da estabilidade hegemônica” se transformou no denominador comum de um grande debate sobre as crises e as transições hegemônicas na história do sistema mundial. Esse debate incluía um grupo de autores marxistas norte-americanos como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, que atribuem a ordem mundial dos últimos séculos à sucessão de três grandes potências hegemônicas: Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Os participantes desse debate tinham posições teóricas diferentes, mas quase todos compartilhavam a tese de que os Estados Unidos estariam vivendo seu declínio hegemônico após a crise dos anos 1970. Mais recentemente, quase todos consideram que o fracasso estado-unidense no Oriente Médio e o derretimento do dólar neste início de século XXI fazem parte já agora de uma crise terminal da hegemonia norte-americana. Assim mesmo, esses autores não conseguem responder de forma satisfatória a três perguntas fundamentais:

---

<sup>1</sup> Charles P. Kindleberger, *The World in Depression* (Berkeley, University of California Press, 1973), p. 304.

i) como a crise dos anos 1970 acabou restaurando a hegemonia e fortalecendo o poder americano;

ii) por que essa nova crise de 2007-2008 não poderá ter um desdobramento semelhante, a longo prazo;

iii) e, por fim, mesmo que a crise adquirisse natureza catastrófica, quem substituiria os Estados Unidos e como funcionaria o novo sistema monetário e financeiro internacional após a morte do dólar?

Começando pela crise dos 1970: hoje pode-se ver que não houve declínio; pelo contrário, foi na década de 1970 que se definiram as novas políticas e regras responsáveis pela multiplicação exponencial da riqueza e do poder norte-americano no último quarto do século XX. Foi quando os Estados Unidos deixaram de ser credores e passaram à condição de grandes devedores da economia mundial. Ao mesmo tempo, no entanto, sua dívida e sua capacidade de endividamento se transformaram no primeiro motor da economia mundial destes últimos trinta anos. Foi também na década de 1970 que o padrão dólar-ouro foi substituído pelo novo sistema monetário internacional de dólar flexível, lastreado, em última instância, no poder estado-unidense e nos seus títulos da dívida pública. Entretanto, são também da década de 1970 as políticas de desregulação dos mercados financeiros anglo-americanos que lideraram o processo de globalização financeira do final do século XX. Por fim, foi à sombra da derrota norte-americana no Vietnã, em 1973, que os Estados Unidos e a China negociaram sua nova parceria econômica, que se transformou na grande locomotiva da economia mundial no início do século XXI. Ou seja, desde a crise de 1970, em vez do “declínio americano”, o que se assistiu foi a uma mudança profunda da economia mundial e um aumento exponencial do poder dos Estados Unidos.

Agora de novo, após o fracasso das guerras do Afeganistão e do Iraque, e da desvalorização do dólar, provocada pela crise financeira de 2007 e de 2008, volta-se a falar em “colapso” e em “crise final” da hegemonia norte-americana<sup>2</sup>. Até o momento, porém, ainda não se configurou uma crise estrutural ou global, nem existe sinal de que os Estados Unidos venham a desocupar sua liderança capitalista; pelo contrário,

<sup>2</sup> Paul Craig Roberts, “The Collapse of American Power”, 18 mar. 2008. Disponível em: <[www.informationclearinghouse.info/article19556.htm](http://www.informationclearinghouse.info/article19556.htm)>; acesso em: 21 out. 2014.

apesar das suas dimensões, tudo indica ser uma crise regular dentro de um sistema que é, por excelência, contraditório, instável e conflituoso. Dentro das novas regras e estruturas criadas a partir da crise dos 1970, os Estados Unidos definem de forma exclusiva o valor de uma moeda que é nacional e internacional, a um só tempo, e que está lastreada nos títulos da dívida pública do próprio poder emissor da moeda. Além disso, os Estados Unidos possuem um sistema financeiro nacional desregulado, e são – ao mesmo tempo – a cabeça de uma máquina de crescimento global que funciona em conjunto com a economia nacional chinesa. Dentro desse sistema extremamente complexo, toda crise financeira interna da economia dos Estados Unidos pode afetar a economia mundial pela corrente sanguínea do dólar flexível e das finanças globalizadas, e todos os seus ciclos internos de “valorização de ativos” (em particular imóveis, câmbio e bolsa de valores) se descolam com facilidade dos circuitos produtivos e mercantis, e se balizam pelas variações da dívida pública e da política de juros do governo norte-americano. Por isso, as bolhas são sempre uma ameaça potencial para a economia mundial, mas não são apenas “capital fictício” ou “especulação”. São mais do que isso: são um ciclo específico de valorização do capital, que só é possível ocorrer dentro de um sistema monetário e financeiro desregulado e atrelado diretamente ao endividamento público do governo norte-americano.

A crise atual poderá ser mais ou menos extensa e profunda, mas não será a crise terminal do poder norte-americano, muito menos do capitalismo. Por enquanto, não é provável uma fuga do dólar, porque o euro, o yuan e o iene não têm fôlego financeiro internacional. Acreditar na criação de uma moeda supranacional é fugir para o mundo da fantasia, desconhecendo o sistema mundial em que vivemos. “Dentro desse sistema, não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo possa sair das mãos dos ‘Estados-economias nacionais’ expansivos e conquistadores, com suas moedas nacionais e com seus ‘grandes predadores’.”<sup>3</sup> Por fim, como “ficção científica”, pode-se pensar numa hecatombe que destrua moedas e Estados, mas que, com certeza, não será o caminho mais curto, nem o mais pacífico, para um mundo melhor.

Março de 2008

<sup>3</sup> José Luís Fiori, *O poder global e a nova geopolítica das nações* (São Paulo, Boitempo, 2007) p. 38.

## 2.4

### REFLEXÕES DE OUTUBRO

*Nós decidimos tomar medidas decisivas e utilizar todos os instrumentos à nossa disposição para sustentar as instituições financeiras que tenham importância sistêmica e impedir que elas possam falir.*

Plano de Ação do G7, Washington, 10 out. 2008.

Na segunda-feira, dia 13 de outubro de 2008, o mundo amanheceu em silêncio e ficou em suspense durante quase todo o dia, à espera do que seria uma espécie de duelo final entre o poder político e os mercados que estaria sendo travado nos principais centros financeiros do mundo. No final do dia, entretanto, os primeiros sinais já indicavam que não houvera duelo e que o poder político havia imposto sua autoridade sobre os mercados financeiros. Após uma semana de pânico, entre os dias 5 e 12 de outubro, em poucas horas os governos das principais economias do mundo conseguiram formular um plano comum de intervenção massiva e estatização parcial de seus sistemas financeiros que cumpriu com seu objetivo imediato de estancamento de sangria e estabilização do câmbio. Quem quis pôde ver e aprender naqueles dias que existe uma relação essencial e expansiva entre o poder político e o capital financeiro, e que, apesar de tudo o que foi dito e repetido nestes últimos anos, o poder político tem uma precedência hierárquica e dinâmica com relação aos mercados e ao capital financeiro. Ou seja: o poder e a riqueza capitalista se expandem juntos, mas o poder político é uma condição essencial, permanente e dinâmica dos mercados e do capital financeiro. Nesse sentido, é interessante observar que o plano de nacionalização dos principais sistemas financeiros do mundo tenha sido formulado pela Inglaterra com base na experiência da Holanda, e antes de ser aceito pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Logo a Inglaterra e a Holanda, as duas potências marítimas e econômicas que teriam estado na origem do capitalismo liberal e na defesa permanente do *laissez-faire*.

Nas semanas seguintes, depois do dia 13 de outubro, a própria evolução da crise foi dando maior transparência a outra relação que costuma embaralhar a análise dos economistas: entre a moeda estatal e as infinitas moedas privadas e financeiras que coexistem dentro de um mesmo sistema econômico nacional e internacional, permitindo separar a crise do mercado financeiro do mundo, que se estabeleceu nos Estados Unidos depois de 1980, de uma crise eventual do dólar e da hegemonia monetária dos Estados Unidos que ainda não aconteceu. E foi essa a estratégia que o governo norte-americano adotou no campo internacional, buscando sustentar a confiança e a centralidade mundial do dólar. Durante todo o mês de outubro, os Estados Unidos mantiveram comunicação e coordenação com os governos e os bancos centrais do Japão e da China, os maiores detentores mundiais de obrigações do Estado norte-americano, sendo que, no caso da China em particular, estabeleceu-se uma verdadeira parceira estratégica com o Tesouro americano na defesa do dólar e dos interesses financeiros comuns dos dois países. Na mesma linha de atuação, depois do dia 13 de outubro o Banco Central americano, FED, tomou a iniciativa e fechou acordos para garantir liquidez em dólares nos bancos centrais de Austrália, Canadá, Dinamarca, Inglaterra, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça e no próprio BC europeu. Logo depois, no dia 29 de outubro, o FED ofereceu as mesmas facilidades e condições, e mais uma linha de 30 bilhões de dólares para cada BC de Brasil, México, Coreia do Sul e Singapura. No mesmo dia em que o FMI anunciou, em acordo com o governo norte-americano, a criação de uma nova linha de crédito sem condicionalidades para países em desenvolvimento que estejam sofrendo os efeitos da crise e que mantenham políticas econômicas sadias. Ao lado dos programas tradicionais de ajuda do FMI que vêm sendo negociados neste momento com os governos de quase todos os países da Europa Central, além de Islândia, Turquia, Paquistão e outros prováveis candidatos do sudeste asiático. Ou seja: em poucas semanas, após o dia 13 de outubro, o Tesouro americano e o FED, com o FMI, tomaram a iniciativa dentro e fora dos Estados Unidos e passaram a atuar de forma agressiva, coordenada e global para sustentar a estabilidade e a centralidade do dólar, e, assim, não há sinais de que os Estados Unidos estejam perdendo seu poder e sua capacidade de coordenação monetário-financeira dentro da economia mundial.

Por isso pode-se dizer – com razoável grau de segurança – que os problemas sistêmicos provocados pela crise financeira deverão vir de outro lado, e eles já estavam se

anunciado nos últimos dias do mês de outubro. Até então, a intervenção das grandes potências manteve em funcionamento as funções básicas do sistema (como se fossem cérebro, coração e pulmão), mas não teve como impedir o efeito de contágio da crise, que já passou das finanças para o crédito e deve atingir a produção, o emprego e as exportações de todo o mundo, e de forma muito mais grave no caso dos países menos desenvolvidos e com menor capacidade autônoma de socorrer seus próprios bancos e produtores. Todos os organismos internacionais estão prevendo quedas acentuadas da produção, dos preços e das exportações. E a OIT está prevendo um aumento imediato de 10% do desemprego mundial, mais concentrado nas regiões mais pobres do mundo. Nessas regiões, deve-se prever um processo complicado de desintegração social e política, e o mais provável é que voltem à ordem do dia as revoltas e as revoluções sociais. Elas não serão socialistas nem proletárias, mas adquirirão maior intensidade e violência nos territórios situados em “zonas de fratura” ou de disputas e conflitos geopolíticos crônicos. Isso poderá ocorrer em vários pontos do Leste Europeu e em alguns países da Ásia Central, e poderá assumir uma forma dramática no continente africano, sobretudo se essa regressão econômica e social coincidir com uma nova corrida imperialista sobre a África, que pode ser uma prolongação muito provável da crise atual.

Outubro de 2008

## 2.5

### OS ECONOMISTAS E A CRISE

Finalmente, no dia 17 de fevereiro de 2009, o presidente Barack Obama sancionou seu pacote de estímulo à economia estado-unidense, no valor de 787 bilhões de dólares. Uma semana antes, seu secretário do Tesouro, Timothy Geithner, anunciara outro pacote de medidas que podem chegar aos 2 trilhões de dólares, para reativar o crédito e salvar o sistema financeiro norte-americano. No entanto, apesar do volume de recursos envolvidos, não se sabe exatamente quando, onde e como serão gastos, tampouco se sabe se sua utilização produzirá os efeitos desejados. No meio dessa confusão, só existem três coisas que podem ser ditas com toda a certeza: a primeira é que, apesar de tudo, os economistas e as autoridades governamentais de todo o mundo estão num voo cego; a segunda é que, o que quer que faça o governo dos Estados Unidos, isso será absolutamente decisivo para a evolução da crise no resto do mundo; e a terceira, finalmente, é que apesar das incertezas, todos os governos envolvidos estão fazendo a mesma aposta e adotando as mesmas políticas de redução das taxas de juros, além da adoção de sucessivos pacotes fiscais de ajuda ao sistema financeiro e estímulo à produção e ao emprego, além de defender a rerregulação dos mercados.

Muitos consideram essa convergência uma vitória da “economia keynesiana”, mas, do nosso ponto de vista, ela não tem a ver com nenhum tipo de vitória ou derrota no campo da teoria econômica. Trata-se de uma reação emergencial e pragmática frente à ameaça de colapso do poder dos Estados e dos bancos, e, como consequência, dos sistemas de produção e emprego. Foi uma mudança de rumo inesperada e inevitável, imposta pela força dos fatos, independentemente da ideologia econômica dos governantes que estão aplicando as novas políticas intervencionistas. Na verdade, o que se está assistindo é a uma versão invertida da famosa frase da sra. Thatcher: “*There is no alternative*”. Só que agora, após setembro de 2008, a nova convergência aconteceu sem maiores discussões teóricas ou

ideológicas, e sem nenhum entusiasmo político, ao contrário do que aconteceu com a grande onda e hegemonia do pensamento liberal-conservador dos anos 1980-1990, que atravessou os planos da vida política, econômica e intelectual das sociedades capitalistas. A teoria econômica ortodoxa não previu e não sabe explicar a crise atual, e, em consequência, não tem nada para dizer nem propor neste momento. São apenas lamentos e exclamações morais contra os “vícios privados” e os “excessos públicos”, e, assim, as teses ortodoxas e a ideologia liberal saíram do primeiro plano, mas não morreram nem desapareceram; pelo contrário, permanecem atuantes em todas as frentes e trincheiras de resistência às políticas estatizantes que estão em curso. Uma resistência que tem crescido a cada hora que passa, dentro e fora dos Estados Unidos. Do outro lado da trincheira, quase todos os economistas keynesianos interpretam esta crise mundial seguindo o argumento clássico de Hyman Minsky<sup>1</sup> sobre a tendência endógena das economias monetárias à “instabilidade financeira”, às bolhas especulativas e aos períodos de desorganização e caos provocados pela expansão desregulada do crédito e do endividamento, momentos em que se impõem a intervenção pública e a regulação dos mercados. Apesar de suas divergências internas a respeito de valores, procedimentos e velocidades, todos os keynesianos acreditam na eficácia, e estão propondo uma intervenção massiva do Estado para salvar o sistema financeiro e reativar o crédito, a produção e a demanda efetiva. O problema é que a teoria de Minsky explica a origem imediata da crise do mercado imobiliário norte-americano, mas não é suficiente para entender e prever a complexidade do seu desenvolvimento posterior. Por isso, os keynesianos também não sabem o que vem pela frente, nem têm como garantir antecipadamente o sucesso de suas recomendações. Neste ponto, esconde-se um paradoxo que, em geral, é escondido pela teoria econômica: o fato dos keynesianos compartilharem com os economistas liberais uma espécie de “erro liberal invertido” e complementar: os liberais acreditam na possibilidade e na eficácia da eliminação do poder político e do Estado do mundo dos mercados,

<sup>1</sup> Ver, de Hyman Philip Minsky, “The Modeling of Financial Instability: an Introduction”, em Committee on Banking, Housing and Urban Affairs, *Compendium of Major Issues in Bank Regulation* (Washington D. C., Government Printing Office, 1975), p. 354-64; idem, *John Maynard Keynes* (Nova York, Columbia Press University, 1975); e, idem, *The Financial Instability Hypothesis: a Restatement* (Londres, Thames Polytechnic, 1978), série Thames Papers on Political Economy, disponível em: <digitalcommons.bard.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1179&context=hm\_archive>; acesso em: 21 out. 2014.



enquanto os keynesianos acreditam na possibilidade e na eficácia da intervenção corretiva do Estado no mundo econômico. No entanto, tanto ortodoxos quanto keynesianos trabalham com a mesma ideia de um Estado homogêneo e externo ao mundo econômico, que, num caso, é capaz de se retirar e ficar na porta do mercado, cuidadoso e atento como um guarda-florestal, ou, então, em outro caso, é capaz de formular políticas econômicas sábias e eficazes a cada nova crise, como um Papai Noel à espera do próximo Natal para distribuir seus presentes. Desse modo, ortodoxos e keynesianos compartilham a mesma posição e a mesma dificuldade liberal de compreender e incluir nos seus modelos e recomendações as contradições e as lutas políticas próprias do mundo econômico. Não conseguem entender, por exemplo, que na origem financeira da atual crise econômica mundial não houve um erro ou “déficit de atenção” do poder público dos Estados Unidos, em que a desregulamentação dos mercados financeiros e as “bolhas” ou “ciclos de ativos” cumpriram, nos anos 1980-1990, um papel decisivo na financeirização capitalista e no enriquecimento privado, assim como no fortalecimento do poder fiscal e creditício do Estado e da moeda norte-americanos. Como consequência, agora, os passivos que estão realimentando a própria crise não são uma massa podre homogênea; pelo contrário, eles têm nome e sobrenome, individual, corporativo, partidário e nacional, e envolvem interesses contraditórios que estão travando uma luta ferrenha em todos os planos e instâncias nacionais e internacionais. O Estado e o capital financeiro norte-americanos foram sócios no fortalecimento do poder político e econômico estado-unidense nas décadas de 1980-1990, e agora se defenderão da morte a cada novo passo e a cada nova arbitragem que imponha seu enfraquecimento dentro e fora dos Estados Unidos. Por isso, agora não existe nenhuma solução técnica segura ou possibilidade de um acordo político à vista entre os grupos de poder norte-americanos e entre as grandes potências. Esta crise começou como um tufão, mas deverá se prolongar e se aprofundar na forma de uma “epidemia darwinista”.

Fevereiro de 2009

## 2.6

### MUITO LONGE DO EQUILÍBRIO

*Toda situação hegemônica é transitória, e, mais do que isso, é autodestrutiva, porque o próprio hegemom acaba se desfazendo das regras e instituições que criou para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus liderados.*

José Luís Fiori, *O poder global e a nova geopolítica das nações* (São Paulo, Boitempo, 2007), p. 31.

A recente decisão norte-americana de desvalorizar sua moeda nacional não é nova nem surpreendente, assim como a transferência dos seus custos para o resto da economia mundial e, de forma particular, para a periferia monetário-financeira do sistema. Os Estados Unidos já fizeram a mesma coisa em 1973, quando abandonaram o sistema de Bretton Woods, provocando a primeira grande recessão mundial, depois da Segunda Guerra Mundial. As analogias históricas são perigosas e devem ser utilizadas com cautela, mas não há dúvida de que a situação e o comportamento atual dos Estados Unidos se parecem muito com o que ocorreu na década de 1970. Como naquele momento, uma vez mais, os Estados Unidos estão envolvidos numa guerra sem solução e enfrentam uma grave crise econômica; ao mesmo tempo, seu *establishment* está rachado e sua sociedade está atravessando uma luta política que deve se prolongar por muito tempo. E, uma vez mais, os Estados Unidos optaram por uma resposta estratégica que combina a manipulação do valor do dólar com uma “escalada” da sua presença militar ao redor do mundo. Não é impossível que ainda façam um acordo estratégico com a Rússia e um acordo de paz com o Irã, envolvendo toda a Ásia Central, assim como não é impossível, novamente, adotarem a estratégia de “dólar forte” do final dos anos 1970.

É óbvio, no entanto, que existem algumas diferenças fundamentais: por exemplo, a relação econômica dos Estados Unidos com a China é totalmente diferente da

relação que os Estados Unidos tiveram com a União Soviética, e no século passado não havia nenhum país – nem a Comunidade Europeia – com força para contestar ou resistir às decisões da política monetária norte-americana. Por isso, não é fácil prever o futuro das novas iniciativas estratégicas dos Estados Unidos, mas com certeza não é necessário que os países latino-americanos repitam os mesmos erros que conduziram à sua estagnação econômica e ao retrocesso neoliberal dos anos 1980 e 1990. O futuro está aberto e existem múltiplas alternativas sobre a mesa, mas neste momento é necessário que os governantes tenham uma visão estratégica que transcenda o debate puramente econômico, cujos argumentos e alternativas fundamentais se repetem há cerca de duzentos anos. A falta dessa visão mais ampla é que explica a repetição – como na década de 1970 – de algumas propostas absolutamente ingênuas ou inviáveis, dentro do sistema político-econômico mundial em que vivemos, como é o caso, por exemplo, de decretar o fim da hegemonia do dólar; de criar uma nova moeda supranacional; de estabelecer uma meta fixa e consensual para os desequilíbrios das contas correntes nacionais; ou, ainda pior, de voltar ao padrão-ouro ou delegar ao FMI a função de governo monetário do mundo. Sem falar nos que acreditam que os Estados Unidos e a China possam mudar suas políticas econômicas nacionais por conta da “pressão amiga”. Propostas e expectativas que pecam pelo desconhecimento ou negação ideológica de alguns aspectos centrais da economia política da moeda dentro do sistema interestatal e capitalista. Assim, por exemplo:

i) com o desconhecimento ou negação de que as moedas soberanas não são apenas um “bem público”. Envolvem relações sociais e de poder entre seus emissores e seus detentores, entre credores e devedores, entre poupadores e investidores, e assim por diante. E por trás de toda moeda e de todo sistema monetário se esconde e se reflete sempre determinada equação e correlação de poder, nacional ou internacional;

ii) com o desconhecimento ou negação de que as moedas de referência internacional não são apenas uma escolha dos mercados; são produto de uma longa luta de conquista e dominação de territórios supranacionais, e um instrumento estratégico de poder dos seus Estados emissores e dos seus capitais financeiros;

iii) com o desconhecimento ou negação de que nesse sistema interestatal a contradição implícita no uso de moedas nacionais como referência internacional

é uma contradição coconstitutiva e inseparável do próprio sistema. A moeda pode até mudar, mas a regra seguirá sendo a mesma com o yuan, o iene, o euro ou o real, dá no mesmo;

iv) e, por fim, com o desconhecimento ou a negação de que faz parte do poder do emissor da “moeda internacional” transferir os custos de seus ajustes internos para o resto da economia mundial, e, em particular, para sua periferia monetário-financeira, cabendo aos seus governantes a escolha de suas respostas soberanas.

Não é fácil pensar num sistema em que não exista nenhuma possibilidade de equilíbrio estável. No entanto, um estadista não pode desconhecer que dentro do “sistema interestatal capitalista” jamais haverá equilíbrio econômico estável ou coordenação política permanente.

Novembro de 2010

## 2.7

### A SENHORA THATCHER E O LORDE KEYNES: FATOS E MITOS

A história da segunda metade do século XX transformou a eleição da senhora Margaret Thatcher como primeira-ministra britânica, no dia 4 de maio de 1979, numa fronteira simbólica entre dois grandes períodos do mundo contemporâneo: a era keynesiana e a era neoliberal. Apesar disso, não é fácil explicar como foi que essa senhora virou emblema da reação conservadora frente à crise dos anos 1970, vitoriosa na Inglaterra e em todo o mundo.

O epicentro da crise foi nos Estados Unidos, e as principais decisões que mudaram o rumo da história da segunda metade do século passado também foram tomadas nos Estados Unidos. Algumas delas muito antes da eleição de Margaret Thatcher. No campo acadêmico e político, a inflexão neoliberal começou nos anos 1960, durante o primeiro governo Nixon, e o mesmo aconteceu no campo diplomático e militar. Os principais responsáveis pela política econômica internacional do governo Nixon – como George Shultz, William Simon e Paul Volcker – já defendiam naquela época o abandono norte-americano da paridade cambial do sistema de Bretton Woods, a abertura dos mercados e a livre circulação dos capitais, e todos tinham como objetivo estratégico o restabelecimento do poder mundial das finanças e da moeda norte-americana, ameaçadas pelos déficits comerciais e pela pressão sobre as reservas em ouro dos Estados Unidos, que aumentaram na segunda metade da década de 1960. Mais tarde, depois do fim do padrão-dólar, em 1973, e dos primeiros passos da desregulação do mercado financeiro americano, em 1974, ainda no governo democrata de Jimmy Carter, foi Paul Volcker com sua estratégia de estabilização do dólar, de 1979, o verdadeiro *turning point* monetarista da política econômica norte-americana antes da vitória republicana de 1980 e da transformação de Ronald Reagan em ícone da reação conservadora nos Estados Unidos.

Na própria Inglaterra, a virada neoclássica da política econômica começou antes da eleição da senhora Thatcher durante o governo do primeiro-ministro

James Callaghan, depois da crise cambial de 1976. Naquele momento, o governo trabalhista se dividiu entre os que defendiam uma estratégia alternativa de radicalização das políticas de controle, de viés keynesiano, liderados por Tony Benn, e a ala vitoriosa dos que defenderam a ida da Grã-Bretanha ao FMI e a aceitação das políticas ortodoxas e monetaristas exigidas pelo Fundo, como contraparte dos seus empréstimos, aceitas pelo governo Callaghan em sintonia com o governo social-democrata alemão de Helmut Schmidt, que já havia aderido à mesma ortodoxia antes do primeiro-ministro conservador Helmut Kohl.

Apesar de tudo isso, não há dúvida de que foi a senhora Thatcher que passou para a história como porta-estandarte do neoliberalismo das últimas décadas do século XX. Uma troca ou fusão de cabeças e de papéis permanente, mesmo depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Foi Keynes, e não Harry White, a figura forte na criação do sistema de Breton Woods; foi Churchill, e não Truman, o verdadeiro pai da Guerra Fria; foram os ingleses, e não os norte-americanos, que criaram o euromercado de dólares – no início da década de 1960 – que está na origem da globalização financeira; foi Tony Blair, mais do que Bill Clinton, quem anunciou numa entrevista coletiva, em fevereiro de 1998, a criação da terceira via, ao mesmo tempo que defendia a necessidade de uma segunda guerra contra o Iraque; e o mesmo aconteceu com o anúncio conjunto, em 2000, da solução anglo-saxônica do enigma do genoma humano; e agora de novo – de volta ao campo econômico – foram os ingleses, e não os americanos, que lideraram a resposta das grandes potências frente à crise financeira em outubro de 2008. E foi o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, e não o presidente Barack Obama, quem anunciou na cidade de Londres, em abril de 2009, o fim do “Consenso de Washington”, apelido que foi dado pelos norte-americanos às políticas da era Thatcher. E depois de tudo isso, o que a imprensa internacional está anunciando é o retorno em todo o mundo das ideias do lorde Keynes, e não de Ben Bernanke ou Lawrence Summers.

Ou seja, mesmo depois do que alguns analistas chamam de fim da hegemonia britânica, os ingleses seguem definindo ou anunciando a direção estratégica seguida pelos “povos de língua inglesa” e pelo mundo em geral seja numa direção ou na outra, porque na verdade as novas políticas preconizadas pelo eixo anglo-saxão a partir de 2009 também não significam a morte da ideologia econômica liberal, ao contrário do que afirmam muitos analistas da conjuntura atual. Keynes revolucionou a teoria econômica marshalliana, mas era um liberal, e suas propostas de

política econômica recuperam, em última instância, algumas teses essenciais do ultraliberalismo econômico dos fisiocratas franceses, e do próprio Adam Smith, que defendiam uma intervenção ativa do Estado para garantir o funcionamento dos mercados sempre que sua “mão invisível” não conseguisse garantir a demanda efetiva indispensável aos investimentos privados. A crítica ou o entusiasmo apressado às vezes esquece que existe um parentesco essencial entre as políticas econômicas de filiação neoclássica e keynesiana, que pertencem à mesma família ideológica liberal e anglo-saxônica e são estratégias complementares e indissociáveis dentro do sistema capitalista, atendendo a interesses e a funções diferentes, mas intercambiáveis, segundo o lugar e o momento em que são colocadas em prática. Ou seja: primeiro Keynes, depois Thatcher e de novo Keynes, e a história segue confirmando o que disse o pai da teoria internacional inglesa, Edward Hallet Carr, em 1939:

A ideia de que os povos de língua inglesa monopolizam a moralidade internacional e a visão de que eles são consumados hipócritas internacionais decorre do fato de que são eles que definem as normas aceitas da virtude internacional, graças a um processo natural e inevitável.<sup>1</sup>

Até o maior crítico alemão do capitalismo inglês escreveu e difundiu suas ideias econômicas, a partir da Inglaterra, por meio das veias do Império Britânico. E segue enterrado no cemitério de Highgate, na cidade de Londres.

Maio de 2009

---

<sup>1</sup> Edward H. Carr, *The Twenty Years' Crisis: 1919-1939* (1939) (Londres, Harper Collins, 2001), p. 80.

## 2.8

### AS ONDAS DO PODER E OS CICLOS DA MOEDA

*The time has come for a new economic policy for the United States. Accordingly, I have directed the Secretary of the Treasury to suspend temporarily the convertibility of the American dollar.*

Discurso de Richard Nixon em 15 ago. 1971.

Na história do sistema capitalista, só existiram duas moedas internacionais: a libra e o dólar. E só se pode falar da existência de três sistemas monetários globais: o padrão libra-ouro, que ruiu na década de 1930; o padrão dólar-ouro, que terminou em 1971; e o padrão dólar-flexível, que nasceu na década de 1970 e está passando por uma turbulência neste início de século XXI. Os dois primeiros sistemas se apoiaram numa relação fixa entre a libra e o dólar e uma base metálica comum, o ouro; mas o terceiro sistema, o dólar-flexível, não tem nenhum tipo de padrão metálico de referência, apoiando-se apenas no poder dos Estados Unidos de definir o valor da sua moeda nacional/internacional, e dos seus títulos da dívida pública.

Apesar de certa imprecisão histórica, pode-se dizer que o padrão ouro nasceu depois da vitória inglesa nas guerras bonapartistas, junto com a supremacia econômica britânica na América e na Índia. Por sua vez, o padrão dólar só se impõe ao mundo capitalista depois da vitória norte-americana na Segunda Guerra Mundial. O sistema dólar-flexível, entretanto, nasceu de forma diferente, de uma decisão unilateral e pacífica tomada pelo governo norte-americano.

Estados Unidos: no dia 15 de agosto de 1971, o presidente Richard Nixon decretou o fim da conversibilidade do dólar em ouro estabelecida em Bretton Woods, em 1944, num discurso à nação em que defendeu a necessidade de um novo sistema monetário internacional. No mesmo discurso, Richard Nixon explicou aos países amigos que havia terminado a época dos “desenvolvimentos a convite” patrocinados pelos Estados Unidos, responsável pelo sucesso de algumas



economias nacionais que agora estavam competindo com a própria economia norte-americana. Por isso, Richard Nixon apelava aos governos amigos para que colaborassem com a desvalorização do dólar e o restabelecimento do equilíbrio econômico mundial. Alemanha, Japão e França aceitaram a imposição americana e valorizaram suas moedas, aceitando o Smithsonian Agreement, que vigorou durante 14 meses. Depois disso a história se complicou e os Estados Unidos tiveram que apelar – no final dos anos 1970 – para uma política agressiva de valorização unilateral do dólar, o que provocou recessão e ajuste radical da economia mundial que tomou toda a década de 1980. No entanto, apesar dos seus efeitos negativos sobre o “resto do mundo”, é possível dizer que o novo sistema dólar-flexível foi um sucesso do ponto de vista dos grandes interesses econômicos norte-americanos, públicos e privados, durante pelo menos 25 anos.

Essa história econômica é bastante conhecida, mas em geral não se incluem na explicação do sucesso dos Estados Unidos outros acontecimentos do mesmo ano de 1971. Para começar, no mês de maio de 1971 os Estados Unidos e a União Soviética anunciaram o início de negociações com vistas a um acordo de limitação dos seus sistemas balísticos e sobre vários tópicos de interesse comercial. Negociações que culminaram com a reunião de cúpula realizada em Moscou, um ano depois, quando os presidentes Richard Nixon e Leonid Brejnev assinaram o primeiro Tratado de Controle de Armamentos, SALT I, e vários outros acordos comerciais que marcam o início da *détente* entre Estados Unidos e União Soviética, vigente durante toda a década de 1970. Entretanto, no mesmo mês de maio de 1971 o governo norte-americano respondeu positivamente à proposta feita pelo primeiro-ministro chinês Chou En-Lai de iniciar negociações visando a uma reunião de cúpula entre os presidentes dos Estados Unidos e da China. Os passos que foram dados em seguida pelos dois governos mudaram a face do mundo, começando pela visita secreta de Henry Kissinger a Pequim, em julho de 1971, e culminando com a reunião entre os presidentes Richard Nixon e Mao Tsé-tung, realizada em fevereiro de 1972. Na época, Henry Kissinger escreveu uma nota para o presidente Nixon dizendo: “Estabelecemos a base para você e Mao virarem uma página da história. O processo que iniciamos agora enviará ondas supersônicas por todo o mundo...”<sup>1</sup>. E, de fato, a

---

<sup>1</sup> Henry A. Kissinger, citado em Robert Dallek, *Nixon e Kissinger: parceiros no poder* (Rio de Janeiro, Zahar, 2009), p. 292.

relação entre Estados Unidos e China que nasceu naquele momento revolucionou a história mundial. O que em geral não se reconhece, entretanto, é a importância que tiveram as novas relações dos Estados Unidos com a União Soviética e com a China para ampliar o espaço monetário do dólar fora do sistema capitalista e impor a nova política monetária dos Estados Unidos aos seus aliados do mundo capitalista. Uma boa lição para antecipar os próximos passos, no momento em que os Estados Unidos procuram – uma vez mais – “ajustar” sua moeda e sua economia nacional seguindo a coreografia de 1971.

Fevereiro de 2011

## 2.9

### A POLÍTICA DE DESARMAMENTO DE OBAMA

*America's interests and role in the world require armed forces with unmatched capabilities and a willingness on the part of the nation to employ them in defense of our interests and the common good. The United States remains the only nation able to protect and sustain large-scale operations over extended distances. This unique position generates an obligation to be responsible stewards of the power and the influence that history, determination and circumstance have provided.*

Departamento de Defesa dos Estados Unidos, *Quadrennial Defense Review Report*, fev. 2010.

Após quinze meses de discursos e indecisões, o presidente Barak Obama conseguiu transformar em fatos o que deseja ser a marca de sua política externa, voltada para o desarmamento e o controle nuclear. No início do mês de abril, Obama redefiniu a estratégia nuclear dos Estados Unidos, prometendo não utilizar mais armas atômicas contra países que não as possuam, e que assinem e cumpram o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Logo em seguida, no dia 8 de abril, Barack Obama, assinou em Praga um acordo com o presidente russo Dmitri Medvedev, com o objetivo de reduzir o arsenal nuclear das duas maiores potências atômicas do mundo. Quatro dias depois, Obama liderou a reunião da cúpula de segurança nuclear, reunindo em Washington 47 chefes de Estado para discutir sua própria proposta de controle da proliferação nuclear ao redor do mundo, com vistas à reunião quinquenal de reexame do Tratado de Não Proliferação Nuclear<sup>1</sup>.

Até aqui, a retórica e a encenação foram perfeitas, mas os limites e as contradições dessa nova proposta de desarmamento do presidente Obama são muito visíveis. Em primeiro lugar, o que ele chamou de “nova estratégia nuclear americana” não

---

<sup>1</sup> Realizada em maio de 2010, na cidade de Nova York, com a participação de 189 países assinantes do TNP.

passa de uma decisão e de um compromisso verbal que pode ser revertido e abandonado em qualquer momento, dependendo das circunstâncias e de uma decisão arbitrária dos próprios Estados Unidos. Em segundo lugar, o acordo entre os presidentes Obama e Medvedev envolve uma redução insignificante e quase apenas simbólica dos seus arsenais atômicos, permitindo ao mesmo tempo a substituição e a modernização das cabeças nucleares dos vetores já existentes. Além disso, o novo acordo de desarmamento não incluiu nenhuma discussão a respeito do aumento exponencial dos gastos militares norte-americanos nos últimos anos ou a respeito do aperfeiçoamento dos novos vetores X-51 da Boeing, com capacidade nuclear e que entrarão em ação dentro de trinta meses, sendo capazes de alcançar qualquer país do mundo em menos de uma hora. Tampouco se falou dos novos submarinos russos Yassen, que têm capacidade de transportar 24 mísseis a bordo, cada um com seis bombas atômicas. Em terceiro lugar, em nenhum momento e em nenhuma dessas reuniões se mencionou o armamento atômico da Otan, localizado secretamente na Alemanha, na Itália, na Bélgica, na Holanda e na Turquia. Muito menos se incluiu na discussão os arsenais atômicos de Israel e Paquistão, que estão hoje sob o controle de governos com forte presença de forças fundamentalistas e belicistas e que atuam sob a batuta dos próprios norte-americanos. Por fim, é lógico que não aparece em nenhum momento nessa agenda pacifista de Barack Obama o aprofundamento recente sobre a Guerra do Afeganistão, e os preparativos dos Estados Unidos e de Israel para um ataque arrasador contra o Irã, país que não possui armamento atômico e que assinou o Tratado de Não Proliferação, ao contrário de Israel.

Essas contradições não são novas nem surpreendentes; fazem parte da política externa dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria. O importante, nesse caso, é que os demais países envolvidos entendam e assimilem a lição, e saibam se posicionar em função dos seus próprios interesses. Os Estados Unidos são um poder global, e os interesses nacionais de um poder global envolvem posições a defender em todo o mundo, o que diminuiu muito sua capacidade de sustentar princípios e valores universais. Por isso, depois do fracasso do fundamentalismo quase religioso do governo Bush, o presidente Obama vem surpreendendo alguns analistas com o realismo pragmático e relativista de sua política externa. No entanto, seu objetivo central segue sendo o mesmo, ou seja, a primazia mundial dos Estados Unidos. Além disso, ao contrário das aparências, em plena crise econômica Barack

Obama decidiu mudar o foco e dedicar-se à consolidação do poder militar estado-unidense em todo o mundo sem grandes preocupações com direitos humanos ou com a difusão da democracia, demonstrando plena consciência de que esse poder militar é indispensável à reconstrução da economia norte-americana e da própria liderança mundial do dólar. Desse ponto de vista, o que o presidente Obama está propondo, de fato, é uma espécie de congelamento da atual hierarquia do poder militar mundial com a manutenção do direito e da obrigação americana de aumentar continuamente seus próprios arsenais.

Os revezes econômicos e militares dos Estados Unidos na primeira década do século XXI atingiram o projeto de poder global dos Estados Unidos, mas ele não foi abandonado. Hoje, está em curso um realinhamento interno de forças dentro do *establishment* estado-unidense — como ocorreu na década de 1970 — e dessa luta interna poderá surgir uma nova estratégia internacional, como aconteceu nos anos 1980, com o governo Reagan. No entanto, esses processos de realinhamento costumam ser lentos e seus resultados dependerão da própria luta interna e dos desdobramentos dos conflitos externos em que os Estados Unidos estão envolvidos. De qualquer maneira, o que é importante compreender é que, seja qual for o resultado dessa disputa interna, os Estados Unidos não abdicarão voluntariamente do poder global que já conquistaram e não renunciarão à sua expansão futura. A política externa das potências globais obedece a uma lógica própria, e, por isso mesmo, com ou sem política de desarmamento, os Estados Unidos deverão seguir aumentando sua capacidade militar de forma contínua, numa velocidade que deverá crescer nos próximos anos na medida em que se aproxime a hora da ultrapassagem da economia estado-unidense pela economia chinesa.

Abril de 2010

## 2.10

### A GEOPOLÍTICA ANGLO-AMERICANA

*Venho hoje reafirmar uma das mais antigas, uma das mais fortes alianças que o mundo já viu. Há muito é dito que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha compartilham de uma relação especial.*

Presidente Barack Obama. discurso no Parlamento Britânico, 25 mai. 2011.

Existe uma ideia generalizada de que a geopolítica é uma ciência alemã, quando na verdade ela não é uma ciência, muito menos alemã. Ao contrário da geografia política, que é uma disciplina que estuda as relações entre o espaço e a organização dos Estados, a geopolítica é um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo. O Oriente Médio, por exemplo, não é um fenômeno geográfico: é uma região criada e definida pela política externa inglesa do século XIX, assim como o “Grande Oriente Médio” é um subproduto geográfico da guerra global ao terrorismo do governo Bush no início do século XXI. Entretanto, a associação incorreta da geopolítica com a história da Alemanha se deve à importância que as ideias de Friedrich Ratzel (1844-1904) e Karl Haushofer (1869-1946) tiveram – direta ou indiretamente – no desenho estratégico dos desastrosos projetos expansionistas da Alemanha de Guilherme II (1888-1918) e de Adolf Hitler (1933-1945). Apesar disso, as teorias desses dois geógrafos transcenderam sua origem alemã, e ideias costumam reaparecer nas discussões geopolíticas de países que compartilham o mesmo sentimento de cerco militar e inferioridade na hierarquia internacional. No entanto, a despeito disso, foi na Inglaterra e nos Estados Unidos que se formularam as teorias e estratégias geopolíticas mais bem-sucedidas da história moderna.

Sir Walter Raleigh (1552-1618), conselheiro da rainha Elizabeth I, definiu no fim do século XVI o princípio geopolítico que orientou toda a estratégia naval da

Inglaterra até o século XIX. Segundo Raleigh, “quem tem o mar tem o comércio do mundo, tem a riqueza do mundo; e quem tem a riqueza do mundo tem o próprio mundo”. Muito mais tarde, quando a Marinha britânica já controlava quase todos os mares do mundo, o geógrafo inglês Halford Mackinder (1861-1947) formulou um novo princípio e uma nova teoria geopolítica que marcaram a política externa inglesa do século XX. Segundo Mackinder, “quem controla o ‘coração do mundo’ comanda a ‘ilha do mundo’, e quem controla a ilha do mundo comanda o mundo”. A “ilha do mundo” seria o continente eurasiático, e seu “coração” estaria situado – mais ou menos – entre o mar Báltico e o mar Negro, e entre Berlim e Moscou. Por isso, para Mackinder, a maior ameaça ao poder da Inglaterra seria que a Alemanha ou a Rússia conseguissem monopolizar o poder dentro do continente eurasiático. Uma ideia-força que moveu a Inglaterra nas duas guerras mundiais, e que levou Winston Churchill a propor, em 1946, a criação da “cortina de ferro” que deu origem à Guerra Fria.

Do lado norte-americano, o formulador geopolítico mais importante da primeira metade do século XX foi o almirante Alfred Mahan (1840-1914), amigo e conselheiro do presidente Theodore Roosevelt desde antes da invenção da Guerra Hispano-Americana, no final do século XIX. A tese geopolítica fundamental de Mahan sobre a importância do poder naval na história não tem nenhuma originalidade. Repete Walter Raleigh e reproduz a história da Marinha britânica. O mesmo acontece com as ideias de Nicholas Spykman (1893-1943), o geopolítico que mais influenciou a estratégia internacional dos Estados Unidos na segunda metade do século XX: Spykman desenvolve e muda um pouco a teoria de Mackinder, mas chega quase às mesmas conclusões e propostas estratégicas. Para conquistar e manter o poder mundial depois da Segunda Guerra Mundial, Spykman recomenda que os Estados Unidos ocupem o anel que cerca a Rússia, do Báltico até a China, aliando-se à Grã-Bretanha e à França, na Europa, e à China, na Ásia. No cômputo final, o que diferencia a geopolítica anglo-americana é sua pergunta fundamental: “que partes do mundo há que controlar para dominar o mundo?”. Ou seja, uma pergunta ofensiva e global, ao contrário dos países que se propõem apenas à conquista e ao controle de espaços vitais regionais. Além disso, a Inglaterra e os Estados Unidos ganharam, e no início do século XXI mantêm sua aliança de ferro com Canadá, Austrália e Nova Zelândia: derrotaram e cercaram a Rússia; mantêm seu protetorado atômico sobre a Alemanha e o Japão; expandiram sua

parceria e seu cerco preventivo à China; estão refazendo seu controle da África; e mantêm a América Latina sob a supervisão da sua IV Frota Naval, e acabam de reafirmar a decisão de manter sua liderança geopolítica mundial.

Existe, entretanto, uma grande incógnita no horizonte geopolítico anglo-americano. Uma vez conquistado o poder global, é indispensável expandi-lo para mantê-lo. A pergunta é: para onde expandi-lo?

Junho de 2011



## 2.11

### HEGEMONIA E IMPÉRIO

O passeio de fim de semana da família Obama ao Brasil passaria à história como um acontecimento turístico carioca e uma gentileza internacional se não tivesse coincidido com o desastre nuclear do Japão, e com o início do bombardeio aéreo da Líbia. Em particular, porque a decisão dos Estados Unidos de atacarem o país norte-africano foi tomada no território brasileiro, um pouco antes do jantar festivo que o Itamaraty ofereceu à delegação norte-americana. Essa decisão, sobretudo, serviu para relembrar aos mais apressados que os Estados Unidos seguem sendo a única potência mundial com “direito” de decidir – onde e quando quiser – e com a capacidade de fazer intervenções militares imediatas em qualquer conflito ao redor do mundo. Uma lembrança oportuna, porque se tornou lugar comum na imprensa e na academia – à direita e à esquerda – falar do declínio do poder norte-americano, enquanto se acumulam as evidências no sentido contrário.

Após 1991, e em particular após o fim da União Soviética, a Europa deixou de ser o centro de gravidade do sistema internacional, que passou para o outro lado do Atlântico. E, ao mesmo tempo, os Estados Unidos se transformaram na cabeça de um novo tipo de poder global: um império que não é colonial, não tem estrutura formal e que possui fronteiras flexíveis, que são definidas em cada caso, em última instância, pelo poder naval e financeiro dos Estados Unidos.

Desde o início do século XXI, os Estados Unidos enfrentam as contradições, os problemas e as trepidações produzidas por essa transição e essa mudança de *status*: da condição de uma potência hegemônica, restrita ao mundo capitalista até a década de 1980, para a condição de potência imperial global. Hoje, é impossível prever como será administrado esse novo tipo de império no futuro, pois ele segue sendo nacional e terá de conviver, ao mesmo tempo, com cerca de outros duzentos Estados que são ou se consideram soberanos – além disso, porque dentro desse sistema a expansão do poder norte-americano é a principal responsável pela

multiplicação dos seus concorrentes na luta pelas hegemonias regionais dentro do sistema mundial.

O que está se assistindo, neste momento, é a uma mudança na administração do poder global dos Estados Unidos. Esse processo está em pleno curso, mas será longo e complicado, envolvendo divisões e lutas dentro e fora da sociedade e do *establishment* norte-americano. Mesmo assim, o mais provável é que, ao final deste processo, os Estados Unidos adotem uma posição cada vez mais distante e arbitral com relação aos seus antigos sócios e em todas as regiões geopolíticas do mundo. Estimulando as divisões internas e os “equilíbrios regionais” de poder, jogando seus próprios aliados uns contra os outros e só intervindo diretamente em última instância, segundo o modelo clássico do Império Britânico.

Esse novo tipo de poder imperial dos Estados Unidos não exclui a possibilidade de guerras ou de fracassos militares localizados, como ocorreu no Iraque ou no Afeganistão, nem a possibilidade de crises financeiras como a de 2008. Essas crises financeiras não deverão alterar a hierarquia econômica internacional enquanto o governo e os capitais estado-unidenses puderem repassar seus custos para as demais potências econômicas do sistema, e as guerras ou fracassos militares localizados seguirão sem importância enquanto não ameaçarem a supremacia naval dos Estados Unidos em todos os oceanos e mares do mundo, e enquanto não escalarem na direção de uma guerra hegemônica capaz de atingir a supremacia militar norte-americana.

De qualquer forma, é óbvio que esse novo poder imperial não é absoluto nem será eterno. Como já foi dito, sua expansão contínua cria e fortalece poderes concorrentes, e desestabiliza e destrói os “equilíbrios” e as instituições criadas pelos próprios Estados Unidos, estimulando a formação de coalizões de poder regionais que acabarão desmembrando aos poucos seu poder imperial, como aconteceu com o Império Romano. Entretanto, a nova engenharia econômica mundial deslocou o centro da acumulação capitalista e transformou a China numa economia com poder de gravitação quase equivalente ao dos Estados Unidos. Essa nova geoeconomia internacional intensifica a competição capitalista e já deu início a uma corrida imperialista cada vez mais intensa na África e na América do Sul, aumentando a possibilidade e o número de conflitos localizados entre as grandes potências. Além disso, o poder imperial norte-americano deverá enfrentar uma perda de legitimidade crônica dentro dos Estados Unidos, porque a diversidade

e a complexidade nacional, étnica e civilizatória do seu império é absolutamente incompatível com a defesa e a preservação de qualquer tipo ou sistema de valores universais, ao contrário do que sonha boa parte da sociedade norte-americana.

De qualquer maneira, o passeio da família Obama aos trópicos e a retórica simpática e amena do presidente americano serviram para demonstrar como funciona, na prática, o “tratamento entre iguais”, quando um deles é um império.

Março de 2011

## 2.12

### RECORRÊNCIAS E INCERTEZAS

*Ao longo das últimas décadas, um conceito novo tem conhecido êxito cada vez maior: a noção de instabilidade dinâmica associada ao "caos". Este último sugere desordem, imprevisibilidade, mas veremos que não é assim. É possível [...] incluir o caos nas leis da natureza, mas contanto que generalizemos essa noção para nela incluirmos as noções de probabilidade e de irreversibilidade.*

Ilya Prigogine, *As leis do caos* (São Paulo, Unesp, 2002), p. 8.

Fica muito difícil entender a intensidade do conflito e o impasse nas negociações sobre o aumento do limite da dívida pública estado-unidense quando se lê apenas a análise dos economistas, sejam eles democratas ou republicanos, ortodoxos ou keynesianos, uma vez que todos estão de acordo com o aumento do teto da dívida e com a necessidade de cortar gastos e aumentar impostos. Ainda que discordem sobre as dimensões e o ritmo de execução dessas medidas, e, mais ainda, sobre a distribuição dos seus custos dentro da sociedade norte-americana, que apesar disso, segundo as pesquisas, permanece indiferente com relação ao debate. Talvez porque a população intua que o conflito não tem a ver com a questão da dívida pública e dos desequilíbrios fiscais, e envolva desacordos muito mais sérios, que transcendem o campo da economia e das disputas partidárias convencionais. Divergências profundas dentro do próprio *establishment* norte-americano, que só reaparecem periodicamente em momentos de grandes mudanças mundiais, e, como consequência, na hora de redefinição da estratégia política e econômica, nacional e internacional, dos Estados Unidos. Isso foi, pelo menos, o que aconteceu em três momentos cruciais da história estado-unidense do século XX. Começando pela divisão da sociedade e da elite política norte-americana – antes e depois da Primeira Guerra Mundial – que acabou afastando os Estados Unidos da Liga das Nações e de todas as negociações internacionais que poderiam ter impedido a grande crise econômica da década de 1930, que acabou atingindo em cheio a própria economia do país.

O mesmo voltou a acontecer antes e depois da Segunda Guerra Mundial, quando o *establishment* e a sociedade norte-americana se dividiram de cima a baixo com relação à própria guerra e, depois da Segunda Guerra, com relação à estratégia de cerco e isolamento da União Soviética e com relação à ordem econômica desenhada em Bretton Woods. Após a década de 1950, a estratégia geopolítica dos Estados Unidos pacificou a Europa, e os acordos de Bretton Woods permitiram a reconstrução do Velho Continente e do Japão, promovendo um crescimento econômico assimétrico mas contínuo da economia mundial. Na década de 1970, entretanto, os Estados Unidos foram derrotados no Vietnã e sofreram sucessivos revezes políticos e diplomáticos. No campo econômico, tiveram que abandonar o sistema monetário que haviam criado em Bretton Woods. Foi uma crise dura e profunda, mas foi também o momento e a oportunidade de os Estados Unidos mudarem sua política econômica internacional. A nova estratégia levou à superação da crise e a uma reviravolta dentro do sistema mundial, mas sua definição tomou uma década – pelo menos – de divisão e de lutas intestinas em torno da Guerra do Vietnã, da crise do dólar, do petróleo, do Oriente Médio etc., passando pela retirada da Indochina, pelo fim da convertibilidade ouro-dólar, pela renúncia do presidente Nixon e pela imensa fragilidade e desorientação dos governos de Gerald Ford e Jimmy Carter, que abriram as portas para a restauração conservadora de Ronald Reagan.

Agora de novo, na primeira década do século XXI, os revezes da política externa norte-americana, somados aos efeitos nacionais e internacionais de sua crise econômica, implodiram a coalizão de poder e o consenso dominante desde a década de 1980, incluindo republicanos e democratas. O mais provável é que essa implosão dê lugar a um longo período de fragmentação de forças e posições, com um nível crescente de conflito e radicalidade até que seja possível a formação de um novo consenso, como ocorreu no passado. Desta vez, entretanto, o processo será mais complexo, porque, apesar das semelhanças, agora o poder estado-unidense é muito maior, e sua inserção internacional envolve disjuntivas diferentes – e incompatíveis – nos vários tabuleiros geopolíticos e econômicos do mundo. Pode parecer paradoxal, mas o aumento do poder global dos Estados Unidos internacionalizou sua política e sua economia mais do que em qualquer outro país, aumentando a complexidade e confundindo seus conflitos externos com suas lutas internas. Por isso, não existe a possibilidade de uma simples repetição do passado, e o único fato

absolutamente seguro é que o atual impasse da dívida pública norte-americana não passa de um incidente e de um detalhe dentro de uma luta longa e sem quartel que deverá definir os novos objetivos e caminhos estratégicos dos Estados Unidos. Como no mundo físico, estas conjunturas são momentos de grande incerteza e indeterminação dentro de um sistema mundial que se expande e se transforma, apesar de suas recorrências.

Julho de 2011

## 2.13

### ENTRE BERLIM E O VATICANO

*Por Deus e contra a Turquia.*

Lema da democracia-cristã alemã na  
campanha para o Parlamento Europeu.

Pode parecer estranho, mas a crise econômica mundial não teve papel importante na vitória das forças conservadoras nas eleições para o Parlamento Europeu do dia 7 de junho de 2009. Seu resultado final consolidou tendências que já vinham de antes da crise e apontavam há tempos para o fortalecimento da direita em toda a Europa, incluindo a Grã-Bretanha e a Espanha, onde os conservadores ganharam as eleições europeias, mas permanecem na oposição em seus países. Entretanto, o comentado crescimento da “extrema-direita” só se deu em alguns poucos países pequenos e inexpressivos, do ponto de vista eleitoral, dentro da União Europeia. Da mesma forma, a derrota dos social-democratas e o declínio da esquerda já vinham de antes, e não se reverteu nestas últimas eleições por uma razão muito simples: os social-democratas são parte essencial da própria crise. Relembrando uma história conhecida: a social-democracia europeia abandonou a utopia socialista depois da Segunda Guerra Mundial, e só se converteu às teses e às políticas keynesianas no final da década de 1950. Em seguida, a partir dos anos 1970, no entanto, aderiu às novas teses e políticas neoliberais hegemônicas até o início do século XXI, e até hoje, na burocracia de Bruxelas e dentro do Banco Central europeu, são os social-democratas e os socialistas que em geral defendem com mais entusiasmo a ortodoxia macroeconômica e liberal. Neste momento, por exemplo, o ministro das Finanças alemão, o social-democrata Peer Steinbrück, é considerado por todos como a autoridade financeira mais ortodoxa e radical nos governos das grandes potências capitalistas. Além disso, os social-democratas e socialistas europeus não participaram da origem do projeto de integração europeia e nunca conseguiram

formular uma visão consensual do projeto de unificação. Portanto, nestas últimas eleições parlamentares os social-democratas e socialistas europeus não podiam ser vistos como uma alternativa frente à crise do modelo neoliberal, porque eles são, de fato, parte essencial da própria crise e, além disso, não dispõem de nenhuma proposta específica para os impasses atuais da União Europeia.

Deve se ter em conta, entretanto, que se esse resultado eleitoral era previsível, também não anuncia nenhuma grande novidade pelo lado conservador. Em primeiro lugar, porque não altera a correlação das forças fundamentais que já existia dentro do Parlamento Europeu; em segundo lugar, porque a multiplicação dos votos e das organizações conservadoras aumentou, em vez de diminuir, as divisões que já existiam dentro da direita e dos 27 países que compõem a União Europeia. Quase todos se opõem à entrada da Turquia na União Europeia, querem acabar com a dependência energética da Rússia e defendem a repressão dos imigrantes islâmicos. Ao mesmo tempo, porém, a maior parte da “extrema-direita” é contra a própria unificação europeia, e mesmo os conservadores ingleses são quase todos “eurocéticos”. Além do mais, não existe neste momento um acordo sobre a política econômica para enfrentar a crise e se mantêm as principais divergências estratégicas entre os atuais governantes conservadores. Ou seja, as forças de direita que ganharam as últimas eleições parecem uma Torre de Babel mais confusa como do que a Babel dos social-democratas e de toda a esquerda continental.

No entanto, apesar de toda essa confusão, a Europa vai seguindo lentamente uma trilha que não aparece aos olhos do cidadão comum. O projeto de unificação europeia foi concebido originalmente no início dos anos 1950, em grande medida para incluir e desmilitarizar a Alemanha e para conter a União Soviética sob a batuta franco-americana. Após 1991, porém, esse projeto virou de ponta-cabeça com a reunificação da Alemanha e o fim da União Soviética. A partir daí, a Alemanha se aproximou da nova Rússia e estendeu sua influência a toda a Europa Central, alargando sua liderança econômica dentro da União Europeia. Por isso, quando a primeira-ministra Angela Merkel foi eleita em 2005, pôde montar um governo de união nacional com os social-democratas, fortalecendo o governo e o Estado alemão para realizar seu trabalho contínuo e silencioso em favor da aprovação da nova Constituição europeia, o Tratado de Lisboa, e pelo controle político de todos os novos Estados que se associaram à União Europeia. Mais recentemente, a Alemanha assumiu a liderança das posições ortodoxas dentro da Europa, transformando-se



numa referência mundial na luta contra o intervencionismo estatal e contra qualquer tipo de ativismo do Banco Central europeu. Decidiu absorver sua própria crise, aceitando uma forte recessão e transferindo para os grandes países importadores a responsabilidade pela reativação da economia mundial. Além do mais, vem utilizando o FMI para socorrer as economias da Europa Central, dependentes da sua própria economia. Por onde se olhe, as evidências são cada vez maiores de que a Alemanha da senhora Merkel está tentando reproduzir a estratégia da Prússia, sua antepassada do século XIX. Em particular, a maneira com que a Prússia conseguiu expandir seu poder, integrando na sua órbita de influência, um por um, todos os 36 estados e 4 cidades livres da Confederação Germânica criada pelo Congresso de Viena de 1815, começando com a criação de uma união aduaneira – o Zollverein, em 1834 – e culminando com a formação do Estado alemão em 1871. Esse novo projeto alemão do século XXI, entretanto, traz uma grande novidade ideológica com relação ao seu modelo original do século XIX. No mesmo ano em que foi eleita a democrata-cristã Angela Merkel, o cardeal alemão conservador Joseph Ratzinger foi eleito papa e, desde então, apesar de suas trapalhadas internacionais, tem tido um papel decisivo na luta ideológica dentro da União Europeia, defendendo a necessidade de a Europa voltar às suas raízes cristãs para recuperar sua identidade, sua força e sua liderança mundial. Daí sua crítica ao islã e à entrada da Turquia na União Europeia, e sua defesa da cristianização do projeto europeu, em sintonia ideológica e religiosa cada vez mais fina entre Berlim e o Vaticano.

Junho de 2009

## 2.14

### OS SINOS ESTÃO DOBRANDO

Se fosse possível hierarquizar sonhos, a criação da União Europeia estaria entre os mais importantes do século XX. Após um milênio de guerras contínuas, os Estados europeus decidiram abrir mão de suas soberanias nacionais para criar uma comunidade econômica e política inclusiva, pacífica, harmoniosa, sem fronteiras, sem discriminações e sem hegemonias. Um verdadeiro milagre para um continente que se transformou no centro do mundo, graças à sua capacidade de se expandir e dominar os outros povos de forma quase sempre violenta, e muitas vezes predatória. Após cinquenta anos do Tratado de Roma, o projeto inicial de unificação europeia dobrou de tamanho, nasceu uma moeda única e o PIB comunitário ultrapassou o dos Estados Unidos, com uma renda média alta e confortável. No entanto, as perspectivas de integração e unificação europeia são cada vez piores, porque a expansão da comunidade veio junto com um comportamento social e político cada vez mais xenófobo e competitivo. A “terceira via”, proposta pelo trabalhismo inglês na década de 1990 definhou e já foi esquecida; o socialismo e a social-democracia do continente é hoje um fantasma do passado, sem nenhuma identidade própria e num estado de total pasmaceira intelectual, enquanto cresce por todo lado o nacionalismo de direita e o fascismo sob as mais diferentes formas de manifestação. As populações se fecham sobre si mesmas e multiplicam-se as políticas de exclusão e de demonização do estrangeiro. O próprio conselho da União Europeia legitimou recentemente a criação dos centros de internação de estrangeiros, verdadeiros campos de concentração onde os imigrantes podem ficar detidos até 18 meses por uma simples decisão administrativa, sem que tenham cometido delito e sem que exista controle externo ou judicial. Na França e na Itália, da direita grotesca de Berlusconi e Sarkozy, mas também na Espanha, do socialismo bem-comportado de José Luis Zapatero.

No meio desse quadro desastroso, caiu como uma bomba nesta última semana o resultado do referendo irlandês que rejeitou o Tratado de Lisboa, que já havia

sido aprovado por dezoito países, e cujo principal objetivo é acelerar a centralização constitucional do poder e a transformação da União Europeia numa potência global com presidência permanente e com política externa unificada. Esse processo de discussão começou em 2002, com a elaboração do primeiro projeto de Constituição para a Europa, que ficou pronto em meados de 2003, foi aprovado pelo Conselho da União Europeia em 2004 e foi engavetado em 2005, depois da sua rejeição plebiscitária pela França e pela Holanda. Esse mesmo projeto constitucional foi retomado um ano depois, condensado e transformado num simples tratado comunitário, que, assim mesmo, acaba de ser rejeitado pelos irlandeses, o que criou um problema grave para a União Europeia, porque o Tratado de Lisboa só pode se transformar em lei se for aprovado por todos os 27 membros da União Europeia. Frente a essa nova crise, existem três propostas sobre a mesa para discussão do conselho da União Europeia que se reunirá em Bruxelas nos próximos dias 19 e 20 de junho: a exclusão temporária da Irlanda; a formação de uma Europa com duas velocidades diferentes, liderada por um “clube dos poucos”, mais favoráveis à criação de um poder centralizado europeu; e, finalmente, a proposta de congelamento, por alguns anos, do Tratado, ou do próprio processo constitucional. A Alemanha e a França apoiam o afastamento temporário da Irlanda, e simpatizam com a proposta das “duas velocidades”, do primeiro-ministro de Luxemburgo, Jean-Claude Juncker. A Irlanda, no entanto, faz parte da zona do euro, o que dificulta sua exclusão, e, além disso, a Grã-Bretanha se opõe às duas primeiras alternativas, com o apoio da Suécia e da República Tcheca, entre outros. Com isso, o mais provável é que se mantenha o impasse, a despeito de acordos pontuais, e acabe se postergando, na prática, o debate constitucional, porque por trás desse impasse existe um problema muito mais grave: o fato de que a União Europeia é prisioneira, há muito tempo, de uma armadilha circular. Ela precisa de um poder centralizado, mas seus principais Estados impedem esse processo de centralização porque, no fundo, a Europa está cada vez mais dividida entre os projetos estratégicos de seus três principais sócios – França, Alemanha e Inglaterra. Após o fim da Guerra Fria e da reunificação da Alemanha, ela se transformou na maior potência demográfica e econômica do continente, e passou a ter uma política externa independente, centrada nos seus próprios interesses nacionais, que incluem o fortalecimento dos seus laços econômicos e financeiros com a Europa Central e com a Rússia. Esse comportamento alemão acentuou o declínio da França, que tem cada vez menos

importância internacional, e favoreceu o fortalecimento do “euroceticismo” britânico, reacendendo a competição e a luta hegemônica dentro da União Europeia e trazendo de volta velhas fraturas e divisões que estiveram presentes em suas infindáveis guerras seculares. Enquanto isso, a União Europeia segue sem um poder central unificado capaz de definir e impor objetivos e prioridades estratégicas aos seus Estados-membros. Uma situação agravada pela sua submissão militar aos Estados Unidos, que impôs a expansão apressada da União Europeia em direção ao leste para ocupar os Estados que haviam pertencido ao Pacto de Varsóvia e haviam estado sob controle soviético até 1991. Como consequência, a União Europeia se transformou num ente político fraco, com uma moeda falsamente forte e com muito pouca capacidade de iniciativa autônoma dentro do sistema mundial. E, do ponto de vista global – ao contrário do que pensam muitos analistas – virou uma carta fora do baralho da nova geopolítica mundial deste início de século XXI, em que aparecem apenas, com alguma relevância e de forma independente, seus principais Estados. Apesar de tudo isso, neste momento o “não” dos irlandeses está soando de forma tão dolorosa e melancólica por outra razão: são os sinos que dobram pela morte do sonho europeu, da inclusão e da civilidade, da sociedade pacífica e sem hegemonias, e de um mundo sem novos campos de concentração.

Junho de 2008

## 2.15

### O CÍRCULO QUADRADO DA MOEDA EUROPEIA

*Germany is the dominant power in Europe, but they don't want to take responsibility for it. When you are in that position, you must be prepared to spend something. With the euro, Germany wants to have its cake and eat it... The "German question is back, you can't get away from it".*

Jean Pisani-Ferry, "Toward a System to Secure the Euro",  
*Financial Times*, 22 jun. 2010.

Ao contrário da crise norte-americana de 2008, a crise europeia de 2010 não é apenas financeira, nem se restringe à insolvência de alguns Estados de menor importância econômica dentro da comunidade. Agora sim, trata-se de uma crise monetária de insolvência do próprio euro, moeda emitida por um Banco Central metafísico, que não pertence a nenhum Estado nem administra a dívida de nenhum Tesouro central. O novo sistema monetário europeu começou a ser construído com o Tratado de Maastricht em 1992 e culminou com a criação do euro em 2002, baseado na suposição dos dirigentes europeus de que essa nova moeda "global" conduziria à criação de um poder central capaz de geri-la, embora a história europeia ensine que foram sempre seus Estados que emitiram suas próprias moedas soberanas, definindo e garantindo seu valor e sua circulação com base na sua capacidade de tributação e de endividamento. Desse ponto de vista, pode-se dizer que o euro tem uma falha de nascimento e que funcionou até hoje como uma espécie peculiar de moeda semiprivada e inconclusa, sendo aceita com base na crença privada e na certeza pública de que o BCE e a Alemanha cobririam todas as dívidas emitidas pelos dezesseis estados membros da eurozona como ocorreu até 2008, o que permitiu que esses países praticassem taxas de juros quase iguais às da Alemanha, apesar da sua imensa desigualdade de poder e riqueza.

Essa situação mudou depois do colapso financeiro de 2008, quando a primeira-ministra alemã Angela Merkel estabeleceu o novo princípio de que cada país

européu teria que ser responsável – a partir daquele momento – pelos seus próprios bancos e pela cobertura de suas dívidas soberanas. A consequência imediata da nova posição alemã foi a crise de insolvência de alguns governos da Europa Central no ano de 2009, contornada pela intervenção do FMI. No início de 2010, entretanto, a denúncia do novo governo socialista da Grécia de que o déficit orçamentário grego do ano anterior havia sido maior do que o publicado inicialmente serviu como estopim para uma nova crise, magnificada pelo veto alemão – durante seis meses – a qualquer tipo de ajuda comunitária ao governo grego, até o momento em que a situação da Grécia ameaçou se estender a outros países endividados e acabou atingindo a própria credibilidade do euro, obrigando a Alemanha a aceitar a aprovação apressada do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), com capacidade anual de mobilização de até 750 bilhões de euros. Valor suficiente para contornar a crise imediata, mas incapaz de reverter a desmoralização do sistema monetário europeu que foi criado em 2002 sob a tutela alemã. Para corrigir essa “falha de fabricação” do euro, a França propôs a criação de um governo econômico europeu, algo que não foi aceito pela Alemanha. O governo alemão, por sua vez, propõe – sem o apoio francês – a criação de um fundo monetário europeu para exercer o controle rigoroso da disciplina fiscal da eurozona, com o poder de expulsão dos faltosos. O impasse permanece, mas assim mesmo, em curto prazo, impôs-se a posição alemã favorável a um ajuste fiscal draconiano de todos os países incorporados à zona do euro. Como o ajuste está sendo aplicado em economias que já estão estagnadas e com altas taxas de desemprego, é como colocar gasolina na fogueira e apostar numa profunda e prolongada recessão, como fizeram os Estados Unidos no início da crise da década de 1930. Mas atenção: nesse caso, a recessão e a desvalorização do euro, apesar de tudo, acabarão beneficiando a Alemanha como principal economia exportadora do Velho Continente e acabarão transferindo para as economias mais fracas o ônus da recessão, do desemprego, da perda salarial e da proteção social, e do aumento da luta de classes, da xenofobia e do nacionalismo de direita.

O que é pior, entretanto, é que nada disso resolverá o problema da insolvência do euro, porque a moeda europeia só terá valor efetivo no momento em que for lastreada por um Poder e por um Tesouro central capazes de assumir a responsabilidade permanente pela sua sustentação, com base na sua capacidade de tributação e endividamento. Se isso não acontecer, e se os pequenos Estados europeus não

aceitarem a condição de províncias fiscais da Alemanha, o sistema monetário europeu e o próprio euro estão com seus dias contados. Por quanto tempo? Talvez o tempo de duração do atual armistício europeu do pós-Segunda Guerra Mundial, que, desta vez, se chamou de União Europeia.

Junho de 2010

## 2.16

### O FANTASMA DAS REBELIÕES

*O mais provável é que voltem à ordem do dia as revoltas e revoluções sociais. Elas não serão socialistas nem proletárias, mas adquirirão maior intensidade e violência nos territórios situados em “zonas de fratura”.*

José Luís Fiori, *Valor Econômico*, São Paulo, 5 nov. 2008\*.

Não existe uma teoria da revolução, existem várias. Mas quase todas reconhecem a existência de um denominador comum na experiência revolucionária dos séculos XIX e XX: as revoltas acontecem quase sempre em sociedades fraturadas, com Estados enfraquecidos pelas guerras e por grandes crises econômicas, situados em “zonas de fratura” onde se concentra a pressão geopolítica da disputa entre as grandes potências. É nesses territórios que costumam nascer e se multiplicar as rebeliões mais importantes e resistentes, que são sempre violentas, mas não têm homogeneidade ideológica e não produzem grandes mudanças estruturais imediatas, como costuma acontecer no caso das revoluções sociais e políticas bem-sucedidas. Pois bem, se essa tese for correta, não é difícil prever o novo mapa mundial das rebeliões deste início do século XXI. Basta seguir os passos da competição geopolítica e econômica das grandes potências após o fim da Guerra Fria e localizar seus pontos de maior pressão competitiva, onde essas potências exercem de forma mais direta sua capacidade de dividir e mobilizar as forças locais umas contra as outras dentro dos Estados situados nesses tabuleiros geopolíticos mais disputados. Alguns desses pontos são mais visíveis e de explosividade imediata; outros são menos visíveis e de combustão mais lenta.

Tudo começa em 1991, com a desintegração da União Soviética e a entrada das forças da Otan/Estados Unidos na Europa Central, nos Bálcãs, no Cáucaso e na Ásia Central, onde se situa neste momento a região mundial de maior complexidade

---

\* Texto reproduzido neste volume. Ver “Reflexões de outubro”, p. 123-5. (N. E.)



geopolítica, envolvendo os territórios do Afeganistão, do Paquistão, do norte da Índia, da Caxemira e do Tibete. Não há nenhuma grande potência que não esteja envolvida em alguma dessas áreas e nas disputas em última instância pelo controle dessa extensa região, utilizando ou incentivando grupos e organizações locais de todo tipo, numa sucessão de revoltas, rebeliões, atentados terroristas e guerras civis que não têm como parar, a menos que haja um acordo multilateral improvável ou a retirada de todas as grandes potências envolvidas, o que é rigorosamente impossível do ponto de vista da lógica do sistema e dos interesses e posições já ocupadas pelos participantes deste neste novo “grande jogo”. Alfred Mackinder e Nicholas Spykman – os dois maiores teóricos geopolíticos anglo-americanos – definiram essa faixa de terra que vai do Báltico até a China como uma fronteira decisiva para o controle do poder mundial, situada entre as potências marítimas e as grandes potências terrestres, ou seja, entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos de um lado, e do outro, sobretudo, a Rússia e a China.

Logo em seguida nesse mapa da pólvora aparece a África Negra. Depois de 2001, os Estados Unidos mudaram sua política externa e aumentaram sua presença no continente africano. No entanto, essa mudança de posição não foi um fenômeno isolado, e foi seguida por União Europeia, Rússia, China, Índia e também pelo Brasil. Em poucos anos, o cenário africano mudou, aumentou a competição imperialista e de novo, como nos séculos anteriores, as potências e suas grandes empresas utilizam a seu favor, e muitas vezes incentivam as lutas tribais e as guerras locais entre os Estados que nasceram da decomposição de seus próprios impérios coloniais. Neste momento já estão em curso rebeliões e guerras civis no Congo, na Somália, no Zimbábue e na Nigéria, com participação de países e empresas de fora da África e com o envolvimento direto de Angola, Ruanda, Namíbia e Burundi. Também nesse caso não há perspectiva de acordo local ou de retirada das grandes potências, e o mais provável é que a África se transforme, uma vez mais, em território privilegiado da corrida imperialista e num verdadeiro quebra-cabeça de rebeliões e guerras civis cruzadas e estimuladas – em grande medida – desde fora.

E o que se pode prever com relação à América do Sul? Durante os séculos XIX e XX, foi uma região de influência anglo-americana, sem grandes disputas imperialistas. No entanto, neste início do século XXI o cenário e as perspectivas mudaram. De forma lenta mas implacável, a pressão da nova corrida imperialista que começou na década de 1990 está alcançando a América do Sul e deve produzir os mesmos

efeitos do resto do mundo. Já fazem parte desse processo o envolvimento militar norte-americano com a Colômbia, a reativação da IV Frota Naval dos Estados Unidos para o Atlântico sul, a intensificação dos conflitos fronteiriços entre Venezuela, Colômbia e Equador, e os conflitos internos da Bolívia e da própria Colômbia. Mas também: a criação da Unasul e do Conselho de Defesa da América do Sul, e todos os projetos políticos e econômicos de integração regional, assim como os grandes projetos de integração comercial e de investimento produtivo na região, da União Europeia, da China, da Rússia e dos demais países de fora do continente. Tudo indica que a América do Sul foi incorporada e não tem mais como escapar da pressão competitiva mundial, produzindo maior integração do continente, mas também maior disputa entre seus Estados, em particular entre Brasil e Estados Unidos. Nessa mesma direção, algumas áreas da América do Sul também devem se transformar em “zonas de fratura” internacional, e aí podem surgir conflitos e rebeliões que envolvam as grandes potências e as empresas que competem pelo controle da região. No caso das regiões de maior densidade indígena, nos próximos anos essas rebeliões tenderão a ser de direita, brancas e racistas.

Finalmente, sobre esse pano de fundo, se deve e se pode calcular o impacto da nova crise econômica mundial. Será prolongado e deverá atingir todas essas “zonas de fratura”, acentuando suas tendências mais perversas. Por isso, neste momento, apesar de se falar muito de economia, existe outro fantasma que ronda o mundo e assusta mais os seus dirigentes: o fantasma das rebeliões.

Dezembro de 2008

## HISTÓRIA DE UM NAUFRÁGIO (I)

É preciso olhar de frente e sem ilusões: a social-democracia e o socialismo europeus acabaram. Acabaram como utopia, como ideologia e como projeto político autônomo. De forma inglória na Itália, na Grécia, em Portugal e na Espanha, e de forma desastrosa na França de Françoise Hollande, com sua xenofobia e seu “belicismo humanitário”, e na Alemanha dos governos de coalizão e da submissão social-democrata ao conservadorismo de Angela Merkel com sua visão germanocêntrica e hierárquica da União Europeia, e da sua relação com o mundo islâmico. Esse espetáculo terminal, entretanto, inscreve-se numa longa história que começou no fim do século XIX e atravessou várias revisões teóricas e estratégicas, além de inúmeras experiências parlamentares e de governo que foram alterando progressivamente, ao longo do século XX, os objetivos e a própria identidade do socialismo europeu, até chegar ao desastre atual.

Tudo começou em 1884, com a defesa de Eduard Bernstein da necessidade de modificar ou reinterpretar algumas teses marxistas clássicas sobre a luta de classes e a revolução socialista à luz das grandes transformações capitalistas das últimas décadas do século XIX e das necessidades da luta eleitoral do partido social-democrata alemão, que era o mais importante da Europa naquele momento. Segundo Bernstein, o progresso tecnológico e a centralização e internacionalização do capital haviam mudado a natureza da classe operária e a própria dinâmica do sistema capitalista, cujo desenvolvimento histórico já não apontaria mais na direção da pauperização crescente, da crise final e da revolução socialista. Como consequência, Bernstein propunha que os social-democratas abandonassem a via revolucionária e optassem pela via eleitoral e parlamentar de transformação contínua, reformista e endógena do próprio capitalismo. As ideias e propostas de Bernstein privilegiavam inicialmente a questão parlamentar, e foi só mais tarde que tiveram um peso importante na decisão dos social-democratas de participar dos governos de união nacional ou

de frente popular, junto com outras forças políticas mais conservadoras, para enfrentar os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial e da crise econômica da década de 1930. Os problemas que estavam colocados sobre a mesa eram o colapso econômico, o desemprego e a inflação, e os social-democratas seguiram a cartilha dos conservadores, até porque não tinham uma visão própria de como enfrentar esses desafios concretos dentro do próprio capitalismo. Nesse contexto, entretanto, destaca-se a originalidade do governo social-democrata sueco que respondeu à crise utilizando-se de uma política heterodoxa de incentivo ao crescimento econômico e pleno emprego, a despeito de seu sucesso ser atribuído ao atrelamento da economia sueca ao expansionismo bélico da economia nazista, mais do que às virtudes da própria política econômica do governo social-democrata. De qualquer forma, o modelo sueco de pactuação social foi reproduzido mais tarde com sucesso pelos governos social-democratas de Áustria, Bélgica, Holanda e dos próprios países nórdicos, que seguiram sendo governados pelos social-democratas depois da guerra. Seja como for, o caso sueco foi uma exceção no meio de vários fracassos social-democratas no comando das políticas econômicas rigorosamente ortodoxas e conservadoras dos governos de que participaram na Alemanha, entre 1928-1930; na Grã-Bretanha, entre 1929-1931; na Espanha, entre 1928-1930; e na França, entre 1936-1937.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, os alemães lideraram outra grande revisão doutrinária e estratégica do socialismo europeu que culminou no congresso de Bad Godesberg, realizado em 1959. Foi nesse momento que os socialistas e os social-democratas europeus abandonaram a ortodoxia econômica e aderiram às teses e às políticas keynesianas como forma de gerir a economia capitalista com o objetivo de multiplicar os empregos e os recursos necessários para o financiamento de suas políticas distributivas e de proteção social. Dava-se como certo que em médio prazo as políticas favoráveis à acumulação de capital também surtiriam efeitos favoráveis para o mundo do trabalho e da igualdade social. Nesse sentido, do ponto de vista lógico e político, a partir desse momento o sucesso do capitalismo passou a ser uma condição indispensável para o sucesso reformista dos socialistas europeus, completando-se um giro de 180 graus com relação à sua tese clássica de que a liberdade e a igualdade seriam um produto necessário da eliminação da propriedade privada e dos “estados burgueses”. Depois de Bad Godesberg, a nova proposta passou a ser: “liberdade política = igualdade social = crescimento econômico = sucesso capitalista”.

De qualquer maneira, esse novo consenso durou pouco, e já na década de 1980 teve início uma terceira grande rodada revisionista, na qual os socialistas e social-democratas europeus abandonaram o barco keynesiano e aderiram às novas teses e políticas neoliberais promovidas em todo o mundo pelos governos conservadores de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Essa mudança de rumo avançou como um rastilho de pólvora a partir de 1980 na Espanha de Felipe González e na França de François Mitterrand, e também na Itália de Bettino Craxi e na Grécia de Andreas Papandreu – e, logo em seguida, na Inglaterra de Tony Blair, onde foram formuladas as principais teses da terceira via patrocinada pelo trabalhismo inglês, e que era na prática uma repetição dos mesmos argumentos que Eduard Bernstein havia apresentado um século antes. Segundo os trabalhistas ingleses, teria ocorrido uma mudança do capitalismo e de suas classes sociais que limitava a eficácia da política de classe tradicional e da própria intervenção keynesiana do Estado, fazendo-se necessária uma nova adaptação das ideias e dos programas socialistas a este mundo desproletarizado, desestatizado e globalizado.

No início do século XXI, entretanto, já estava claro que essas políticas e reformas tinham obtido um efeito social extremamente negativo, provocando redução simultânea dos postos de trabalho, dos salários, dos gastos sociais e da segurança dos trabalhadores, junto com enorme concentração e centralização do capital e da renda em todos os países do continente. Mesmo assim, os socialistas e social-democratas europeus mantiveram e radicalizaram suas novas posições, transformando-se nos defensores mais intransigentes – dentro da União Europeia – dos princípios e das políticas ortodoxas e neoliberais que os levaram ao “beco sem saída” em que se encontram na conjuntura desta segunda década do século XXI. O problema agora é que já não se trata mais de uma simples crise conjuntural ou circunstancial; trata-se do esgotamento de um projeto que foi sofrendo sucessivas mudanças estratégicas até o ponto em que perdeu todo e qualquer contato com suas próprias raízes históricas. Primeiro, os partidos socialistas e social-democratas abriram mão da ideia da revolução socialista, e depois do próprio socialismo como objetivo final da sua luta política. Mais à frente, deixaram de lado o projeto de socialização da propriedade privada e de eliminação do Estado, e no final do século XX passaram a atacar as próprias políticas de crescimento, pleno emprego e proteção social que foram suas principais bandeiras depois da Segunda Guerra Mundial e talvez sua principal contribuição ao século XX. Por isso, hoje os socialistas europeus

estão transformados numa caricatura de si mesmos, sem horizonte utópico e sem nenhuma capacidade de inovação política, social e intelectual. Um triste fim para uma utopia e um projeto que fizeram da Europa do século XIX a vanguarda revolucionária do mundo.

Outubro de 2013

## 2.18

### HISTÓRIA DE UM NAUFRÁGIO (II)

*As the twentieth century was coming to a close, socialists could not but re-examine, yet again, the framework of their doctrine. They did so as they had always done: in a confuse and uncoordinated manner, propelled by the contingency of everyday politics and the pressure of electoral consideration. They could not do otherwise. Moving forward is no guarantee of success. Standing still offers the certainty of defeat.*

Donald Sassoon, *One Hundred Years of Socialism*  
(Londres, Fontana Press, 1997), p. 754.

Ao fazer o balanço do socialismo europeu no início do século XXI, é possível extrair pelo menos três grandes ensinamentos de sua trajetória e de suas experiências governamentais, do século passado:

i) sua identidade doutrinária foi sendo desmontada pelos próprios socialistas ao longo de sucessivas revisões teóricas, ideológicas e políticas de sua matriz originária, de inspiração marxista, feitas sempre em nome das “transformações do capitalismo” e das exigências da “luta eleitoral”. No entanto, a lenta e progressiva desconstrução dessa matriz não deu lugar a nenhuma outra teoria com a mesma capacidade marxista de definir objetivos, atores e estratégias a partir de um diagnóstico de longo prazo das tendências críticas do capitalismo. Pelo contrário, essas sucessivas revisões foram criando uma verdadeira colcha de retalhos que foi sendo tecida de forma pragmática como resposta aos desafios imediatos e como justificativa para decisões políticas conjunturais cada vez mais contraditórias, com relação aos objetivos iniciais dos socialistas. A primeira rodada revisionista, do final do século XIX, foi uma opção política pela via eleitoral que acabou gerando enorme impacto estratégico e de longo prazo, porque significou, na prática, o abandono do projeto revolucionário de ruptura e superação do capitalismo por meio

da eliminação da propriedade privada, das classes sociais e do Estado. A segunda rodada revisionista, da década de 1950, por sua vez, implicou o abandono definitivo da própria ideia de sociedade e de economia socialistas, e a longo prazo significou uma opção pelo aperfeiçoamento ou pela humanização do próprio capitalismo, de forma que se pode considerar que a terceira grande rodada revisionista e neoliberal, dos anos 1980 e 1990, foi apenas uma culminação da decisão anterior de se adequar periodicamente às exigências e inovações do capital. Pouco depois, no início do século XXI, o socialismo europeu já estava transformado numa Torre de Babel irrecuperável;

ii) a experiência governamental do socialismo europeu foi bem menos turbulenta e inovadora do que sua vida doutrinária. Durante os séculos XIX e XX, os socialistas utópicos de todos os matizes e os anarquistas, por razões óbvias, só participaram pontualmente de alguma experiência de gestão estatal defendendo — até hoje — várias formas de economia comunitária, cooperativa ou solidária, e várias formas políticas de democracia local, direta ou participativa. Além disso, o socialismo soviético simplesmente eliminou o problema da gestão estatal do capitalismo ao coletivizar a propriedade e se propor à construção de uma economia de planejamento central. Por isso, coube aos partidos socialistas e social-democratas (e, de forma secundária, aos partidos comunistas) enfrentarem o desafio de administrar democraticamente os Estados e as economias capitalistas europeias. Nesse campo, entretanto, os socialistas europeus inventaram e inovaram muito pouco com relação às políticas ortodoxas, conservadoras ou convencionais durante suas três grandes experiências de governo depois da Primeira Guerra Mundial, nos anos 1960-1970 e durante a era neoliberal. Pode-se afirmar que nunca existiu um programa de governo específico e exclusivo dos socialistas, que, pelo contrário, sofreram sempre forte influência e muitas vezes assimilaram, pura e simplesmente, as ideias e os projetos dos partidos e governos conservadores.

No campo da política econômica, por exemplo, os governos socialistas foram quase sempre ortodoxos, como no caso clássico de Rudolf Hilferding ao assumir o Ministério da Fazenda da Alemanha em 1928, mas também no caso do Partido Laborista inglês que optou em 1929 pela “visão do Tesouro” contra a opinião liberal de John Keynes e David George. O mesmo aconteceu com o governo social-democrata de Léon Blum, na França, em 1936. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, os social-democratas e os socialistas seguiram ortodoxos, e só se



converteram às políticas keynesianas na década de 1960. No entanto, assim mesmo, nas crises monetárias de 1966 e 1972, os governos de Harold Wilson e de Helmut Schmid voltaram rapidamente ao trilho conservador da ortodoxia monetarista. Nesse sentido, como já vimos, a experiência sueca da década de 1930 foi uma exceção dentro de uma história relativamente monótona e recorrente. E ainda mais após a década de 1980 e a adesão entusiástica dos socialistas de todos os matizes ao novo ideário neoliberal liderado e popularizado pelos governos anglo-saxões de Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

Isso também aconteceu no campo da política externa dos governos socialistas e social-democratas do século XX. Foi por aí que começou sua primeira grande divisão interna, por conta de sua tomada de posição frente à Primeira Guerra Mundial. Na década de 1930, porém, as coalizões de governo com participação socialista ou social-democrata também se dividiram frente à Guerra Civil Espanhola e aos primeiros passos da escalada nazista, e voltaram a se dividir durante a Guerra Fria, tendo aderido apenas tardiamente ao projeto da unificação europeia iniciado pelas forças conservadoras da França e da Alemanha. Em todo o século XX, uma das raras iniciativas realmente originais e autônomas de um governo social-democrata no campo da política internacional, afora a solidariedade genérica dos socialistas com o “terceiro mundo”, foi a Ostpolitik do governo social-democrata de Willy Brandt, em 1969, que viabilizou os acordos de desarmamento da década de 1970 em 1980 e iniciou o grande movimento na direção do leste, da Alemanha Ocidental, que acabou produzindo mudanças geopolíticas fundamentais dentro e fora da Europa. No entanto, em geral pode-se dizer que a política externa dos socialistas e dos social-democratas também se pautou pelas ideias e diretrizes dos partidos e governos conservadores na Inglaterra, do nacionalismo gaullista na França e dos democratas-cristãos na Alemanha. Essa falta de originalidade talvez explique porque tenha sido durante seus próprios governos que o socialismo e a social-democracia tenham se dividido de forma mais profunda e radical, divisão essa que chegou ao limite da ruptura definitiva após a virada revisionista dos anos 1950 e durante os governos social-democratas que começaram na década de 1960. Foi o período das grandes revoltas sociais e sindicais que questionaram a estratégia e a organização da “velha esquerda” e criaram as bases dos novos movimentos sociais com sua proposta de volta às raízes anárquicas e comunitárias do socialismo utópico, e sua recusa à política partidária e à participação em governos;

iii) e, por fim, assim mesmo, no balanço final do século XX, é fundamental reconhecer que os partidos socialistas e os social-democratas europeus, na oposição ou no governo, mais na oposição do que no governo, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, deram uma contribuição decisiva para a diminuição da desigualdade social e para a universalização de formas de proteção social e planejamento que haviam sido experimentadas durante a guerra, mesmo quando essas políticas também tivessem sido apoiadas e incentivadas por vários partidos e governos conservadores. De fato, os socialistas e os social-democratas europeus só perderam definitivamente seu rumo e sua identidade após o fim da União Soviética, que havia contribuído, no período anterior, para sustentar a imagem progressista do socialismo europeu no cumprimento de sua função, dentro da Guerra Fria, de alter ego crítico e de oposição de esquerda ao socialismo soviético.

Novembro de 2013

## A ÓPERA, A GUERRA E A RESSURREIÇÃO RUSSA

Relembro, porque me causou uma profunda impressão. Uma montagem russa da ópera *Guerra e paz*, de Sergei Prokofiev, na Bastilha. Era 1998, a União Soviética havia desaparecido, e a Rússia estava humilhada e destruída. A ópera *Guerra e paz* estreou no Teatro Maly, em Leningrado, no dia 12 de junho de 1946 – pouco depois da invasão e expulsão das tropas alemãs e da vitória russa na Segunda Guerra Mundial – e conta a história da invasão e expulsão das tropas francesas e da vitória russa na guerra com Napoleão Bonaparte em 1812. Na última cena, o povo e os soldados russos cantam juntos uma peroração apoteótica, proclamando a eternidade do espírito russo, com força, emoção e convencimento inesquecíveis. E, de fato, após a destruição de 1812, a Rússia se reconstruiu e se transformou numa das principais potências europeias do século XIX. Após 1945, a União Soviética voltou a levantar e se transformou na segunda potência militar e econômica do mundo na segunda metade do século XX, como já havia acontecido antes, em 1709, após a invasão e a expulsão das tropas suecas de Carlos XII por Pedro, o Grande, quando a Rússia começa sua fantástica modernização do século XVIII. No entanto, em 1998 parecia impossível que isso pudesse acontecer de novo depois da derrota soviética e da destruição liberal da economia russa. Dez anos depois, entretanto, no momento da posse do seu terceiro presidente republicano, Dmitri Medvedev, a Rússia está de novo de pé, e o espírito russo volta a assustar os europeus e a preocupar o mundo. O jornal *Financial Times* publicou recentemente um caderno especial sobre a Rússia, no qual afirma que “nem Bruxelas nem Washington estão sabendo como lidar com a Rússia depois de Vladimir Putin, porque ela está cada vez mais disposta a retomar sua posição no mundo, em particular nos países da antiga União Soviética”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> “Russia”, *Financial Times*, 18 abr. 2008, p. 3.

Em 1991, imediatamente após a dissolução da União Soviética, os Estados Unidos e a União Europeia atribuíram a si a tarefa de administrar a desmontagem do Império Russo, por causa de suas consequências econômicas e do problema geopolítico da Europa Central. Para os Estados Unidos, o objetivo fundamental era impedir o surgimento de uma “terra de ninguém” no Leste Europeu, por isso lideraram a expansão imediata das fronteiras da Otan e a ocupação das posições militares que haviam sido abandonadas pelos soviéticos na Europa Central. Essa ofensiva estratégica da Otan e da União Europeia, e sua posterior intervenção militar nos balcãs, foi uma humilhação para os russos e provocou uma reação imediata e defensiva que começou, exatamente, pela vitória eleitoral de Vladimir Putin em 2000 e a retomada pelo seu governo de uma estratégia militar agressiva depois de 2001. Durante suas duas administrações, o presidente Putin manteve a opção pela economia de mercado, mas recentralizou o poder e reconstruiu o Estado e a economia russa, refazendo seu complexo militar-industrial e nacionalizando seus recursos energéticos. A Rússia ainda detém o segundo maior arsenal atômico do mundo, e o governo Putin aprovou uma nova doutrina militar que autoriza o uso de armamento nuclear, mesmo no caso de um ataque convencional à Rússia, no caso em que fracassem outros meios para repelir o agressor. Além disso, o novo governo russo alertou os Estados Unidos – ainda no ano 2000 – para a possibilidade de uma corrida nuclear, caso insistissem no seu projeto de criação de um escudo antibalístico na Europa Central. O interessante, do ponto de vista da história russa, é que agora de novo, como no passado, depois de 2001, também a economia russa se recuperou e voltou a crescer a uma taxa média anual de 7%, puxada pelo preço do petróleo e das *commodities*, e sustentada por um *boom* de consumo e de investimento interno. Esse crescimento – liderado pelas grandes empresas estatais do setor de energia e armamentos – multiplicou seis vezes o produto interno da Rússia que já superou o PIB da Itália e deve superar o PIB da França nos próximos dois anos. Dez anos após sua moratória, a Rússia detém a terceira maior reserva em moeda estrangeira do mundo, depois da China e do Japão, e seus salários subiram de uma média de 80 dólares por mês em 2000 para 640 dólares em 2007, quando a economia russa alcançou seu nível de atividade anterior à grande crise. Nesse clima de *boom* econômico, o novo presidente Dmitri Medvedev convocou, recentemente, os empresários russos a copiar o modelo chinês e aderir à onda global de aquisição de empresas estrangeiras, para acelerar ainda mais a economia russa e reduzir sua dependência tecnológica.

Desse modo, quinze anos após a derrota e o colapso da União Soviética, o Estado russo retomou o comando de sua economia e de sua inserção internacional, e tudo indica, neste início de século XXI, que está recuperando sua importância estratégica como maior Estado territorial do mundo, o único com capacidade de intervenção por terra, por meio de suas próprias fronteiras em todo o continente eurasiático. Por isso, é uma rematada bobagem falar da Rússia como uma potência ou uma economia emergente, quando na verdade se trata de uma velha e grande potência que está reocupando sua posição tradicional na Europa, na Ásia Central e no Oriente Médio. No entanto, nenhum analista internacional consegue prever os caminhos futuros dessa nova ressurreição do espírito russo, até porque a Rússia sempre foi mais misteriosa e imprevisível do que a União Soviética. Faz algumas semanas, Andre Klimov, líder liberal da Duma, afirmou que “seria um erro grave, neste momento, alguém pensar que possa fazer com a Rússia o que bem entenda”<sup>2</sup>. Palavras que soam como uma advertência suave, como quem quisesse lembrar às demais potências a mensagem final de Sergei Prokofiev na sua grandiosa ópera *Guerra e paz*: “o espírito russo é eterno”, e ressurgirá sempre de novo, e com mais força, toda vez que seu sagrado território for invadido ou que o povo russo for humilhado, como aconteceu várias vezes na história e voltou a acontecer no final do século XX.

Maio de 2008

---

<sup>2</sup> Idem.

## 2.20

### GUERRA E PAZ

*A guerra nunca deflagra subitamente: sua extensão não é obra de um instante.*

Carl P. G. von Clausewitz, *Da guerra* (1832)  
(São Paulo, Martins Fontes, 1979), p. 77.

No mês de abril de 2008, a última reunião de cúpula da Otan, na cidade de Bucareste, reconheceu a aspiração da Geórgia de participar da aliança militar liderada pelos Estados Unidos, apesar da resistência alemã e da oposição explícita do governo russo. E no dia 11 de julho de 2008, aviões da Força Aérea russa sobrevoaram o território da Ossétia do Sul na véspera da visita à Geórgia da secretária de Estado norte-americana Condollezza Rice, para inaugurar, no dia 15 de julho, a operação “Resposta Imediata 2008”, um exercício militar conjunto do Exército norte-americano com as tropas de Geórgia, Ucrânia, Armênia e Azerbaijão, realizado na base aérea de Vaziani, que havia pertencido à Força Aérea russa até 2011. Logo em seguida, no dia 8 de agosto de 2008, as Forças Armadas da Geórgia atacaram a província da Ossétia do Sul e conquistaram sua capital, Tskhinvali. Não está claro por que a Geórgia atacou a Ossétia do Sul exatamente no dia da abertura das Olimpíadas chinesas, mas não há dúvida de que a grande surpresa dos governos envolvidos nessa história foi a rapidez, a extensão e a eficácia da resposta russa, que em poucas horas cercou, dividiu e atacou – por terra, mar e ar – o território da Geórgia numa demonstração contundente de decisão política, organização militar e poder de conquista. Tudo feito com tamanha rapidez e agilidade que deixou os governos “ocidentais” perplexos, divididos e impotentes, obrigados a acompanhar os desdobramentos da ofensiva russa, hora a hora, por meio de fatos consumados, sem conseguir saber ou antecipar seu objetivo final.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, Hans Morgenthau, pai da teoria política internacional norte-americana, formulou uma tese muito simples e clássica sobre a origem das guerras. Segundo ele,

a permanência do *status* de subordinação dos países derrotados numa guerra pode facilmente produzir a vontade desses países de desfazerem a derrota e jogarem por terra o novo *status quo* internacional criado pelos vitoriosos, retomando seu antigo lugar na hierarquia do poder mundial. Ou seja, a política imperialista igual e contrária da parte dos derrotados. E se o derrotado não tiver sido arruinado para sempre, ele quererá retomar os territórios que perdeu, e, se possível, ganhar ainda mais do que perdeu, na última guerra.<sup>1</sup>

Em 1991, após o fim da Guerra Fria, não houve um acordo de paz que definisse as perdas da União Soviética e que definisse claramente as regras da nova ordem mundial imposta pelos vitoriosos, como havia acontecido no fim da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais. De fato, a União Soviética não foi atacada, seu exército não foi destruído e seus governantes não foram punidos, mas durante toda a década de 1990 os Estados Unidos e a União Europeia apoiaram a autonomia e a separação dos países da antiga zona de influência soviética, e promoveram ativamente o desmembramento do território russo. Começando por Letônia, Estônia e Lituânia, e seguindo por Ucrânia e Bielorrússia, os bálticos, o Cáucaso e os países da Ásia Central. Neste período, os Estados Unidos também lideraram a expansão da Otan na direção do Leste contra a opinião de alguns países europeus. Mais recentemente, os Estados Unidos e a União Europeia apoiaram a independência do Kosovo, aceleraram a instalação de seu “escudo antimísseis” na Europa Central, e estão armando e treinando as forças armadas da Ucrânia, da Geórgia e dos países da Ásia central, sem levar em conta que a maior parte desses países pertenceu ao território russo durante os últimos três séculos. Em 1890, o Império Russo, construído no século XVIII por Pedro, o Grande, e Catarina II tinha 22.400.000 quilômetros quadrados e 130 milhões de habitantes, era o segundo maior império contínuo da história da humanidade e uma das cinco maiores potências da Europa. No século XX, durante o período

<sup>1</sup> Hans J. Morgenthau, *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (Nova York, McGraw-Hill, 1993), p. 66.

soviético, o território russo manteve o mesmo tamanho, a população chegou a 300 milhões de habitantes e a Rússia se transformou na segunda maior potência militar e econômica do mundo. Pois bem, hoje a Rússia tem 17.075.200 quilômetros quadrados e apenas 152 milhões de habitantes, ou seja, em apenas uma década, a de 1990, a Rússia perdeu cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados e cerca de 140 milhões de habitantes sem que tivesse havido guerra.

A maior parte dos analistas internacionais que se dedicam a prever o futuro se esquece – em geral – de que os grandes vitoriosos de 1991 não foram apenas os Estados Unidos. Foram os Estados Unidos, a Alemanha e a China, numa virada histórica onde só houve um grande derrotado, a União Soviética, cuja destruição trouxe de volta ao cenário internacional uma Rússia mutilada e ressentida. A Alemanha e a China ainda levarão muitos anos para “digerir” os novos territórios e as novas zonas de influência que conquistaram, nas últimas décadas, na Europa Central e no sudeste asiático. Enquanto isso, o desaparecimento da União Soviética colocou a Rússia na condição de potência derrotada, que perdeu um quarto do seu território e metade de sua população, mas que ainda mantém de pé seu armamento atômico e seu potencial militar e econômico, junto com uma decisão explícita de desfazer a derrota e jogar por terra o novo *status quo* internacional criado pelos vitoriosos de 1991, retomando seu antigo lugar na hierarquia do poder mundial. Por isso, neste início de século XXI, a Rússia é um desafio e uma incógnita para os dirigentes de Bruxelas e de Washington, e para os comandantes militares da Otan, quando na verdade o mistério não é tão grande. Se Hans Morgenthau estiver com a razão, trata-se de um segredo de polichinelo: a Rússia foi a grande perdedora da década de 1990 e, ao contrário do que diz o senso comum, será uma grande questionadora da nova ordem mundial, qualquer que seja ela, até que lhe devolvam – ou ela retome – todo ou parte do seu velho território. Por isso, a atual guerra da Geórgia não é uma “guerra antiga”; pelo contrário, é um anúncio do futuro.

Agosto de 2008



## 2.21

### A LÍBIA, A OTAN E O “GRANDE ORIENTE MÉDIO”

*Se aqui e no exterior todos perceberem que estamos prontos para a guerra a qualquer momento, com todas as unidades das nossas forças na linha de frente prontas para entrar em combate e ferir o inimigo no ventre, pisoteando-o quando estiver no chão, para ferver seus prisioneiros em azeite e torturar suas mulheres e seus filhos, então ninguém se atreverá no nosso caminho.*

John Arbutnot Fisher, almirante de esquadra da Marinha Real britânica, citado em Norman Angell, *A grande ilusão* (Brasília, Editora UnB, 2002), p. 275.

É preciso ser muito ingênuo ou mal informado para seguir pensando que a Guerra da Líbia foi feita em nome dos direitos humanos e da democracia. E, ainda por cima, acreditar que o governo de Muamar Kadafi foi derrotado pelos rebeldes que aparecem nos jornais em poses publicitárias, tudo isso enquanto a aviação inglesa comanda o ataque final das forças da Otan à cidade de Sirta depois de ter conquistado a cidade de Trípoli. A Primavera Árabe não produziu nenhuma mudança de regime político na região, mesmo na Tunísia e no Egito, e não há nenhuma garantia de que os novos governos sejam mais democráticos, liberais ou humanitários do que seus antecessores, até porque quase todos os seus líderes ocuparam posições de destaque nos governos que ajudaram a derrubar com o apoio de uma multidão heterogênea e desorganizada, sendo que, no caso da Líbia, não se pode nem mesmo falar de algo parecido com uma mobilização massiva e democrática da oposição, porque se trata, de fato, de uma guerra selvagem e sem quartel entre regiões e tribos inimigas que foram mobilizadas e “pacificadas” transitoriamente pelas forças militares da Otan.

Segundo lorde Ismay, que foi o primeiro secretário-geral da Otan, o objetivo da aliança militar criada pelo Tratado do Atlântico Norte, assinado em 1949, era “man-

ter os russos fora, os americanos dentro e os alemães para baixo”. E esse objetivo foi cumprido plenamente durante todo o período da Guerra Fria. No entanto, depois de 1991 a Otan passou por um período de crise de identidade e redefinição do seu papel dentro do sistema internacional. Num primeiro momento, a organização militar se voltou para o Leste e para a ocupação/incorporação de alguns países da Europa Central que haviam pertencido ao Pacto de Varsóvia. Além disso, participou diretamente das guerras do Kosovo e da Sérvia, e, ao mesmo tempo, lançou em 1994 um projeto de intercâmbio militar e de segurança com os países árabes do norte da África, o chamado “Diálogo Mediterrâneo”. Dez anos depois, na sua reunião de cúpula de 2004, em Istambul, os dirigentes da Otan decidiram expandir seu projeto de segurança e criaram a Iniciativa de Cooperação de Istambul (ICI), voltada para os países do Oriente Médio. Nesse mesmo período, a Otan, que não havia apoiado as guerras do Afeganistão e do Iraque, decidiu aderir e colocar-se ao lado das tropas anglo-americanas, instalando suas forças também na Ásia Central.

Foram os ingleses que cunharam o termo “Oriente Médio” para se referirem aos territórios situados no meio do seu caminho, entre a Inglaterra e a Índia, e que pertenciam ou estavam sob a tutela do Império Otomano. Incluindo os territórios que foram retalhados e divididos depois do fim da Primeira Guerra Mundial, sendo transformados em “protetorados” da Inglaterra e da França, que já eram, naquele momento, as duas maiores potências imperiais da Europa, tendo submetido e colonizado a maior parte da África subsaariana e todos os países árabes do norte do continente, hoje incluídos no “diálogo mediterrâneo” da Otan. Foi, porém, o presidente norte-americano George Bush quem cunhou o termo “Grande Oriente Médio”, apresentado pela primeira vez na reunião do G8 em Sea Islands, Estados Unidos, em junho de 2004. A proposta era definir e unificar um novo espaço de intervenção geopolítica, que iria do Marrocos até o Paquistão e deveria ser objeto da preocupação prioritária das grandes potências na sua guerra contra o “terrorismo islâmico” e a favor da “democracia” e dos “direitos humanos”. Sob essa perspectiva pode-se compreender melhor o significado geoestratégico da Primavera Árabe e da Guerra da Líbia.

O que se deve esperar que ocorra depois da guerra? Na Líbia, haverá um longo período de caos, seguido da formação de um governo de coalizão tribal, instável e autoritário, sob o patrocínio e a tutela militar da Otan. Ao mesmo tempo, estará dado um passo decisivo na construção de uma força de intervenção “ocidental”,

capaz de projetar seu poder militar sobre todo o território islâmico do Grande Oriente Médio, e pode estar sendo criado o primeiro protetorado colonial da Otan, na África.

Julho de 2011

## 2.22

### A GUERRA DO AFGANISTÃO: UM ENIGMA

*Whenever western leaders ask themselves the question, why are we in Afghanistan, they come up with essentially the same reply: "To prevent Afghanistan becoming a failed state and haven for terrorists". Yet there is very little evidence that Afghanistan is coming stable. On the contrary, the fighting is intensifying, casualties are mounting and the Taliban are becoming more confident.*

Gideon Rachman, *Financial Times*, 26 jun. 2010.

A superioridade numérica e tecnológica das forças estado-unidenses e da Otan com relação aos guerrilheiros talebás do Afeganistão é abismal. No entanto, a situação estratégica dos Estados Unidos e dos seus aliados após nove anos de guerra vem piorando a cada dia que passa. Em apenas um mês, o presidente Obama foi obrigado a demitir, por insubordinação, o famoso general Stanley McChrystal, que ele havia nomeado e que era o símbolo da “nova” estratégia de guerra do seu governo. Por isso, agora enfrenta um dos mais graves casos de vazamento de informação da história militar norte-americana, com detalhes sanguinários sobre as tropas do país e acusações de que o Paquistão – seu principal aliado – é quem prepara e sustenta os guerrilheiros talebás. Após o envio de mais 30 mil soldados dos Estados Unidos, em 2010, a situação militar dos aliados não melhorou; os ataques talebás são cada vez mais numerosos e ousados, e o número de mortos é cada vez maior. Entretanto, o apoio da opinião pública norte-americana e mundial é cada vez menor, e alguns dos principais aliados dos Estados Unidos, como Holanda e Canadá, já anunciaram a retirada de suas tropas, e a própria Grã-Bretanha vem sinalizando na mesma direção. Faz algum tempo, o general americano Dan McNeil, antigo comandante aliado, declarou à revista alemã *Der Spiegel* que seriam necessários 400 mil soldados para ganhar a guerra, e talvez por isso quase ninguém mais acredite na possibilidade de uma vitória definitiva,

por um lado; por outro, o governo do presidente Hamid Karzai está cada vez mais fraco e corrompido pelo dinheiro da droga e da ajuda estado-unidense, a sociedade afegã está dividida entre seus “senhores da guerra” e o atual Estado afegão só se sustenta com a presença das tropas estrangeiras. Por fim, a luta no Afeganistão contra as redes terroristas e contra a Al-Qaeda de Bin Laden também vai mal, e está sendo travada no lugar errado. Hoje está claro que os talebãs não participaram dos atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos, e estão cada vez mais distantes da Al-Qaeda e das redes terroristas cujas liderança e sustentação estão, sobretudo, na Somália, no Iêmen e no Paquistão. Além disso, quase todos os estrategistas consideram que seria mais eficaz a retirada das tropas e o rastreamento e controle a distância das redes terroristas que ainda existam no território talebã. Resumindo: a possibilidade de vitória militar é infinitesimal; os talebãs não defendem ataques terroristas contra os Estados Unidos e não dispõem de armas de destruição de massa; e não existem interesses econômicos estratégicos no território afegão. Por esses motivos a Guerra do Afeganistão se transformou numa incógnita para os analistas políticos e militares.

Do nosso ponto de vista, entretanto, a explicação da guerra e qualquer prospecção sobre seu futuro requerem uma teoria e uma análise geopolítica de longo prazo sobre a dinâmica das grandes potências que lideram ou comandam o sistema mundial desde sua origem na Europa, nos séculos XV e XVI. Em síntese:

i) nesse sistema mundial “europeu”, nunca houve nem haverá paz perpétua, porque trata-se de um sistema que precisa da preparação para a guerra e das próprias guerras para se ordenar e expandir;

ii) nesse sistema, suas grandes potências sempre estiveram envolvidas numa espécie de guerra permanente. No caso da Inglaterra e dos Estados Unidos, eles começaram – em média – uma nova guerra a cada três anos desde o início da sua expansão mundial;

iii) além disso, esse mesmo sistema sempre teve um foco bélico, uma espécie de buraco negro que se desloca no espaço e no tempo, e que exerce uma força destrutiva e gravitacional sobre todo o sistema, mantendo-o junto e hierarquizado. Depois da Segunda Guerra Mundial, esse centro gravitacional saiu da própria Europa e se deslocou na direção dos ponteiros do relógio: para o nordeste e o sudeste asiático, com as guerras da Coreia e do Vietnã, entre 1951 e 1975; e depois para

a Ásia Central, com as guerras entre o Irã e o Iraque, e contra a invasão soviética do Afeganistão durante a década de 1980; com a Guerra do Golfo, no início dos anos 1990; e com as guerras do Iraque e do Afeganistão, nesta primeira década do século XXI;

iv) sob esse ponto de vista, pode-se prever que a Guerra do Afeganistão deverá continuar, mesmo sem perspectiva de vitória, e que os Estados Unidos só se retirarão do território afegão quando o epicentro bélico do sistema mundial puder ser deslocado – provavelmente na mesma direção dos ponteiros do relógio.

Julho de 2010

## 2.23

### O XADREZ CHINÊS

*One of the most important challenges for the US foreign policy is to affect a transition from immediate and vexing challenges of the Middle East to the long-term and deeply consequential issues in Asia.*

Kurt Campbell, secretário-assistente de Estado dos Estados Unidos para o Leste Asiático e o Pacífico, *Financial Times*, 12 out. 2011.

No dia 21 de outubro de 2011, o presidente Barack Obama anunciou o fim da “guerra da América no Iraque” e a retirada definitiva das tropas norte-americanas do território árabe. Tudo indica que não foi uma decisão isolada do governo Obama, devendo ser somada a outras iniciativas muito importantes, como a de negociar com as forças talebãs do Afeganistão, distanciar-se do radicalismo israelita, apoiar a mudança dos governos aliados do norte da África, aceitar uma nova safra de governos islâmicos moderados, em quase todo o Grande Oriente Médio e, finalmente, reconhecer de forma implícita a participação do Irã nesse redesenho político regional. Em tudo isso é possível identificar traços de derrota e de vitória norte-americana, mas talvez o mais importante sejam duas mudanças estratégicas de largo fôlego que estão sendo sinalizadas pela nova posição dos estado-unidenses: a primeira, na administração do poder global dos Estados Unidos, que passa a ser mais imperial e terceirizada; e, a segunda, nas suas prioridades, que passam a ser a Ásia e a disputa pela hegemonia do Pacífico sul, numa tentativa de recuperar, em pleno voo, o tempo perdido pelos Estados Unidos durante a “guerra global ao terrorismo” do presidente George Bush, em uma década em que a China se expandiu vertiginosamente e ocupou posições cada vez mais importantes dentro do tabuleiro econômico e geopolítico asiático, enquanto os Estados Unidos permaneciam atolados no seu Grande Oriente Médio. Essa mudança de prioridade, entretanto, não significa que haja consenso dentro do *establishment* norte-americano sobre a forma

de enfrentar o desafio chinês. Pelo contrário, existe uma divisão irreconciliável entre duas posições opostas: de um lado se colocam os democratas e os republicanos que pensam como Henry Kissinger e consideram que a expansão chinesa pode ser benéfica para o mundo e para os interesses norte-americanos se os Estados Unidos souberem construir uma parceria estratégica com a China, administrando divergências e conflitos de interesse, evitando um enfrentamento frontal e compartilhando, a longo prazo, a supremacia regional com os chineses; no lado oposto, posicionam-se os que compartilhem a convicção do cientista político John Mearsheimer de que “uma China rica será inevitavelmente um Estado agressivo e determinado a conquistar a hegemonia regional”, que concluem junto com ele que os Estados Unidos devem se antecipar, bloqueando os interesses chineses e estabelecendo alianças militares com todos os concorrentes regionais da China.

Na prática, entretanto, o caminho vem sendo construído longe dos dois extremos, por meio de negociações e respostas pragmáticas, mais ou menos agressivas, segundo as circunstâncias. Desde 2009, pelo menos, o governo chinês vem defendendo sua soberania sobre o “mar do sul da China” de forma cada vez mais assertiva, considerando-o parte do seu *core interest* em conflito com Vietnã, Filipinas, Malásia, Taiwan e Brunei. Recentemente, os governos do Vietnã e das Filipinas denunciaram uma “séria violação das leis internacionais” por parte da China na sua disputa pelas ilhas Paracel e Spratly, e ambos os governos fizeram acenos explícitos em favor de uma presença militar mais ativa dos Estados Unidos na região. Entretanto, a secretária de Estado Hillary Clinton declarou no Vietnã, em 2010, que o mesmo *mar do sul da China* “faz parte do interesse nacional dos Estados Unidos”, e que os Estados Unidos se sentem no direito e no dever de participar de qualquer conflito e negociação regional, em franco desafio à posição chinesa. Essa disputa deve seguir e se aprofundar com o aumento geométrico da importância econômica regional da China e com o fortalecimento contínuo do Comando do Pacífico dos Estados Unidos, que já é seu comando regional mais poderoso. Além disso, deve-se incluir nessa competição a participação de outros Estados poderosos, como é o caso de Japão, Índia, Rússia e Vietnã. Assim, o que se deve prever é um aumento contínuo do poder militar dos Estados Unidos, simultâneo com o crescimento da dependência econômica de toda a região com relação ao desenvolvimento chinês. O que é mais paradoxal é que a própria relação econômica siamesa



entre China e Estados Unidos deve aumentar junto com sua disputa regional, configurando um quadro e um desafio de enorme complexidade. Nesse contexto, o mais provável é que a disputa e os próprios conflitos se prolonguem e se repitam por muito tempo, e com alto grau permanente de incerteza, como numa partida de *weiqi* – jogo chinês em que a regra básica (como no caso do *go* japonês) é a do cerco contínuo e da coexistência combativa com os adversários, sem que existam jamais vitórias nem vitoriosos definitivos. Uma espécie de jogo de xadrez sem xeque-mate.

Outubro de 2011

## 2.24

### A PUNIÇÃO DA ÁFRICA<sup>1</sup>

A África ocupou mais da metade do tempo da última reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas nesta terceira semana do mês de abril de 2008. Na pauta: o impasse nas eleições presidenciais do Zimbábue e as crises políticas da República Democrática do Congo e do Quênia, além dos conflitos armados na Somália e em Darfur, no Sudão, trazendo de volta a imagem de um continente aparentemente inviável, com Estados falidos, guerras civis e genocídios tribais, com apenas 1% do PIB mundial, 2% das transações comerciais globais e menos de 2% do investimento direto estrangeiro dos últimos anos. No entanto, a África não é tão simples nem homogênea com seus quase 800 milhões de habitantes e seus 53 Estados nacionais, que foram criados pelas potências coloniais europeias e mantidos juntos graças à Guerra Fria, que chegou à África setentrional com a crise do Canal de Suez, em 1956; à África central, com a guerra do Congo nos anos 1960; e, finalmente, à África austral com a independência de Angola e de Moçambique, e sua guerra com a África do Sul nos anos 1980. A independência africana, depois da Segunda Guerra Mundial, despertou grandes expectativas com relação a seus novos governos de “libertação nacional” e seus projetos de desenvolvimento, que foram muito bem-sucedidos – em alguns casos – durante os primeiros tempos de vida independente. Esse desempenho inicial, entretanto, foi atropelado por sucessivos golpes e regimes militares, e pela crise econômica mundial da década de 1970 que atingiu todas as economias periféricas e provocou um prolongado declínio da economia africana até o início do século XXI. Mesmo na década de 1990, após o fim do mundo socialista e da Guerra Fria, e no auge da globalização financeira, o continente africano ficou praticamente à margem dos novos fluxos de comércio e de investimento globais.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título “Provavelmente, Deus não é africano”, *Valor Econômico*, São Paulo, 23 abr. 2008.

Depois de 2001, entretanto, a economia africana ressurgiu, acompanhando o novo ciclo de expansão da economia mundial. O crescimento médio, que era de 2,4% em 1990, passou para 4,5% entre 2000 e 2005, e alcançou taxas de 5,3% e 5,5% em 2007 e 2008. E, no caso de alguns países produtores de petróleo e outros minérios estratégicos, essas cifras alcançaram níveis ainda mais expressivos, como em Angola, Sudão e Mauritânia. Essa mudança da economia africana – como no resto do mundo – se deveu ao impacto do crescimento vertiginoso da China e da Índia que consumiam 14% das exportações africanas no ano 2000 e hoje consomem 27%, igual à Europa e aos Estados Unidos, que são velhos parceiros comerciais do continente africano. Na direção inversa, as exportações asiáticas para a África vêm crescendo a uma taxa média de 18% ao ano, junto com os investimentos diretos chineses e indianos, sobretudo em energia, minérios e infraestrutura. Neste momento, existem cerca de oitocentas empresas, e 80 mil trabalhadores chineses na África com uma estratégia conjunta de desembarque econômico no continente, como acontece também, em menor escala, com o governo e os capitais privados indianos. Nesse sentido, não cabe mais dúvida, devido ao volume e à velocidade dos acontecimentos: a África é o hoje, o grande espaço de acumulação primitiva asiática e uma das principais fronteiras de expansão econômica e política da China e da Índia. Ao mesmo tempo, porém, não há o menor sinal de que os Estados Unidos e a União Europeia estejam dispostos a abandonar suas posições estratégicas, conquistadas e controladas dentro desse mesmo território econômico africano.

Após frustrada “intervenção humanitária” dos Estados Unidos na Somália, em 1993, o presidente Bill Clinton visitou o continente e definiu uma estratégia de “baixo teor” para a África: democracia e crescimento econômico por meio da globalização dos seus mercados nacionais. Depois de 2001, no entanto, os Estados Unidos mudaram radicalmente sua política africana em nome do combate ao terrorismo e da proteção dos seus interesses energéticos, sobretudo na região do chifre da África e do Golfo da Guiné, que até 2015 deverá fornecer 25% das importações norte-americanas de petróleo. Faz pouco tempo, os Estados Unidos criaram um novo comando estratégico regional no nordeste africano e, neste momento, estão instalando as bases de apoio de sua mais recente iniciativa militar no continente: a criação do U. S. Africa Command (Africom), que, segundo o jornal inglês *Financial Times*, “marca o início de uma nova era de engajamento, sem precedente,

da Marinha norte-americana na costa oeste da África”<sup>2</sup>. Esse aumento da presença militar norte-americana, entretanto, não é um fenômeno isolado, porque a União Europeia e a Grã-Bretanha, em particular, têm dedicado atenção cada vez maior à África. A Rússia, por sua vez, acaba de assinar um acordo econômico e militar com a Líbia, e logo em seguida assinará outro com a Nigéria, envolvendo venda de armas e dois projetos bilionários de suprimento de gás para a Europa por meio da Itália e do deserto do Saara, num jogo de xadrez que se complicou ainda mais nos últimos dias com a descoberta de um carregamento de armas chinesas enviadas para o governo de Robert Mugabe, no Zimbábue, pela África do Sul, e com o apoio do governo sul-africano de Thabo Mbeki, segundo denúncia do líder da oposição no Zimbábue, Morgan Tsvangirai.

Esse quadro fica ainda mais crítico quando se percebe que tudo isso está acontecendo no momento em que o sistema mundial ingressa numa nova corrida imperialista entre suas grandes potências, como aconteceu com o primeiro colonialismo europeu que começou com a conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415, estendendo-se em seguida pela costa africana e transformando sua população negra na principal *commodity* da economia mundial, no início da globalização capitalista. Depois, de novo, na Era dos Impérios, no final do século XIX, as potências europeias conquistaram e submeteram – em poucos anos – todo o continente africano, com exceção da Etiópia. E agora, neste início de século XXI, tudo indica que a África será, pela terceira vez, o espaço privilegiado da competição imperialista que está recém-começando. A menos que exista um Deus, que seja africano.

Abril de 2008

---

<sup>2</sup> Extraído de texto publicado no jornal *Financial Times*, 15 abr. 2008.

## 2.25

### ESTADOS UNIDOS E CUBA<sup>1</sup>

Foi logo depois da conquista da Flórida, em 1819. Os Estados Unidos só tinham quarenta anos de idade e seu território não ia além do rio Mississippi. James Monroe era o presidente do país, mas foi seu secretário de Estado, John Quincy Adams, quem falou pela primeira vez da atração norte-americana por Cuba, quando disse numa reunião ministerial do governo Monroe que:

existem leis na vida política que são iguais às da física gravitacional: e, por isso, se uma maçã for arrancada de sua árvore pela tempestade, não terá outra escolha senão cair no chão; da mesma forma que Cuba, quando se separar da Espanha, não terá alternativa senão gravitar na direção dos Estados Unidos. Por esta mesma lei da natureza, os americanos não poderão afastá-la do seu peito.<sup>2</sup>

Naquele momento, o desejo de Quincy Adams ainda não era conquistar a ilha; era preservá-la. Por isso, deu ordem ao seu embaixador em Madri para que comunicasse ao governo espanhol a “repugnância americana a qualquer tipo de transferência de Cuba para as mãos de outra potência”.

Em 1819, a capacidade estado-unidense de projetar seu poder para fora de suas fronteiras nacionais ainda era muito pequena, mas a declaração de Quincy Adams explicitou um desejo e antecipou um projeto que se realizaria plenamente a partir de 1890. Logo no início da década, o almirante Alfred Thayer Mahan publicou um livro clássico<sup>3</sup> que exerceu imensa influência sobre a elite dirigente

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título “Cuba”, *Valor Econômico*, São Paulo, 27 fev. 2008.

<sup>2</sup> Worthington Chauncey Ford (org.), *Writings of John Quincy Adams* (Nova York, MacMillan, 1913), v. 7, p. 372-3.

<sup>3</sup> Alfred Thayer Mahan, *The Influence of Sea Power upon History: 1660-1783* (1890) (Nova York, Dover, 1987).

norte-americana sobre a importância do poder naval, das ilhas do Caribe e do Pacífico para o controle dos oceanos e a expansão das grandes potências. Em seguida, os Estados Unidos anexaram o Havaí em 1897 e venceram a Guerra Hispano-Americana em 1898, conquistando Cuba, Filipinas e algumas outras ilhas caribenhas, onde estabeleceram um sistema de protetorados, como forma de governo compartilhado desses territórios. Logo depois da sua vitória contra a Espanha, o presidente William McKinley repetiu, frente ao Congresso norte-americano, em dezembro de 1898, a velha tese de Quincy Adams: “A nova Cuba precisa estar ligada a nós, americanos, por laços de particular intimidade e força, para assegurar de forma duradoura seu bem-estar”<sup>4</sup>. E foi isso que aconteceu: os cubanos aprovaram sua primeira Constituição independente em 1902, mas tiveram que anexar ao texto uma lei aprovada pelo Congresso norte-americano e imposta aos cubanos em 1901 – o Platt Amendment – que definia os limites e as condições de exercício da independência dos islenhos. Os Estados Unidos mantinham sob seu controle a política externa e a política econômica de Cuba, e assegurava o direito de intervenção dos norte-americanos na ilha em “caso de ameaça à vida, à propriedade e à liberdade individual dos cubanos”<sup>5</sup>. Em 1934, a Emenda Platt foi abolida e substituída por um novo tratado entre os dois países, o que assegurou o controle norte-americano da base naval de Guantánamo e garantiu a tutela dos Estados Unidos sobre o longo período de poder de Fulgencio Batista, que assumiu o governo de Cuba em 1933 a bordo de um cruzador norte-americano e governou Cuba de forma direta ou indireta até 1959.

Após a Revolução Cubana de 1959, entretanto, a ilha deixou de ser a maçã de Quincy Adams sem deixar de ser o objeto de desejo dos norte-americanos. O novo governo revolucionário assumiu o comando da economia e da política externa, e provocou a reação imediata e violenta dos Estados Unidos. Primeiro foi o embargo econômico, imposto pela administração Eisenhower em 1960; logo depois, a ruptura das relações diplomáticas em 1961. Em seguida, foi a administração Kennedy que promoveu e apoiou a frustrada invasão à Baía dos Porcos, a expulsão cubana da Organização dos Estados Americanos e vários atentados contra dirigentes cubanos. No início, os Estados Unidos justificaram sua reação como

<sup>4</sup> Julius William Pratt, *History of United States Foreign Policy* (Nova Jersey, Prentice Hall, 1955), p. 414.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 415.

defesa das propriedades norte-americanas expropriadas pelo governo cubano em 1960 e como contenção da ameaça comunista situada a 145 quilômetros do seu território. No entanto, após 1991 e o fim da União Soviética e da Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram e ampliaram sua ofensiva contra Cuba, agora em nome da democracia, apesar de manterem relações amistosas com o Vietnã e com a China. No auge da crise econômica provocada pelo fim de suas relações preferenciais com a economia soviética entre 1989 e 1993, os governos de George Bush e Bill Clinton tentaram um xeque-mate contra Cuba, proibindo as empresas transnacionais norte-americanas, instaladas no exterior, de negociarem com os cubanos, e depois, impondo penalidades, às empresas estrangeiras que tivessem negócios com a ilha, por meio da Lei Helms-Burton, de 1996.

Essa atração precoce e obsessão permanente dos Estados Unidos não autorizam grandes ilusões nesse momento de mudanças nos dois países. Do ponto de vista americano, Cuba lhes pertence e está incluída na sua “zona de segurança”. Além disso, aos seus olhos, a posição soberana dos cubanos transforma a ilha num aliado potencial dos países que se propõem a exercer influência no continente americano de forma competitiva com os Estados Unidos. Por fim, Cuba já se transformou num símbolo e numa resistência que é intolerável por si mesma para seus vizinhos norte-americanos. Assim, o objetivo principal dos Estados Unidos, em qualquer negociação futura, será sempre o de fragilizar e destruir o núcleo duro do poder cubano. Por sua vez, Cuba não tem como abrir mão do poder que acumulou a partir de sua posição defensiva e de sua resistência vitoriosa. A hipótese de uma “saída chinesa” para Cuba é improvável, porque trata-se de um país pequeno, com baixa densidade demográfica e com uma economia que não dispõe da massa crítica indispensável para uma relação complementar e competitiva com os norte-americanos. Por isso, apesar da mobilização internacional a favor de mudanças nas relações entre os dois países, o mais provável é que os Estados Unidos mantenham sua obsessão de punir e enquadrar Cuba, e que Cuba se mantenha na defensiva e lutando contra a lei da “gravidade caribenha”, formulada por John Quincy Adams em 1819.

Fevereiro de 2008

## 2.26

### MONROE E GARRINCHA

Em agosto de 1823, o ministro de relações exteriores da Inglaterra, George Canning, propôs ao embaixador dos Estados Unidos em Londres, Richard Rush, uma declaração conjunta contra qualquer intervenção externa na América Latina. O presidente James Monroe, apoiado em seu secretário de Estado, John Quincy Adams, declinou o convite inglês. No entanto, três meses depois, o próprio Monroe propôs ao Congresso de seu país uma doutrina estratégica nacional quase idêntica à da proposta inglesa. Foi assim que nasceu a Doutrina Monroe, no dia 2 de dezembro de 1823. Como era de se esperar, os europeus consideraram a proposta de Monroe impertinente e sem importância, partindo de um Estado que ainda era irrelevante no contexto internacional. E tinham razão: basta registrar que os Estados Unidos só reconheceram as primeiras independências latino-americanas depois de receber o aval de Inglaterra, França e Rússia, e, mesmo depois do discurso de Monroe, se recusaram a atender ao pedido de intervenção dos governos independentes de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Por isso, muito cedo os europeus e os próprios latino-americanos compreenderam que a Doutrina Monroe havia sido concebida e seria sustentada durante quase todo o século XIX pela força da Marinha e dos capitais ingleses, passando de fato para as mãos norte-americanas no início do século XX. Até lá, a América Latina foi uma espécie de protetorado inglês, e os Estados Unidos restringiram sua ação militar ao seu território mais próximo, e, mesmo assim, quando contaram com o apoio ou com a neutralidade inglesa – pelo menos até a Guerra Hispano-Americana em 1898, quando os Estados Unidos conquistaram Cuba e as Filipinas, logo antes do presidente republicano Theodore Roosevelt propor uma mudança essencial na Doutrina Monroe, em dezembro de 1904.

O “corolário Roosevelt da Doutrina Monroe” ficou conhecido por sua defesa do direito de intervenção dos Estados Unidos nos Estados americanos “incapazes”



de manter sua ordem interna e de cumprir com seus compromissos financeiros internacionais. Já não se tratava, portanto, de uma estratégia de defesa contra inimigos externos, como se pode ver numa carta enviada por Roosevelt ao seu secretário de Estado em maio de 1904:

Qualquer país ou povo que se comporte bem pode contar com nossa amizade cordial. Se a nação demonstra que ela sabe agir com razoável eficiência e decência nos assuntos sociais e políticos, se ela sabe manter a ordem e paga suas dívidas, ela não precisa ter medo da interferência dos Estados Unidos. Um mau comportamento crônico ou uma impotência que resulte no afrouxamento dos laços de civilidade social podem requerer, na América ou em qualquer outro lugar do mundo, a intervenção de alguma nação civilizada e, no caso do hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos a exercerem um poder policial internacional.<sup>1</sup>

Entre 1900 e 1914, a nova doutrina legitimou a intervenção externa dos Estados Unidos e a criação de uma série de protetorados militares e financeiros dos Estados Unidos na República Dominicana, no Haiti, na Nicarágua, no Panamá e em Cuba. Na sua nova condição, esses países mantinham sua administração interna, mas não controlavam sua política externa nem sua política econômica, e os Estados Unidos mantinham o direito de “reentrada” em caso de desordens sociais ou políticas. Foi nesse momento, aliás, que os Estados Unidos assumiram, pela primeira vez, o papel de polícia internacional, transformando o Caribe num “mar interior”.

Alguns anos depois, em 1914, no início da administração de Woodrow Wilson, o novo presidente democrata agregou um novo item à política latino-americana dos Estados Unidos com uma simples frase de efeito, dita para um interlocutor inglês: “Eu vou ensinar essas repúblicas sul-americanas a elegerem homens bons”<sup>2</sup>. Com esse objetivo, o presidente completou o desenho da estratégia continental dos Estados Unidos no século XX, baseada em três direitos de intervenção – autoatribuídos – em qualquer território do “hemisfério ocidental”: i) em caso de “ameaça externa”; ii) em caso de “desordem econômica”; e, iii) em caso de “ameaça à boa

<sup>1</sup> Julius William Pratt, *History of United States Foreign Policy* (Nova Jersey, Prentice Hall, 1955), p. 417.

<sup>2</sup> Ibidem. p. 423.

democracia”. No período da Guerra Fria, os Estados Unidos patrocinaram em todo o continente guerras civis, intervenções militares e regimes ditatoriais contra um suposto “inimigo externo”. Depois do fim da Guerra Fria, patrocinaram nos mesmos países intervenções financeiras e reformas econômicas neoliberais, para combater uma suposta “desordem econômica interna” e garantir o cumprimento dos compromissos financeiros internacionais da América Latina. E, finalmente, a partir de 2001, os Estados Unidos incentivam forças e opinião pública contra os governos “populistas autoritários” latino-americanos que seriam – para eles – uma ameaça à democracia.

Agora, bem: as eleições presidenciais de 2008 já fazem parte de um processo de realinhamento da estratégia internacional dos Estados Unidos. Esse processo deverá levar alguns anos, mas é muito pouco provável que os Estados Unidos abram mão dos três “direitos de intervenção” que orientaram sua política hemisférica durante o século XX. Assim mesmo, neste início de século XXI, a “globalização” do sistema interestatal e a acelerada expansão político-econômica da Ásia criaram uma pressão competitiva global que já envolve quase todos os Estados-economias nacionais do mundo. Por isso, a América Latina está sendo obrigada a mudar sua inserção internacional e a deixar para trás sua longa “adolescência assistida” dentro da geopolítica e da economia do sistema mundial. Nessa nova situação, vale refletir sobre uma velha anedota futebolística e seu ensinamento universal: a célebre indagação de Garrincha após ouvir as orientações do técnico Vicente Feola, antes do jogo contra a União Soviética, na Copa de 1958 na Suécia: “O senhor já combinou com o adversário para deixar a gente fazer tudo isso?”. Garrincha sabia que no futebol não há como combinar com o adversário. Da mesma forma que na luta pelo poder e pela riqueza internacionais, em que só existe um jeito de ganhar o “jogo”: antecipando-se às intenções e impondo sua própria estratégia aos concorrentes e adversários.

Janeiro de 2008

## 2.27

### ESCOPETA NÃO É CHOCALHO

*Pode-se perguntar por que um Estado mais forte desejaria atacar um mais fraco, mas certamente esse não é o ponto. O fato decisivo é que, no nível interestatal, a unidade maior pode atacar os grupos mais fracos. Como não há quem possa impedir esses ataques, os grupos humanos mais fracos vivem em contínuo e inevitável estado de insegurança.*

Norbert Elias, *Envolvimento e alienação*  
(Rio de Janeiro, Bertrand, 1990), p. 214.

A reativação da IV Frota Naval dos Estados Unidos na zona do Atlântico sul provocará uma mudança radical e permanente nas relações militares dos Estados Unidos com a América Latina. Foi por isso que surpreenderam tanto as primeiras explicações norte-americanas a respeito da reativação da sua Frota – criada em 1943 e desmantelada em 1950 – que teria sido uma simples decisão “administrativa”, tomada com objetivos “pacíficos, humanitários e ecológicos”. A mentira não é um pecado grave no campo das relações internacionais; pelo contrário, mentir ou dizer meias-verdades com competência foi sempre uma arte e uma virtude essenciais da diplomacia entre as nações. Portanto, não foi isso o que chamou a atenção na declaração das autoridades estado-unidenses; foi seu desrespeito à inteligência dos interlocutores e seu deboche com relação à impotência dos governos afetados pela sua decisão, mesmo quando se falasse também da necessidade de “combater a pirataria, o tráfico de drogas, de pessoas e de armas” sem explicar, ao mesmo tempo, porque que a IV Frota não foi reativada durante a Guerra Fria, ou mesmo depois da Revolução Cubana e da Crise dos Foguetes de 1962, quando o “fluxo ilegal de armas e pessoas” e o “tráfico de drogas” era igual ou maior do que hoje. Por isso, tiveram grande repercussão as declarações “corretivas” das autoridades navais dos Estados Unidos, feitas na Base Naval Mayport, na Flórida, no dia 11 de julho de

2008. Em particular, o discurso inaugural do almirante Gary Roughead, chefe de Operações Navais da Marinha norte-americana, que redefiniu o objetivo principal da nova Frota, destinada a “proteger os mares da região daqueles que ameaçam o fluxo livre do comércio internacional”, ao mesmo tempo que advertia aos desavisados que “ninguém deve se enganar, porque esta frota estará pronta para qualquer operação, a qualquer hora e em qualquer lugar, num máximo de 24 a 48 horas”.

Com respeito à proteção do comércio marítimo, todos os especialistas sabem que só tem capacidade de proteger o livre fluxo do comércio mundial quem também tem a capacidade de interrompê-lo. Ou seja, quem tem poder para proteger também tem poder de excluir concorrentes, se for o caso, quando se acirra a competição entre os Estados e os capitais privados, como está acontecendo neste início de século XXI. Após quase uma década de crescimento contínuo e acelerado, a economia mundial enfrenta neste momento uma disparada dos preços, da especulação e da escassez de algumas *commodities* fundamentais, como é o caso do petróleo, dos alimentos e dos minerais estratégicos. Além disso, neste momento já está em curso uma nova corrida imperialista entre as grandes potências, que lutam por sua segurança energética e alimentar, exatamente como aconteceu no final do século XIX e no início do século XX. Uma competição que já chegou à África e deverá atingir a América Latina de forma ainda mais intensa, graças aos seus recursos energéticos, às suas grandes reservas minerais e hídricas e à sua imensa capacidade de produção alimentar, muito superior à da África, em particular no caso do Brasil, que deverá ser, em breve, o maior exportador mundial de alimentos e um dos grandes exportadores de petróleo, além de ser o principal proprietário das águas e da biodiversidade amazônica. Existe, no entanto, um agravante no caso brasileiro, do ponto de vista das autoridades norte-americanas: o fato de ser o país que está liderando os processos de criação da Unasul e do Conselho Sul-Americano de Defesa, organizações que excluem os Estados Unidos e esvaziam o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a Junta Interamericana de Defesa, que são controlados pelos norte-americanos.

Essa história, entretanto, traz uma lição importante para o futuro da América Latina, e do Brasil em particular. Faz um século, mais ou menos, o almirante e geopolítico Alfred Mahan se notabilizou pela sua defesa militante da ideia de que os Estados Unidos jamais seriam uma grande potência, apoiando-se apenas no seu desenvolvimento econômico. Para ter estatuto internacional, precisariam de uma esquadra naval capaz de projetar o poder norte-americano ao redor do mundo,

como havia feito a Inglaterra no século XIX<sup>1</sup>. O almirante Mahan exerceu grande influência pessoal sobre o presidente Theodore Roosevelt logo no início do século XX, e depois se transformou no maior símbolo do poder naval norte-americano de todos os tempos. Com razão, porque menos de meio século depois da sua morte, os Estados Unidos já eram o maior poder naval da história da humanidade, controlando todos os mares e oceanos do mundo com suas sete frotas navais. Neste momento, os Estados Unidos acabam de reativar sua IV Frota Naval, mas poderão criar muitas outras, se quiserem, sem ferir o Direito Internacional, sem precisar utilizar as águas soberanas de outros Estados e sem precisar dar explicações a ninguém, obedecendo apenas aos seus cálculos estratégicos e ao seu poder de construir e distribuir navios militares ao redor do mundo, como havia proposto Alfred Mahan. Segundo o sociólogo alemão Norbert Elias, a dura verdade é que:

se algum Estado for mais forte ou se acreditar mais forte que seus vizinhos, sempre haverá a possibilidade de que tente obter vantagens, o que pode ocorrer de diversas formas, hostilizando-os, fazendo exigências ou invadindo-os e anexando-os [...] e só existe uma possibilidade de um Estado com maior potencial de violência ser impedido de explorar ao máximo sua porção de poder relativo: ele só pode ser reprimido por outro Estado equivalentemente forte ou por um grupo de Estados que consigam controlar as rivalidades entre si em grau suficiente para favorecer seu potencial combinado de poder.<sup>2</sup>

Julho de 2008

<sup>1</sup> Alfred Thayer Mahan, *The Influence of Sea Power upon History: 1660-1783* (1890) (Nova York, Dover, 1987).

<sup>2</sup> Norbert Elias, *Envolvimento e alienação* (Rio de Janeiro, Bertrand, 1990), p. 213-4.

## 2.28

### LITURGIA E ESTRATÉGIA

*O assunto que será mais discutido entre os dois países pode não ser a energia, o meio ambiente ou a segurança, e sim a guarda de um menino de oito anos.*

*Washington Post, 13 mar. 2009.*

A reunião dos presidentes Obama e Lula na hora da sesta de um sábado de inverno na 1600 Pennsylvania Avenue, em Washington, foi uma cerimônia litúrgica com temas aleatórios, propostas inócuas e encenações simbólicas. Como no caso das duas reuniões anteriores com os primeiros-ministros Taro Aso, do Japão, e Gordon Brown, da Grã-Bretanha, ocasião em que foram confirmadas as velhas alianças preferenciais ou imperiais dos Estados Unidos na Ásia, na Europa e na América Latina. Não há nenhuma surpresa ou novidade nesse assunto: o Brasil, por exemplo, depois da reunião manteve a mesma posição que já tinha desde a administração Truman até os governos de Clinton e Bush. As próximas reuniões ficarão mais difíceis devido à radicalização fundamentalista do Estado de Israel, o esfriamento das relações com a Arábia Saudita e o esfacelamento do poder no Paquistão. Seja como for, a escolha dos convidados e a ordem das reuniões será sempre um gesto simbólico e uma decisão exclusiva do governo norte-americano. Isso, no entanto, não condena os convidados ao imobilismo, porque fora da Casa Branca o mundo segue girando e mudando de forma cada vez mais surpreendente. Na mesma semana da reunião brasileira, o encontro do G20, na Grã-Bretanha, consagrou o fim da ordem econômica conservadora instaurada pelas reformas liberais da década de 1980, e a vitória eleitoral do candidato presidencial da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) nas eleições presidenciais de El Salvador consagrou o fim de uma era geopolítica que começou na América Central, com a intervenção do governo norte-americano em Nicarágua, Honduras e El Salvador,

agora governados pelas forças políticas que foram derrotadas durante a “segunda guerra fria” da administração Reagan, na mesma década de 1980.

A história das relações dos Estados Unidos com a América Latina é muito conhecida. No entanto, é importante lembrar que nunca existiu dentro do continente latino-americano uma disputa hegemônica entre seus próprios Estados nacionais. Depois da sua independência, a América Latina esteve sob a tutela anglo-saxônica da Grã-Bretanha até o fim do século XIX e dos Estados Unidos até o início do século XXI. Nestes dois séculos de vida independente, as lutas políticas e territoriais da América Latina não atingiram a intensidade nem tiveram os mesmos efeitos que na Europa depois do século XVI. Tampouco se formou no continente um sistema integrado e competitivo de Estados e economias nacionais como viria a ocorrer na Ásia depois da sua descolonização. Por isso, os Estados latino-americanos ficaram à margem das grandes disputas geopolíticas do sistema mundial, e, do ponto de vista econômico, sempre funcionaram como territórios de experimentação das estratégias econômicas internacionais do “imperialismo de livre-comércio” liderado pelos países anglo-saxões. Depois da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, a América Latina se alinhou ao lado dos Estados Unidos, com exceção de Cuba, depois de 1961, mas isso não impediu as sucessivas intervenções dos Estados Unidos na vida política interna dos Estados latinos. Da mesma forma, depois da Guerra Fria a maioria dos governos da região aderiu às políticas e reformas neoliberais preconizadas pelo governo norte-americano. A partir de 2001, no entanto, esse quadro foi sendo alterado de forma progressiva pela força do voto, e de modo independente da política externa norte-americana. Assim, um depois do outro, todos os governos progressistas que foram eleitos de norte a sul do continente vêm propondo uma revisão das relações e da posição da América Latina dentro do espaço imediato do poder global dos Estados Unidos.

Os novos governos contaram, num primeiro momento, com os ventos favoráveis do ciclo de crescimento da economia mundial até 2008, e agora enfrentam em conjunto o efeito desaglutinador da crise econômica mundial, por isso o que se deve prever para o período de crise é uma pressão econômica e política cada vez maior, de fora e de dentro da própria região. Já não há possibilidade de escapar da pressão competitiva mundial, e isso acelera a formação objetiva e incontornável de um subsistema estatal no continente latino-americano, potenciando o poder interno e externo dos seus Estados. No entanto, o futuro das relações da América

Latina com os Estados Unidos segue sendo uma incógnita e um desafio que dependerão decisivamente da condução estratégica da política externa brasileira. O pano de fundo é conhecido: depois da Guerra do Paraguai, o Brasil se transformou num Estado sem características expansivas, que jamais disputou a hegemonia latino-americana com a Grã-Bretanha ou com os Estados Unidos. Durante todo o século XX, sua posição dentro do continente foi a de sócio menor e auxiliar da hegemonia continental norte-americana. Na década de 1970, o governo militar do general Geisel se propôs a um projeto de potência intermediária, aprofundando a estratégia econômica desenvolvimentista, rompendo um acordo militar com os Estados Unidos, ampliando suas relações afro-asiáticas e assinando um acordo atômico com a Alemanha. A crise econômica e o fim do regime militar desativaram esse projeto que foi arquivado nos anos 1990, quando o Brasil voltou a se alinhar com os Estados Unidos e sua proposta de criação da Alca. Depois de 2002, a política externa do Brasil mudou de rumo e assumiu uma postura mais afirmativa dos interesses e da liderança internacional do país, mas, para seguir nessa direção de forma vitoriosa e expandir seu poder internacional, o Brasil terá que vencer pesadas resistências internas e refazer sua estratégia econômica. Além disso, terá que sustentar, por um longo período de tempo, uma estratégia internacional de “crescimento e libertação”, cooperação e competição com os norte-americanos. Porque não há como se enganar: em médio prazo, a disputa estratégica do Brasil pela hegemonia regional será contra os Estados Unidos, seu principal “sócio-tutor”, durante todo o século XX e início do século XXI.

Março de 2009



## 2.29

### CALEIDOSCÓPIO MUNDIAL

Durante a primeira década do século XXI, o Brasil conquistou razoável grau de liberdade para poder definir autonomamente sua estratégia de desenvolvimento e de inserção internacional num mundo em plena transformação. O sistema mundial saiu da crise econômica de 2008 dividido em três blocos cada vez mais distantes do ponto de vista de suas políticas e da sua velocidade de recuperação: os Estados Unidos, a União Europeia e as grandes economias nacionais emergentes, entre as quais se inclui o Brasil. No entanto, do ponto de vista geopolítico o sistema mundial ainda segue vivendo uma difícil transição – depois do fim da Guerra Fria – de volta ao seu padrão de funcionamento original. Desde o início do século XIX, o sistema interestatal capitalista se expandiu liderado pela Grã-Bretanha e por mais algumas potências europeias, cujas competição e expansão coletivas foram abrindo portas para o surgimento de novos poderes imperiais, como foi o caso da Prússia e da Rússia, num primeiro momento, e de Alemanha, Estados Unidos e Japão, meio século mais tarde. Da mesma forma como aconteceu depois da crise americana da década de 1970.

Após a derrota do Vietnã e a reaproximação com a China, entre 1971 e 1973, o poder norte-americano cresceu de forma contínua, construindo uma extensa rede de alianças e uma infraestrutura militar global que lhe permite até hoje o controle quase monopólico naval, aéreo e espacial de todo o mundo. Ao mesmo tempo, porém, essa expansão do poder estado-unidense contribuiu para a ressurreição militar da Alemanha e do Japão, e para a autonomização e fortalecimento de China, Índia, Irã e Turquia, além do retorno da Rússia ao grande jogo da Ásia Central e do Oriente Médio. Os reveses militares dos Estados Unidos na primeira década do século desaceleraram seu projeto imperial, mas uma coisa é certa: os Estados Unidos não abdicarão voluntariamente do poder global que já conquistaram e não renunciarão à sua expansão contínua no futuro. Qualquer possibilidade de limitação desse poder só poderá vir do aumento da capacidade conjunta de resistência das novas potências.

Entretanto, após o fim do sistema de Bretton Woods entre 1971 e 1973, a economia norte-americana cresceu de forma quase contínua até o início do século XXI. Ao associar-se à economia chinesa, a estratégia do país diminuiu a importância relativa da Alemanha e do Japão para sua “máquina de acumulação”, em escala global. Ao mesmo tempo, contribuiu para transformar a Ásia no principal centro de acumulação capitalista do mundo, tornando a China uma economia nacional com enorme poder de gravitação sobre toda a economia mundial.

Essa nova geometria política e econômica do sistema mundial se consolidou na primeira década do século XXI e deve se manter nos próximos anos. Os Estados Unidos manterão sua centralidade dentro do sistema como única potência capaz de intervir em todos os tabuleiros geopolíticos do mundo e que emite a moeda de referência internacional. Desunida, a União Europeia terá papel secundário como coadjuvante dos Estados Unidos, sobretudo se a Rússia e a Turquia aceitarem participar do “escudo europeu antimísseis” a convite dos Estados Unidos e da Otan. Nesse novo contexto internacional, Índia, Brasil, Turquia, Irã, África do Sul e talvez Indonésia deverão aumentar seu poder regional e global em escalas diferentes, mas ainda não terão por muito tempo capacidade de projetar seu poder militar além das suas fronteiras regionais.

De qualquer forma, três coisas podem ser ditas com bastante certeza neste início da segunda década do século XXI:

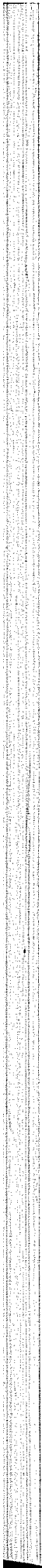
i) não existe nenhuma lei que defina a sucessão obrigatória e a data do fim da supremacia norte-americana, mas é absolutamente certo que a simples ultrapassagem econômica dos Estados Unidos não transformará automaticamente a China numa potência global, muito menos em líder do sistema mundial;

ii) terminou definitivamente o tempo dos pequenos países conquistadores. O futuro do sistema mundial envolverá, daqui para frente, uma espécie de guerra de posições permanente entre grandes países continentais, como é o caso pioneiro dos Estados Unidos, e agora também de China, Rússia, Índia e Brasil. Nessa disputa, os Estados Unidos já ocupam o epicentro do sistema mundial, mas, mesmo antes que os outros quatro países adquiram a capacidade militar e financeira indispensável à condição de potência global, eles já controlam em conjunto cerca de um terço do território e quase metade da população mundial;

iii) e, por fim, a definição da estratégia internacional do Brasil não depende da “taxa de declínio” dos Estados Unidos, mas não pode desconhecer a existência do poder norte-americano. Assim mesmo, gostem ou não os conservadores, o Brasil já entrou no grupo dos Estados e das economias nacionais que fazem parte do caleidoscópio central do sistema no qual todos competem com todos, e todas as alianças são possíveis em função dos objetivos estratégicos do país.

Dezembro de 2010

# GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA



### 3.1

## GEOPOLÍTICA E CLASSES SOCIAIS

Não há nenhuma evidência histórica de que exista uma relação necessária e monogâmica entre determinadas estratégias internacionais de poder e algum Estado, regime político ou modo de produção particular, tampouco com alguma religião, fase do capitalismo ou classe social específica. Por isso, não é possível deduzir uma política internacional de um catálogo genérico dos interesses ou coalizões de classe, nem se pode atribuir – de forma necessária e permanente – uma política econômica ortodoxa ou heterodoxa a alguma classe ou fração de classe exclusiva. Tudo dependerá, nos dois casos, das circunstâncias históricas, políticas e geopolíticas específicas de cada país.

O sociólogo e economista austríaco Karl Polanyi (1886-1964) foi quem propôs, talvez em 1944, a tese mais original e instigante sobre a existência de uma “regularidade variável” e de longo prazo, na história do sistema interestatal e do capitalismo, entre as estratégias internacionais dos países e suas políticas econômicas e sociais, ou, de forma mais ampla, entre sua geopolítica e suas classes sociais. Resumindo o argumento: Karl Polanyi identifica a recorrência de um duplo movimento na história do capitalismo, que seria resultado da ação permanente e contraditória de dois princípios organizadores das economias e sociedades de mercado, cada um deles apontando para objetivos diferentes: um seria o princípio do liberalismo econômico, que propõe desde as origens do sistema a globalização ou universalização dos mercados autorregulados, por meio da defesa permanente do *laissez-faire* e do livre comércio; o outro seria o princípio da “autoproteção social”, uma reação defensiva que se articula historicamente não em torno de interesses de classes particulares, mas em torno da defesa das “substâncias sociais ameaçadas pelos mercados”<sup>1</sup>. Esse princípio de autoproteção social tenderia a se manifestar de duas maneiras diferentes:

---

<sup>1</sup> Karl Polanyi, *A grande transformação* (1944) (Rio de Janeiro, Campus, 1980), p. 164.

i) dentro de cada país, por meio de várias formas de luta, mobilização e democratização política e social, e de construção de redes igualitárias de proteção coletiva das suas populações;

ii) dentro do sistema internacional, por uma reação defensivo-ofensiva dos Estados que decidem proteger seus sistemas econômicos nacionais, frente a situações de crise e de aumento da competição e da belicosidade do sistema interestatal.

No caso dos países europeus, esses dois movimentos de autoproteção social e internacional convergiram, na maioria dos casos, graças à natureza secular extremamente competitiva e bélica do seu sistema político. No entanto, o mesmo também ocorreu na luta anticolonialista de alguns países asiáticos, em que o sentimento de identidade e mobilização nacional cumpriu papel decisivo na soldagem de uma comunidade de interesses frente a um tipo de desafio externo que diluiu as fronteiras de classe e estimulou várias formas e políticas de proteção e fortalecimento nacional, e de solidariedade e igualdade social. Nesses casos, pode-se dizer que ocorreu uma espécie de renacionalização das burguesias locais, e maior identificação de suas elites com seus territórios, suas populações e suas economias nacionais. Foi, sobretudo, sob essas situações e circunstâncias que se formaram os grandes consensos e as coalizões de poder responsáveis pelo sucesso econômico e internacional das potências europeias e asiáticas. Por fim, pode-se dizer a partir da tese central de Polanyi que não existem proprietários das ideias, das políticas e das estratégias; a história ensina que uma mesma ideia ou estratégia pode ser apoiada por diferentes coalizões de poder, em diferentes momentos e países, dependendo do contexto internacional.

Na segunda década do século XXI, o contexto mundial de crise e o aumento da belicosidade e da competitividade internacional estão anunciando – uma vez mais – o surgimento de condições externas favoráveis a uma nova era de convergência entre as políticas de autoproteção social e nacional, dentro dos países situados nos escalões inferiores do sistema interestatal capitalista. Segundo Polanyi, como vimos, é nessas conjunturas que se abrem as portas para a formação dos consensos e das coalizões de poder capazes de questionar as assimetrias de poder e riqueza internacionais, e com força para sustentar políticas nacionais de crescimento e igualdade sociais aceleradas. No entanto, é também nestas horas de bifurcação que os países podem perder o bonde da história por longos períodos de tempo, caindo na vala comum

do desenvolvimentismo preguiçoso, perdido na teia repetitiva e sonolenta das diatribes macroeconômicas, e movidos pela força quase inercial de infinitos interesses coligados e satisfeitos, sem hegemonia e sem direção estatal claras por absoluta falta de ousadia internacional e de uma estratégia econômica e social coerente, expansiva e de longo prazo.

Agosto de 2013



## 3.2

### GEOPOLÍTICA E ÉTICA INTERNACIONAL

*Eu via no universo cristão uma leviandade com relação à guerra que teria deixado envergonhadas as próprias nações bárbaras.*

Hugo Grotius, *O direito da guerra e da paz*, 1625.

Por definição, todo poder territorial é limitado e expansivo. Envolve a existência de fronteiras e de algum tipo de inimigo externo ou bárbaro de quem se defender e a quem conquistar e civilizar. Por isso, os projetos expansivos de poder sempre se revestem de algum sentido de missão, e adotam algum sentido moral e messiânico. E toda conquista vitoriosa produz e impõe algum tipo de discurso e de ordem ética supranacional. Em muitos casos, esses poderes expansivos se associaram a religiões que se propunham a ajudar na conquista messiânica e na “conversão” dos povos bárbaros. O mesmo aconteceu com o colonialismo europeu, até o momento em que adotou a retórica laica e universalista do “direito natural” e, mais recentemente, dos “direitos humanos” e das “intervenções humanitárias”.

Na hora do nascimento dos atuais Estados europeus e do início de sua expansão conquistadora ao redor do mundo, o jurista holandês Hugo Grotius (1583-1645) – que foi um dos pais do direito internacional moderno – identificou a contradição fundamental do universalismo ético dos europeus. Grotius acreditava na existência do “direito natural, comum a todos os povos, tão imutável que não poderia ser mudado nem pelo próprio Deus”<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, porém, reconhecia que num sistema internacional formado por muitos Estados com identidades, culturas e interesses diferentes sempre existiriam muitas inocências subjetivas frente a uma mesma justiça objetiva. Sob essas circunstâncias, não haveria como arbitrar objetivamente quem teria razão, nem como decidir sobre a legitimidade

---

<sup>1</sup> Hugo Grotius, *O direito da guerra e da paz* (Ijuí, Unijuí, 2005), p. 81.

de uma guerra declarada entre dois povos que reivindicassem uma interpretação diferente dos mesmos fatos e direitos. Por isso, apesar de Grotius considerar que a segurança e a paz eram direitos inalienáveis de todos os homens e de todos os povos, também considerava que a guerra era um recurso inevitável num sistema político com muitos Estados competitivos entre si. Mesmo assim, Grotius nunca imaginou a possibilidade de uma guerra que tivesse como objetivo promover ou universalizar o próprio direito natural dos homens. Para ele, os direitos humanos e a fé religiosa eram uma conquista de cada homem e de cada povo em particular, e uma guerra feita em nome dos “direitos naturais” seria uma contradição em si mesma, ou uma “guerra de conversão”, como as Cruzadas, que ele abominava apesar de ser cristão fervoroso. Quase dois séculos depois, o filósofo iluminista alemão Immanuel Kant (1724-1804) reconheceu a existência dessa mesma contradição no caminho do seu projeto de paz perpétua universal. Kant, porém, acreditava na superioridade dos europeus e defendia sua missão civilizatória no mundo. Por isso, propunha seu projeto de paz, mas considerava que primeiro os europeus teriam que converter o resto do gênero humano à mesma ética internacional civilizada que eles haviam criado. Para Kant, portanto, “no grau de cultura em que ainda se encontra o gênero humano, a guerra é um meio inevitável para estender a civilização, e só depois que a cultura tiver se desenvolvido (Deus sabe quando) será saudável uma paz perpétua, e se tornará possível”<sup>2</sup>.

Neste início de século XXI, a contradição identificada por Grotius e Kant adquiriu muito mais força e extensão, com a multiplicação do número de estados do sistema mundial, e com o fim da bipolaridade ideológica da Guerra Fria. Depois de 1991, muitos acreditaram na vitória do “cosmopolitismo europeu”, mas já no início do século XXI, todos perceberam que o sistema mundial segue sendo o mesmo, só que ficou ainda mais complexo e heterogêneo, do ponto de vista ético, cultural e religioso. E tudo indica que neste novo universo ampliado e sem ameaça comunista, as grandes potências ocidentais decidiram transformar a questão do “respeito aos direitos humanos”, no novo grande princípio ético legitimador das suas velhas “guerras civilizatórias”. Chama a atenção, neste sentido, que todas estas guerras, das duas últimas décadas, tenham sido lideradas pelos mesmos países que compõem – simultaneamente – o “diretório militar” do mundo ocidental, e seu

<sup>2</sup> Immanuel Kant, *Filosofia de la historia* (Buenos Aires, Nova, s/d), p. 126.

pequeno “círculo de criadores da moral internacional”<sup>3</sup>: Estados Unidos, Inglaterra e França. Ou seja, contra toda boa norma jurídica, neste momento da história internacional, os mesmos três países que formulam a ética, os direitos e as regras são os que julgam, condenam e punem quem eles consideram culpado, o que em geral já está definido de antemão, com ou sem o consentimento do resto do “gênero humano” que ainda não foi “civilizado” e que não tem poder para dizer “basta!”.

Setembro de 2013

---

<sup>3</sup> Edward H. Carr, *The Twenty Years Crisis: 1919-1939* (Londres, Harper Collins, 2001).

### 3.3

## O PERIGO DAS UTOPIAS

Na segunda metade do século XX, em particular depois de 1968, tornou-se lugar comum a crítica dos “novos filósofos” europeus, que associavam a utopia socialista ao totalitarismo. No entanto, não se ouviu o mesmo tipo de reflexão após a década de 1980, quando a utopia liberal se tornou hegemônica e suas ideias tomaram conta do mundo acadêmico e político. Logo depois da Guerra Fria, Francis Fukuyama popularizou a utopia do “fim da história” e da vitória da “democracia, do mercado e da paz”. Apesar dos acontecimentos que seguiram, suas ideias seguem influenciando intelectuais e governantes, sobretudo na periferia do sistema mundial, basta ver a confusão causada pelo anúncio recente da decisão norte-americana de ampliar sua presença militar na América do Sul com a instalação ou ampliação de sete bases militares no território colombiano, que deverão servir de “ponto de apoio para transporte de cargas e soldados no continente e fora dele”<sup>1</sup>. O governo norte-americano justificou sua decisão com objetivos “de caráter humanitário e de combate ao narcotráfico”, mesma explicação dada pelo governo dos Estados Unidos em ocasião da reativação da sua IV Frota Naval na zona da América do Sul no ano de 2008: “Uma decisão administrativa, tomada com objetivos pacíficos, humanitários e ecológicos”<sup>2</sup>. Uma das funções dos diplomatas é participar desse jogo retórico que às vezes soa até um pouco divertido, e cabe aos jornalistas o acompanhamento desses debates sobre distâncias, raio de ação dos aviões, ameaça das drogas etc. Todavia, os intelectuais têm a obrigação de transcender esse mundo da retórica e dos números imediatos, e também o mundo das fantasias utópicas, o que às vezes não acontece – e não se trata, evidentemente, de um problema de ignorância. Pense-se, por exemplo, na utopia liberal do fim das guerras que já não

<sup>1</sup> Notícia veiculada no jornal *Folha de S.Paulo*, 5 ago. 2009.

<sup>2</sup> Notícia veiculada no jornal *Folha de S.Paulo*, 9 jul. 2008.

fariam mais sentido entre os grandes países, e contraponha-se essa tese à história passada e à história dos séculos XX e XXI.

Segundo a pesquisa e os dados do historiador e sociólogo norte-americano Charles Tilly,

[...] de 1480 a 1800, a cada dois ou três anos iniciou-se em algum lugar um novo conflito internacional expressivo; de 1800 a 1944, a cada um ou dois anos; a partir da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos, a cada quatorze meses. A era nuclear não diminuiu a tendência dos séculos antigos a guerras mais frequentes e mais mortíferas, [...] [aliás,] desde 1900, o mundo assistiu a 237 novas guerras, civis e internacionais, [...] [enquanto] o sangrento século XIX contou com 205 guerras.<sup>3</sup>

Mesmo na década de 1990, durante os oito anos da administração Clinton, que foi transformado na figura emblemática da vitória da democracia, do mercado e da paz, os Estados Unidos mantiveram um ativismo militar muito grande. Ao contrário da impressão generalizada, “os Estados Unidos se envolveram em 48 intervenções militares, muito mais do que em toda a Guerra Fria, período em que ocorreram 16 intervenções militares”<sup>4</sup>. Mais recentemente, os fracassos militares dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão, ao contrário do que dizem, aumentaram a presença militar dos Estados Unidos na Ásia Central e o cerco da Rússia e da China, envolvendo, portanto, preparação para a guerra entre três grandes potências. Em tudo isso, fica clara a dificuldade intelectual dos liberais de conviverem de forma inteligente com o fato de que as guerras são uma dimensão essencial e coconstitutiva do sistema mundial em que vivemos, e que, portanto, não é sensato pensar que desaparecerão. Ao contrário do que pensam os liberais, a associação entre a geopolítica do equilíbrio de poderes e as guerras não se restringe ao século XIX (isso já havia sido identificado na Grécia), e o sonho do governo mundial das grandes potências já existe pelo menos desde o Congresso de Viena, em 1815, sem que isso tenha impedido o aumento do número dos Estados e das guerras nacionais.

Nesse tipo de sistema mundial, porém, é muito difícil acreditar na possibilidade do fim do imperialismo, ainda menos neste início de século XXI, em que

<sup>3</sup> Charles Tilly, *Coerção, capital e Estados europeus* (São Paulo, Edusp, 1996), p. 123 e 131.

<sup>4</sup> Andrew J. Bacevich, *American Empire: the Realities and Consequences of U. S. Diplomacy* (Londres, Harvard University Press, 2002), p. 143.

as grandes potências, velhas e novas, se lançam sobre a África e sobre a América Latina, disputando palmo a palmo o controle monopólico dos seus mercados e das fontes de energia e matérias-primas estratégicas. Além disso, soa quase ingênua a crença liberal nos mercados abertos, num mundo em que todas as grandes potências impedem o acesso às tecnologias de ponta, não aceitam a venda de suas empresas estratégicas e protegem de forma cada vez mais sofisticada seus produtores industriais e seus mercados agrícolas. Neste ponto, chama a atenção a facilidade com que os economistas liberais confundem os mercados de petróleo, armas e moedas, por exemplo, com os mercados de chuchu, queijos e vinhos. Em tudo isso, o importante é que a utopia liberal também pode ter consequências nefastas, sobretudo para os países que não estão situados nos primeiros escalões da hierarquia de poder do sistema mundial. Se as utopias de esquerda levaram – em muitos casos – ao totalitarismo, a utopia liberal e sua permanente negação do papel do poder e da preparação para a guerra na história do capitalismo e das relações internacionais leva, com frequência, os intelectuais e dirigentes desses países mais fracos a uma posição de servilismo internacional.

Agosto de 2009

### 3.4

## UM CONTINENTE SEM TEORIA

No século XIX, o pensamento social europeu dedicou pouquíssima atenção ao continente americano. Mesmo os socialistas e marxistas que discutiram a questão colonial no final do século só estavam preocupados com a Ásia e a África, nunca tiveram interesse teórico e político pelos novos estados americanos, que alcançaram sua independência, mas se mantiveram sob a tutela diplomática e financeira da Grã-Bretanha. Foi só no início do século XX que a teoria marxista do imperialismo se dedicou ao estudo específico da internacionalização do capital e seu papel no desenvolvimento capitalista em escala global. Assim mesmo, seu objeto seguiu sendo a competição e a guerra entre os europeus, e a maior parte dos autores marxistas ainda compartilhava a visão evolucionista de Marx com relação ao futuro econômico dos países atrasados, seguros de que os países mais desenvolvidos industrialmente mostram aos menos desenvolvidos a imagem do que será o seu próprio futuro.

Foi só após a década de 1920 que a III Internacional Comunista transformou o imperialismo num adversário estratégico e num obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas nos países coloniais e semicoloniais. De qualquer forma, o objeto central de todas as análises e propostas revolucionárias foi sempre Índia, China, Egito e Indonésia, muito mais do que a América Latina. Na primeira metade do século XX, os Estados Unidos já haviam se transformado numa grande potência imperialista, e o resto da América Latina foi incluída pela III Internacional, depois de 1940, na mesma estratégia geral das “revoluções nacionais”, ou das “revoluções democrático-burguesas” contra a aliança das forças imperialistas com as oligarquias agrárias feudais, e a favor da industrialização nacional dos países periféricos.

Um pouco mais à frente, na década de 1950, a tese da “revolução democrático-burguesa”, com sua defesa do desenvolvimento industrial, foi reforçada pela economia política da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) que

analisava a economia latino-americana no contexto de uma divisão internacional do trabalho entre países “centrais” e países “periféricos”. A Cepal criticava a tese das vantagens comparativas da teoria do comércio internacional de David Ricardo e considerava que as relações comerciais entre as duas fatias do sistema econômico mundial prejudicavam o desenvolvimento industrial dos países periféricos. Tratava-se de uma crítica econômica heterodoxa, de filiação keynesiana, mas do ponto de vista prático acabou convergindo com as propostas nacional-desenvolvimentistas hegemônicas no continente depois da Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1960, entretanto, a Revolução Cubana, a crise econômica e a multiplicação dos golpes militares em toda a América Latina provocaram um desencanto generalizado com a estratégia democrático-burguesa e com a proposta cepalina da industrialização por substituição de importações. Sua crítica intelectual deu origem às três grandes vertentes da “teoria da dependência”, que talvez tenha sido a última tentativa de teorização latino-americana do século XX.

A primeira vertente – de filiação marxista – considerava o desenvolvimento dos países centrais e o imperialismo obstáculos intransponíveis para o desenvolvimento capitalista periférico, por isso falava do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e defendia a necessidade de uma revolução socialista imediata, inclusive como estratégia de desenvolvimento econômico.

A segunda vertente – de filiação cepalina – também identificava obstáculos à industrialização do continente, mas considerava possível superá-los por uma série de reformas estruturais que se transformaram em tema central da agenda política latino-americana durante toda a década de 1960. Na verdade, a própria teoria da Cepal sobre a relação centro-periferia já não dava conta da relação dos Estados Unidos com seu “território econômico supranacional”, diferente do que havia acontecido com a Grã-Bretanha.

Por fim, a terceira vertente da teoria da dependência, de filiação a um só tempo marxista e cepalina, foi a que teve vida mais longa e efeitos mais surpreendentes, por três razões fundamentais: primeiro, porque defendia a viabilidade do capitalismo latino-americano; segundo, porque defendia uma estratégia de desenvolvimento dependente e associado com os países centrais; e, terceiro, porque saíram dessas correntes alguns dos principais líderes políticos e intelectuais da restauração neoliberal dos anos 1990. Como se tivesse ocorrido um apagão mental, velhos marxistas, nacionalistas e desenvolvimentistas abandonaram suas teorias latino-americanistas



e aderiram à visão do sistema mundial e do capitalismo, própria do liberalismo europeu do século XVIII.

Nessa linha de pensamento, ainda em 2009 um importante intelectual dessa corrente de ideias defendia – por cima de tudo o que se passou no mundo desde o início do século XXI – que:

[...] não existe mais geopolítica nem imperialismo no novo mundo pós-colonial, da globalização, do sistema político e da democracia global [...] [A] estratégia clássica da geopolítica de garantir acesso exclusivo a recursos naturais na periferia do capitalismo já não faz sentido não só por seus custos, mas também porque, com a globalização, todos os mercados estão abertos, e é inimaginável que um país se recuse a vender a outro, por exemplo, petróleo a preço de mercado. [...] [Assim,] as guerras entre as grandes potências já não fazem sentido porque todas as fronteiras já estão definidas...<sup>1</sup>

Ingenuidade à parte, os liberais nunca tiveram uma teoria original a respeito da América Latina, nem precisam dela. A repetição recorrente de algumas platitudes cosmopolitas foi mais do que suficiente para sustentar sua visão da economia mundial e legitimar sua ação política e econômica idêntica em todos os países. No caso dos intelectuais progressistas do continente, porém, é uma má notícia saber que não existe mais uma teoria capaz de ler e interpretar a história do continente e fundamentar uma estratégia coerente de construção do futuro, respeitada a imensa heterogeneidade do continente latino-americano.

Abril de 2009

<sup>1</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira, “O mundo menos sombrio: política e economia nas relações internacionais entre os grandes países”, *Jornal de Resenhas*, São Paulo, Discurso Editorial, n. 1, 2009, p. 6-7.

### 3.5

## DESENVOLVIMENTISMO DE ESQUERDA

No Brasil, a relação entre a esquerda e o desenvolvimentismo nunca foi simples nem linear, sobretudo depois do golpe militar de 1937 e do Estado Novo de Getúlio Vargas, autoritário e anticomunista, mas também responsável pelos primeiros passos do desenvolvimentismo militar e conservador que se manteve dominante dentro do Estado brasileiro até 1985. Neste contexto, não é de estranhar que a esquerda em geral e os comunistas em particular só tenham mudado sua posição crítica com relação ao desenvolvimentismo após a morte de Vargas.

Não é fácil classificar ideias e hierarquizar instituições. Mesmo assim, é possível identificar pelo menos três instituições que tiveram papel central nos anos 1950 na formulação das principais ideias e teses do chamado desenvolvimentismo de esquerda. Em primeiro lugar, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que apoiou a eleição de JK em 1955, mas só no seu V Congresso de 1958 conseguiu abandonar oficialmente sua estratégia revolucionária e assumir uma nova estratégia democrática de aliança de classes a favor da revolução burguesa e da industrialização brasileira, que passam a ser classificadas como condição prévia e indispensável para uma futura revolução socialista. Em segundo lugar, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que foi criado em 1955 pelo governo Café Filho e que reuniu um número expressivo e heterogêneo de intelectuais de esquerda capazes de liderar uma ampla mobilização da intelectualidade, da juventude e de amplos setores profissionais e tecnocráticos em torno do seu projeto nacional-desenvolvimentista para o Brasil. Por fim, desde 1949 a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) produziu ideias, informações e projetos que influenciaram decisivamente o pensamento da esquerda desenvolvimentista brasileira. Apesar de sua importância para a esquerda, no entanto, a Cepal nunca foi uma instituição de esquerda.

Do ponto de vista político prático, no início da década de 1960 a esquerda desenvolvimentista ocupou lugar importante na luta pelas reformas de base, mas,

ao mesmo tempo, se dividiu inteiramente na discussão pública do Plano Trienal proposto pelo ministro Celso Furtado em 1963. Logo depois do golpe militar de 1964, porém, a esquerda e o desenvolvimentismo voltaram a se divorciar e sua distância aumentou depois que o regime militar retomou e aprofundou a estratégia desenvolvimentista do Estado Novo. Três dias depois do golpe, o Iseb foi fechado; o PCB voltou à ilegalidade e a própria Cepal fez profunda autocrítica de suas antigas teses desenvolvimentistas. Mesmo assim, apesar dessas condições políticas e intelectuais adversas, formou-se na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no final dos anos 1960, um centro de estudos econômicos que foi capaz de renovar as ideias e as interpretações clássicas – marxistas e nacionalistas – do desenvolvimento capitalista brasileiro.

A “escola campineira” partiu da crítica da economia política da Cepal e de uma releitura da teoria marxista da revolução burguesa para postular a existência de várias trajetórias possíveis de desenvolvimento para um mesmo capitalismo nacional. Por isso, essa escola fez sua própria leitura e reinterpretação do caminho específico e tardio do capitalismo brasileiro e dos seus ciclos econômicos, posicionando-se favoravelmente a uma política desenvolvimentista capaz de levar a cabo os processos inacabados de centralização financeira e industrialização pesada da economia brasileira. Hoje, parece claro que a época de ouro da escola campineira foi a década de 1970, até sua participação decisiva na formulação do Plano Cruzado, que fracassa em 1987. É verdade que logo depois do Cruzado e durante a década de 1990 a crise socialista e a avalanche neoliberal arquivaram todo e qualquer tipo de debate desenvolvimentista, independentemente do que se passou em Campinas. No entanto, parece claro que a própria escola recuou nesse período e se dedicou cada vez mais ao estudo de políticas setoriais e específicas, e para a formação cada vez mais rigorosa de economistas heterodoxos e de quadros de governo. Seja como for, a verdade é que – com raras exceções – depois do Plano Cruzado a escola campineira perdeu sua capacidade de criação e inovação dos anos 1970, e a maioria de suas ideias e intuições originais acabaram se transformando em fórmulas escolásticas. Por isso, não é de se estranhar que neste início do século XXI, quando o desenvolvimentismo e a escola campineira voltaram a ocupar lugar de destaque no debate nacional, a sensação que fica da sua leitura é que o desenvolvimentismo de esquerda estreitou tanto seu horizonte utópico que acabou se transformando

numa ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social. Como se a esquerda tivesse aprendido a navegar, mas, ao mesmo tempo, tivesse perdido sua própria bússola.

Julho de 2012

### 3.6

## DESENVOLVIMENTISMO E DEPENDÊNCIA

Na década de 1960, a crise econômica e política da América Latina provocou em todo o continente uma onda de pessimismo com relação ao desenvolvimento capitalista das nações atrasadas. A própria Cepal fez autocrítica e colocou em dúvida a eficácia da sua estratégia de substituição de importações, propondo uma nova agenda de reformas estruturais indispensáveis à retomada do crescimento econômico continental. Foi nesse clima de estagnação e pessimismo que nasceram as teorias da dependência, cujas raízes remontam ao debate do marxismo clássico e da teoria do imperialismo sobre a viabilidade do capitalismo nos países coloniais ou dependentes.

Marx não deu quase nenhuma atenção ao problema específico do desenvolvimento dos países atrasados, porque supunha que a simples internacionalização do regime de produção burguês promoveria, a longo prazo, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no mundo dominado pelas potências coloniais europeias. Mais tarde, no início do século XX, a teoria marxista do imperialismo manteve a mesma convicção de Marx, que só foi questionada radicalmente após o lançamento do livro do economista Paul Baran, *A economia política do desenvolvimento*, em 1957. Após sua publicação, a obra de Baran se transformou numa referência obrigatória para o debate latino-americano dos anos 1960. Para Baran, o capitalismo era heterogêneo, desigual e hierárquico, e o subdesenvolvimento era causado pelo próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo. Além disso, segundo o economista, o capitalismo monopolista e imperialista teria bloqueado definitivamente o caminho dos países atrasados.

As ideias de Baran casaram como uma luva com o pessimismo latino-americano dos anos 1960, e suas teses se transformaram numa referência teórica fundamental das duas principais vertentes marxistas da “escola da dependência”: a teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” do economista norte-americano

A. G. Frank, que exerceu pessoalmente forte influência no Brasil e no Chile; e a teoria do “desenvolvimento dependente e associado”, formulada por Fernando Henrique Cardoso com o suporte intelectual de um grupo importante de professores marxistas da USP.

A tese central de Gunder Frank vem diretamente de Paul Baran: segundo Frank, o imperialismo seria um bloqueio insuperável, mesmo com a intervenção do Estado, e o desenvolvimento da maioria dos países atrasados só poderia se dar por meio de uma ruptura revolucionária e socialista. Essa tese de Frank foi sendo matizada por seus discípulos, mas ainda é a verdadeira marca acadêmica internacional da teoria da dependência. Entretanto, a tese central de Fernando Henrique Cardoso já nasceu menos radical: para ele, o desenvolvimento capitalista das nações atrasadas seria possível mesmo quando não seguisse as previsões clássicas, mas seria quase sempre um desenvolvimento dependente e associado com os países imperialistas.

O avanço da teoria do desenvolvimento associado foi interrompido pelo seu próprio sucesso político ao se transformar no fundamento ideológico da experiência neoliberal no Brasil sob a liderança do próprio FHC. Com relação a Gunder Frank e seus discípulos, ele mesmo “imigrou”, nos anos 1980, para outros temas e discussões históricas, e sua teoria do subdesenvolvimento ficou paralisada no tempo, como se fosse apenas uma lista de características específicas, estáticas e intransponíveis da periferia capitalista – ou, quem sabe?, uma espécie de teoria dos “pequenos países”.

Apesar de tudo, a “escola da dependência” deixou plantadas quatro ideias seminais que abalaram o fundamento teórico do desenvolvimentismo de esquerda dos anos 1950:

- i) o capital, a acumulação do capital e o desenvolvimento capitalista não obedecem a uma lógica específica que aponte para todo lugar e, de forma obrigatória, para o pleno desenvolvimento da indústria e da centralização do capital;
- ii) a burguesia industrial não tem interesse estratégico homogêneo que contenha em si um projeto de desenvolvimento pleno das forças produtivas propriamente capitalistas;
- iii) não basta conscientizar e civilizar a burguesia industrial e financiar a centralização do seu capital para que ela se transforme num verdadeiro *condottiere* desenvolvimentista;

iv) e, por fim, a simples expansão quantitativa do Estado não garante um desenvolvimento capitalista industrial, autônomo e autossustentado.

O que chama a atenção é que até hoje o desenvolvimentismo de esquerda não conseguiu se refazer do golpe nem construir uma nova base teórica que possa dar sentido de longo prazo a suas intermináveis e inconclusivas deblaterações macroeconômicas, e ao seu permanente entusiasmo pelo varejo keynesiano.

Junho de 2012

### 3.7

## A MISÉRIA DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO

*O capitalismo só triunfa quando se identifica  
com o Estado, quando é o Estado.*

Fernand Braudel, *O tempo do mundo*  
(São Paulo, Martins Fontes, 1995), p. 34.

O debate desenvolvimentista latino-americano não teria nenhuma especificidade se tivesse se reduzido a uma discussão macroeconômica entre ortodoxos, neoclássicos ou liberais, e heterodoxos, keynesianos ou estruturalistas. Na verdade, ele não teria existido se não fosse por causa do Estado e da discussão sobre a eficácia ou não da intervenção estatal para acelerar o crescimento econômico por cima das leis do mercado, até porque, tanto na América Latina como na Ásia, os governos desenvolvimentistas sempre utilizaram políticas ortodoxas – segundo a ocasião e as circunstâncias – e o inverso também se pode dizer de muitos governos europeus ou norte-americanos ultraliberais ou conservadores que utilizaram, em muitos casos, políticas econômicas de corte keynesiano ou heterodoxo. O pivô de toda a discussão e o grande pomo da discórdia sempre foi o Estado e a definição do seu papel no processo do desenvolvimento econômico.

Apesar disso, depois de mais de meio século de discussão, o balanço teórico é decepcionante. De uma forma ou de outra, a “questão do Estado” sempre esteve presente nos dois lados dessa disputa, que acabou sendo mais ideológica do que teórica. No entanto, seu conceito foi sempre impreciso, atemporal e a-histórico, uma espécie de “ente” lógico e funcional criado intelectualmente para resolver problemas de crescimento ou de regulação econômica. Desenvolvimentistas e liberais sempre compartilharam a crença no poder demiúrgico do Estado como criador ou destruidor da boa ordem econômica, mas atuando em todos os casos como agente externo à atividade econômica – um agente racional, funcional e



homogêneo, capaz de construir instituições e formular planos de curto e longo prazo orientados por uma idealização do modelo dos capitalismos tardios ou do Estado e desenvolvimento anglo-saxão.

Todos olhavam negativamente para os processos de monopolização e de associação do poder com o capital, que eram vistos como desvios graves de um “tipo ideal” de mercado competitivo que estava por trás da visão teórica de desenvolvimentistas e de liberais. Além disso, todos trataram os Estados latino-americanos como se fossem iguais e não fizessem parte de um sistema regional e internacional único, desigual, hierarquizado, competitivo e em permanente processo de transformação. Mesmo quando os desenvolvimentistas falaram de Estados centrais e periféricos e de Estados dependentes, falavam, sobretudo, do sistema econômico mundial que tinha um formato bipolar relativamente estático, em que as lutas de poder entre os Estados e as nações ocupavam lugar bastante secundário.

No final do século XX, a agenda neoliberal reforçou um viés da discussão que já vinha crescendo desde o período desenvolvimentista: o deslocamento do debate para o campo da macroeconomia, algo que volta a acontecer com o chamado neodesenvolvimentismo que se propõe a inovar e a construir uma terceira via (uma vez mais) “entre o populismo e a ortodoxia”, como se se tratasse de uma gangorra que ora aponta para o fortalecimento do mercado, ora para o fortalecimento do Estado. Na prática, o neodesenvolvimentista acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 1950. Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas e que se propõem a fortalecer, simultaneamente, o Estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E, finalmente, com relação ao papel do Estado, o neodesenvolvimentismo propõe que ele seja recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder e dos interesses contraditórios das classes e das nações.

Nesse sentido, fica ainda mais claro que o desenvolvimentismo latino-americano sempre teve um parentesco maior com a teoria econômica e a visão do Estado do keynesianismo da economia do desenvolvimento anglo-saxônica do que com o

nacionalismo econômico e o anti-imperialismo que atuaram como molas-mestras das industrializações tardias europeias e do desenvolvimento asiático. Esse paradoxo explica, aliás, a facilidade teórica que demonstram vários autores e analistas em passar de um lado para o outro dentro do paradigma líbero-desenvolvimentista, sem que de fato tenham saído do mesmo lugar.

Novembro de 2011

### 3.8

## A POLÍTICA EXTERNA CONSERVADORA<sup>1</sup>

*É desconfortável recebermos no Brasil o chefe de um regime ditatorial e repressivo (do Irã). Afinal, temos um passado recente de luta contra a ditadura, e firmamos na Constituição de 1988 os ideais de democracia e direitos humanos. Uma coisa são relações diplomáticas com ditaduras, outra é hospedar em casa seus chefes.*

José Serra, "Visita indesejável", *Folha de S.Paulo*, 23 nov. 2009.

Já faz tempo que a política internacional deixou de ser um campo exclusivo dos especialistas e dos diplomatas, mas só recentemente a política externa passou a ocupar um lugar central na vida pública e no debate intelectual brasileiro, e tudo indica que ela deverá se transformar num dos pontos fundamentais de clivagem na disputa presidencial de 2010. Essa é uma consequência natural da mudança da posição do Brasil, dentro do sistema internacional, que cria novas oportunidades e desafios cada vez maiores, exigindo uma grande capacidade de inovação política e diplomática dos seus governantes. Neste novo contexto, o que chama a atenção do observador é a pobreza das ideias e a mediocridade dos argumentos conservadores quando discutem o presente e o futuro da inserção internacional do Brasil. A cada dia aumenta o número de diplomatas aposentados, iniciantes políticos e analistas que batem cabeça nos jornais e rádios sem conseguir acertar o passo nem definir uma posição comum sobre qualquer dos temas que compõem a atual agenda externa do país. Pode ser o caso do golpe militar em Honduras ou da entrada da Venezuela no Mercosul; da posição do Brasil na reunião de Copenhague ou na Rodada de Doha; da recente visita do presidente do Irã ou do acordo militar com a França; das relações com os Estados Unidos ou da

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título "O debate da política externa: os conservadores", *Valor Econômico*, São Paulo, 2 dez. 2009.

criação e do futuro da Unasul. Em quase todos os casos, a posição dos analistas conservadores é passadista, formalista e sem consistência interna. Além disso, suas posições são pontuais e desconexas, e em geral defendem princípios éticos de forma desigual e pouco equânime. Por exemplo, criticam o programa nuclear do Irã e seu desrespeito às decisões da comissão de energia atômica da ONU, mas não se posicionam frente ao mesmo comportamento de Israel e do Paquistão, que, além do mais, são Estados que já possuem arsenais atômicos e que não assinaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Atômicas, além de terem governos sob forte influência de grupos religiosos igualmente fanáticos e expansivos. Ainda na mesma linha, criticam o autoritarismo e o continuísmo “golpista” de Venezuela, Equador e Bolívia, mas não dizem o mesmo da Colômbia ou de Honduras; criticam o desrespeito aos direitos humanos na China ou no Irã, mas não costumam falar de Palestina, Egito ou Arábia Saudita, e assim por diante. No entanto, o que é mais grave quando se trata de políticos e diplomatas é o casuísmo das suas análises e dos seus julgamentos, e a ausência de uma visão estratégica e de longo prazo para a política externa de um Estado que é hoje uma potência emergente.

Como explicar essa súbita indolência mental das forças conservadoras no Brasil? Talvez recorrendo à própria história das ideias e das posições dos governos brasileiros que mantiveram desde a independência posição político-ideológica e alinhamento internacional muito claro e fácil de definir. Primeiro, com relação à liderança econômica e geopolítica da Inglaterra, no século XIX, e depois, no século XX – em particular após a Segunda Guerra Mundial – com relação à tutela norte-americana durante o período da Guerra Fria. O inimigo comum era claro, a complementaridade econômica era grande e os Estados Unidos mantiveram com mão de ferro a liderança ética e ideológica do “mundo livre”. Após o fim da Guerra Fria, os governos que se seguiram adotaram as políticas neoliberais preconizadas pelos Estados Unidos e se alinharam com a utopia “cosmopolita” do governo Clinton. A visão era idílica e parecia convincente: a globalização econômica e as forças de mercado produziram a homogeneização da riqueza e do desenvolvimento, e essas mudanças econômicas contribuiriam para o desaparecimento dos “egoísmos nacionais” e para a construção de um governo democrático e global, responsável pela paz dos mercados e dos povos. Como é sabido, porém, esse sonho durou pouco e a velha utopia liberal – ressuscitada nos anos 1990 – perdeu força e voltou para a gaveta, junto com a política externa subserviente dos governos brasileiros daquela década.

Depois de 2001, entretanto, o idealismo cosmopolita da era Clinton foi substituído pelo messianismo quase religioso da era Bush, que seguiu defendendo ainda por um tempo o projeto Alca, que vinha da administração Clinton. Nesse mesmo período, entretanto, as forças conservadoras foram sendo desalojadas do poder no Brasil e em quase toda a América do Sul. Apesar disso, durante algum tempo ainda seguiram repetindo sua ladainha ideológica neoliberal até a eleição de Barack Obama. O novo governo democrata deixou para trás o idealismo cosmopolita e o messianismo religioso dos dois governos anteriores e assumiu uma posição realista e pragmática em todo o mundo. Seu objetivo tem sido, em todos os casos, manter a presença global dos Estados Unidos com políticas diferentes para cada região do mundo. Para a América do Sul sobrou muito pouco, quase nada, como estratégia e como referência doutrinária. Como consequência, agora, sim, nossos conservadores perderam a bússola. Ainda tentam seguir a pauta norte-americana, mas não está fácil, porque ela não é clara, moralista ou binária. Por isso, agora só lhes resta pensar com a própria cabeça para tentar conseguir sobreviver politicamente. No entanto isso não é fácil, toma tempo e demanda um longo período de aprendizado.

Dezembro de 2009

### 3.9

## UMA POLÍTICA EXTERNA PROGRESSISTA<sup>1</sup>

*Mas afinal de contas, professor, o que é ser conservador em matéria de política externa? E o que viria a ser uma política externa não conservadora?*

J. S., leitor do *Valor Econômico*

As grandes utopias do século XIX revolucionaram as ideias e os objetivos da política internacional logo no início do século XX. Nas décadas seguintes, porém, seu impacto sobre a política externa das grandes potências foi bem menor do que as expectativas criadas num primeiro momento pelas propostas do presidente estado-unidense Woodrow Wilson, na Conferência de Paz de Paris, depois da Primeira Guerra Mundial – cosmopolitas, anticolonialistas e favoráveis a um sistema mundial de segurança liderado pela Liga das Nações – e pelas ideias e propostas, quase simultâneas, de Vladimir Lenin, já na condição de chefe do Estado russo – internacionalistas, anti-imperialistas e favoráveis à paz e à autodeterminação dos povos. Um programa convergente em muitos pontos e absolutamente inovador que se transformou na bandeira de luta das duas grandes potências contra o velho sistema europeu de equilíbrio de poder e contra o liberalismo colonialista, liderado pela Inglaterra e pela França. No entanto, após a morte de Wilson e de Lenin, já nos governos de Warren G. Harding e Joseph Stalin, os Estados Unidos e a União Soviética adotaram políticas externas orientadas por seus interesses nacionais e pelos seus objetivos internos imediatos, na contramão do discurso de seus antigos governantes. Depois da Segunda Guerra Mundial e da constituição do “duopólio” que geriu o *status quo* internacional durante a Guerra Fria, entre 1946 e 1991, as ideias libertárias e internacionalistas do início do século se transformaram num

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título “O debate da política externa: os progressistas”, *Valor Econômico*, São Paulo, 27 jan. 2010.

instrumento ideológico esclerosado na competição entre as duas grandes potências. Apesar disso, essas ideias se difundiram pelo mundo junto com a expansão progressiva do poder estado-unidense e soviético, e acabaram se transformando no senso comum pouco inovador do discurso oficial de todas as lideranças políticas mundiais e de todos os organismos multilaterais criados depois da guerra. Por fim, após a vitória americana e o fim da Guerra Fria e da União Soviética, em 1991, a velha utopia liberal-democrática se transformou na linguagem imperial do poder vitorioso, válida *urbi et orbi*, como se tivesse se estabelecido – por um passe de mágica, uma coincidência absoluta entre os interesses dos Estados Unidos e os interesses do resto da humanidade, e entre as posições dos países que desejam manter e dos que desejam mudar o atual *status quo* mundial.

Essa história do século XX também diz respeito à América Latina e deixa uma lição importante para o debate atual sobre o futuro da política externa brasileira. Os Estados Unidos e a União Soviética sempre tiveram sua própria teoria e sua própria história das relações internacionais, e foram inovadores enquanto lutaram contra a ordem internacional liderada pelo poder britânico. É isso, em última instância, que define a fronteira entre uma política externa conservadora e uma política progressista. O ponto de partida é simples: um Estado e um governo que se proponham a expandir seu poder internacional inevitavelmente terão que questionar e lutar contra a distribuição prévia do poder dentro do próprio sistema. Como condição preliminar, eles terão que ter sua própria teoria e sua própria leitura dos fatos, dos conflitos e das assimetrias e disputas globais, e de cada um dos “tabuleiros” geopolíticos regionais ao redor do mundo, para poder estabelecer de forma sustentada e autônoma seus próprios objetivos estratégicos, diferentes das potências dominantes e consequentes com sua intenção de mudar a distribuição do poder e da hierarquia mundial. Por isso, não é possível conceber uma política externa progressista e inovadora que não questione e enfrente os consensos éticos e estratégicos das potências que controlam o núcleo central do poder mundial. Nesse campo, não estão excluídas as convergências e as alianças táticas e temporárias, com uma ou várias das antigas potências dominantes. No entanto, toda política externa progressista e inovadora sabe que está e estará em permanente competição com essas potências e que terá que assumir suas divergências com a visão de mundo, os diagnósticos e as estratégias defendidas por elas, seja no espaço regional, seja em escala global. Isso não é uma veleidade irrelevante, nem fruto de uma animosidade

ideológica; é consequência de uma “lei” essencial do sistema interestatal e de uma determinação que ocorre em grande medida geográfica, porque o objetivo do “Estado questionador” é ampliar sempre e cada vez mais sua capacidade de decisão e iniciativa estratégica autônoma nos campos político, econômico e militar para poder difundir melhor e aumentar a eficácia de suas ideias e propostas de mudança do sistema mundial.

Do lado oposto, fica mais fácil definir e identificar as características essenciais de uma política externa conservadora. Em primeiro lugar, os conservadores não se propõem a mudar a distribuição do poder internacional, nem questionam a hierarquia do sistema mundial. Sua reação frente aos desafios colocados pela agenda internacional é quase sempre empírica, isolada e moralista. Os conservadores não têm uma teoria nem uma visão histórica própria do sistema internacional e dos seus acontecimentos conjunturais, e são partidários, em geral, de uma política externa de baixo teor, sem grandes iniciativas estratégicas nacionais e com alta taxa de submissão aos valores, juízos e decisões estratégicas das potências dominantes. Por isso, consciente ou inconscientemente, os conservadores delegam a terceiros uma parte da soberania decisória de sua política externa e acabam assumindo, invariavelmente, uma posição subalterna dentro da política internacional, como foi o caso na década de 1990 da política externa do Brasil e dos demais países da América do Sul. Uma década que passou para a história sob o signo neoliberal da “diplomacia descalça” do governo brasileiro da época e da proposta argentina de estabelecer “relações carnavais” com os Estados Unidos.

Janeiro de 2010



### 3.10

## UMA REVOLUÇÃO INTELECTUAL

*Enquanto se pensava que com as leis de Newton e as que lhe sucederam podíamos compreender o universo, o diálogo com as outras civilizações era um diálogo de professor e aluno, aluno primário.*

Ilya Prigogine, *Nomes de deuses*  
(São Paulo, Editora Unesp, 2002), p. 64.

Na segunda metade do século XX, o físico norte-americano Thomas Kuhn e o químico russo Ilya Prigogine revolucionaram a epistemologia e a história da ciência, colocando uma pá de cal sobre a visão positivista do conhecimento e colocando um ponto de interrogação definitivo sobre todas as teorias mecanicistas e deterministas a respeito do mundo físico, do cosmos e das sociedades humanas. Para Thomas Kuhn, o avanço da ciência não é acumulativo nem se dá de forma linear e contínua. Pelo contrário, se dá de forma descontínua e por meio de grandes rupturas ou “revoluções científicas” que assinalam um momento de mudança de paradigmas, que são definidos por Kuhn como uma maneira particular de olhar o mundo que articula, de forma coerente, problemas, conceitos, métodos de pesquisa e critérios de verdade que só são válidos dentro de determinadas comunidades específicas e durante períodos determinados de tempo. Entretanto, Prigogine se rebelou contra o determinismo e o mecanicismo das teorias de Isaac Newton e de Albert Einstein, e demonstrou que a irreversibilidade do tempo, a desordem e a incerteza são elementos essenciais e construtivos do mundo físico e biológico. Ou seja: Kuhn defende a historicidade da ciência e dos seus critérios de verdade; Prigogine, por sua vez, defende a importância da “flecha do tempo” e das “escolhas” para a construção do futuro de um universo físico e de uma sociedade humana que são rigorosamente imprevisíveis.

Por analogia, também é possível falar da existência de paradigmas e de revoluções intelectuais no campo do pensamento social, em que se formam e se transformam

os valores, conceitos e critérios de verdade que as sociedades humanas utilizam para interpretar seu passado e seu presente, e para decodificar e responder às incertezas do seu futuro. São modelos, enfoques e crenças que atravessam o pensamento acadêmico e o pensamento político – de esquerda e de direita – e também fazem parte do senso comum e da formação da opinião pública. Esses paradigmas sociais também são válidos apenas para certas comunidades específicas e durante certo período, por mais longo que ele possa vir a ser. Com o passar do tempo e das mudanças sociais, entretanto, esses paradigmas societários perdem fôlego, se esclerosam e acabam sendo superados por novas visões de mundo, mais capazes de compreender e enfrentar os desafios criados pela chegada do futuro.

Pois bem: tudo indica que a América Latina e o Brasil estão vivendo um desses momentos de revolução intelectual e de mudança da sua forma de olhar para si mesmo e para o mundo. O que se vê é um paradigma intelectual em franco declínio, incluindo algumas ideias e teorias de esquerda e de direita que já não dão conta das transformações do continente – e do Brasil, em particular. Seus conceitos e seus debates parecem velhos e repetitivos, por isso filtram as novidades trazidas pelo futuro, de forma extremamente reativa, defensiva e medrosa. Alguns “intelectuais orgânicos” desse velho paradigma vivem fascinados pela ideia do fim, seja da democracia, do capitalismo, das espécies ou da própria terra; outros estão sempre lamentando as imperfeições constitutivas da sociedade latino-americana, tão distantes dos seus modelos ideais de sociedade civil, de classe social, de partido político, ou mesmo de Estado e de capitalismo, e quase todos vivem atormentados com medo do populismo, do corporativismo, do nacional-desenvolvimentismo, do estatismo, entre tantos outros fantasmas do passado, sem se darem conta de que esses conceitos e algumas de suas velhas teorias sociológicas e econômicas perderam aderência aos fatos e já não demonstram nenhuma eficácia como ferramentas analíticas e como instrumentos estratégicos voltados para a construção do futuro. Apesar disso, ainda não se pode falar do aparecimento e da existência de novas teorias consistentes, e o próprio continente latino-americano ainda não superou alguns de seus grandes desafios sociais e econômicos. Com certeza, porém, já se pode falar de uma revolução intelectual e de um novo paradigma, porque já se consolidou uma nova maneira do continente olhar para si mesmo, para o mundo e para seus desafios, assumidos como oportunidades e como escolhas que devem ser feitas a partir de sua própria identidade e de seus próprios interesses.

Alguma vez, Jean-Paul Sartre disse que “era mais fácil ser escravo do que senhor”, e talvez, de fato, seja mais fácil pensar como escravo do que como senhor. Após essa revolução intelectual da América Latina, no entanto, já não há mais necessidade de ninguém seguir pensando como escravo, ou mesmo como aluno primário das “civilizações superiores”.

Setembro de 2010

### 3.11

## AMÉRICA DO SUL À BEIRA DO FUTURO<sup>1</sup>

Depois de uma década à esquerda, a América do Sul está entrando numa zona de forte turbulência. No final de 2009, o Uruguai elegeu presidente da República um homem do povo e ex-guerrilheiro tupamaro, e o Chile acaba de eleger como presidente um bilionário arrogante e de direita, que lembra muito a carreira do primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi. No mesmo período de um ano, também foram reeleitos no Equador e na Bolívia os presidentes Rafael Correa e Evo Morales, que se propõem a mudar radicalmente a estrutura do Estado e da propriedade dos seus países, com objetivos socialistas e sem ruptura revolucionária. Em 2010, haverá eleições na Colômbia e no Brasil, e, em 2011, no Peru e na Argentina. Durante esta primeira década do século, as mudanças no continente foram apoiadas pela expansão econômica mundial, que também estimulou o projeto de integração da América do Sul. No entanto, a crise financeira de 2008 provocou uma desaceleração do crescimento e do próprio projeto de integração econômica, e o projeto de integração política foi atingido em cheio pelo novo acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos que autoriza o uso do território colombiano por forças militares norte-americanas, de onde poderão controlar o espaço aéreo da Venezuela e de toda a América do Sul. Por isso, não é exagero dizer que o futuro da América do Sul, na primeira metade do século XXI, estará sendo decidido nos próximos dois anos – e já é possível mapear as grandes disjuntivas e escolhas que estão no horizonte do continente sul-americano.

Em primeiro lugar, do ponto de vista econômico, o que se deve esperar para depois da crise é um aumento da pressão dos mercados internacionais e o aprofundamento da condição periférica e primário-exportadora da maioria dos países sul-americanos, mesmo com o alargamento e a diversificação dos seus mercados

---

<sup>1</sup> Texto em homenagem a Carlos Estevam Martins, amigo e companheiro de Santiago do Chile e professor da Universidade de São Paulo que faleceu no dia 9 de outubro de 2009.

compradores, na direção da Ásia – da China, em particular. Nesta nova conjuntura, só uma vontade política coesa e continuada poderá manter de pé o projeto de integração sul-americano. Isso supõe uma decisão de Estado e uma capacidade coletiva de manter sob controle os conflitos locais, a despeito das mudanças de governo. Supõe também uma política conjunta de fortalecimento do mercado interno da América do Sul, com a redução da dependência regional das crises e das flutuações dos preços internacionais. Nesse ponto, não existe meio-termo, porque os países dependentes da exportação de produtos primários, mesmo no caso do petróleo, nunca conseguirão comandar sua própria política macroeconômica, muito menos sua inserção na economia mundial.

Em segundo lugar, do ponto de vista político, a crise econômica explicitou ainda mais as assimetrias e desigualdades nacionais e sociais que estão por trás da heterogeneidade política regional e que explicam, em parte, a falta de interesse ou de entusiasmo de alguns países do continente pelo projeto sul-americanista.

Por fim, do ponto de vista da segurança continental, o aumento da presença militar norte-americana na Colômbia serve para lembrar que a América do Sul seguirá por um bom tempo, mesmo que não queira, sob a “proteção” do poder espacial, aéreo e naval dos Estados Unidos, e terá que ter enorme persistência e tenacidade para construir um sistema autônomo de segurança regional, sem produzir uma corrida armamentista dentro da própria região.

De qualquer forma, uma coisa é certa: o futuro do projeto sul-americano dependerá cada vez mais das escolhas brasileiras e da forma como o Brasil desenvolverá suas relações com os Estados Unidos. Do ponto de vista econômico, a pressão dos mercados internacionais e as novas descobertas do petróleo da camada do pré-sal também estão oferecendo para o Brasil a possibilidade de se transformar numa economia exportadora de alta intensidade, uma espécie de “periferia de luxo” das grandes potências compradoras do mundo, como foram no seu devido tempo a Austrália e a Argentina, entre outros. No entanto, existe a possibilidade de o Brasil escolher outro caminho que combine seu potencial exportador, como uma estrutura produtiva industrial associada e liderada por uma economia mais dinâmica, como é o caso contemporâneo do Canadá, por exemplo. Além disso, existe uma terceira alternativa, absolutamente nova para o país e que aponta, de certa forma, para o modelo da estrutura produtiva norte-americana: com uma indústria extensa e sólida, e enorme capacidade de produção e exportação de alimentos e outras *commodities* de

alta produtividade, incluindo o petróleo, no caso brasileiro. Entretanto, no campo político, depois da hegemonia das ideias neoliberais e privatistas, e do “cosmopolitismo subserviente” no campo internacional, está se consolidando no Brasil um novo consenso desenvolvimentista, democrático e popular, mas que, nesse caso, não tem nada a ver com socialismo. As perspectivas futuras dessa coalizão de poder, porém, dependerão em grande medida da estratégia internacional dos próximos governos brasileiros. O Brasil pode se transformar num aliado estratégico dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, com direito de acesso a uma parte de sua tecnologia de ponta, como no caso do Japão ou mesmo de Israel, que acessou a tecnologia atômica militar com a ajuda da França. No entanto, o Brasil também pode escolher um caminho próprio de afirmação soberana e de expansão do seu poder internacional. Nesse caso, se o Brasil quiser mudar sua posição geopolítica obedecendo às regras de jogo do sistema mundial, terá que desenvolver um trabalho extremamente complexo de administração contínua das relações de competição, conflito e complementaridade com os Estados Unidos e com as demais potências, tomando como norte seus próprios interesses econômicos e geopolíticos, numa disputa prolongada pela hegemonia da América do Sul, como se fosse uma “luta oriental” com os Estados Unidos. Caminhando por uma trilha muito estreita e durante um tempo que pode se prolongar por várias décadas.

Novembro de 2009

### 3.12

## BRASIL: GEOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

No século XX o Brasil deu um salto gigantesco. No início do século era apenas um país agrário, com um Estado fraco e fragmentado, e com poder econômico e militar muito inferior ao da Argentina. Hoje, no início do século XXI, o Brasil já é a quinta maior economia do mundo, com enorme potencial de crescimento devido à sua extraordinária dotação de recursos hídricos, energéticos, alimentares e de fatores estratégicos indispensáveis para um país que se propõe a ser um grande exportador de *commodities* e, ao mesmo tempo, a desenvolver seu próprio parque industrial e tecnológico. Além disso, na primeira década deste século o Brasil deu passos importantes em direção a assumir sua liderança sul-americana e projetar sua influência para fora do continente. Esse caminho, porém, não será fácil, devido inclusive à grande oposição interna de forças contrárias ao expansionismo brasileiro em nome de sua defesa do chamado “cosmopolitismo de mercado”, que oferece ganhos econômicos imediatos em troca do abandono de um projeto autônomo de projeção do poder e de liderança internacional do Brasil. É uma luta que está em pleno curso e que ainda não tem um vencedor claro.

Um país pode projetar seu poder e sua liderança fora de suas fronteiras nacionais, por meio de coerção, cooperação, difusão de ideias e valores, e também por meio de sua capacidade de transferir dinamismo econômico para sua zona de influência. No entanto, em qualquer caso, uma política de projeção de poder exige objetivos claros e uma coordenação estreita entre as agências responsáveis pela política externa do país, envolvendo diplomacia, defesa e políticas econômica e cultural. Exige, sobretudo, uma sociedade mais igualitária e mobilizada, e uma vontade estratégica consistente e permanente, ou seja, uma capacidade social e estatal de construir consensos em torno de objetivos internacionais de longo prazo, junto com a capacidade de planejar e realizar ações de curto e médio prazo, em conjunto com atores sociais, políticos e econômicos relevantes.

Ao contrário de tudo isso, desde a Segunda Guerra Mundial, e mesmo depois do fim da Guerra Fria até o início do século XXI, a política externa brasileira oscilou no tempo, mudando seus objetivos imediatos segundo o governo, apesar de ter mantido seu alinhamento – quase automático – sempre ao lado das grandes potências ocidentais. Mesmo hoje, apesar da posição do governo, existem divisões e resistências profundas dentro de suas elites e de suas agências governamentais, que seguem retardando a consolidação efetiva da nova estratégia brasileira, como se o sistema político, a sociedade e a intelectualidade brasileira ainda não estivessem preparados para assumir os objetivos definidos pelos documentos oficiais. A própria universidade brasileira só expandiu recentemente sua capacidade de pesquisa e formação de recursos humanos na área internacional, e algumas universidades do país não possuem sequer centros ou unidades especializadas, como é o caso surpreendente da UFRJ, a maior universidade federal do país. Além disso, existe uma carência acentuada de instituições ou *think tanks* que cumpram o papel de reunir as informações e as ideias indispensáveis para o estudo e a escolha de alternativas, e para a orientação inteligente da inserção internacional do país. De qualquer maneira, se o Brasil conseguir sustentar suas novas posições, terá que se enfrentar inevitavelmente com uma regra fundamental do sistema: todo país que se propõe a ascender a uma nova posição de liderança regional ou global, em algum momento terá que questionar os “consensos éticos” e os arranjos geopolíticos e institucionais que foram definidos e impostos previamente pelas potências que já são ou já foram dominantes dentro do sistema mundial. Essa regra não impede o estabelecimento de convergências e alianças táticas entre a potência ascendente com uma ou várias das antigas potências dominantes, mas exige que a potência ascendente mantenha seu objetivo permanente de crescer, expandir e galgar posições dentro do sistema internacional. Isso não é uma veleidade ideológica; é um imperativo do próprio sistema interestatal capitalista. Nesse sistema, “quem não sobe cai”<sup>1</sup>.

Mesmo assim, sempre existirá um imenso espaço de liberdade e de invenção revolucionária para o Brasil: descobrir como projetar seu poder e sua liderança fora de suas fronteiras sem seguir o figurino tradicional das grandes potências. Ou seja, sem reivindicar nenhum tipo de “destino manifesto”, sem utilizar a

<sup>1</sup> Norbert Elias, *O processo civilizador*, v. 2 (Rio de Janeiro, Zahar, 1976), p. 94.



violência bélica dos europeus e norte-americanos e sem se propor a conquistar qualquer povo que seja para “convertê-lo”, “civilizá-lo” ou simplesmente comandar seu destino.

Julho de 2013

### 3.13

## BRASIL E AS POTÊNCIAS EMERGENTES

Classificar a China como uma “potência emergente” é no mínimo um descuido etnocêntrico ou um grave erro histórico; mas, no caso da Rússia, classificá-la como “emergente” é uma tentativa explícita de diminuir a importância de uma nação que assombra os europeus desde que os soldados de Alexander Nevsky derrotaram e expulsaram do território russo os cavaleiros teutônicos germânicos e suecos na Batalha do Lago Chudskoie, em 1242, e que no século XX alcançou em poucas décadas a condição de segunda maior potência econômica, militar e atômica do mundo. Apesar disso, se tornou um lugar comum colocar esses dois países na categoria das “potências emergentes” ao lado de Índia, Brasil e da própria África do Sul, que acabou sendo incluída na produção midiática do grupo Brics.

A somatória simples indica que o peso demográfico e econômico desses cinco países é considerável: juntos, governam cerca de 3 bilhões de seres humanos, quase metade da população mundial, e desde 2003 o crescimento do grupo representou 65% da expansão do PIB mundial. O produto interno bruto desses países já é de cerca de US\$ 29 trilhões, ou seja, 25% do PIB mundial, e já é superior ao dos Estados Unidos e da União Europeia, tomados isoladamente pela paridade do poder de compra. A formação de um grupo de cooperação diplomática e econômica e a existência de um fluxo comercial e financeiro significativo dentro desse grupo de países é um fato novo e pode vir a ser a base material de algumas parcerias setoriais e localizadas, entre todos ou alguns deles. No entanto, isso não é o suficiente para justificar uma “aliança estratégica” entre esses cinco países que ocupam posição de destaque nas suas regiões pelo tamanho, território, população e economia que possuem, mas são muito diferentes do ponto de vista de sua inserção internacional, geopolítica e econômica.

Logo após a dissolução da União Soviética e durante toda a década de 1990, muitos analistas vaticinaram o fim da grande potência eurasiática. A Rússia, no entanto,

já foi destruída e reconstruída muitas vezes ao longo de sua história milenar. Por sua vez, China e Índia controlam um terço da população mundial, possuem 3.200 quilômetros de fronteiras comuns, possuem arsenais atômicos e sistemas balísticos de longo alcance e já se enfrentaram em várias guerras. Dentro do xadrez geopolítico asiático, China e Índia disputam várias zonas de influência sobrepostas, e possuem algumas alianças regionais antagônicas. Já Brasil e África do Sul compartilham com os gigantes asiáticos o fato de serem as economias mais importantes de suas respectivas regiões, e de serem responsáveis por parte expressiva do produto e do comércio da América do Sul e da África. Os dois países, no entanto, não têm disputas territoriais com seus vizinhos, não enfrentam ameaças externas imediatas à sua segurança e não são potências militares relevantes. Mesmo assim, o Brasil é mais extenso, populoso, rico e industrializado do que a África do Sul, dispõe de recursos estratégicos, tem capacidade para ser autossuficiente do ponto de vista alimentar e energético e possui importância e projeção regionais, políticas e econômicas dentro da América do Sul muito maiores do que a da África do Sul dentro do continente africano. Por isso, inclusive, o Brasil também tem em médio prazo potencial de expansão pacífica e de projeção internacional de sua influência, muito maior que a dos africanos e talvez mais desimpedida ou desbloqueada do que a dos russos e dos asiáticos.

Nas próximas décadas, o mais provável é que a Rússia tente reverter suas perdas após o fim da Guerra Fria e se proponha a um imediato retorno ao núcleo central das grandes potências, deixando de ser “potência emergente”, enquanto a China tende a se afastar de qualquer aliança que restrinja sua ação no tabuleiro internacional, já na condição de quem participa diretamente da gestão econômica do poder mundial. Por sua vez, a Índia não tem nenhuma perspectiva ou projeto expansivo global, e deve se dedicar cada vez mais ao seu entorno estratégico, em que a expansão da China aparece como principal ameaça regional. Comparado a esses três países continentais, o Brasil tem menor importância econômica do que a China e muito menor poder militar do que a Rússia e a Índia. Ao mesmo tempo, porém, o Brasil é o único desses países que está situado numa região onde não enfrenta disputas territoriais com seus vizinhos e, por isso, é o país com maior potencial de expansão pacífica dentro da sua própria região. Por último, o Brasil, mais do que a África do Sul, deve manter e ampliar sua posição de Estado relevante dentro do sistema mundial, mas com pouca capacidade ainda de projetar seu poder fora do seu entorno estratégico durante as próximas décadas.

Somando e subtraindo, a categoria das potências emergentes pode gerar iniciativas diplomáticas importantes, mas o mais provável é que esse grupo perca coesão e eficácia na medida em que o século XXI for avançando, e que cada um desses cinco países seja obrigado a tomar seu próprio caminho, mesmo na contramão dos demais, na luta pelo poder e pela riqueza mundiais.

Outubro de 2013

### 3.14

## UM ACORDO E SEIS VERDADES

*A mediação bem-sucedida de Lula com o Irã  
alçaria o Brasil no cenário mundial.*

*O Globo*, Rio de Janeiro, 16 maio 2010, p. 38.

Em 18 de maio de 2010 foi firmado o Acordo Nuclear entre Brasil, Turquia e Irã, acordo esse que dispensa apresentações. E, como é sabido, 48 horas após a assinatura do acordo, os Estados Unidos propuseram ao Conselho de Segurança da ONU uma nova rodada de sanções ao Irã, ao lado de Inglaterra, França e Alemanha, com o apoio discreto de China e Rússia. Apesar da rapidez dos acontecimentos, é possível decantar algumas verdades no meio da confusão:

i) a iniciativa diplomática do Brasil e da Turquia não foi uma “rebelião da periferia”, nem um desafio aberto ao poder norte-americano. Neste momento, os dois países são membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e desde o início contaram com o apoio e o estímulo de todos os seus cinco membros permanentes. Além disso, a diplomacia brasileira e a turca mantiveram contato permanente com os governos desses países durante todo o processo das negociações. A Turquia pertence à Otan, e abriga em seu território armas atômicas norte-americanas, e o presidente Lula recebeu carta de estímulo do presidente Barack Obama duas semanas antes da assinatura da visita de Lula, e a secretária de Estado norte-americana declarou, na véspera do Acordo, que se tratava da “última esperança” de solucionar de forma diplomática a “questão nuclear iraniana”;

ii) o que provocou surpresa e irritação em alguns setores, portanto, não foram as negociações nem os termos do acordo final, que já eram conhecidos; foi o sucesso do presidente brasileiro, que todos consideravam impossível ou muito improvável. Sua mediação viabilizou o acordo e, ao mesmo tempo, descalçou a proposta de sanções

articulada pela secretária de Estado norte-americana depois de sucessivas concessões a Rússia e China. Além disso, criou uma nova realidade que agora já escapou ao controle dos Estados Unidos e seus aliados, e também do Brasil e da Turquia;

iii) a reação norte-americana contra o Acordo foi rápida e ágil, mas o preço que os Estados Unidos pagarão pela sua posição contra essa iniciativa pacifista será muito alto. Perdem autoridade moral dentro das Nações Unidas e perdem credibilidade entre seus aliados do Oriente Médio, com a exceção de Israel, por razões óbvias. E já agora, passe o que passe, o Brasil e a Turquia serão uma referência ética e pacifista em todos os desdobramentos futuros deste contencioso;

iv) existe consenso de que a estrutura de governança mundial estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial, e reformulada após o fim da Guerra Fria, já não corresponde à configuração do poder mundial. Está em curso uma mudança na distribuição dos recursos do poder global, mas não se trata de um processo automático e dependerá muito da capacidade estratégica e da ousadia dos governos envolvidos nesse processo de transformação. O Oriente Médio faz parte da zona de segurança e interesse imediato da Turquia, mas, no caso do Brasil, foi a primeira vez que interveio numa negociação longe de sua zona imediata de interesse regional, envolvendo uma agenda nuclear e todas as grandes potências do mundo. A mensagem foi clara: o Brasil quer ser uma potência global e usará sua influência para ajudar a moldar o mundo, além de suas fronteiras, e o sucesso do Acordo já consagrou uma nova posição de autonomia do Brasil com relação a Estados Unidos, Inglaterra e França, e também com relação aos países do Bric;

v) o Acordo seguirá sendo a melhor chance para prevenir um conflito militar em todo o Oriente Médio. As sanções em discussão são fracas, já foram diluídas, não são totalmente obrigatórias e não atingirão a capacidade de resistência iraniana. Pelo contrário, se forem aprovadas e aplicadas, liberarão automaticamente o governo do Irã de qualquer controle ou restrição, diminuirão o controle norte-americano e da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), acelerarão o programa nuclear iraniano e aumentarão a probabilidade de um ataque israelense. Isso porque os Estados Unidos já estão envolvidos em duas guerras, e não é provável que a Otan assuma diretamente esta nova frente de batalha, a despeito do anti-islamismo militante dos atuais governos de direita de Alemanha, França e Itália;

vi) por fim, o jornal *O Globo* foi quem acertou em cheio ao prever – com perfeita lucidez – na véspera do Acordo que o sucesso da mediação do presidente Lula

com o Irã projetaria o Brasil, definitivamente, no cenário mundial. O que de fato aconteceu, estabelecendo uma descontinuidade definitiva com relação à política externa do governo FHC, que foi, ao mesmo tempo, provinciana e deslumbrada, e submissa aos juízos e decisões estratégicas das grandes potências.

Maio de 2010

### 3.15

## BRASIL E SEU MAR INTERIOR

Situado entre a costa leste da América do Sul e a costa oeste da África Negra, o Atlântico Sul ocupa um lugar decisivo do ponto de vista do interesse econômico e estratégico brasileiro: como fonte de recursos, como via de comunicação e como meio de projeção da influência do país no continente africano. Além do pré-sal brasileiro, existem reservas de petróleo na plataforma continental argentina e na região do golfo da Guiné, sobretudo na Nigéria, em Angola, no Congo, em Gabão e em São Tomé e Príncipe. Na costa ocidental africana também existem grandes reservas de gás na Namíbia e de carvão na África do Sul; e, na bacia atlântica, acumulam-se crostas cobaltíferas, nódulos polimetálicos (contendo níquel, cobalto, cobre e manganês), sulfetos (contendo ferro, zinco, prata, cobre e ouro), além de depósitos de diamante, ouro e fósforo, entre outros minerais relevantes, e já foram identificadas grandes fontes energéticas e minerais na região antártica. Além disso, o Atlântico Sul é uma via de transporte e comunicação fundamental entre o Brasil e a África, e é um espaço crucial para a defesa dos países ribeirinhos dos dois lados do oceano.

A Argentina tem 5 mil quilômetros de costa, sustenta uma disputa territorial com a Grã-Bretanha e tem importante projeção no território antártico e nas passagens interoceânicas do canal de Beagle e do estreito de Drake. Do outro lado do Atlântico, a África do Sul ocupa o vértice meridional do continente africano e é um país bioceânico, banhado simultaneamente pelo Atlântico e pelo Índico, com 3 mil quilômetros de costas marítimas e cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados de águas jurisdicionais ocupando uma posição muito importante como ponto de passagem entre ocidente e oriente, por onde circulam cerca de 60% do petróleo embarcado no Oriente Médio em direção a Estados Unidos e Europa. Finalmente, Nigéria e Angola têm 800 e 1.600 quilômetros de costa atlântica, respectivamente, e as reservas de petróleo do golfo da Guiné estão estimadas em



100 milhões de barris. Não há dúvida, porém, de que o Brasil é o país costeiro com maior importância econômica e geopolítica dentro do Atlântico Sul com seus 7.490 quilômetros de costa e seus 3.600 milhões de quilômetros quadrados de território marítimo, que podem chegar a 4,4 milhões – mais do que a metade do território continental brasileiro – caso sejam aceitas as reivindicações apresentadas pelo Brasil perante a Comissão de Limites das Nações Unidas: quase o dobro do tamanho do mar Mediterrâneo e do Caribe, e 1/4 maior do que o mar da China. O interesse estratégico do Brasil nessa área vai além da defesa de seu mar territorial e inclui toda sua Zona Exclusiva Econômica (ZEE), por onde passam cerca de 90% do seu comércio internacional; onde se encontram cerca de 90% das reservas totais de petróleo do Brasil e 82% de sua produção atual; e mais 67% de suas reservas de gás natural. Além disso, o Brasil possui três ilhas atlânticas com importante projeção sobre o território da Antártida, altamente vulneráveis do ponto de vista de sua segurança.

Entretanto, o controle militar do Atlântico Sul segue nas mãos das duas grandes potências anglo-saxônicas. A Grã-Bretanha mantém um cinturão de ilhas e bases navais pelo Atlântico Sul que lhe conferem enorme vantagem estratégica no controle da região, e os Estados Unidos dispõem de três comandos que operam na mesma área: o United States Southern Command (Ussouthcom), criado em 1963; o United States Africa Command (Africom), criado em 2007; e sua IV Frota Naval criada durante a Segunda Guerra Mundial e reativada em 2008, com o objetivo explícito de policiar o Atlântico Sul. Além disso, as duas potências anglo-saxônicas controlam a Base Aérea da Ilha de Ascensão, onde operam simultaneamente a Força Aérea dos Estados Unidos, a Força Aérea do Reino Unido e Forças dos países da Otan. Na mesma Ilha de Ascensão estão instaladas estações de interceptação de sinais e bases do sistema de monitoramento global, denominado Echelon, que permite o monitoramento e controle de todo o oceano Atlântico, caracterizando-se uma enorme assimetria de poder e de recursos entre as forças navais e aéreas das potências anglo-saxônicas e da Otan, e a dos demais países situados nos dois lados do Atlântico Sul.

Neste ponto o Brasil não tem como se enganar: possui capacitação econômica e tecnológica para explorar os recursos oferecidos pelo oceano, mas não possui atualmente a capacidade de defender a soberania do seu mar interior. A capacitação naval do Brasil foi inteiramente dependente da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, pelo

menos até a década de 1970, e o Brasil segue sendo um país vulnerável do ponto de vista da sua capacidade de defesa de sua costa e de sua plataforma marítima. Esse panorama só poderá ser modificado em longo prazo, após a construção da nova frota de submarinos convencionais e nucleares que deverão ser entregues à Marinha brasileira entre 2018 e 2045, e após o Brasil adquirir capacidade autônoma de construção de sua própria defesa aérea. De imediato, entretanto, o cálculo estratégico do Brasil tem que assumir essa assimetria de poder como um dado de realidade e como uma pedra no caminho de sua política de projeção de influência no continente africano, e sobre esse seu imenso mar interior.

Dezembro de 2013

### 3.16

## BRASIL E A ÁFRICA NEGRA

Ao incluir a África dentro do seu “entorno estratégico” e ao se propor a aumentar sua influência no continente africano, o Brasil precisa ter plena consciência de que está entrando num jogo de xadrez extremamente complicado. Porque já está em pleno curso – na segunda década do século XXI – uma nova “corrida imperialista” entre as “grandes potências”, e um dos focos dessa disputa é, mais uma vez, a própria África. Não é impossível que as velhas e novas potências envolvidas na disputa pelos recursos estratégicos da África voltem a cogitar a possibilidade de estabelecer novas formas maquiadas de controle colonial sobre alguns países africanos que eles mesmos criaram depois da Segunda Guerra Mundial.

A África é o segundo maior e mais populoso continente do mundo: tem área de 30.221.532 quilômetros quadrados e população de cerca de 1 bilhão de habitantes – 15% da população mundial. O continente inclui a ilha de Madagáscar, vários arquipélagos, 9 territórios e 57 Estados independentes. Os europeus chegaram à costa africana e iniciaram seu comércio de escravos negros nos séculos XV e XVI, mas foi só no século XIX que as grandes potências europeias ocuparam e impuseram sua dominação em todo o continente, menos na Etiópia. A independência africana, depois da Segunda Guerra Mundial, despertou grandes expectativas com relação aos seus novos governos de “libertação nacional” e seus projetos de desenvolvimento. Esse otimismo inicial, entretanto, foi atropelado por sucessivos golpes e regimes militares e pela crise econômica mundial que atingiu todas as economias periféricas na década de 1970, provocando prolongado declínio da economia africana. Na década de 1990, inclusive, se generalizou em alguns círculos a convicção de que a África seria um continente “inviável” e marginal dentro do processo vitorioso da globalização econômica, e, de fato, naquela década apenas 1% do fluxo dos investimentos diretos estrangeiros de todo o mundo foram destinados aos 57 países africanos. Depois de 2001, porém, a economia africana ressurgiu, acompanhando

o novo ciclo de expansão da economia mundial, como aconteceu na América do Sul. Essa mudança radical da economia africana se deveu, sobretudo, ao impacto do crescimento econômico de China e Índia, que consumiam 14% das exportações africanas no ano 2000, e hoje consomem 27%, como Europa e Estados Unidos, que foram os antigos “donos” comerciais do continente. Na direção inversa, as exportações asiáticas para a África vêm crescendo a uma taxa média de 18% ao ano, junto com os investimentos diretos chineses e indianos, sobretudo em energia, minérios e infraestrutura. Nesse sentido, não cabe mais dúvida, devido ao volume e à velocidade dos acontecimentos: a África é o hoje, o grande espaço de “acumulação primitiva” asiática e uma das principais fronteiras de expansão econômica e política de China e Índia.

O problema é que nesse mesmo período os Estados Unidos também aumentaram seu envolvimento militar e econômico na África, em nome do combate ao terrorismo e da proteção dos seus interesses energéticos, sobretudo na região do chifre da África e do golfo da Guiné, que deverá estar cobrindo aproximadamente 25% das importações norte-americanas de petróleo até 2015. O mesmo aconteceu com a União Europeia, em particular com França e Grã-Bretanha, que inclusive participaram, nesse período, de intervenções militares diretas no território africano. A própria Rússia tem intensificado seus acordos envolvendo venda de armas e alguns projetos bilionários de suprimento de gás para a Europa através da Itália e do deserto do Saara.

A relação do Brasil com a África durante quase todo o século XX foi de estranhamento e submissão aos interesses das potências coloniais europeias e à estratégia norte-americana da Guerra Fria. Foi só no início da década de 1960 que essa posição mudou pela primeira vez com a Política Externa Independente (PEI) dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, entre 1961 e 1964, retomada durante o governo Geisel e relaxada durante os governos neoliberais da década de 1990. Só agora, no início do século XXI, o Brasil retomou e assumiu explicitamente seu interesse estratégico na África, propondo-se a irradiar sua liderança e a projetar sua influência política e econômica, sobretudo na região subsaariana. O Brasil é o único país sul-americano que é também negro e que tem excelentes oportunidades econômicas no território subsaariano em infraestrutura e serviços, mas também na indústria e na capacitação da sua mão de obra. Entretanto, para manter sua decisão estratégica e conquistar espaços, o Brasil tem que estar disposto e preparado para

enfrentar a pesada concorrência de velhas e novas potências como China e Índia, que têm capacidade imediata muito maior de mobilização econômica e militar. Terá que começar pela conscientização e mobilização da sua própria sociedade, em particular de suas elites brancas que sempre tiveram enorme dificuldade de reconhecer, aceitar e valorizar as raízes africanas e negras do seu próprio país.

Novembro de 2013

### 3.17

## BRASIL, ESTADOS UNIDOS E O HEMISFÉRIO OCIDENTAL (I)

*As terras situadas ao sul do Rio Grande constituem um mundo diferente do Canadá e dos Estados Unidos. E é uma coisa desafortunada que as partes de fala inglesa e latina do continente tenham que ser chamadas igualmente de América, evocando similitudes entre as duas que de fato não existem.*

Nicholas J. Spykman, *America's Strategy in World Politics* (Nova York, Harcourt, Brace and Company, 1942), p. 46.

Tudo indica que os Estados Unidos serão o principal contraponto da política externa brasileira dentro do hemisfério ocidental durante o século XXI. Quase ninguém tem dúvida, também, de que os Estados Unidos seguirão sendo, por muito tempo, a principal potência militar e uma das principais economias do mundo. Por isso, é fundamental compreender as configurações geopolíticas da região e a estratégia que orienta a política hemisférica norte-americana deste início de século.

Ao norte do continente, o poder norte-americano foi, é, e seguirá sendo incontestável, garantindo-lhe fronteiras continentais absolutamente seguras. Além disso, a assimetria de poder dentro da América do Norte é de tal ordem que o Canadá e o México tendem a convergir cada vez mais, atraídos pela força gravitacional do poder econômico e militar dos Estados Unidos. O que não significa, entretanto, que o Canadá e o México ocupem a mesma posição junto aos Estados Unidos e dentro do tabuleiro geopolítico e econômico regional, apesar de os três países participarem do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) desde 1993. O Canadá ocupa uma posição única como ex-colônia e ex-domínio britânico, que após sua independência e a Segunda Guerra Mundial se transferiu para a órbita de influência direta dos Estados Unidos, transformando-se em sócio comercial, aliado estratégico e membro do sistema de defesa e informação militar dos povos de língua inglesa comandado pelos Estados Unidos e composto por

Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia. Nesse contexto, o México ocupa apenas a posição de enclave militar dos Estados Unidos, uma espécie de “primo pobre” de “fala latina” ao lado das potências anglo-saxônicas. Mais do que isso, o México é hoje um país dividido e conflagrado por uma verdadeira guerra civil que escapa cada vez mais ao controle do seu governo central, mesmo depois do acordo de colaboração militar assinado com os Estados Unidos em 2010. Mesmo com relação ao Nafta, a economia mexicana se beneficiou em alguns poucos setores dominados pelo capital norte-americano, como automobilística e eletrônica, mas, ao mesmo tempo, nestes últimos vinte anos o México foi o único dos grandes países latino-americanos em que a pobreza cresceu, atingindo hoje 51,3% da sua população. Hoje a economia mexicana é inseparável da norte-americana, e a política externa do país tem escassíssimos graus de liberdade, atuando quase sempre como ponta de lança da política econômica internacional dos Estados Unidos, como no caso explícito da Aliança do Pacífico.

Do ponto de vista estritamente geográfico, a América do Norte inclui o istmo centro-americano, que Nicholas Spykman coloca ao lado dos países caribenhos e de Colômbia e Venezuela, dentro de uma mesma zona de influência americana “onde a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada. Para todos os efeitos, trata-se um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos, o que significa que ficarão sempre numa posição de absoluta dependência dos Estados Unidos”<sup>1</sup> – o que explica as quinze bases militares dos Estados Unidos existentes na América Central e no Caribe. Foi uma região central na segunda guerra fria de Ronald Reagan, e será muito difícil que se altere a posição norte-americana nas próximas décadas, o que vai muito além das dissidências cubana e venezuelana.

Por último, a política externa dos Estados Unidos diferencia claramente os países situados ao sul da Colômbia e da Venezuela, nos quais mantêm seu principal objetivo estratégico de impedir o surgimento de um polo alternativo de poder no Cone Sul do continente, capaz de questionar sua hegemonia hemisférica. Com relação a esses países, os Estados Unidos sempre utilizaram a mesma linguagem, com duas tônicas complementares: a dos acordos militares bilaterais e a das zonas de livre comércio. Os acordos militares começaram a ser assinados no fim do século XIX, e a primeira proposta de uma zona pan-americana de

---

<sup>1</sup> Nicholas J. Spykman, *America's Strategy in World Politics*, cit., p. 60.

livre-comércio foi apresentada pelo presidente Grover Cleveland em 1887, um século antes da Alca, proposta em 1994 e rejeitada em 2005 pelos principais países sul-americanos. Não existe uma relação mecânica entre os fatos, mas chama a atenção o fato de que pouco depois dessa rejeição os Estados Unidos tenham reativado sua IV Frota Naval, com o objetivo de proteger seus interesses no Atlântico Sul. A esse propósito, cabe lembrar o diagnóstico e a proposta de Nicholas Spykman (1893-1943), teórico geopolítico que exerceu maior influência sobre a política externa dos Estados Unidos no século XX: “Fora da nossa zona imediata de supremacia norte-americana, os grandes estados da América do Sul (Argentina, Brasil e Chile) podem tentar contrabalançar nosso poder através de uma ação comum [...], e uma ameaça à hegemonia americana nesta região do hemisfério (a região do ABC) terá que ser respondida através da guerra”<sup>2</sup>. Esses são os termos da equação, e a posição norte-americana foi sempre muito clara. O mesmo não se pode dizer da política externa brasileira.

Janeiro de 2014

---

<sup>2</sup> Ibidem, p. 62 e 64.



### 3.18

## BRASIL, ESTADOS UNIDOS E O HEMISFÉRIO OCIDENTAL (II)

*A new form of nationalism may emerge, seeking national or regional identity by confronting the United States. In its deepest sense, the challenge of Western Hemisphere policy for the United States is whether it can help bring about the world envisioned by Free Trade Area of the Americas, or whether the Western Hemisphere, for the first time in its history, will break up into competing blocs; whether democracy and free markets will remain the dominant institutions or whether there is a gradual relapse into populist authoritarianism.*

Henry Kissinger, *Does America Need a Foreign Policy?*  
(Nova York, Simon & Schuster, 2001), p. 84.

Em grandes linhas, foi a visão estratégica de Nicholas Spykman<sup>1</sup>, formulada na década de 1940, que orientou a política externa dos Estados Unidos para a América do Sul – democrata e republicana – durante toda a segunda metade do século XX. Nesse período, só Henry Kissinger teve, dentro dos Estados Unidos, uma visão geopolítica de mundo tão ampla e inovadora, mas, apesar disso, ele não mudou uma vírgula com relação à visão hemisférica de Spykman, com a diferença que Kissinger foi também um executivo e ocupou cargos de importância crescente, dentro das administrações republicanas a partir do primeiro governo de Dwight Eisenhower, em 1953, até o final das administrações de Richard Nixon e Gerald Ford, de quem foi conselheiro de Segurança, e secretário de Estado, respectivamente. Nesse tempo, participou de conjunturas e decisões internacionais que o transformaram numa das figuras mais importantes da política externa norte-americana da segunda metade do século XX, sobretudo durante as administrações de Nixon e Ford, quando deu contribuição decisiva para a formulação da nova estratégia dos Estados Unidos de

<sup>1</sup> Ver José Luís Fiori, “Brasil, Estados Unidos e o hemisfério ocidental (I)”, *Valor Econômico*, São Paulo, 29 jan. 2014. [Neste volume, p. 253-5 – N. E.]

resposta à crise econômica mundial dos anos 1970 e à derrota americana no Vietnã, em 1973. Ele participou diretamente das negociações de paz no Vietnã que levaram à assinatura dos Acordos de Paris em 1973 e das negociações secretas com Chou En-Lai e Mao Tsé-tung em 1971 e 1972 que levaram à reaproximação dos Estados Unidos com a China, e à reconfiguração completa da geopolítica mundial, antes e depois do fim da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, porém, Kissinger tomou várias decisões sangrentas também cruciais, como foi o caso da ordem de bombardeio aéreo ao Camboja e ao Laos sem a autorização do Congresso dos Estados Unidos, em 1969; do apoio à guerra do Paquistão com a Índia no território atual de Bangladesh, em 1971; do apoio e do financiamento ilegal da invasão ao Chipre pela Turquia em 1974; do apoio à invasão sul-africana de Angola em 1975; e, finalmente, também em 1975, do apoio à invasão ao Timor Leste pela Indonésia, que se transformou numa ocupação de 24 anos e custou 200 mil vidas.

Sobre a América do Sul, entretanto, Henry Kissinger inovou muito pouco com relação à visão de Spykman sobre o potencial de ameaça para os Estados Unidos dos países do Cone Sul. Já haviam passado três décadas da publicação da sua obra clássica, *America's Strategy in World Politics*, em 1942, mas Kissinger seguia considerando inaceitável o surgimento de um poder hemisférico alternativo nessa região, ainda mais se fosse da parte de um governo de esquerda ou comunista – razão pela qual apoiou e sustentou os violentos golpes militares<sup>2</sup> que derrubaram os governos eleitos da Bolívia, em 1971, do Uruguai e do Chile, em 1973, e da Argentina, em 1976. E existem evidências inapeláveis de que também teve injunção na Operação Condor<sup>3</sup>, que integrou os serviços de inteligência das Forças Armadas de

<sup>2</sup> Na França, Henry Kissinger foi chamado a depor pelo juiz Roger Le Loire no processo sobre a morte de cidadãos franceses na Operação Condor, sob a ditadura militar chilena. O mesmo ocorreu na Espanha, com a investigação do juiz Juan Guzmán sobre a morte do jornalista norte-americano Charles Horman, sob a ditadura chilena, e também na Argentina, onde Kissinger foi investigado pelo juiz Rodolfo Canicoba por envolvimento na Operação Condor, assim como em Washington, onde existe um processo na corte federal com acusação de que Kissinger havia dado a ordem para o assassinato do general Schneider, comandante supremo das Forças Armadas chilenas, em 1970.

<sup>3</sup> Mais informações em Christopher Hitchens, *The Trial of Henry Kissinger* (Nova York, Grand Central Publishing, 2010); e também a resenha de Kenneth Maxwelll do livro de Peter Kornbluh, *The Pinochet File: a Declassified Dossier on Atrocity and Accountability* (Nova York, The New Press, 2013), sobre as relações de Kissinger com o regime de Augusto Pinochet, em particular com o assassinato do diplomata chileno Orlando Letelier em Washington, em 1976.

Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, para sequestrar, torturar e assassinar personalidades políticas de oposição nesses países.

Nas décadas de 1980 e 1990, Henry Kissinger afastou-se da diplomacia direta, mas manteve influência pessoal e intelectual muito grande dentro do *establishment* norte-americano e entre as elites conservadoras sul-americanas. Em 2001 – uma década após o fim da Guerra Fria e da “ameaça comunista” – Kissinger publicou um livro<sup>4</sup> que marcou época, discutindo o futuro geopolítico do mundo e sintetizando os novos consensos da política externa dos Estados Unidos para o século XXI. Chama a atenção, de novo, nesse livro, sua posição com relação à América do Sul: para Kissinger, o continente sul-americano segue sendo, no novo século, uma “zona de influência” onde os Estados Unidos não podem admitir nenhum tipo de contestação à sua supremacia estratégica e econômica. Da mesma forma que no século anterior, só que agora a grande ameaça à supremacia estado-unidense já não vem do comunismo; vem do “populismo autoritário” e do “nacionalismo” dos governos que rejeitam as propostas norte-americanas de integração econômica do tipo Alca, na década de 1990, e do tipo Aliança do Pacífico, nos anos mais recentes. Ou seja, desse ponto de vista dominante nos Estados Unidos, nesse momento, todos os governos da América do Sul representariam uma ameaça aos interesses norte-americanos que deve ser contida e derrotada, com exceção dos governos de Colômbia, Peru e Chile.

Fevereiro de 2014

---

<sup>4</sup> Henry Kissinger, *Does America Need a Foreign Policy?*, cit.

### 3.19

## O CISMA DO PACÍFICO

*O Brasil era naturalmente líder, hoje a coisa é muito complicada. O continente se dividiu, há o “Arco do Pacífico” [...]. Então de alguma maneira perdemos nossa relevância política no continente, que era inconteste. Nunca chegamos a pensar uma negociação a fundo com os Estados Unidos, sempre tivemos medo.*

Fernando Henrique Cardoso, *Valor Econômico*, São Paulo, 30 nov. 2012.

Na história do desenvolvimento sul-americano – depois da Segunda Guerra Mundial – o projeto de integração do continente nunca foi uma política de Estado, indo e vindo ao longo do tempo como se fosse uma utopia “sazonal”, que se fortalece ou enfraquece dependendo das flutuações da economia mundial e das mudanças de governo dentro da própria América do Sul. Durante a primeira década do século XX, os novos governos de esquerda do continente, somados ao crescimento generalizado da economia mundial, entre 2001 e 2008, reavivaram e fortaleceram o projeto integracionista, em particular o Mercosul, liderado pelo Brasil e pela Argentina. Após a crise de 2008, entretanto, esse cenário mudou: a América do Sul se recuperou rapidamente, puxada pelo crescimento chinês, mas esse sucesso de curto prazo trouxe de volta, e vem aprofundando, algumas características seculares da economia sul-americana que sempre obstaculizaram e dificultaram o projeto de integração, a saber, o fato de ser uma somatória de economias primário-exportadoras paralelas, orientadas pelos mercados externos.

Esta situação de desaceleração ou impasse do “projeto brasileiro” de integração sul-americana explica, em parte, o entusiasmo da grande imprensa econômica internacional e o sucesso entre os ideólogos liberais latino-americanos da nova Aliança do Pacífico, bloco comercial competidor do Mercosul inaugurado pela Declaração de Lima, de abril de 2011, e sacramentado pelo Acordo Marco de Antofagasta, assinado em junho de 2012 por Peru, Chile, Colômbia e México, quatro países

com economias exportadoras de petróleo ou minérios, adeptos do livre-comércio e das políticas econômicas ortodoxas. O entusiasmo ideológico ou geopolítico, entretanto, encobre às vezes alguns fatos e dados elementares. O primeiro é que os quatro membros da “nova aliança” já tinham assinado acordos prévios de livre-comércio com os Estados Unidos e com um grande número de países asiáticos. O segundo e mais importante é que o México pertence geograficamente à América do Norte, e desde sua incorporação ao Nafta, em 1994, se transformou num pedaço inseparável da economia norte-americana e no território ocupado pela guerra entre os grandes cartéis da droga que fornecem a cocaína da sociedade norte-americana, que vem, em boa parte, exatamente do Peru e da Colômbia. Em terceiro lugar, os três países sul-americanos que fazem parte do novo bloco têm territórios isolados por montanhas e florestas tropicais e são pequenas ou médias economias costeiras e de exportação, com escassíssimo relacionamento comercial entre si ou com o México. O Chile é o único desses três países que possui clima temperado e terras produtivas, mas é um dos países mais isolados do mundo e é quase irrelevante para a economia sul-americana. A soma do produto interno bruto dos três é de cerca de U\$ 800 bilhões, menos de um terço do produto interno bruto brasileiro e menos de um quarto do produto interno do Mercosul. Além disso, o crescimento econômico recente de Chile, Peru e Colômbia foi quase igual ao de Equador e Bolívia, que também são andinos, não pertencem ao novo bloco, se opõem às políticas e reformas neoliberais e devem ingressar brevemente no Mercosul, como já ocorreu com a Venezuela.

Concluindo, pode-se dizer com toda a certeza que este “cisma do Pacífico” tem mais importância ideológica do que econômica dentro da América do Sul, e seria quase insignificante politicamente se não fosse pelo fato de se tratar de uma pequena fatia do projeto Obama de criação do Acordo de Parceria Econômica Estratégica Trans-Pacífico (TPP), peça central da sua política de reafirmação do poder econômico e militar norte-americano na região do Pacífico. Desde 2010, o presidente Barack Obama vem insistindo na tecla de que os Estados Unidos são uma “nação do Pacífico” que se propõe a exercer um papel central e de longo prazo no controle geopolítico e econômico dos dois lados do Pacífico, no oceano Índico e no sul da Ásia. Nesse sentido, é preciso ter claro que a inclusão do Brasil neste novo arco do Pacífico implica numa opção pela condição de periferia de luxo do sistema econômico mundial, e também significa, em última instância, apoiar

e participar da estratégia norte-americana de poder global e, ao mesmo tempo, de uma disputa regional entre Estados Unidos, Japão e China pela hegemonia do Leste Asiático e do Pacífico Sul. Segundo o *Foreign Affairs*, “se as negociações frutificarem, a TPP agregará bilhões de dólares à economia norte-americana e solidificará os objetivos políticos, financeiros e militares de Washington no Pacífico por muitas décadas”<sup>1</sup>.

Janeiro de 2013

---

<sup>1</sup> “[...] if the negotiations be fruit the TPP will add billions to the U. S. economy and solidify Washington’s political, financial, and military commitment to the Pacific for decades to come.” Opinião emitida na revista *Foreign Affairs*, jul.-ago. 2012, p. 22.

## 3.20

### A MIRAGEM MEXICANA

Poucas pessoas inteligentes fora da Inglaterra ainda prestam atenção nas notícias da monarquia inglesa e da sua família real em pleno século XXI. No entanto, o mesmo não se pode dizer da *city*, centro financeiro de Londres, e dos seus dois principais órgãos de imprensa e divulgação, *Financial Times* e *The Economist*, que seguem tendo importância decisiva na formação das opiniões e dos consensos ideológicos dentro das elites liberais e conservadoras do mundo. A escolha dos seus temas e o uso de sua linguagem nunca é casual, como no caso recente do seu entusiasmo pelo México e seu modelo de desenvolvimento liberal e seu ataque cada vez mais estridente ao intervencionismo da economia brasileira. Uma tomada de posição compreensível do ponto de vista ideológico, mas que não vem sendo confirmado pelos fatos.

Em 1994, o México assinou o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) junto com Estados Unidos e Canadá, e nos últimos vinte anos tem sido absolutamente fiel ao livre-cambismo, incluindo sua adesão à Aliança do Pacífico e à iniciativa norte-americana do TPP. Entretanto, nesse mesmo período, o México praticou uma política macroeconômica e financeira rigorosamente ortodoxa – em particular na última década – mantendo inflação baixa, câmbio flexível, taxas de juros moderadas e amplo acesso ao crédito. Mesmo assim, depois de duas décadas, o balanço dessa experiência ultraliberal deixa muito a desejar<sup>1</sup>. Como era de se prever, o comércio exterior do país cresceu significativamente no período e passou – em termos absolutos – de U\$ 60 bilhões em 1994 para US\$ 400 bilhões em 2013. Nesse mesmo período, no entanto, a economia mexicana teve crescimento médio anual pífio de 2,6%, sendo o crescimento *per capita* de apenas 1,2%. O emprego industrial cresceu de forma setorial e vegetativa, e mesmo nas maquiladoras foi

---

<sup>1</sup> Mais informações no artigo do ex-ministro de relações exteriores do México, Jorge Castañeda, “Nafta’s Mixed Record”, *Foreign Affairs*, jan.-fev. 2014.

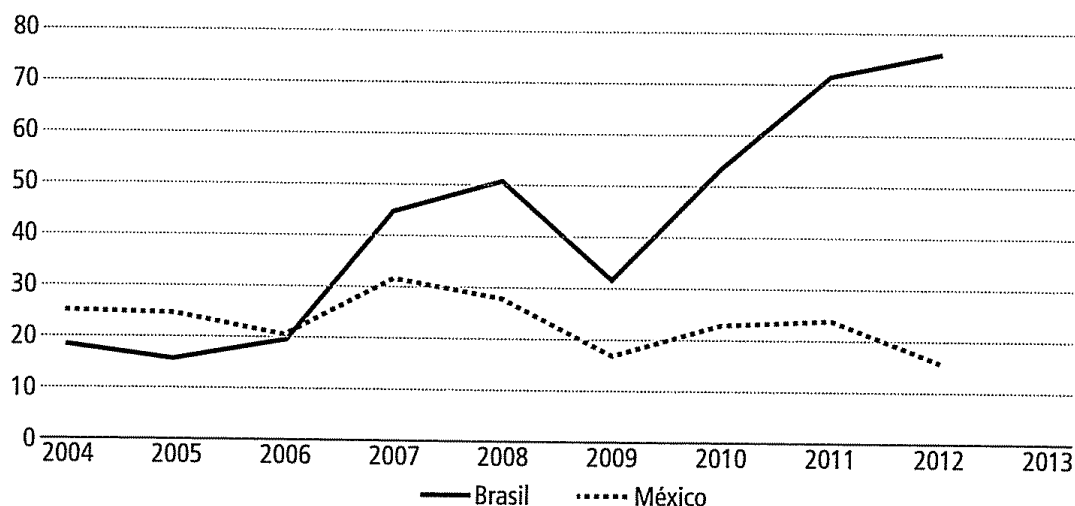
de apenas 20%, algo em torno de 700 mil novos postos de trabalho. A participação dos salários na renda permaneceu em torno de 29% da renda nacional, e a pobreza absoluta da população mexicana aumentou significativamente. Por fim, ao contrário do que havia sido previsto, a economia mexicana não se integrou às cadeias globais de produção, a produtividade média da economia praticamente só cresceu de forma segmentada e vegetativa, e o investimento direto estrangeiro (o principal “prêmio” anunciado em troca da abertura da economia) não teve nenhuma alteração significativa.

Esse balanço fica ainda mais decepcionante quando se compara o desempenho do modelo mexicano com o modelo intervencionista da economia brasileira no período entre 2003 e 2012. Segundo dados publicados pelo Banco Mundial<sup>2</sup> e pelo Ministério do Trabalho dos dois países, os números e as diferenças são realmente chocantes. Nesse período, o crescimento médio anual do PIB brasileiro foi de 3,58%; o do México, 2,60%. O crescimento total da economia brasileira foi de 42,17%; o do México, 29,29%. As exportações brasileiras cresceram a uma taxa anual de 5,20%; as do México, a 4,34%. O crescimento total das exportações brasileiras foi de 65,95%; o do México, 53,35%. As importações brasileiras cresceram a uma taxa média anual de 10,58%; as do México, a 5,30%. O crescimento total das importações no Brasil foi de 173,32%; no México, de apenas 67,54%. Entretanto, a renda *per capita* brasileira cresceu a uma taxa anual de 2,53% e a do México a 1,34%; o crescimento total da renda no Brasil foi de 28,4% e no México foi de 14,26%; e a participação dos salários na renda chegou a 45% no Brasil e a 29% no México. Nesse mesmo período, o Brasil criou 21 milhões de novos empregos formais, e o México criou 3,5 milhões; e a pobreza absoluta foi reduzida a 15,9% no Brasil e aumentou para 51,3% no México. Por fim (pasmese), entre 2002 e 2012 o investimento direto estrangeiro no Brasil cresceu de US\$ 16,590 milhões para US\$ 76,110 milhões de dólares; no México, caiu de US\$ 23,932 milhões em 2002 para US\$ 15,4553 milhões em 2012! Só para encerrar a comparação, em 2013 a economia brasileira cresceu 2,3% (uma das maiores taxas entre as grandes economias do mundo), enquanto a economia mexicana cresceu 1,1%.

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <data.worldbank.org/>; acesso em: 21 set. 2014.



Investimento direto estrangeiro, rendimentos líquidos  
(balança de pagamentos, em bilhões de dólares)<sup>3</sup>



Isso posto, o elogio do México deve ser considerado um caso de má-fé, fundamentalismo ideológico ou estratégia internacional? As três coisas ao mesmo tempo. O que importa, no entanto, é o que dizem os números, e a conclusão é uma só: na última década, o modelo mexicano de abertura liberal, de integração com os Estados Unidos e de livre comércio teve um desempenho extraordinariamente pior do que o “modelo intervencionista”, “heterodoxo” e “fechado” (citados pelo *Financial Times* e pelo *The Economist*) da economia brasileira, junto com seu projeto de integração do Mercosul.

Abril de 2014

<sup>3</sup> Dados do Fundo Monetário Internacional, disponíveis em: <[data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD/countries/BR-MX?display=graph](http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD/countries/BR-MX?display=graph)>; acesso em: 21 set. 2014.

### 3.21

## COLÔMBIA, PERU E CHILE

A projeção de crescimento do PIB de Colômbia, Peru e Chile para 2014 já foi revista para baixo várias vezes neste primeiro semestre do ano. Junto com a previsão de queda cada vez maior dos investimentos privados e de subida simultânea da taxa de inflação nos três países. No caso da Colômbia, após quatro anos de crescimento médio de 5%, a tendência atual aponta para uma taxa inferior a 4%. A Associação Nacional de Instituições Financeiras (ANIF) da Colômbia considera que o ciclo recente de crescimento do país acabou e foi um caso típico de “voo da galinha”, puxado pelas vendas externas que agora estão em queda (só para os Estados Unidos caíram 15% em 2013); pela indústria que está em retração (já caiu para 12% do PIB); e pela agricultura que se sente sem condições de concorrer após a abertura comercial do país dos últimos anos – panorama econômico que fica ainda mais complicado quando se tem presente que mais de 40% da população colombiana já se encontrava abaixo da linha da pobreza em pleno período de alto crescimento do país, segundo o escritório do alto comissariado da ONU para os Direitos Humanos. Daí o pessimismo dos investidores privados e sua resistência frente ao grande plano de obras do governo colombiano, no valor de US\$ 25 bilhões, desenhado para desbloquear a infraestrutura de transportes e comunicação da Colômbia, que é péssima. No caso do Peru, as taxas de crescimento do ciclo recente foram ainda mais elevadas (uma média de cerca de 7%), por isso a perspectiva de queda em 2014 é relativamente maior. O ex-ministro da Fazenda Pedro Pablo Kuczynski, do Peru, prevê uma taxa de 4% ou talvez menos, e antecipa uma grande queda no investimento privado durante este ano provocada pelas expectativas pessimistas do empresariado e pela consequente perda de posições do país junto aos investidores internacionais. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Informática (Inei) do Peru, a produção industrial vem caindo regularmente, de forma ainda mais acentuada no caso da produção mineira, que é

a maior atividade econômica do país. Suas exportações também estão caindo, o déficit comercial está aumentando e, neste momento, existem nada menos do que trinta projetos petroleiros interrompidos por falta de recursos e de investidores interessados. Por fim, o Chile também teve crescimento médio de quase 6% nos últimos 4 anos, mas a previsão de crescimento para 2014 já foi reduzida em 1/3 e pode ficar abaixo dos 3%, depois de um primeiro trimestre em que seu PIB teve menor crescimento e a inflação, seu maior aumento nos últimos 4 anos. Nesse mesmo trimestre, os investimentos tiveram queda de 5%, depois de já terem caído 12,3% no último trimestre de 2013, enquanto a produção industrial registrava contração em 8 dos últimos 12 meses. Por fim, o preço internacional do cobre alcançou seu nível mais baixo dos últimos 4 anos, interrompendo o *boom* de investimento na indústria mineradora desta última década.

Essa desaceleração da economia foi uma das grandes responsáveis pelo pessimismo empresarial e pela insatisfação social que derrotou no Chile o governo conservador de Sebastián Piñera e elegeu em 2013 a presidenta socialista Michelle Bachelet; que dificultou imensamente a reeleição do presidente colombiano, Juan Manuel Santos, da Colômbia, que só foi lograda com o apoio das forças de esquerda; e que mantém o presidente peruano Ollanta Humala prisioneiro de um baixíssimo nível de aprovação popular – apenas 22% – e quase sem perspectiva de eleger seu próprio sucessor. Como consequência, discutem-se cada vez mais nos meios político e acadêmico dos três países novos caminhos e alternativas capazes de recolocá-los na rota de crescimento dos últimos anos. O presidente reeleito da Colômbia defende a necessidade de uma política industrial e de defesa da produção agrícola nacional; a nova presidenta do Chile já propôs ampla reforma fiscal para refortalecer o Estado chileno, e vem defendendo junto com o presidente colombiano um estreitamento de laços com os países do Mercosul. O problema é que a maior dificuldade para mudar está nas próprias limitações objetivas desses três países andinos. Em primeiro lugar, eles possuem territórios de difícil ocupação e exploração econômica, com terras pouco férteis, à exceção do vale central do Chile. Em segundo lugar, os três países possuem economias nacionais muito pequenas, que são praticamente monoexportadoras de *commodities*, sem escala nem fôlego para construir um sistema industrial próprio, apoiado na dinâmica do seu mercado interno. No caso da Colômbia, os combustíveis minerais são responsáveis por 66% de sua pauta de exportações; no caso do Peru, os minérios e combustíveis minerais

constituem 63%; e, no caso do Chile, o cobre e alguns outros minérios representam cerca de 60% de suas exportações, sendo que o Chile ainda tem o agravante de ser uma economia inteiramente vulnerável do ponto de vista energético, dependendo da importação de energia elétrica e de combustíveis para atender a todas as suas necessidades nacionais.

Em síntese, frente à desaceleração do seu crescimento e ao aumento das insatisfações sociais, Colômbia, Peru e Chile dispõem de muito poucas alternativas econômicas em curto prazo. Transformaram-se em economias que só conseguem operar com eficiência, durante períodos limitados de tempo, como “fusíveis” de algum “aparelho econômico” que seja mais amplo e complexo, mas que escapa inteiramente ao seu controle.

Junho de 2014

## 3.22

### A RETÓRICA DA COMPARAÇÃO

Na década entre 2003 e 2012, a taxa média de crescimento anual do PIB de Uruguai, Bolívia e Equador foi superior à taxa média de crescimento do Brasil; o mesmo aconteceu com a taxa de crescimento das exportações desses três países, que também cresceu mais que a do Brasil. Mais do que isso, o Uruguai obteve a segunda maior taxa de crescimento da América do Sul, superior às taxas do Chile e da Colômbia, e todos esses países seguirão crescendo mais do que o Brasil no ano de 2014. Diferentemente de Chile, Colômbia e Peru, o Uruguai pertence ao Mercosul, a Bolívia está ingressando e o Equador está a caminho. No entanto, o que realmente pesa e interessa é que todos esses países são pequenas economias exportadoras de *commodities* com baixíssimo grau de industrialização e limitados mercados internos de consumo.

Taxa média de crescimento do PIB e das exportações de bens e serviços (2003-2012) de algumas economias sul-americanas (%)<sup>1</sup>

Países	Média de crescimento do PIB (%)	Média de crescimento das exportações de bens e serviços (%)
Peru	6,47	7,14
Uruguai	5,23	8,69
Colômbia	4,73	5,88
Equador	4,54	4,73
Bolívia	4,46	6,79
Chile	4,45	4,29
Brasil	3,58	5,20

O uso da comparação como método de conhecimento e aprendizado social e político começou na Grécia e se generalizou depois de Maquiavel. No entanto, foi

<sup>1</sup> Dados extraídos do Banco Mundial, disponíveis em: <[data.worldbank.org/](http://data.worldbank.org/)>; acesso em: 21 set. 2014.

apenas na segunda metade do século XX que os avanços quantitativos da contabilidade nacional permitiram fazer comparações macroeconômicas abstratas entre países. O problema é que essas comparações só têm sentido e permitem algum aprendizado quando consideram as bases materiais concretas sobre as quais se sustentam e constroem essas abstrações macroeconômicas. Por isso, há pouca utilidade comparar o Brasil com esses pequenos países, e seria insensatez ainda maior propor que o Brasil seguisse o modelo de crescimento dessas verdadeiras ilhas monoexportadoras. A economia do Uruguai é do tamanho da de Santa Catarina, e as de Chile e Peru são mais ou menos do tamanho da economia do Rio de Janeiro. Portanto, seria como comparar um elefante a um coelho, e copiar seu modelo de crescimento seria como tentar dirigir um caminhão usando um manual de instruções de um patinete.

Segundo cálculos recentes do Banco Mundial, o Brasil passou a ser a sétima maior economia do mundo entre 2004 e 2013. Além disso, segundo os dados do Bird, o Brasil foi o país que teve a quinta maior taxa média de crescimento anual do PIB e da renda *per capita* entre as dez maiores economias do mundo nesse mesmo período. Por último, e apesar de tudo, o Brasil obteve a quarta maior taxa de crescimento entre as grandes potências econômicas do mundo, em 2013, e está mantendo a sétima maior taxa no ano de 2014.

Taxa média de crescimento do PIB e da renda *per capita* (2004-2013) das dez maiores economias do mundo (%)<sup>2</sup>

Países	Média de crescimento do PIB (%)	Média de crescimento da renda per capita (%)
Estados Unidos	1,74	0,85
China	10,20	9,62
Índia	7,50	6,05
Japão	0,78	0,81
Alemanha	1,29	1,52
Rússia	4,01	4,10
Brasil	3,73	2,73
França	0,96	0,39
Indonésia	5,75	4,34
Inglaterra	1,10	0,37

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <data.worldbank.org/>; acesso em: 21 set. 2014.

A partir de agora, goste-se ou não, esse é o novo grupo de referência do Brasil e, ao mesmo tempo, é o grupo dos países que disputam com o Brasil os mercados mundiais. Nesse grupo das grandes potências econômicas do mundo, cinco das seis economias que aparecem na frente do Brasil (se incluirmos aí Alemanha e Japão, o que parece bastante adequado) seguem estratégias econômicas fortemente nacionalistas e devem ser consideradas casos típicos de capitalismo de Estado, e todas elas são ou disputam hoje a condição de potências geopolíticas regionais ou globais. Mesmo assim, seria uma ingenuidade querer copiar pura e simplesmente as políticas desses países, até porque, entre os chamados “emergentes”, o Brasil já viveu seu ciclo de alto crescimento econômico entre 1937 e 1980, aproveitando-se da oportunidade estratégica criada pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria, ao contrário dos demais “emergentes” que começaram seu ciclo no final do século XX, o que faz uma enorme diferença.

Neste momento, não bastam comparações macroeconômicas simplórias e fora do contexto estrutural e geopolítico de cada país para se discutirem novas estratégias de aceleração econômica. Nestas primeiras décadas do século XXI, o mundo está atravessando uma imensa transformação geopolítica e econômica global, com a intensificação da competição e das disputas entre suas grandes potências militares. Nestas horas, ampliam-se os espaços e as oportunidades estratégicas dos demais Estados e economias que disponham de tamanho, população, recursos e densidade econômica suficientes, como é o caso do Brasil e, mesmo assim, o aproveitamento dessas oportunidades estratégicas dependerá da existência de coalizões de poder, burocracias e lideranças com capacidade de antecipar brechas e desenhar políticas econômicas adequadas para cada momento, e com capacidade de sustentar – por um período prolongado de tempo – o objetivo central de conquista agressiva de posições dentro da hierarquia internacional de poder e de riqueza. Nestes momentos não cabe olhar para trás ou para baixo; há que se olhar para frente e pensar grande para não ser atropelado pela história.

Julho de 2014

### 3.23

## BRASIL, ARGENTINA E O CONE SUL

A extensão da bacia hidrográfica do rio da Prata e a imensa fertilidade de suas terras explicam, em boa medida, a importância estratégica do Cone Sul dentro do sistema internacional. A bacia do Prata constitui uma região geoeconômica plana, contínua e relativamente homogênea, que atravessa fronteiras e integra partes importantes dos territórios argentino, uruguaio, paraguaio e boliviano e do próprio território brasileiro, banhado pelo rio Paraná e pelos seus afluentes Parnaíba, Grande, Tietê e Paranapanema. Essa região de enorme potencial econômico foi transformada num só tabuleiro geopolítico pelas guerras de independência e pelas guerras platinas que se sucederam até a segunda metade do século XIX, culminado com a Guerra do Paraguai, que marca o início da competição secular entre Argentina e Brasil pelo controle do Cone Sul. Um século, exatamente, em que a Argentina se transformou no primeiro grande milagre econômico da América do Sul, entre 1870 e 1940; e em que o Brasil se transformou no segundo grande milagre econômico do continente, entre 1937 e 1980, completando ao final mais de cem anos de alto crescimento contínuo, dentro de uma mesma região, algo absolutamente incomum na história do desenvolvimento capitalista.

A arrancada do milagre econômico argentino ocorreu logo depois da Guerra do Paraguai e da unificação definitiva do estado argentino, na década de 1860, e obedeceu a uma estratégia geopolítica claramente expansiva e de disputa pela hegemonia do Cone Sul com o Brasil e o Chile. Essa estratégia orientou, desde o início, as guerras argentinas de conquista territorial do oeste e do sul, assim como seu desenvolvimento econômico e sua aliança quase incondicional com a Inglaterra. Entre 1870 e 1930, a economia argentina cresceu a uma taxa média anual de cerca de 6% e, no início do século XX, a Argentina havia se transformado no país mais rico do continente sul-americano e na sexta ou sétima economia mais rica do mundo, com renda *per capita* quatro vezes maior do que a dos bra-



sileiros naquele momento. Nessa hora, a Argentina teve todas as condições para se transformar na potência hegemônica da América do Sul e numa importante potência econômica mundial. No entanto, não foi isso que aconteceu depois de 1940, quando a Argentina entrou num longo processo entrópico de divisão social e crise política crônica ao não conseguir se unir em torno de uma nova estratégia adequada ao contexto geopolítico e econômico criado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, do declínio da Inglaterra e da nova supremacia mundial dos Estados Unidos. Como se fosse uma sequência ou consequência quase direta dessa desaceleração argentina, o Brasil viveu seu próprio milagre econômico entre 1937 e 1980, orientado por uma estratégia igual e contrária de resposta e de superação ao desafio argentino, por meio de uma política de rearmamento das Forças Armadas, e de desenvolvimento e industrialização da economia brasileira. Essas ideias foram elaboradas e amadurecidas durante as duas primeiras décadas do século XX, mas só foram colocadas em prática de forma sistemática e consistente a partir da década de 1930, quando a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 7%, ultrapassando a Argentina e transformando-se na principal economia da América do Sul. No entanto, esse quadro favorável e de crescimento contínuo foi alterado pela crise econômica e pelas mudanças geopolíticas da década de 1970, quando o governo brasileiro foi obrigado a redefinir sua estratégia de inserção internacional e sua própria política de desenvolvimento econômico. Foi nesse momento que o governo militar do general Geisel propôs a transformação do Brasil numa “potência intermediária” e num “capitalismo de Estado”, mas esse projeto dos militares brasileiros foi atropelado pela política externa e pela política econômica internacional dos Estados Unidos, e pela oposição de uma parte das elites que haviam apoiado o regime militar.

Nessa história, o importante é entender que os milagres econômicos da Argentina e do Brasil nos séculos XIX e XX foram orientados por duas estratégias opostas de competição econômica e militar, pela hegemonia do Cone Sul. Essas estratégias foram formuladas internamente, mas acabaram sendo estimuladas e instrumentalizadas pela Inglaterra e pelos Estados Unidos como forma de equilibrar as forças e neutralizar o poder expansivo do próprio Cone Sul. Desse ponto de vista, o novo projeto do Brasil e da Argentina de construção de uma zona de coprosperidade e de um bloco de poder sul-americano é, de fato, uma revolução na história do Cone Sul. Trata-se, porém, de uma estratégia que só poderá ter sucesso a longo

prazo, e que enfrentará oposição externa e interna, ferrenha e permanente, dos Estados Unidos e dos partidários locais do “cosmopolitismo de mercado”. Nesse ponto não há como se enganar: todo e qualquer sucesso dessa nova aliança e dessa nova política do Brasil e da Argentina será sempre considerado como uma linha vermelha para os interesses dos Estados Unidos e de sua rede de apoios dentro do continente, defensora da submissão estratégica e econômica da América do Sul à política internacional dos Estados Unidos.

Março de 2014

## Posfácio

### PARA CALCULAR O FUTURO

*O que temos é um mecanismo muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio. Uma configuração humana em que um número relativamente grande de unidades, em virtude do poder de que dispõem, concorre entre si, tende a desviar-se desse estado de equilíbrio e a aproximar-se de um estado diferente, no qual um número cada vez menor de unidades pode competir entre si [...] A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai.*

Norbert Elias, *O processo civilizador*, v. 2  
(Rio de Janeiro, Zahar, 1976), p. 94 e 134.

No século XX, o Brasil deu um passo enorme e sofreu uma transformação profunda e irreversível dos pontos de vista econômico, sociológico e político. No início do século, era um país agrário, com um Estado fraco e fragmentado, e com poderes econômico e militar muito inferiores aos da Argentina. Hoje, na segunda década do século XXI, o Brasil é o país mais industrializado da América Latina e a sétima maior economia do mundo; possui um Estado centralizado e democrático, uma sociedade altamente urbanizada – ainda que desigual – e é o principal *player* internacional do continente sul-americano. Além disso, é um dos países do mundo com maior potencial de crescimento pela frente se levarmos em conta seu território, sua população e sua dotação de recursos estratégicos, sobretudo se for capaz de combinar seu potencial exportador de *commodities* com a expansão sustentada do seu próprio parque industrial e tecnológico. Tudo isso são fatos e conquistas inquestionáveis, mas esses fatos e conquistas colocaram o Brasil frente a um novo elenco de desafios internacionais, e hoje, em particular, o país está enfrentando uma disjuntiva extremamente complexa. As próprias dimensões que o Brasil adquiriu e as decisões que tomou no passado recente colocaram o país dentro do grupo dos Estados e das economias nacionais que fazem parte do núcleo de poder do

caleidoscópio mundial: um pequeno número de Estados e economias nacionais que exercem – em maior ou menor grau – um efeito gravitacional sobre todo o sistema, e que são capazes, simultaneamente, de produzir um rastro de crescimento dentro de suas próprias regiões. Queiram ou não queiram, esses países criam em torno de si zonas de influência, nas quais têm uma responsabilidade política maior do que a de seus vizinhos, enquanto são chamados a se posicionar sobre acontecimentos e situações longe de suas regiões, o que não acontecia antes de sua ascensão. Ao mesmo tempo, porém, os países que ingressam neste pequeno clube dos países mais ricos e poderosos têm de estar preparados, porque entram automaticamente num novo patamar de competição, cada vez mais feroz, entre os próprios membros desse núcleo, que lutam entre si para impor a todo o sistema seus objetivos e suas estratégias nacionais de expansão e crescimento.

Neste momento, o Brasil já não tem como recuar sem pagar um preço muito alto. No entanto, para avançar, o Brasil precisará de uma dose extra de coragem, persistência e inventividade. Além disso, terá de ter objetivos claros e uma coordenação estreita entre as agências responsáveis pela política externa do país, envolvendo sua diplomacia e sua política de defesa, articuladas com sua política econômica e com sua política de difusão global de sua cultura e de seus valores. E, o que é mais importante, o Brasil terá de sustentar uma vontade estratégica consistente e permanente, ou seja, uma capacidade social e estatal de construir consensos em torno de objetivos internacionais de longo prazo, junto com a capacidade de planejar e realizar ações de curto e médio prazo, mobilizando os atores sociais, políticos e econômicos relevantes, frente a cada situação e desafio em particular. Mais difícil do que tudo isso, entretanto, será o Brasil descobrir um novo caminho de afirmação de sua liderança e de seu poder internacional, dentro e fora de sua zona de influência imediata, um caminho que não siga o mesmo roteiro das grandes potências do passado e que não utilize a mesma arrogância e a mesma violência que utilizaram os europeus e os norte-americanos para conquistar, submeter e “civilizar” suas colônias e protetorados. Em segundo lugar, como todo país que ascende dentro do sistema internacional, o Brasil terá de questionar de forma cada vez mais incisiva a ordem institucional estabelecida e os grandes acordos geopolíticos em que se sustenta, algo a ser feito sem o uso das armas e por meio de sua capacidade de construir alianças com quem quer que seja, desde que o Brasil mantenha seus objetivos e valores e consiga se expandir e conquistar novas posições dentro da hierarquia política

e econômica internacional. Esse objetivo já não obedece mais a nenhum tipo de ideologia nacionalista, muito menos a qualquer tipo de cartilha militar; obedece a um imperativo funcional do próprio sistema interestatal capitalista: nesse sistema, “quem não sobe cai”<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, “quem sobe” tem de estar preparado, porque será atacado e desqualificado inevitavelmente, e de forma cada vez mais intensa e coordenada, dentro e fora de suas próprias fronteiras, caso não se submeta à vontade estratégica dos antigos donos do poder global. Em qualquer momento da história é possível acovardar-se e submeter-se, mas, atenção, porque o preço dessa humilhação será cada vez maior e insuportável para a sociedade brasileira.

Maio de 2014

---

<sup>1</sup> Norbert Elias, *O processo civilizador*, v. 2, cit., p. 134.

## SOBRE O AUTOR

José Luís da Costa Fiori é professor titular de Economia Política Internacional do Instituto de Economia e do Núcleo de Estudos Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de Medicina Social (aposentado) do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Estudou filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Chile (1968-1970), graduou-se em sociologia no Instituto de Sociologia da Universidade do Chile (1970), fez mestrado em economia na Escolatina, do Instituto de Economia da Universidade do Chile (1973), doutorado em ciências políticas no Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (1985) e pós-doutorado na Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge, Inglaterra (2005). Já atuou em vários campos da ciência política, mas pesquisa e ensina há mais de vinte anos na área das relações internacionais, em particular, na de economia política internacional, com ênfase no estudo das relações entre a geopolítica e a economia política do sistema interestatal capitalista. Tem diversos livros publicados, entre eles, *O voo da coruja* (Eduerj, 1995); *Em busca do dissenso perdido* (Insight Editorial, 1995); *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização* (Vozes, 1997), que organizou com Maria da Conceição Tavares e recebeu o prêmio Jabuti de Economia, Administração, Negócios e Direito em 1998; *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Vozes, 1999); *Polarização mundial e crescimento* (Vozes, 2001), organizado com o professor Carlos Aguiar Medeiros; *O poder americano* (Vozes, 2004); e *O poder global e a nova geopolítica das nações* (Boitempo, 2007). Desde 1990, colabora com diversos jornais, revistas e sites de notícias, como *Valor Econômico*, *Correio Braziliense*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Carta Capital*, *Exame*, *Praga*, *Margem Esquerda*, *Carta Maior*, *SinPermisso* e *La Onda*. Em 2001, recebeu o título de Homem de Ideias do *Caderno de Ideias*, do *Jornal do Brasil*. Atualmente é coordenador do grupo de pesquisa Poder Global e Geopolítica do Capitalismo, do CNPQ/UFRJ.